

32/1

revista do centro de estudos humanísticos
2018

diacrítica

argumentação
e discursos

húmus



CEHUM
Centro de Estudos Humanísticos
da Universidade do Minho

Título: DIACRÍTICA (N.º 32/1–2018)

Argumentação e discursos

Editora: Maria Aldina Marques

Editora Adjunta: Isabel R. Seara

Revisão: Maria Aldina Marques, Orlando Grossegese, Cristina Flores

Comissão Redatorial: Alexandra Pinto (Univ. do Porto); Álvaro I. Sanroman (Univ. do Minho); Ana Lúcia Cabral (Univ. Cruzeiro do Sul); Ana Paula Banza (Univ. de Évora); Anabela Barros (Univ. do Minho); Andreea Teletin (Univ. de Paris 8); Audria Leal (CLUNL); Augusto Soares da Silva (Univ. Católica Portuguesa, Braga); Carla Teixeira (Inst. Politécnico de Lisboa/CLUNL); Catalina Fuentes (Univ. de Sevilha); Clara Keating (Univ. de Coimbra); Fátima Silva (Univ. do Porto); Helena Valentim (Univ. Nova de Lisboa); Isabel Duarte (Univ. do Porto); Isabel Ermida (Univ. do Minho); Isabel Sebastião (CLUNL); Isabelle Simões Marques (Univ. Aberta); José Teixeira (Univ. do Minho); Leonor Werneck (UFRJ); Lúcia Maria Barbosa (Univ. de Brasília); Maria da Conceição C. Rodrigues (Univ. de Coimbra); Maria Conceição Varela (Univ. do Minho); Maria das Graças Rodrigues (UFRN); Matilde Gonçalves (Univ. Nova de Lisboa); Paulo Gonçalves-Segundo (USP); Rogelio P. de León (Univ. do Porto); Rosalice Pinto (CLUNL); Rui Ramos (Univ. do Minho); Rute Costa (Univ. Nova de Lisboa); Sónia Rodrigues (Univ. do Porto); Thomas Johnen (Zwickau University of Applied Sciences); Veronica Manole (Univ. Cluj-Napoca); Xosé Manuel Sánchez Rei (Univ. da Corunha); Xosé Ramón Freixeiro Mato (Univ. da Corunha); Zara Pinto-Coelho (Univ. do Minho); Zilda Aquino (Univ. de S. Paulo).

Comissão Científica: Abel Barros Baptista (Universidade Nova de Lisboa); Antónia Coutinho (Universidade Nova de Lisboa); António Branco (Universidade de Lisboa); Ana Brito (Universidade do Porto); Augusto Soares da Silva (Universidade Católica Portuguesa); Bernard McGuirk (University of Nottingham); Clara Rocha (Universidade Nova de Lisboa); Conceição Paiva (Universidade Federal do Rio de Janeiro); Eduardo Paiva Raposo (University of California); Fátima Oliveira (Universidade do Porto); Fernando Cabo Aseguinolaza (Universidad de Santiago de Compostela); Graça Rio-Torto (Universidade de Coimbra); Helder Macedo (King's College); Helena Buescu (Universidade de Lisboa); Ivo Castro (Universidade de Lisboa); João de Almeida Flor (Universidade de Lisboa); José Luís Cifuentes Honrubia (Universitat d'Alacant); José Luís Rodrigues (Universidade de Santiago de Compostela); Jürgen M. Meisel (Universität Hamburg / University of Calgary); Maria Alzira Seixo (Universidade de Lisboa); Maria Irene Ramalho (Universidade de Coimbra); Maria João Freitas (Universidade de Lisboa); Maria Manuela Gouveia Delille (Universidade de Coimbra); Mary Kato (Universidade de Campinas); Nancy Armstrong (Brown University); Rui Marques (Universidade de Lisboa); Susan Bassnett (University of Warwick); Susan Stanford Friedman (University of Wisconsin-Madison); Tomás Albaladejo Mayordomo (Universidad Autónoma de Madrid); Vita Fortunati (Università di Bologna); Vítor Aguiar e Silva (Universidade do Minho).

Edição: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho em colaboração com Edições Húmus – V. N. Famalicão. *E-mail:* humus@humus.com.pt

Publicação subsidiada por FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

ISSN: 0870-8967

Depósito Legal: 18084/87

Composição e impressão: Papelmunde – V. N. Famalicão

ÍNDICE

ARGUMENTAÇÃO E DISCURSOS

- 5 **Polêmica e argumentação: interfaces possíveis em textos midiáticos de natureza política**
Mônica Cavalcante, Rosalice Pinto, Mariza Brito
- 25 **Multimodalidade e argumentação no gênero textual *Reportagem***
Audria Leal
- 43 **A polifuncionalidade de *mesmo* no português europeu contemporâneo**
Ana Cristina Macário Lopes
- 69 **Representações discursivas da nação portuguesa na voz do poder: O caso das tomadas de posse de Pedro Passos Coelho e António Costa**
Jean Mercereau, Jorge Gomes da Costa
- 95 **Argumentação jurídica e suas estratégias retóricas: uma análise pluridisciplinar de uma decisão judicial**
Rosalice Pinto, Maria das Graças Soares Rodrigues, Giovanni Damele
- 111 ***"Concordo com a maioria das meninas. Não concordo muito com a..."***
A argumentação e discurso do cotidiano escolar
Daniela Ap. Vendramini Zanella

VARIA

- 135 **O processamento de pistas de contextualização por estudantes haitianos no contexto de ensino do português brasileiro como língua de acolhimento**
Rodrigo Albuquerque, Ana Quésia de Sousa Silva
- 159 **Compostos de discurso direto no português do Brasil: interação fictiva no léxico**
José Carlos da Costa Junior, Luiz Fernando Matos Rocha

- 179 **De lepra à hanseníase: uma análise lexicológica de base sócio-histórica**
Marcus Vinicius Dore, Cecília Toledo
- 209 **Um 'cartapácio' na *Gazeta de Lisboa Occidental*: a *Arte Explicada* (1729-1734) de João de Morais Madureira Feijó (1688-1741)**
Rolf Kemmler, Susana Fontes, Sónia Coelho, Teresa Moura, Carlos Assunção
- 225 **Inter-relações texto-imagem nas metáforas verbo-pictóricas em publicidade**
Pedro Simão Mendes, José Teixeira
- 239 **Convergências e divergências românicas: do latim *habēre* e *tenēre* às formas contemporâneas no PE, no PB, no italiano e no napolitano**
Cynthia Vilça

POLÊMICA E ARGUMENTAÇÃO: INTERFACES POSSÍVEIS EM TEXTOS MIDIÁTICOS DE NATUREZA POLÍTICA

POLEMIC AND ARGUMENTATION:

POSSIBLE INTERFACES WITHIN POLITICAL MEDIA-TEXTS

Mônica Cavalcante*
monicamc02@gmail.com

Rosalice Pinto**
rpinto@fcsh.unl.pt

Mariza Brito***
marizabrito02@gmail.com

Este artigo, centrado essencialmente numa perspectiva sociocognitivo-discursiva para o estudo da argumentação em textos, visa a refletir sobre as formas como a polêmica (Charaudeau 2017; Amossy 2017) em sua vertente argumentativa se materializa em textos midiáticos de natureza política. Para atingir tal objetivo, são selecionados exemplares de textos de natureza opinativa em circulação na mídia brasileira sobre a destituição do Presidente da República atual do Brasil: Michel Temer. Estudos preliminares atestam a relevância das categorias analíticas da Linguística Textual para que se analisem os procedimentos argumentativos ou estratégias argumentativas (Amossy 2017) presentes em textos de natureza polêmica. Defende-se aqui que a Linguística Textual, ao considerar os interlocutores verdadeiros agentes sociais, pode vir a considerar a existência de dois tipos de argumentação que podem até ser concomitantes nas interações verbais: o da “retórica do acordo” e o da “retórica do dissenso”, estando a polêmica associada ao dissenso.

Palavras-chave: polêmica, linguística textual, discurso, argumentação, categorias linguísticas

This article focuses mainly on a socio-cognitive-discursive perspective for the study of argumentation in texts, in order to reflect on the way in which the polemic (Amossy 2017; Charaudeau 2017) in its argumentative aspect is materialized within political media-texts. To achieve this goal, media-texts that show opinions about the dismissal of the current President of Brazil – Michel Temer – in the Brazilian *media* were selected. Preliminary studies attest to relevance of Text Linguistics analytical

* Universidade Federal do Ceará, Brasil.

** Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

*** Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil.

categories in order to analyze the argumentative procedures or argumentative strategies (Amossy, 2017) present in polemical texts. We argue that Text Linguistics, when considering that the interlocutors are social agents, may suppose the existence of two types of argumentation that may even be concomitant in verbal interactions: one based on agreement and the other on dissensus and the polemic may be associated with dissensus.

Keywords: polemic, text linguistics, discourse, argumentation, linguistic categories

*

1. Introdução

A polêmica, ou “o ser polêmico”, como bem coloca Charaudeau (2017, p. 77), vem ao longo dos anos suscitando várias definições em função das correntes teóricas a que se associa. Para alguns teóricos, a polêmica pode vir a estar, mesmo implicitamente, presente em textos em que se busca uma espécie de “harmonia social” (Perelman & Olbrechts-Tyteca 2005); para outros, ela constitui o cerne dos discursos em que o debate social se faz presente (Amossy 2017). Para tal, dois pressupostos merecem ser relevados. Primeiramente, à semelhança de Amossy (2017), consideramos que ela constitui o cerne dos discursos em que o debate social se faz presente e é, pela retórica do dissenso que a polêmica se instaura no espaço público. Em segundo lugar, assumindo o posicionamento de Maingueneau (1984, p. 119) segundo o qual, numa dimensão discursiva profunda, a polêmica está diretamente relacionada a um discurso anterior (primeiro), responsável pelo seu desencadeamento.

Com isso, objetivamos também mostrar algumas reflexões desenvolvidas pelo grupo PROTEXTO¹ sobre concepções atuais da Linguística Textual atuais da Linguística Textual em contexto brasileiro que aproximam os estudos textuais aos discursivos. Dessa forma, questões relegadas ao extralinguístico

1 O grupo PROTEXTO (Grupo de Pesquisa em Linguística Textual da Universidade Federal do Ceará), criado em 2001, composto por docentes e discentes da Universidade Federal do Ceará e de outras instituições de ensino superior do país. O grupo, vinculado à linha de pesquisa intitulada Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC, desenvolve pesquisas com foco em referência, intertextualidade e argumentação.

(tradicionalmente relacionadas a aspectos discursivos) passam a ser consideradas importantes para o estudo da materialidade plurissemiótica dos textos que intervêm, inclusive na construção argumentativa dos textos, como mostraremos nas análises efetuadas.

A fim de situar seu ponto de vista numa análise do discurso que admite interfaces com as perspectivas retóricas, Amossy propõe um estudo de aspectos retóricos dentro do embate entre discursos, interpretáveis a partir de situações enunciativas concretas. Para isso, a autora estabelece uma distinção entre as concepções retóricas do acordo², as quais sempre pressupuseram o consenso como meta final, e aquilo que ela denomina de “retórica do dissenso”. E é nesta última, em que são reconhecidas as situações de um debate inconciliável, irresolúvel, que se situa a caracterização da noção de polêmica que a autora postula.

Vale salientar que tem sido recorrente, nas pesquisas em Linguística Textual brasileira, buscar explicar as escolhas textuais pelas quais o sujeito age sobre o seu dizer, reelaborando-o a todo instante, negociando-o não apenas em função de seus (prováveis) interlocutores, mas também dos papéis sociais postos em cena durante as interações, a fim de realizar o que poderíamos chamar de estratégias de persuasão. A suposição de interlocutores como verdadeiros agentes sociais faz a Linguística Textual investir na descrição e na análise das estratégias de organização textual de que pode se valer o locutor para atender, a nosso ver, a uma persuasão tendendo mais ou a uma “retórica do acordo” ou a uma “retórica do dissenso”.

Ressaltamos que, embora muitos pressupostos da análise do discurso sejam comuns ao que se defende em Linguística Textual, as duas perspectivas divergem quanto aos interesses investigativos. A finalidade da teoria argumentativa no discurso é a análise do embate entre os discursos, das práticas discursivas que identificam formações discursivas; a finalidade da Linguística Textual, em que nos localizamos, é a análise de estratégias de organização textual que servem à persuasão.

De forma a atender o objetivo proposto, foram selecionados exemplares de textos que circularam na mídia digital do Brasil, durante o ano de 2017, sobre questões políticas, nomeadamente os comentários polêmicos de leitores

2 Vale aqui salientar que as perspectivas de Perelman e Olbrechts-Tyteca no Tratado de Argumentação, como também as descrições argumentativas de Plantin, de van Eemeren e Grootendorst (na Pragmadiálética), de Toulmin e de Adam pressupõem que os recursos argumentativos têm como meta a estabilidade de um consenso.

de jornais brasileiros, relativos à destituição do Presidente Michel Temer da Presidência do Brasil.

2. Aspectos teóricos

A noção de polêmica não é consensual e, seguindo as vertentes teóricas e respectivas áreas de conhecimento, admite definições diversas. Como bem salientam Declercq, Murat & Dangel (2003), a polêmica (do gr. *polémicos*: “que diz respeito à guerra”), é um fenômeno geral presente na filosofia, na literatura, em diferentes interações verbais. Caracteriza-se, portanto, por “múltiplas manifestações textuais da adversidade”, podendo se manifestar de forma mais ampla ou mais restrita. Contudo, como interessamo-nos aqui pelo conceito de polêmica associado às práticas textuais-discursivas, deter-nos-emos aos aspectos teóricos aportados por Amossy (2017) para a sua descrição. No entanto, estudos de outros autores serão também convocados, como veremos, uma vez que trabalhamos com a materialidade da argumentação associada à polêmica em textos. Na verdade, o aporte teórico de Amossy (2017), para associar os estudos da polêmica com os da argumentação, serão de extrema valia para a análise dos textos selecionados.

2.1. Polêmica – Estabilização de conceito

À semelhança de Amossy (2017) assumimos, neste trabalho, que a polêmica consiste em um debate que se instaura em praça pública a partir de temas de interesse social para aquela determinada cultura, sendo o embate de opiniões a condição *sine qua non* de sua existência³. Ainda, advogamos que a oposição de discursos a ela atrelada pressupõe forçosamente – como também salienta Angenot (1982, p. 34) –, a existência de “uma dupla estratégia: demonstração de tese e refutação-desqualificação de uma tese adversa”.

Na sociedade globalizada atual, em que relações de poder, dominação e desigualdade social evidenciam-se, é através dos discursos e textos que circulam (Van Dijk 2001, p. 202) que as divergências acerca de temas polêmicos são difundidas, fazendo ecoar discussões fervorosas no espaço público. É a partir dessa “polemicidade” que se instauram o caráter bélico, envolvendo relações de poder, de violência verbal e de ataque ao outro; a negatividade,

3 Para o estudo de comentários polêmicos sobre discursos midiáticos, ver: Pinto & Simões (2017).

provocando a desqualificação do outro, ou ainda, a paixão, instaurando a emoção no espaço público. Tais traços associados à polêmica já haviam sido descritos, inclusive, por teóricos interacionistas, como Kerbrat-Orecchioni (1980), e por outros teóricos como Plantin (2003). Contudo, alguns movimentos peculiares do discurso polêmico definidos por Amossy (2017) merecem ser relevados e serão desenvolvidas nas análises. Segundo a autora, são três os movimentos específicos do discurso polêmico: a dicotomização, a polarização e a desqualificação. Pelo primeiro, existe uma co-existência de posicionamentos contrários sobre um determinado tema; pela segunda, existe uma centralidade de princípios e pontos de vista, o que bloqueia o acordo; pelo terceiro, a construção da interação polêmica se faz com o uso de expressões linguísticas de teor depreciativo em relação ao outro, podendo chegar, inclusive, à violência verbal.

2.2. Argumentação – Estabilização de conceito

Consideramos que todo enunciado, respeitando o dialogismo bakhtiniano, é uma espécie de prolongamento de um discurso anterior, trazendo, mesmo implicitamente, uma resposta a discursos prévios e suscitando ainda outros. Dessa forma, existe uma espécie de polemicidade que lhe é constitutiva. Ao mesmo tempo, seguimos o posicionamento de Amossy (2017) para quem a argumentatividade também lhe é intrínseca, uma vez que todo discurso já traz consigo determinados valores axiológicos e certos posicionamentos a ele associados. Na verdade, assim como a autora, advogamos pelo caráter retórico e persuasivo associado à argumentação, ponto de vista já anteriormente defendido por Angenot (1982), considerando uma definição alargada de argumentação.⁴ E, dentro desse contexto, a Teoria da Argumentação no Discurso integra questões teóricas da análise do discurso em interface com certas concepções da Retórica e da Nova Retórica. É nesse enquadre teórico que a polêmica se instaura como uma espécie de categoria analítica pela qual é possível analisar o agenciamento de recursos argumentativos na dinamicidade discursiva.

Defendemos, assim como Amossy (2012), que os discursos, integrados em práticas sociais, apresentam uma dimensão argumentativa a eles associada e que poucos discursos têm realmente uma visada argumentativa, uma vez que

4 Esta visão alargada da argumentação associada à persuasão no contexto português já foi evidenciada em Pinto (2010) para o estudo de gêneros textuais midiáticos, políticos e jurídicos.

esta está diretamente ao caráter persuasivo a eles associado. De acordo com a autora, todo discurso tem uma dimensão argumentativa porque já traz em si, inerentemente, um certo “olhar sobre determinado assunto ou objeto” e, por esse motivo, já se opõe, mesmo que implicitamente, a outro posicionamento sobre o mesmo objeto. Mas nem todo discurso traria explícita a defesa de um ponto de vista, visando à persuasão do outro a uma determinada tese.

Todavia, não compartilhamos a ideia de que a distinção entre dimensão argumentativa e visada argumentativa se dê apenas no âmbito das relações discursivas. Pleiteamos que esta é estabelecida também no âmbito das relações textuais. É principalmente pela organização composicional de um texto que se pode verificar se há uma estrutura sequencial dominante, tal como salienta Adam (2017), evidenciando a seleção e hierarquização de argumentos em direção a uma tese. Na verdade, somente quando o texto tem sequência argumentativa dominante é que se pode dizer que ele tem visada argumentativa. Por essa razão, sugerimos que seja preferível falar em texto, não em discurso, de visada e de dimensão argumentativa.

Os textos de visada argumentativa estão organizados em termos de sequência argumentativa dominante, como a que se encontra nos artigos de opinião, nos editoriais, nos artigos acadêmicos, nos ensaios jornalísticos e acadêmicos etc.; os demais textos apresentam apenas o que Amossy chama de dimensão argumentativa. Não fica inteiramente claro o que define os textos de dimensão argumentativa, exceto o fato de utilizarem meios de agir sobre o outro, tentando fazê-lo aderir a um ponto de vista ou, mesmo, mudar de direção quanto a seu modo de ver e de sentir em relação a uma questão social. Podemos reivindicar que todo texto, pelo qual é responsável um locutor em dado papel social, busca um certo modo de atingir um interlocutor em outro papel social e, em vista disso, tem uma dimensão argumentativa, mesmo quando não se propõe problematizar uma questão social. Só assim, será possível assegurar que qualquer texto é argumentativo e que a argumentatividade é constitutiva do texto, como bem afirma Grácio (2013).

Argumentatividade, neste sentido alargado, poderia também equivaler ao sentido de persuasão. Ser argumentativo ou persuasivo envolveria uma tentativa de elaborar diferentes tipos de estratégia ou estratégias pelo uso de recursos lexicais e avaliativos, referenciais, intertextuais, composicionais e coesivos, genéricos, polifônicos etc., para influenciar o interlocutor. Adotando esse pressuposto, justificamos por que a definição de argumentatividade, ou persuasão, converge muito bem para o que Amossy (2011, p. 130) concebe

como argumentação: “(...) a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas por parte do alocutário, ou (...) [a] tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também a modos de pensar, de ver, de sentir”. Essa concepção nos parece apropriada para o fazer da Linguística Textual porque é capaz de abarcar os mais variados textos, não somente aqueles que envolvem uma questão social, nem somente aqueles que retratam uma polêmica no espaço público.

O pressuposto de que a argumentatividade se encontra em todos os textos também é devedor do que assevera Adam sobre o conceito de argumentação do ponto de vista pragmático. Adam sempre afirmou que todo texto é pragmaticamente (ou configuracionalmente) orientado. Uma das dimensões dessa organização pragmática é sua “orientação argumentativa global”, que permite definir todo texto como visando a objetivos (explícitos ou não), a partir de representações, de crenças e/ou comportamentos.

A concepção de argumentação de Amossy (2008) é modular, varia num continuum. Tanto textos conversacionais, coconstruídos em diálogo, até textos que se contrapõem a teses antagônicas são argumentativos, no momento em que deixam ver um posicionamento quanto a valores sociais. Os textos apresentariam, por essa percepção teórica, diferentes possibilidades de modalidade argumentativa, entendendo-se por isso diferentes tipos de interação a nosso ver orientadas para uma argumentatividade, dentro desse contínuo. Como salientamos, nas análises perpetradas, algumas modalidades argumentativas definidas por Amossy (2017), passaremos a explicitá-las na próxima seção.

3. As modalidades argumentativas

Amossy (2011) apresenta algumas possíveis modalidades argumentativas, abaixo elencadas; a modalidade polêmica seria apenas uma delas, por isso é que nem toda situação interativa (e argumentativa) constitui uma polêmica:

- Modalidade demonstrativa: quando o locutor busca a adesão do(s) interlocutor(es) apresentando uma tese, como no artigo de opinião, no debate eleitoral, no editorial etc.;
- Modalidade patêmica: quando o locutor apela para os sentimentos do interlocutor, como no apelo à ajuda humanitária, no poema lírico, na declaração de amor, nos textos de autoajuda.

- Modalidade negociada: quando os participantes debatem sobre um problema que os divide, mas para o qual estão dispostos a negociar um acordo, por meio de uma negociação das divergências, como nas audiências de conciliação, nas interações comerciais;
- Modalidade polêmica: quando há confrontação de teses antagônicas, em que se tenta desacreditar o opositor.

Como exemplo de modalidade polêmica, Amossy (2017) se reporta a um caso ocorrido por volta de 2009, quando políticos propuseram um projeto de lei para proibir o porte da burca nos espaços públicos da França, e o evento desencadeou a polêmica. Segundo a autora, a polêmica pode ser atualizada por textos monogeridos ou por textos poligeridos (essa distinção entre monogerido e poligerido respeita ao texto, não ao discurso).

A autora analisa uma “interação polêmica”, ou seja, um texto poligerido, em que as vozes dos discursos reportados são reproduzidas livremente, tal como se deram. Diferentemente disso, há o que a autora chama de “discurso polêmico”, um texto em que as vozes são administradas por um mesmo e único locutor, como se vê, por exemplo, nas reportagens e nos ensaios. A interação face a face que Amossy usa para ilustrar o que denomina de “interação polêmica” é um debate televisivo que coloca em confronto um político, Jean-François Copé, e uma mulher jovem de véu (de burca) – um político (homem) e uma mulher muito jovem, mostrados como dois estereótipos ocupando lados opostos na polêmica. Já o “discurso polêmico” é ilustrado pela autora por meio de um artigo de opinião sobre o projeto de lei proibindo o uso da burca, que foi publicado em uma revista francesa.

Assim, por meio da exemplificação por textos monogeridos e poligeridos, Amossy (2017) caracteriza a polêmica como uma modalidade argumentativa do inconciliável e que, por isso mesmo, é construída pelo que a autora chama de “retórica do dissenso”.

Reiteramos, no entanto, que não estamos limitando a noção de persuasão a modalidades argumentativas que visam ao acordo, como tradicionalmente ela tem sido vista. A noção de persuasão não se restringe, para nós, nem ao debate em torno de uma questão social inconciliável, nem à finalidade de um consenso, e é constitutiva de todos os textos.

Quando a persuasão acontece numa modalidade polêmica, ela passa a ser, como propõe Amossy (2017) um modo de gestão do conflito entre discursos

opostos. Porém, uma vez que a autora afirma que a polêmica se dá a partir de casos concretos e que é efêmera, podemos sustentar que ela emerge de textos, ou seja, de eventos concretos, únicos e irrepetíveis. Na verdade, a polêmica se instaura a partir de um confronto interdiscursivo, mas é nos textos que ela emerge. Reiteramos que não estamos limitando a noção de persuasão a modalidades argumentativas que visam ao acordo, como tradicionalmente ela tem sido vista. A noção de persuasão não se restringe, para nós, nem ao debate em torno de uma questão social inconciliável, nem à finalidade de um consenso, e é constitutiva de todos os textos.

Estamos argumentando em favor da ideia de que a unidade de análise de texto pode ter uma participação especial nos critérios de análise de uma abordagem da argumentação no discurso. Na verdade, é principalmente de categorias do texto que o analista do discurso extrai os elementos que julga importantes para comprovar e justificar as relações interdiscursivas.

4. Uma demonstração analítica da polêmica

Como dissemos, a polêmica emerge, necessariamente, de uma relação intertextual e corresponde sempre a um confronto interdiscursivo. Assumimos a noção de polêmica como um modo de gestão do conflito entre discursos opostos, mas é no diálogo entre textos que ela se marca.

Para nós, só é possível aceitar a constatação de Amossy (2017) de que a polêmica se dá a partir de casos concretos e de que é efêmera, se admitirmos que ela se atualiza em textos e nas relações intertextuais. Somente na relação entre textos é que se pode compreender o conflito entre discursos. Reflitamos sobre a notícia a seguir e sobre a sequência de comentários disparados a partir dela e dos próprios textos relativos à votação que desaprovou a denúncia de corrupção passiva contra o atual presidente do Brasil:

(1) Câmara rejeita denúncia e livra Temer de responder a processo no Supremo
Deputados aprovaram por 263 a 227 relatório que recomendou ao plenário a rejeição da denúncia de corrupção passiva da Procuradoria Geral da República contra o presidente.

Por Bernardo Caram, Alessandra Modzeleski, Gustavo Garcia e Fernanda Calgaro, G1, Brasília

02/08/2017 20h16 Atualizado 03/08/2017 09h47



Câmara derruba denúncia e livra Michel Temer de processo no STF

A Câmara aprovou na noite desta quarta-feira (2) o relatório da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), de autoria do deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), que recomendava a rejeição da denúncia da Procuradoria Geral da República por crime de corrupção passiva contra o presidente Michel Temer.

Com a decisão, os deputados livraram Temer de responder no Supremo Tribunal Federal (STF) a processo que, se instalado, provocaria o afastamento do presidente por até 180 dias. Agora, Temer responderá no STF somente após a conclusão do mandato, em 31 de dezembro de 2018. O procurador-geral Rodrigo Janot, porém, deverá apresentar outra denúncia contra Temer, por organização criminosa e obstrução de justiça. (...)

<http://g1.globo.com/politica/noticia/votacao-denuncia-temer-camara.ghhtml>

Observe-se que a notícia acima, sozinha, não atualiza uma dicotomização de tema polêmico, apenas se compromete com a informação de um evento recentemente ocorrido: a aprovação pela Câmara do relatório da Comissão de Constituição e Justiça que beneficiava Michel Temer. Na notícia, que dará ensejo à criação da polêmica manifesta, alguns referentes são estabelecidos e serão recuperados, por alusão, no metatexto dos comentários. É somente na relação intertextual, neste caso metatextual, que as polêmicas eclodem. As notícias podem gerar artigos de opinião, reportagens, editoriais, charges, como no exemplo seguinte:

(2) Tudo acaba em pizza



<https://www.google.com.br/search?q=charge+sobre+a+vota%C3%A7%C3%A3o+contra+temer&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=yNY5BuRBQmNW8M%253A%252ClyTbQa3McemRQM%25>

A expressão “tudo acaba em pizza”⁵ faz uma dura crítica ao vício nacional da acomodação e da impunidade nos momentos em que a guerra política ameaça de fato ferir os poderosos. A parte verbal da charge situa o leitor no recorte contextual que está sendo satirizado e ajuda a recategorizar, por uma metaforização, o referente manifesto no título do texto e na imagem da pizza sendo entregue “de bandeja” ao presidente. É a relação desses referentes em rede que estabelece a intertextualidade entre a charge e os textos que noticiaram e comentaram o fato ocorrido. Logo após a publicação da notícia, foram postados os seguintes comentários:

5 Acredita-se que a expressão tenha sido usada pela primeira vez, entre os anos de 1950 e de 1960, pelo jornalista esportivo Milton Peruzzi. Conta-se que após uma reunião do clube Palmeiras, todos os dirigentes, que estavam morrendo de fome, pediram 18 pizzas gigantes. Peruzzi estava presente na reunião e, no dia seguinte, publicou uma matéria com o seguinte título: “Crise do Palmeiras termina em pizza.” Após essa matéria, o jornalista começou a usar a expressão em outras reportagens, mas sempre como sinônimo de “acabar bem”. Desta forma, a expressão não estava associada a um problema ou denúncia que não deu em nada, ao contrário, a expressão fazia referência ao talento brasileiro para os desfechos festivos e a amizade peculiar do jeitinho brasileiro. No entanto, esse sentido de “tudo acaba em pizza”, relativo a “tudo acaba bem”, originariamente empregado, foi ressignificado com a crise da deposição do ex-presidente Fernando Collor, quando os jovens, chamados de “caras pintadas” tomaram as ruas. A partir desse movimento, a expressão se transformou no sentido que hoje tem.

(3) Comentários dos internautas 1**A.**

HÁ 23 HORAS

quero ver em 2018, se esses 90% da população que está contra esse governo votar nesses corruptos novamente.

M. B.

HÁ 18 HORAS

É mesmo Aline. Vamos votar consciente.

R. C.

HÁ 23 HORAS

Nas próximas eleições, se querem realmente mudar esse país, filiem-se a algum partido e candidatem-se! Digo para filiarem-se, pois, nesse país já não cabe mais partidos. Escolham o que vocês têm mais afinidade, algo que se aproxime ideologicamente com o que você pensa. Tornando-se candidato, você irá receber alguns votos e, talvez, até chegue a ser eleito. Isso fará com que muitos desses bandidos NÃO RECEBAM VOTOS, dificultando assim o retorno ao prostíbulo, renovando o meio e minimizando os “vícios políticos”.

M. B.

HÁ 18 HORAS

Isso mesm,esses que estão aí,a maioria aí,estão manchados até a alma!

Sp

HÁ 18 HORAS

A todos os 263 rabos presos e/ou vendidos que votaram sim pela manutenção da corrupção: 2018 está próximo!

W.

HÁ 24 HORAS

QUADRILHAS EFICIENTES, ELES MESMOS ROUBAM,ELES MESMOS JULGAM,ELES MESMOS SE ABSOLVEM.... VERGONHAAAAAAAAAAAAAAAA!!!

S. K.

HÁ 22 HORAS

DISSE TUDO!! ESTAMOS NA BERLINDA DA BERLINDA

C.

HÁ UM DIA

Assim caminha a humanidade, a massa de manobra se levantou contra a presidenta em uma ação orquestrada pela elite e mostram-se inertes aos seus próprios anseios, se calando e sem protestar. Dinheiro distribuído aos montes, direitos retirados, dívidas previdenciárias dos ricos anistiadas , gasolina mais cara do mundo, conquistas do Governo Temer.

T.

HÁ UM DIA

poise. Muito bem, coxinhas. Vocês provam a falta de cérebro diariamente.

Cumprer notamos como as posições políticas se dicotomizam já nos primeiros comentários e se radicalizam como polos opostos, sem alternativas intermediárias. No comentário de S. K., por exemplo, o locutor se coloca como Proponente da tese de que aqueles que livraram o presidente (aludindo aos Deputados mencionados na notícia) fazem parte de uma quadrilha bem articulada. O locutor desqualifica o Oponente do começo ao fim, categorizando os referentes aludidos já como “quadrilhas eficientes”, logo em seguida justificando o modo como introduziu os referentes no texto, o que ajuda a recategorizá-los, a fazê-los evoluir na interação. A crítica se exacerba com a fonte em caixa alta, com a reiteração de vocábulos, com a repetição continuada de caracteres, evocando um grito de protesto, e com as exclamações. Assim, tais recursos não constituem somente efeitos de estilo para os posicionamentos dentro do dissenso: como efeitos de estilo, eles acentuam o valor axiológico dado aos referentes apresentados como introdução referencial. No processo de recategorização, a expressão referencial “vergonha” encapsula as ações da Câmara, avaliando-as negativamente como roubo e julgamento desonesto, homologando, assim, o ponto de vista defendido.

É nesse sentido que corroboramos a afirmação de Amossy (2008) de que a modalidade polêmica é linguageira e se ocupa não só de raciocínios e de técnicas argumentativas, mas também de certas escolhas do léxico, dos dêiticos, dos conectores e das pressuposições. Porém a isso acrescentamos que os parâmetros textuais, como a seleção do gênero, como a construção referencial e como a intertextualidade, dentre outros, respaldam as escolhas linguageiras.

O próprio gênero comentário em *webnotícia* já possibilita o estabelecimento da polêmica. O gênero determina, assim, o enquadre enunciativo em que essa interação polêmica pode se dar no espaço público e orienta sobre como os interlocutores podem se colocar nos papéis de Proponente e de Oponente dentro do conflito interdiscursivo que o texto evidencia. Vejamos mais alguns comentários.

(4) Comentários dos internautas 2

Sa Ko

Os Deputados são representantes dos eleitores ou procuradores do Presidente?

My.Oli

HÁ 21 HORAS

sou empresário e Tô com Temer. Meus empregados estão contra o Temer. Ai eu pergunto...quem paga, é que manda, certo? Então, bôra Temer! Parabéns congresso nacional.

Ro Ca

HÁ 23 HORAS

Engano seu meu amigo, quem paga é sempre o povo! Empresario da “incentivo” pra campanha pra receber “incentivo”, recebe o perdão de dívidas, enfim... empresario pode tudo, mas a conta quem paga é sempre o povo!

Jo Pa

HÁ 23 HORAS

ser honesto neste país é motivo de piada!

Jo Pa

HÁ 23 HORAS

vitória desonesta não tem graça! lamentável!

Jo Pa

HÁ 24 HORAS

ouvi na Bandeirantes hoje de manhã: nem no banho de sol do Carandiru se reuniu tantos ladrões!

Da

HÁ UM DIA

Vou me mudar do Brasil, qualquer país serve ,até o Paraguai. Venezuela é menos podre, pelo menos lá o povo luta e está disposto até a morrer por causa na causa.

Dema

HÁ UM DIA

O que esta esperando, já deveria ter ido, lá estão precisando de militonto preguiçoso.

Má

HÁ UM DIA

Vai mesmo para lá, pois as chances do seu Luladrão transformar o Brasil numa Venezuela estão ficando cada vez mais escassas.

Lu As

HÁ 24 HORAS

Covarde

Be Al

HÁ UM DIA

Por mais que não concordem, ano que vem NINGUÉM ganha de B/o/l/s/o/n/a/r/o! Tudo conspira a favor dele!

Ti Li

HÁ UM DIA

os esquerдинhas vao entrar em colapso

Be Al

HÁ UM DIA

O povo vota em quem tem mais fotos espalhadas pela cidade. Nós temos os representantes que merecemos.

Lu Si

HÁ UM DIA

Vocês irão pagar por isso deputados corruptos. 2018 vem aí.

Ca Tr

HÁ UM DIA

Vai nada, o povo é idiota e votarão nos mesmo novamente.

Ed Ol

HÁ UM DIA

Seria tão simples combater esses criminosos que votaram a favor do Temer, basta anotar seus nomes e nunca mais votar neles!

Do Da

HÁ UM DIA

Eu anotei pra votar sempre neles, pois eles estão a favor do Brasil!

An Ca

HÁ UM DIA

95% da população queria que ele fosse investigado, e barram a investigação, isso só prova que esses políticos não representam a vontade do povo e so se preocupam em se ajudar, massacrando o povo com corrupção, aumento de impostos e reformas. Por muito menos, na revolução francesa, muitas cabeças foram degoladas. ACORDA POVO VAMOS NOS MOVIMENTAR

Ví

HÁ UM DIA

a favor do Brasil ou a favor da corrupção?

Lu Si

HÁ UM DIA

Renovação no congresso já...

Ma Mi

HÁ UM DIA

Os caras que formam a quadrilha do criminoso Michel Temer são muito pica-retas, muito ruins. Conseguiram livrar o Temer e ao mesmo tempo asseguradas suas imunidades. Mas a eleição vem aí e os eleitores não perdoarão.

É interessante observar que a intertextualidade se verifica não só entre os comentários e a notícia que os provocou, mas também acontece com os comentários entre si, de maneira que alguns deles terminam por compor uma interação polêmica, como podemos notar pelos exemplos dados e por outros mencionados em (5):

(5) Comentários dos internautas 3

Fe Bu

sou empresário e Tô com Temer. Meus empregados estão contra o Temer. Aí eu pergunto...quem paga, é que manda, certo? Então, bôra Temer! Parabéns congresso nacional.

Ro Ca

HÁ 23 HORAS

Engano seu meu amigo, quem paga é sempre o povo! Empresario da “incentivo” pra campanha pra receber “incentivo”, recebe o perdão de dívidas, enfim... empresario pode tudo, mas a conta quem paga é sempre o povo!

Jo Pa

HÁ 23 HORAS

ser honesto neste país é motivo de piada!

Jo Pa

HÁ 23 HORAS

vitória desonesta não tem graça! lamentável!

Jo Pa

HÁ 24 HORAS

ouvi na Bandeirantes hoje de manhã: nem no banho de sol do Carandiru se reuniu tantos ladrões!

A polarização, como busca de adeptos, dirigida a Terceiros, fica claramente exposta no comentário de *Ro Ca*, quando se declara empresário e tenta cooptar os leitores que se identificam com ele. Logo após, *Jo Pa* o rebate e se põe em polo oposto, buscando arrebanhar os que reconhecem como o referente “o povo”, contra os referentes Temer e Congresso Nacional.

O comentário de *Da* assim como os demais, é um texto de visada argumentativa, que advoga em favor de uma tese. Dificilmente, os comentários, por sua brevidade costumeira, explicitam o raciocínio construído.

(6) Comentários dos internautas 4

Da

HÁ UM DIA

Vou me mudar do Brasil, qualquer país serve ,até o Paraguai. Venezuela é menos podre, pelo menos lá o povo luta e está disposto até a morrer por causa na causa.

De

HÁ UM DIA

O que esta esperando, já deveria ter ido, lá estão precisando de militonto preguiçoso.

Má

HÁ UM DIA

Vai mesmo para lá, pois as chances do seu Luladrão transformar o Brasil numa Venezuela estão ficando cada vez mais escassas.

Lu As

HÁ 24 HORAS

Covarde

Be Al

HÁ UM DIA

Por mais que não concordem, ano que vem NINGUÉM ganha de B/o/l/s/o/n/a/r/o! Tudo conspira a favor dele!

Ti Li

HÁ UM DIA

os esquerdinhas vão entrar em colapso

Be Al

HÁ UM DIA

O povo vota em quem tem mais fotos espalhadas pela cidade. Nós temos os representantes que merecemos.

Lu Si

HÁ UM DIA

Vocês irão pagar por isso deputados corruptos. 2018 vem aí.

Ca Tr

HÁ UM DIA

Vai nada, o povo é idiota e votarão nos mesmo novamente.

Ed Ol

HÁ UM DIA

Seria tão simples combater esses criminosos que votaram a favor do Temer, basta anotar seus nomes e nunca mais votar neles!

Do Da

HÁ UM DIA

Eu anotei pra votar sempre neles, pois eles estão a favor do Brasil!

An Ca

HÁ UM DIA

95% da população queria que ele fosse investigado, e barram a investigação, isso só prova que esses políticos não representam a vontade do povo e so se preocupam em se ajudar, massacrando o povo com corrupção, aumento de impostos e reformas. Por muito menos, na revolução francesa, muitas cabeças foram degoladas. ACORDA POVO VAMOS NOS MOVIMENTAR

Ví

HÁ UM DIA

a favor do Brasil ou a favor da corrupção?

Lu Si

HÁ UM DIA

Renovação no congresso já...

Ma Mi

HÁ UM DIA

Os caras que formam a quadrilha do criminoso Michel Temer são muito pica-retas, muito ruins. Conseguiram livrar o Temer e ao mesmo tempo asseguradas suas imunidades. Mas a eleição vem aí e os eleitores não perdoarão.

No comentário de *Da*, o locutor menciona indiretamente o comunismo, demonstrando, por anáfora indireta, ser apoiador do governo da Venezuela. A partir dele, os demais internautas, que possivelmente são contra o comunismo e acreditando que isso é característico de apoiadores do ex-presidente Lula, começam a se colocar em oposição a *De*, como adeptos do comunismo e contra o comunismo; a favor de Lula e contra Lula. Na sequência, o dissenso prossegue com eleitores de direita (eleitores do provável candidato Bolsonaro) no papel de Proponentes e respondem ao comentário de *Da*, colocado agora como Oponente.

Assim, em diálogos intertextuais, numa polêmica favorecida pelo próprio ambiente virtual em que ocorrem os comentários na *webnotícia*, os referentes já são apresentados com uma carga valorativa que leva à tentativa de desqualificação do Oponente.

5. Conclusão

Este trabalho refletiu sobre a ideia de que o caminho da teoria da argumentação nos discursos, de Amossy, se cruza com a Linguística Textual, afirmando que é exatamente no reconhecimento da utilização de estratégias argumentativas, mas não somente as relacionadas a polêmicas, que o caminho da LT converge para os pressupostos de Amossy. As categorias analíticas da Linguística Textual se prestam mais eficazmente à análise do que autora trata ora como “procedimentos argumentativos”, ora como “estratégias argumentativas”.

A Linguística Textual se alinha com os pressupostos da teoria da argumentação no discurso porque vem supondo os interlocutores como verdadeiros agentes sociais, não como meros participantes de uma situação comunicativa imediata; porque, assim como Amossy, lidamos com um sujeito que nem é pura intencionalidade, nem é completamente sobredeterminado por condições sociais. Acreditamos numa retórica conciliável com pressupostos do dialogismo bakhtiniano e das AD de Maingueneau e de Charaudeau. Assim como Amossy, temos interesse em outros modos de procedimento argumentativo para além das técnicas argumentativas e das figuras retóricas.

Referências

- Adam, J.-M. (2017). *Les Textes: types et prototypes*. Paris: Armand Colin.
- Amossy, R. (2017). *Apologia da polêmica* (Trad. de Mônica Cavalcante et alii). São Paulo: Contexto.
- Amossy, R. (2012). *L'Argumentation dans le discours*. Paris: Armand Colin.
- Amossy, R. (2011). Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares (Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira). *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, 1, 129-144.
- Amossy, R. (2005). *Rhétorique et analyse du discours. Pour une approche socio-discursive des textes*. In J.-M. Adam & U. Heidmann (Orgs), *Sciences du texte et analyse de discours. Enjeux d'une interdisciplinarité* (pp. 163-179). Genève: Slatkine érudition.
- Amossy, R. (2001). As modalidades argumentativas do discurso. In G. Lara, C. Auvray-Assayas & D. Delattre (Orgs), *Cicéron et Philodème. La polémique en philosophie*. Paris: Ed. Rue d'Ulm.
- Brunschwig, J. (2003). Aspects de la polémique philosophique en Grèce ancienne. *La Parole Polémique*. In G. Declercq, M. Murat & J. Dangel (Orgs), *La Parole polémique* (pp. 25-46). Paris: Champion.
- Machado, I. & Emediato, W. (Orgs) (2008). *Análises do discurso hoje*, vol. 1 (pp. 231-254). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Machado, I. & Emediato, W. (2007). O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 9, 121-146.
- Angenot, M. (1982). *La parole pamphlétaire*. Typologie des discours modernes. Paris: Payot.
- Charaudeau, P. (2017). *Le débat public. Entre controverse et polémique. Enjeu de vérité, enjeu de pouvoir*. Limoges: Lambert-Lucas.
- Declercq, G., Murat, M. & Dangel, J. (Eds). (2003). *La parole polémique*. Honoré Champion.
- Grácio, R. A. (2013). *Vocabulário crítico de argumentação*. Coimbra: Grácio Editor/ Instituto de Filosofia da Linguagem da Univ. Nacional de Lisboa.
- Grésillon, A. & Maingueneau, D. (1984). Poliphonie, proverbe et détournement. *Langages*, 73, 112-125.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1980). *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris, Colin.
- Maingueneau, D. & Charaudeau, P. (2014). *Dicionário de análise do discurso* (3.ed., 1ª reimpressão). São Paulo: Contexto.
- Perelman, Ch. & Olbrechts-Tyteca, L. (2005). *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Plantin, Ch. (2003). Des polémistes aux polémiqueurs. In G. Declercq, M. Murat & J. Dangel (Orgs), *La Parole polémique* (pp. 377-408). Paris: Champion.

Pinto, R. (2010). *Como argumentar e persuadir? Prática Política, Jurídica, Jornalística*. Lisboa: Quid Juris.

[recebido em 1 de dezembro de 2017 e aceite para publicação em 21 de junho de 2018]

MULTIMODALIDADE E ARGUMENTAÇÃO NO GÉNERO TEXTUAL *REPORTAGEM*

MULTIMODALITY AND ARGUMENTATION ON THE GENRE *REPORTAGE*

Audria Leal*
audrialeal@fcsh.unl.pt

Este artigo pretende estudar o papel do *visual* na argumentação do género *reportagem*. Para isso, analisamos dois textos deste género textual da revista portuguesa: *Visão*. Para esta análise, seguimos a proposta teórica da Semiótica Social, incluindo o quadro metodológico da Gramática do Design Visual. De fato, tal como indicado, o presente artigo procurará levar em consideração o papel do não-verbal no género *Reportagem* e em relação à função social do género. Os resultados indicam que os significados das representações visuais participam como argumentos da reportagem e são construídos a partir das práticas sociais para atender a função comunicativa do género.

Palavras-chave: multimodalidade, género textual, semiótica social e argumentação

This paper aims to study the role of the visual in the argumentation used in the genre news report. For this purpose, we look at two texts of this genre from the Portuguese magazine *Visão*. Our analysis is based on the theoretical assumptions of Social Semiotics, including the methodological framework of the Grammar of Visual Design. In fact, the present paper seeks to consider the role of the non-verbal dimension in the genre news report and also in relation to the social function of this genre. The results indicate that the meanings of the visual representations participate as arguments in the news report and they are built from the social practices to fulfil the communicative function of the genre.

Keywords: multimodality, text genre, social semiotics and argumentation

* CLUNL/FCT, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

O presente trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e Tecnologia (Portugal), no âmbito do projeto UID/LIN/03213/2013 e do projeto SFRH/BPD/111234/2015

1. Introdução

Sabe-se que, com o surgimento das novas tecnologias, as formas de comunicação humana mudaram. Hoje vemos que outros modos semióticos passaram a interagir com o sistema linguístico. Na sociedade atual estamos inseridos em uma grande ambiente multimodal (*cf.* Dionísio & Vasconcelos 2013) em que imagens, sons, cores, movimentos entre outros vão interagir com as palavras sejam escritas ou orais. Esta comprovação mostra uma mudança de paradigma no campo dos estudos da linguagem.

Diante desta constatação, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre o papel argumentativo que diferentes modos semióticos podem vir a apresentar nos textos. Este objetivo parte de duas premissas: a primeira refere-se a afirmação do autor Kress (2003, p. 3) que defende serem os textos manifestações do discurso. A segunda é a noção de que os textos que circulam socialmente são multimodais (Dionísio 2006; 2011), uma vez que convocam vários sistemas semióticos. Em consequência, os discursos são manifestados por diferentes formas semióticas, uma vez que os discursos são perpassados não apenas no campo da língua, mas também e sobretudo pela relação entre a língua e os demais sistemas.

Nesta linha de pensamento, a argumentação, enquanto objeto de investigação das ciências da linguagem, também está inserida nas práticas textuais de carácter multimodal. Ou seja, a argumentação não é apenas uma construção linguística mas também uma prática de linguagem em que diferentes factores vão estar envolvidos para uma eficaz ação social. No seguimento desta ideia, Koch (2002, p. 15) refere que a própria “linguagem passa a ser encarada como forma de ação, ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade”. Assim, a argumentatividade se torna ela própria um fenómeno observável nos textos, enquanto ação social, e com clara ligação a processos discursivos. Ainda ao encontro desta linha de pensamento, Pinto (2010, p. 386) defende a argumentação como uma “atividade que se vale de recursos lógico-formais ou ainda plurissemióticos para convencer um interlocutor”, sendo mesmo uma atividade interativa.

Em suma, a argumentação não é apenas um modo retórico, ou seja, não é apenas uma maneira de transmitir ideias, mas é sobretudo uma forma de ação social construída na interação com o outro, a partir da intencionalidade de persuadir o interlocutor para a completa adesão ao discurso. Sendo

assim, entender este processo acrescenta esclarecimentos significativos sobre o funcionamento da linguagem em sociedade. Além disso, o próprio não verbal ao interagir com o verbal participa na construção da argumentação. Partindo destes pressupostos e no intuito de atingir o objetivo deste artigo, procuraremos estudar, mais especificamente, o papel da imagem e outros recursos semióticos, tais como uso da cor, por exemplo, na construção da argumentação no gênero reportagem.

A reportagem é, sem dúvida, um gênero reconhecidamente multimodal. Mesmo se o seu suporte for em papel, este gênero apresenta vários tipos de modos semióticos, tais como fotografias, infográficos, tabelas, entre outros, além do uso da cor e do tamanho da letra para salientar uma informação específica. Esta confirmação traz como implicação o fato de que os diferentes sistemas (verbais e não verbais) vão interagir para que seja possível atender à função social deste gênero. Além disso, a reportagem caracteriza-se por apresentar uma interpretação dos fatos jornalísticos. Como Medina (1988) especificou, a reportagem caracteriza-se por ter um olhar *subjetivo* quando o repórter escolhe um foco na abordagem da descrição e observação dos acontecimentos. Assim, ao contrário da notícia em que predomina a apresentação dos fatos e dos editoriais (ou artigos de opinião) em que lemos os juízos de valor, a reportagem apresenta a interpretação de maneira mais desenvolvida. É importante notar que esta interpretação é construída tanto pelo linguístico como pelo visual. E é na conjugação destes dois elementos que se constrói uma argumentação com o objetivo de obter a credibilidade por parte do leitor.

No intuito de atingir o nosso objetivo, iremos trabalhar com duas reportagens recolhidas na *Visão*, revista de circulação em Portugal. Vamos analisar as reportagens de capa, as chamadas “grandes reportagens”. Desse modo, analisaremos tanto a capa quanto as páginas internas da *reportagem*. Como resultado do nosso trabalho, esperamos contribuir para refletir sobre o funcionamento de textos em que se congregam elementos linguísticos e não verbais, verificando a forma como eles se articulam na sua ação social, inclusive, no processo de persuasão¹ do leitor para a adesão a tese defendida pelo repórter.

1 Consideramos aqui o termo “persuadir” como a intenção de levar o interlocutor a acreditar em algo ou a fazer algo. O mesmo que convencer ou induzir.

2. Argumentação nos estudos da linguagem: algumas considerações

A preocupação em entender a argumentação remonta à antiguidade clássica, mais precisamente quando Aristóteles sistematiza os estudos da Retórica Clássica, relacionando-os ao próprio ato de argumentar. De facto, ao fazer um levantamento sobre os pensamentos deste filósofo, encontramos, nos três livros dedicados à Retórica, elementos que fundamentam e influenciam os posteriores trabalhos desenvolvidos sobre esse tema.

A problemática da argumentação ligada aos estudos da linguagem, segundo Koch (2002, p.18), começa a ter um lugar de destaque com o surgimento da Pragmática. Contudo, foram os trabalhos de Perelman (1977), filósofo e jurista, que deram um novo impulso aos estudos sobre argumentação ao procurar atualizar a retórica clássica aos contextos atuais.

Atualmente, para os estudos linguísticos, os trabalhos de Ducrot (1972) e Anscombre & Ducrot (1972) fornecem caminhos que orientam a perceber processos argumentativos na língua. E, mais especificamente, para o campo dos estudos textuais, Adam (2008) dá um importante contributo ao apresentar um outro olhar sobre este tema ao relacionar a argumentação às unidades que organizam o texto. Para este autor (1992), o texto é constituído por unidades prototípicas conhecidas como *sequências textuais* que são designadas como *narrativas, argumentativas, explicativas, descritivas e dialogais*. Estas sequências são consideradas unidades que entram na estrutura composicional dos textos. Com diversos modos de combinação lineares ou encaixados, as sequências aparecem nos textos de forma articulada, apresentando uma estrutura global. Ainda de acordo com Adam (1997), “La structure globale est, le plus souvent, déterminée par une autre donnée: le plan de texte”. Ou seja, as unidades que organizam os textos são parte do plano geral do texto. Por sua vez, o plano de texto é mais ou menos estabilizado quando o produtor adota um género textual e, na produção deste texto, adapta as características para atender ao propósito comunicativo. Isto significa que, de facto, os planos de textos são mais ou menos regularizados num género, no caso de Adam, género de discurso. Adam (1997) afirma ainda não ser possível separar a dimensão global do género de suas unidades microlinguísticas, o que põe em causa os limites da linguística clássica. Para este autor (Adam, 1997), a análise das formações discursivas começa pelo estudo do género que clarifica a ligação entre a organização textual e o lugar social em que foi constituído.

Além dessa dimensão composicional, Adam em trabalho com Bonhomme também associa a argumentação a uma dimensão mais conceptual, tal como podemos ler na citação abaixo:

Il ne faut pas confondre l'unité qui entre dans la composition des textes et que nous désignerons par le terme de séquence argumentative avec l'argumentation en général. Par le discours, le sujet parlant fait allusion à un "monde" (réel ou fictif, présenté comme tel ou non), il construit une représentation : c'est la fonction descriptive de la langue. Mais parler, c'est chercher à faire partager à un interlocuteur des opinions ou des représentations relatives à un thème donné, c'est vouloir provoquer ou accroître l'adhésion d'un auditeur ou d'un auditoire plus vaste aux thèses qu'on présente à son assentiment.

(Adam & Bonhomme, 1997, p. 109)

Assim, para Adam & Bonhomme (1997) a argumentação está subjacente à orientação do discurso para que possa haver a adesão do interlocutor da interação. Para isso, o produtor do texto procura mostrar um ponto de vista, defender uma tese. Sem dúvida, esta noção está relacionada à ação de persuadir. Segundo Pinto (2010, p. 84) esta definição de Adam aproxima-se da noção de teóricos como Perelman & Olbrechts-Tyteca. Estes autores defendem, assim como Adam, que a argumentação é organizada e direcionada para ter a adesão de um ouvinte ou de um público. Além disso, Pinto (2010, p. 85) salienta ainda que Adam (1999) integra as noções de *ethos* e *pathos*, procurando relacionar a argumentação com a construção das imagens dos enunciadores² no discurso.

Em suma, os estudos da linguagem mostram que a argumentação apresenta duas dimensões: uma dimensão conceptual que se relaciona com a sua noção, seus efeitos de sentido, sua descrição e classificação; e outra dimensão organizativa que é revelada em um plano de texto associado a um gênero, procurando mostrar a sua ação dentro de atividades sociais. Sem dúvida, o trabalho dos autores neste campo³ será reconhecido pelo enfoque que é dado a cada uma destas dimensões. Contudo, o destaque atribuído a uma dimensão não exclui a outra. Aliás, as duas dimensões podem ser analisadas em conjunto, como bem mostrou Adam (2008) ao analisar os discursos de De Gaulle e Pétain, nos Apelos de 17 e 18 de junho de 1940.

2 Neste caso, consideramos enunciadores como a instância responsável pelo enunciado.

3 Para mais detalhes sobre os diferentes autores que trabalham com argumentação, consulte Pinto (2010).

De facto, o nosso interesse neste artigo circunscreve-se ao objetivo de pôr em evidência o papel argumentativo dos diferentes modos semióticos. Assim, procuraremos mostrar que a argumentação não é apenas construída pela língua, mas também pelos recursos icónicos. Assim, assumiremos a noção de argumentação de Pinto (2010), tal como podemos ler a seguir:

Argumentação] corresponde a todos os *mecanismos plurisemióticos* (verbais e não-verbais) presentes em textos que circulam nas diversas atividades sociais (e são por elas coibidos) como o objetivo de *persuadir* determinado interlocutor a perfazer determinado ato, a aderir a uma ideia, a ser convencido a agir de determinada forma.

(Pinto 2010, p. 43)

Tal como mostra esta citação, a construção da argumentação corresponde tanto a processos verbais, como a processos não-verbais. Com efeito, em textos de géneros que são, de forma consensual, considerados multimodais como a reportagem, as imagens também são argumentos para a tese defendida pelo repórter. Partindo dessa noção central, vamos procurar mostrar como as imagens são argumentos para a tese do género *reportagem*.

3. Multimodalidade e a noção de texto multimodal

O termo *multimodalidade* refere-se a presença de diversos modos semióticos presentes na comunicação humana. Entre estes modos, podemos citar além da linguagem verbal, o gesto, a imagem, os infográficos, diagramas, tamanho das letras, tipos de letra, entre outros. Com o advento das novas tecnologias, cada vez mais há um interesse por parte dos estudiosos da linguagem humana em verificar quais os papéis que estes modos têm na sociedade.

Os primeiros autores que aplicaram o termo *multimodalidade* ao domínio dos estudos dos textos e dos discursos foram os investigadores Gunther Kress e Theo van Leeuwen. Estes autores concluíram que todos os textos são multimodais uma vez que na sua organização geral são observados mais de um modo semiótico. De facto, ao defender que a língua é construção social e ciente do papel do visual na realização dos textos e dos discursos, Kress & van Leeuwen (2006) concebem, na década de oitenta, um campo de estudo conhecido como semiótica social. Esta linha de investigação parte dos pressupostos gerais da linguística sistémica e funcional e aplica-os aos aspectos visuais da linguagem.

Assim, para a semiótica social, a multimodalidade se torna aspecto central. Com efeito, um dos pontos fundamentais da semiótica social é a de que analisar o multimodal é compreender todos os elementos que constituem a linguagem. Como consequência, estes autores tornam-se defensores de associar os elementos verbais e não-verbais em um estudo conjunto, verificando os diferentes significados que eles adquirem no texto. Para atingir este objetivo os autores elaboram um quadro teórico-metodológico conhecido como a *gramática do design visual* desenvolvida em Kress & van Leeuwen (2006). O interesse é prover uma gramática que também dê conta dos significados realizados pelo visual, procurando interpretar experiências e formas de interação social dentro de uma perspectiva semiótica. Para isso, os autores Kress & van Leeuwen (2006) retomam as três metafunções propostas por Halliday (1978), *interpessoal*, *ideacional* e *textual* da gramática sistêmico-funcional e aplicam-nas às análises de textos multimodais. Deste modo, Kress & van Leeuwen (2006) concebem outras três (meta)funções distintas que serão denominadas de significados, são elas: a *representacional*, *interacional* e *composicional*. Além disso, os autores nomeiam de *participantes* os elementos que participam tanto do contexto como aqueles que integram apenas no cotexto. Os participantes do contexto são conhecidos como interactivos e correspondem ao produtor e ao leitor do texto. Os segundos são conhecidos como participantes representados, sendo todos os elementos visuais que estão a participar no interior do texto. O quadro a seguir apresenta os três tipos de metafunções e qual o significado estabelecido:

Quadro 1: Tipos de significado na Gramática Design Visual

Representacional	Indica o que está sendo apresentado pela cena comunicativa, quais as relações que estão sendo construídas entre os participantes representados e quais as circunstâncias.
Interativa	Indica a relação entre os participantes (interativos e representados). Analisa as relações construídas entre quem vê e o que é visto.
Composicional	Indica a estrutura e a construção textual. Analisa a disposição dos elementos e seus respectivos significados.

É importante ainda referir que o seu alcance está, de certa forma, circunscrito às culturas ocidentais. Isto porque a relação entre linguagem verbal e não-verbal, como também o próprio reconhecimento e o papel do não-verbal,

é determinado pela cultura da qual provém o texto. Além disso, assumimos que as atividades comunicativas não só determinam a escolha do género, como também influenciam a função que os diferentes elementos semióticos irão ter no texto. E, como consequência, o texto enquanto materialização empírica do género vai apresentar na sua própria organização interna os elementos que evidenciam a relação entre o género e a atividade social.

4. Multimodalidade na reportagem da revista *Visão*

Podemos afirmar que os elementos norteadores da atividade jornalística são a informação, interpretação e opinião. O funcionamento desta tríade fundamenta-se em três objetivos: apresentar os fatos (informação), relacionar os diferentes fatos (interpretação) e o julgar estes fatos (opinião). A ênfase dada a cada um dos objetivos vai caracterizar o texto jornalístico (Medina, 1988). Isto quer dizer que, enquanto na notícia predomina a apresentação dos fatos e nos editoriais (ou artigos de opinião) os juízos de valor, é na reportagem que a interpretação dos fatos encontra a sua expressão mais desenvolvida. Para Medina (1988), esta interpretação é construída a partir do olhar subjetivo do repórter ao escolher um foco na abordagem da descrição e observação dos acontecimentos. Essa escolha é construída tanto pelo linguístico como pelo não-verbal.

É na conjugação destes dois elementos, verbal e não-verbal, que se constrói uma tese a ser apresentada em uma argumentação direcionada para persuadir o leitor a aderir ao ponto de vista do repórter, sendo este ponto de vista sempre subjectivo. Vejamos agora o papel do não-verbal na construção desta argumentação. Apresentaremos como primeiro exemplo a reportagem da revista *Visão* publicada na semana de 05/11/2015 a 11/11/2015.

A reportagem, intitulada *O Amigo, O dinheiro e as Escutas* tem 7 páginas e é uma reportagem de capa, tendo assim o papel de atrair o leitor para a compra da revista. A temática é sobre as transferências de dinheiro entre o ex-primeiro-ministro de Portugal, José Sócrates e o empresário Carlos Santos Silva, desde o ano de 2013. O inquérito para investigação foi instituído com base na alegação de que essa transferência corresponderia a um caso de corrupção. Esta alegação baseia-se tanto pelo alto montante da transferência, 23 milhões, quanto pelas suas particularidades, tais como, a não devolução do empréstimo, entre outras, apesar de não saberem de onde veio o dinheiro e

Exemplo 1:



Figura 1. Capa da Reportagem da *Visão* da semana 05 a 11/2015.

em troca do quê. Apesar de na altura o caso ainda estar em fase de inquérito, portanto sem certezas quanto à condenação do arguido, nesse caso, a tese instituída pelo repórter parece ser o da culpabilidade de Sócrates. Tal como já dito, vamos enfatizar os aspectos icónicos e mostrar que a imagem corrobora esta tese.

Começaremos a nossa análise a partir da capa da revista, uma vez que todo percurso interpretativo da reportagem irá começar exactamente pela capa. Visualmente, a capa apresenta o ex-primeiro-ministro a caminhar num caminho formado por notas de 500 euros. Nesta primeira visualização, detetámos o significado representacional. Para os autores Kress & van Leeuwen (2006), o significado representacional divide-se em dois tipos: as narrativas e as conceituais. As representações narrativas podem ser identificadas pelo analista como ações, eventos e processos de mudança que é representado pela imagem. Quanto ao significado conceitual, não é possível visualizar ações, mas as imagens representam os participantes conceitualmente, em termos de tipos ou classes, caracterizando-os na sua estrutura ou significação.

Na imagem da capa, percebemos tanto a representação narrativa, em que mostra o ex-primeiro-ministro a caminhar, quanto a representação conceitual, representada pelas notas de dinheiro. É a junção destes dois tipos de representações que leva o leitor a interpretar que o antigo primeiro-ministro

está envolvido em esquemas que o permitem ter muito dinheiro. A própria imagem do dinheiro traz uma representação de riqueza dentro da sociedade ocidental. Ao visualizar esta representação, o leitor é induzido a acreditar que a ação de caminhar sobre o dinheiro significa “ter muita riqueza”. Esta ideia é reforçada pelo título da capa “Tudo o que há contra Sócrates”, ou seja, a reportagem apresentará o que há contra o agente e não procurará fornecer dados sobre o que há a favor. Outro elemento semiótico, além da imagem, que induz a esta interpretação é o uso do negrito e de letras maiúscula no título. Esta saliência reforça a construção de significados já apresentados pelo visual. Simultaneamente, também, ocorre o reconhecimento do papel social dos agentes envolvidos na reportagem, o que poderá influenciar na adesão da tese. Como visualizámos, a imagem retrata uma figura pública que teve um papel social importante, primeiro-ministro em Portugal de 2005 a 2011, e, por isso mesmo, este papel social incute a interpretação de que caminhar sobre o dinheiro seja considerado, à partida, como um indício que o culpabiliza. Desse modo, podemos afirmar que a representação conceitual realizada na identificação da fotografia do personagem traz informações sobre o participante da imagem para, a partir destas informações, o leitor reconhecer o que a imagem significa ou o que ela é. Esta representação estabelece, assim, a identidade desse participante, fornecendo inferências para a constituição da tese. Assim, a capa qualifica-se, no percurso argumentativo, como o primeiro contato do leitor com a ponto de vista do repórter apresentado na *reportagem*.

Esta interpretação será reforçada no seguimento da reportagem; vejamos as duas primeiras páginas, 40 e 41:



Figura 2.
Reportagem em
análise – p. 40-41.

Mais uma vez, temos uma representação conceitual que retoma o significado construído pela figura 1. Aqui, o ex-primeiro-ministro é representado como tendo dinheiro até o pescoço, sendo mesmo quase “afogado” pelo grande número de notas (notas de 20 euros). Fica de fora apenas o seu rosto que interage com o leitor através do olhar e do seu sorriso. Neste momento, constrói-se o significado interacional a partir do olhar de Sócrates para o leitor. Parece mesmo que Sócrates, ao interagir com o leitor, mostra a sua satisfação através deste sorriso. Ao lado do seu rosto, temos o título, *O Amigo, O dinheiro e as Escutas*, e o *lead*. Abaixo do *lead*, está o mar de notas. A própria imagem já responde a algumas questões do *lead*, pois não só participa da temática, como também, e principalmente induz inferências no processo de leitura de que Sócrates é culpado, uma vez que está submerso numa grande quantidade de dinheiro. Para esta interpretação, a representação conceitual tem um papel fundamental, pois a relação que o leitor fará a partir do visual é entre o papel social do personagem representado com o simbolismo do “mar” de dinheiro. Esta relação será reforçada pelo título: O Amigo (aquele que “deu” o dinheiro), o Dinheiro (a quantia elevada) e as Escutas (a prova da culpa). Outro exemplo de representação conceitual, do tipo analítico, que induz a significação da culpabilidade encontra-se na página 46 que apresentamos a seguir:

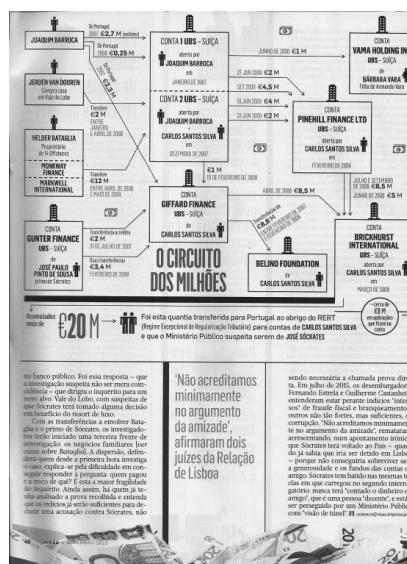


Figura 3.
Reportagem em
análise – p. 46.

A imagem mostra o caminho por onde seguiu o dinheiro. Este esquema tem como título, “O Circuito dos Milhões”. O título aparece na cor vermelha e centrada, apresentando um alto grau de saliência. Também, o uso da preposição “de” contraída com o artigo definido “os”, mostra que não é qualquer dinheiro, isto é, o uso do determinante em “dos” ou “os” reforça a ideia de que o circuito refere-se aos milhões do Sócrates. Além disso, o circuito ocupa metade da página e, logo abaixo deste esquema, aparece em destaque a citação “não acreditamos minimamente no argumento da amizade” dita por dois juízes da Relação de Lisboa que participam do processo. Este uso do argumento de autoridade (citação dos juízes) juntamente com a representação conceitual e também a composicional (saliência pela cor e posição na página) vão ser estratégias utilizadas para poder convencer o leitor a acreditar na culpa do arguido.

Contudo, como já referimos, o processo ainda está a decorrer e a revista, para manter a sua “objetividade” não deve assumir publicamente a culpabilidade de uma pessoa que ainda é considerada arguida. Para o Direito português, quando se instaura o processo e o envolvido é considerado arguido, ou seja, quando há indícios que o constituem como tendo cometido um delito, ele é considerado inocente até que seja confirmado, em sentença, a sua culpa. Só então, após a conclusão do processo, passa a ser considerado condenado. Neste caso, o ex-primeiro-ministro é um arguido e, portanto, deve ser dado o benefício de ser, à partida, considerado como inocente.

Ciente desta premissa, o repórter deverá salvaguardar a si e ao jornal/ revista (sob o risco de ser processado tanto o autor da reportagem quanto a revista) e não poderá assumir publicamente a culpa da pessoa envolvida, apesar de usar estratégias que induzem a esta conclusão. Assim, pela linguagem verbal, o produtor do texto modaliza a sua escrita, recorrendo, para isso, a várias estratégias que dão um grau de incerteza ao discurso. Entre estas estratégias está, por exemplo, o uso do tempo futuro perfeito, “terá recebido”, “terá havido”, “terá motivado”. Esta construção verbal, que será recorrente em toda a reportagem, procura colocar as afirmações no campo do “incerto”, da “dúvida”, apesar de o uso do não-verbal levar o leitor para a interpretação oposta.

Vejamos agora o segundo exemplo retirado da revista *Visão*. Tal como o exemplo 1, começaremos a nossa análise pela capa da revista:

Exemplo 2:



Figura 4. Capa da Reportagem da *Visão* da semana 04-10 de outubro de 2012.

A reportagem, intitulada *Descubra as diferenças (receitas para sair da crise) em Portugal e Lá fora*, tal como o primeiro exemplo é uma reportagem de capa e tem, mais uma vez, o papel de atrair o leitor para a compra da revista. A temática é uma comparação entre as medidas para sair da crise económica que atingiu a Europa tomadas por Portugal e por outros países europeus. Contudo, apesar de a temática ser a comparação, a tese defendida pela reportagem não se centra numa simples comparação. Ela vai ser construída para mostrar que as medidas tomadas por Portugal são ineficientes e que os outros países estão a tomar medidas acertadas. Aliás, visualmente, a capa é organizada, fazendo uso do significado composicional. O verbal é organizado em duas colunas. A da esquerda mostra as medidas tomadas por Portugal, que está apresentado com saliência na cor vermelha, o que é convencionalmente associado ao perigo. Já a coluna da direita que mostra as medidas de outros países está numa cor mais neutra, a amarela, mas ainda com algum grau de saliência. Assim, a composição da capa já evidencia a tese “tudo o que Portugal não fez e poderia ter feito. E o que Portugal está a fazer mas não devia.” Vejamos as duas primeiras páginas desta *reportagem*



Figura 5. Reportagem em análise – p. 49.

O título *Os caminhos alternativos da austeridade* em grande saliência apresenta uma lista de exemplos que deveriam ser considerados como alternativa para as medidas imposta pelo governo de Portugal em 2012. Neste exemplo, podemos observar que as medidas estão com saliência a amarelo e a informação sobre quais os países que foram responsáveis pela medida é fornecida pela imagem e pelo nome que está sem grande saliência. Assim, a medida “redução de impostos” foi tomada pela Alemanha, “taxar os mais ricos” pela França, “menos descontos para a Segurança Social” pela Itália e “aumento do salário mínimo” pelo Reino Unido. Aqui, o que está em causa não são as consequências negativas destas medidas, mas o efeito positivo que será ressaltado ao longo da *reportagem*. Nas páginas a seguir, toda a argumentação será construída visualmente para corroborar a tese já apresentada na capa. Para ilustrar, mostraremos mais duas páginas desta reportagem.

Na página *Lá fora Pequena grandes diferenças* (p. 54) as medidas de sucesso dos outros países são apresentadas em forma de lista. Certamente, estamos a visualizar uma argumentação com provas concretas de que as medidas de sucesso apresentadas na *reportagem* são as mais favoráveis para Portugal e,

ainda, que dentre tantas outras medidas, estas foram escolhidas e salientadas pelo repórter. Esta lista será reforçada pelos argumentos das autoridades apresentados na página 51. Isto é, os diferentes papéis sociais atribuídos às autoridades vão endossar com citações as medidas mais benéficas, fornecendo, eles mesmos, medidas alternativas àquelas tomadas por Portugal. Claro está que, ao ler o corpo do texto, o repórter mostra, por exemplo, o caso francês de fuga de fortunas em França ao ser tomada a decisão de taxar os mais ricos, mas este lado negativo de uma medida considerada positiva só está marcado linguisticamente, no corpo do texto. Visualmente, a indicação é de total positividade. Assim, o argumento de autoridade, o uso de citações, associado a criação de um significado interativo, pela apresentação das fotografias das diversas personalidades com papéis sociais valorizados, reforçam a tese desta reportagem que é procurar salientar o efeito positivo de ações tomadas por outros países ao contrário das ações tomadas pelo governo português.

5. Conclusão

Certamente, o uso do visual está cada vez mais presente nos diversos textos que circulam socialmente. Podemos mesmo afirmar que todos os textos são multimodais uma vez que congregam diversos modos semióticos. Na sequência desta afirmação, e como resultado desta diversidade, podemos afirmar que todos os elementos, sejam verbais e não-verbais, vão participar para atingir o papel comunicativo do texto na sociedade. Esta é uma mudança de paradigma que os estudiosos da linguagem não podem ignorar. De facto, o texto, como atividade global da comunicação, é produto da interação humana. Além disso, esta interação é feita por diversos modos semióticos que vão influir na interpretação do texto. Portanto, os recursos não visuais podem ser estratégias argumentativas relevantes em vários géneros textuais, e, como procurámos mostrar, tornam-se fundamentais na construção argumentativa da reportagem. Assim, reiteramos a ideia de que estes recursos não linguísticos podem atuar como marcadores de ponto de vista e entram na organização geral do texto. Sem dúvida, um olhar mais crítico acerca do funcionamento destes recursos pode ajudar a desenvolver leitores mais críticos. Como bem defendem Kress, Leite-Garcia & Van Leeuwen (1997), a linguística deve procurar responder às práticas, preocupações e necessidades no uso da linguagem nos nossos dias. E, sem dúvida, no uso da língua, o verbal interage cada vez mais com o não verbal. Portanto, analisar a relação entre os diferentes modos semióticos é essencial se quisermos entender como se processa a comunicação em nossos dias.

Referências

- Adam, J.-M. (2008). *A linguística Textual : Introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez.
- Adam, J.-M. (1999). *Linguistique textuelle : des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan.
- Adam, J.-M. & Bonhomme, M. (1997). *L'Argumentation Publicitaire: Rhétorique de L'Éloge et de la Persuasion*. Paris: Nathan.
- Anscombre, J.-C. & Ducrot, O. (1972). *L'argumentation dans la langue*. Liège: Mardaga.
- Bazerman, C. (2005). *Gêneros Textuais, Tipificação e Interação*. São Paulo, SP: Cortez Editora.
- Bronckart, J.-P. (2008). Genre de textes, types de discours et degrés de Langue. *Revue Texto!* Janvier, vol. XIII, nº 1. Disponível em: http://www.revue-texto.net/docannexe/file/86/bronckart_rastier.pdf

- Bronckart, J-P. (1999). *Atividades de Linguagem, Textos e Discursos. Por um Intercionismo Sócio-discursivo*. São Paulo: Editora da PUC-SP, EDUC.
- Coutinho, M. A. (2005). Para uma linguística dos gêneros de texto, *Diacrítica*, 19(1), 73-88.
- Dionísio, A. & Vasconcelos, L. (2013). Multimodalidade, Gênero Textual e Leitura. In C. Buzen & M. Mendonça (Orgs), *Múltiplas Linguagens para o Ensino Médio* (pp. 19-42). São Paulo: Parábola.
- Dionísio, A. (2006). Gêneros multimodais e multiletramento. In A. Karwoski, B. Gaydeczka & K. Brito (Orgs), *Gêneros Textuais: reflexões e ensino* (pp. 131-144). Rio de Janeiro: Lucerna.
- Ducrot, O. (1972). *La preuve et le dire*. Paris: Mame
- Halliday, M. A. K. (1978). *Language as Social Semiotic. The Social Interpretation of Language and Meaning*. London: Edward Arnold.
- Koch, I. (2002). *Argumentação e Linguagem* (7ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Kress, G. (2003). Multimodality, Multimedia and Genre. In *Literacy in the New Media Age* (pp. 106-121). London: Routledge.
- Kress, G. & van Leeuwen, T. (2006). *Reading Images. The Grammar of Visual Design*. London: Routledge.
- Kress, G, Leite-Garcia, R. & Van Leeuwen, T. (1997). Discourse Semiotics. In Van Dijk (Ed.), *Discourse as Structure and Process: Studies a Multidisciplinary Introduction* vol 1 (pp. 257-291). Série Discours: Sage Publication,
- Leal, A. (2011). A organização textual do gênero cartoon: aspectos linguísticos e condicionamentos não-linguísticos. *Tese de Doutorado em Linguística. Teoria do Texto*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Medina, C. (1988). *Notícia: um produto à venda*. São Paulo: Summus Editorial.
- Perelman, C. (1977). *L'empire rhétorique*. Paris: Vrin.
- Pinto, R. (2010). *Argumentar e Persuadir: práticas jornalística, jurídica e política*. Lisboa: Quid Juris.
- Pinto, R. & Leal, A. (2012). *Argumentação e Multimodalidade em Textos Mediáticos*. Porto: JADIS II, 5-7 novembro de 2012.

Fontes

- Revista *Visão* – semana 04/outubro a 10/ outubro 2012 – Medipress - Sociedade Jornalística e Editorial, Lda.
- Revista *Visão* – semana 05/novembro a 11/ novembro 2015 – Medipress - Sociedade Jornalística e Editorial, Lda.

[recebido em 30 de novembro de 2017 e aceite para publicação em 21 de junho de 2018]

A POLIFUNCIONALIDADE DE *MESMO* NO PORTUGUÊS EUROPEU CONTEMPORÂNEO

THE POLYFUNCTIONALITY OF *MESMO* IN CONTEMPORARY EUROPEAN PORTUGUESE

Ana Cristina Macário Lopes*
acmacariol@gmail.com

Este artigo visa contribuir para um conhecimento mais aprofundado do comportamento sintático, semântico e pragmático de *mesmo* no português europeu contemporâneo. Assume-se à partida que as categorias gramaticais são fluidas, havendo deslizamentos intercategoriais regulares quando se atenta no plano do uso das línguas naturais. Assume-se ainda que os significados de um item lexical polifuncional se interligam por ‘parecenças de família’, com zonas parciais de sobreposição ou de imbricação. Assim, partindo da análise de ocorrências recolhidas no CETEMPúblico, verificou-se que o item *mesmo* pode funcionar como adjetivo, como advérbio e ainda como conector interoracional, sendo relevante a distribuição sintática para a sua caracterização categorial e semântico-pragmática. Como adjetivo, salienta-se o seu comportamento atípico e analisam-se os seus usos de dependência externa e interna; como advérbio, caracterizam-se dois usos distintos, o uso como advérbio focalizador inclusivo e o uso como advérbio intensificador da força ilocutória do enunciado; finalmente, descreve-se o contributo do item entretanto gramaticalizado como conector para a semântica das construções concessivas. O artigo termina com uma tentativa de interligação dos diferentes valores elencados.

Palavras-chave: *mesmo*, polifuncionalidade, português europeu contemporâneo

The main goal of this paper is to contribute to a thorough knowledge of the semantic, syntactic and pragmatic behavior of the item *mesmo* in contemporary European Portuguese. It is assumed that grammatical categories are flexible and there are regular

* CELGA-ILTEC/ FLUC, Universidade de Coimbra, Portugal.

inter-categorical transitions, when the research focus is the usage of language. It is also assumed that the meanings of a polyfunctional lexical item are related through ‘family resemblances,’ with partial overlaps. The data analyzed in this paper were collected from CETEMPúblico, an on-line written corpus. The results of the research indicate that *mesmo* may behave as an adjective (even though a non-prototypical one), as an adverb and as an inter-clausal connective. As an adjective, we describe its external and internal dependent uses; as an adverb, two different subtypes were identified: an inclusive focus adverb and an intensifier adverb, modifying the illocutionary force of the utterance. As a connective, we highlight its contribution to the semantics of concessive constructions. In the last section of the paper, there is an attempt to relate the different values of the item.

Keywords: *mesmo*, polyfunctionality, contemporary European Portuguese.

*

1. Introdução

Parece-nos consensual, hoje em dia, que não há fronteiras rígidas entre categorias gramaticais, a partir do momento em que se parte da observação direta do funcionamento discursivo da língua. A fluidez categorial e os frequentes e regulares deslizamentos que se observam intercategoriaalmente, num *continuum*, quando se atenta no plano efetivo do uso das línguas naturais, tem sido assumida e evidenciada pela investigação levada a cabo no âmbito da linguística contemporânea, nomeadamente no quadro da linguística funcional (ou cognitivo-funcional).

Neste artigo, argumentar-se-á a favor de uma conceção similar de ‘porosidade’ categorial, a partir de um estudo de caso: o uso de *mesmo* no PEC. A palavra *mesmo* é, sem dúvida, uma das mais polifuncionais e desafiantes da língua portuguesa, e, todavia, nenhum estudo sistemático lhe foi ainda consagrado, tanto quanto sabemos. Quando se indaga a sua classe gramatical, surgem várias categorizações, em dicionários e gramáticas, de adjetivo a advérbio, passando ainda por pronome; quando se pesquisa o seu significado, verifica-se igualmente que são vários, em diferentes domínios nocionais, em função dos seus contextos de uso, uma instância clara do princípio da economia e versatilidade que preside ao funcionamento das línguas naturais.

Partindo dos poucos elementos descritivos disponíveis no que ao português diz respeito (Cunha & Cintra, 1984, Costa 2008, Raposo 2013, Vieira 2015), e convocando reflexões recentes sobre o funcionamento de itens similares noutras línguas (Bosque 2012, Oxford 2010, Charnavel 2010, nomeadamente), este estudo propõe-se contribuir para aprofundar o conhecimento do funcionamento de *mesmo*, a partir de uma análise de dados empíricos recolhidos no CETEMPúblico (100 ocorrências, aleatoriamente selecionadas), aos quais se acrescentaram alguns exemplos construídos. O objetivo último é facultar uma descrição tão integrada quanto possível da polifuncionalidade sincrónica de *mesmo*, no quadro de uma teoria linguística que ancora nas seguintes premissas: o significado linguístico não é homogéneo, antes se distribui por diferentes domínios que resultam, em última análise, das diferentes funções que a linguagem verbal desempenha ao ser discursivamente usada, nomeadamente a representação do mundo externo ou socio-físico e a interação social; os diferentes significados de um item lexical agrupam-se por ‘parecenças de família’, com consequentes sobreposições e/ou imbricações.

A estrutura deste trabalho é a seguinte: na secção 1, analisam-se os contextos sintáticos de ocorrência e os valores semânticos de *mesmo* com funções adjetivais; a secção 2 é consagrada a um breve questionamento do estatuto de pronome demonstrativo da expressão *o mesmo*; na secção 3, analisa-se o comportamento sintático e semântico de *mesmo* como advérbio focalizador, sendo descrito, em termos semântico-pragmáticos, o seu funcionamento inclusivo; na secção 4, destacam-se os usos de *mesmo* com advérbio intensificador; na secção 5, abordam-se os usos conetivos do item, isolado ou como parte de locuções conjuntivas, sendo dado particular realce à sinalização de nexos concessivos e condicionais-concessivos; na secção 5, tecem-se algumas considerações finais, centradas na possível articulação dos diferentes valores atestados.

2. *Mesmo* com funções adjetivais: contextos sintáticos de ocorrência e valores semânticos

O corpus faculta numerosas ocorrências de *mesmo* que podem ser classificadas como adjetivais, assumindo-se à partida que faz parte do estatuto categorial do adjetivo uma função atributiva de propriedades. Com funções adjetivais, *mesmo* funciona como modificador nominal, concordando

flexionalmente em género e número com o N, comportamento típico dos adjetivos em português.

Parece-nos possível destacar três tipos de contextos de ocorrência de *mesmo* adjetivo, no PEC: o primeiro envolve a seleção de um complemento, o segundo corresponde a um uso externo (na terminologia, entre outros, de Bosque 2012) e o último configura um uso interno ou dependente (na terminologia do mesmo autor). Vejam-se os seguintes exemplos:

- (1) *ext276356-eco-91a-1*: A Elf tem a mesma posição que a Soponata (10%).
- (2) *ext96582-pol-92b-3*: Na ilha, na cidade de Angra do Heroísmo, situa-se a residência oficial do ministro da República e a mesma cidade é sede da diocese dos Açores.
- (3) *ext562793-eco-93b-1*: Nessa altura, todos os estudos sobre o sector apontavam para a mesma solução: falência das maiores fundidoras de ferro.
- (4) *ext1084740-pol-92b-3*: Cresceram os dois ali, naquela terra lá em baixo, (...), os mesmos amigos, Verões antigos.

Em (1), *mesmo* denota a identidade dos elementos postos em relação. Assim, (1) é parafraseável por ‘a posição da Elf é igual à posição da Soponata’. Tradicionalmente, construções deste tipo têm sido consideradas construções *comparativas*. Em Marques (2013), considera-se que envolvem a expressão da comparação por meios lexicais, sem, no entanto, envolverem a noção de grau, típica das construções comparativas prototípicas. Aceitando esta perspetiva, podemos então dizer que em (1) o complemento selecionado por *mesmo* (*que a Soponata*) funciona como o segundo termo de uma comparação de igualdade, estabelecendo uma relação sintático-semântica com o argumento externo do verbo *ter* (*a Elf*).

Na ausência de um complemento expresso, a entidade relativamente à qual se predica a identidade pode ser identificada de duas formas: uma delas corresponde ao uso externo de *mesmo* e convoca o contexto verbal circundante para a resolução referencial direta do SN hospedeiro; a outra corresponde ao uso interno ou dependente de *mesmo* e envolve um cálculo mais complexo da referência do SN hospedeiro, como adiante se verá.

Olhando para os exemplos, verifica-se que, em (2), a referência do SN que contém *mesmo* é dada pelo antecedente que ocorre no discurso prévio, Angra do Heroísmo. Trata-se, pois, de um uso externo anafórico de *mesmo*, já que a identificação da entidade denotada pelo SN é dependente de informação presente no contexto verbal. Em (3), atesta-se um outro uso externo

de *mesmo*, um uso catafórico, em que a identificação referencial da entidade denotada pelo SN que contém o adjetivo é facultada pelo cotexto subsequente: *a mesma solução é a falência das maiores fundidoras de ferro*.

Já o exemplo (4) ilustra o uso interno de *mesmo*. O SN *os mesmos amigos* é parafraseável por ‘os amigos de x coincidiam com os amigos de y’, sendo x e y os dois indivíduos mencionados no início do enunciado. Faz-se, pois, referência a um conjunto indeterminado de amigos, que verificam a propriedade de ser idênticos para as entidades referenciadas pelo SN *os dois*.

Como muito pertinentemente sublinha Bosque (2012), este uso interno de *mesmo* requer uma expressão com um traço de plural no seu contexto sintático, podendo tal pluralidade ser expressa de diferentes modos e dizer respeito quer a entidades quer a situações. No caso vertente, a expressão com traço plural é o SN *os dois*. Veja-se a agramaticalidade de (4a):

(4a) *Ele cresceu ali, os mesmos amigos...

Para além de SN quantificados (seja através de quantificação universal, existencial ou numeral), o traço plural pode aparecer num conjunto diverso de contextos sintáticos, nomeadamente sintagmas coordenados (5), SN definidos plurais (6) ou expressões que manifestam pluralidade ao nível lexical (7):

(5) *O Rui e a Joana viram o mesmo filme.*

(6) *Estes alunos leram o mesmo artigo.*

(7) *O governo persistiu nas mesmas medidas de austeridade.*

Embora manifeste afinidades com a categoria dos adjetivos, como já foi assinalado, *mesmo* tem, no entanto, comportamentos atípicos, que o colocam na periferia dessa categoria.¹ Vejamos, então, alguns desses comportamentos. Ao contrário da larga maioria dos adjetivos no PEC, que podem ocorrer em posição pré e pós-verbal, *mesmo* não tem tal mobilidade, ocorrendo sempre em posição pré-nominal e em adjacência obrigatória ao nome. Uma alteração de posição acarreta automaticamente a agramaticalidade da construção, como a seguir se atesta:

1 Considerar-se-á, neste estudo, que o protótipo da categoria são os adjetivos qualificativos, dado que é normalmente por contraste com estes que se definem outras subclasses, nomeadamente a subclasse dos relacionais.

(2a) (...) na cidade de Angra do Heroísmo, situa-se a residência oficial do ministro da República e *a cidade mesma é sede da diocese dos Açores.

(3a) Nessa altura, todos os estudos sobre o sector apontavam para *a solução mesma: (...)

(4b) Cresceram os dois ali, (...) *os amigos mesmos (...)

Por outro lado, ao contrário dos adjetivos prototípicos, que podem ocorrer também como predicadores (8), *mesmo* não verifica esta propriedade (9):²

(8) O comportamento dele é idêntico (ao do irmão).

(9) *O comportamento dele é mesmo (que o do irmão).

Acrescente-se ainda que, contrariamente aos adjetivos prototípicos, *mesmo* não ocorre no escopo de modificadores de grau (*uma muito acertada solução* vs. **uma muito mesma solução*) e não assume formas comparativas (*tão alegre como* vs. **tão mesmo como*); todavia, partilha com os adjetivos prototípicos a forma superlativa (*acertadíssima* / *mesmíssima*).

Uma outra propriedade que coloca *mesmo* numa posição periférica relativamente ao centro prototípico da classe dos adjetivos é o facto de ele não ocorrer nunca como aposto:

(10) *A cidade, mesma, fica a 5km do mar.

Prosseguindo a análise deste adjetivo com comportamento atípico, verificamos que em português, ao contrário do que acontece noutras línguas,³ *mesmo* pode combinar-se com o artigo definido e com o artigo indefinido. E constata-se ainda que o artigo definido que precede *mesmo* pode alternar muitas vezes com o artigo indefinido, nomeadamente nos usos internos, não parecendo verificar-se uma alteração do significado global do enunciado, como se demonstra em (11):

(11) *ext42273-pol-92b-1* O Presidente da República Mário Soares saudou ontem Bill Clinton pela sua «brilhante vitória», esperando que o sucessor de George Bush contribua para o «reforço dos velhos laços» que unem os dois países, há muito irmanados na defesa de um /[o] mesmo tipo de sociedade.

2 No entanto, o sintagma *o mesmo* (e respetivas flexões de género e número) pode ocorrer como predicador: *ext22420-nd-92a-1* As perguntas são *as mesmas* para todos.

3 Veja-se Oxford (2010), sobre o item parcialmente equivalente *same*, em inglês.

Importa ainda destacar que nos seus usos externos, anafórico e catafórico, o SN que contém *mesmo* admite a ocorrência de um determinante demonstrativo, ao contrário do que acontece nos usos internos:

- (2b) (...) na cidade de Angra do Heroísmo situa-se a residência oficial do ministro da República e *essa mesma cidade* é sede da diocese dos Açores.
- (11a) Mas os seus efeitos práticos, somados aos novos poderes de codecisão do PE, acabam por alimentar *este mesmo* objetivo: democratizar as instituições da União, preservando a sua dupla «alma» federal e intergovernamental.
- (3c) Cresceram os dois ali, naquela terra lá em baixo, **esses mesmos* amigos (...)

Constatações deste tipo levaram Bosque (2012) a argumentar que, no uso de dependência interna, o SN que contém *mesmo* não identifica nenhuma entidade, podendo *mesmo* ser analisado como um quantificador indefinido. E, nesta ótica, *mesmo* afasta-se claramente dos adjetivos prototípicos, dado que estes não funcionam como quantificadores, e aproxima-se dos determinantes, que podem assumir tal função.⁴

Até agora, ilustrámos contextos de uso em que o SN em que ocorre o adjetivo atípico *mesmo* pode ser interpretado (i) sem recurso a informação contextual (casos de explicitação de complemento e usos de dependência interna) e (ii) com recurso a informação contextual (casos de uso anafórico e catafórico). Nestes últimos contextos, *mesmo* aproxima-se do funcionamento dos demonstrativos endofóricos, podendo, inclusive, coocorrer com *este/esse*: *este mesmo N*. Nos casos de coocorrência, a função de *mesmo* parece envolver uma identificação enfática do referente, o que aponta para um valor intensificador do item em apreço.

Em suma, vimos, nesta secção, que *mesmo* pode ser analisado como adjetivo não prototípico: adjetivo, dado que funciona como modificador nominal e expressa uma propriedade – a identidade dos elementos que põe em relação; não prototípico dado que o seu comportamento sintático e semântico o afastam do clássico comportamento dos adjetivos (qualificativos), aproximando-o dos determinantes quantificadores (usos internos) ou das expressões demonstrativas anafóricas e catafóricas (usos externos).

Recorrendo parcialmente ao quadro elaborado por Veloso & Raposo (2013, p. 1387), elencaremos de seguida as propriedades atestadas do adjetivo *mesmo*:

4 Charnavel (2010) analisa *le même*, em francês, como um *determinante complexe*.

Quadro 1. Propriedades do adjetivo *mesmo*

Função predicativa	-
Graduabilidade	Só ocorre o superlativo absoluto sintético
Anteposição ao nome	+
Adjacência obrigatória ao nome	+
Ocorrência como aposto	-

Não queremos encerrar esta secção sem mencionar que Raposo (2013, pp. 917-918) considera que *mesmo*, combinado com pronomes pessoais, em enunciados do tipo (i) *ele mesmo achou que o vinho era péssimo*, é também um adjetivo, dito ‘intensificador’, “indicando o carácter inesperado de se atribuir uma determinada predicação ao referente do pronome”. Contrariamente ao autor, consideramos que, em contextos como os que o exemplo ilustra, *mesmo* salienta como informação relevante o facto de ser o indivíduo referenciado por *ele*, e não uma outra pessoa, a ter achado o vinho péssimo. Neste sentido, o falante enfatiza a identidade da pessoa designada, não havendo qualquer valor de surpresa associado à construção. Por outro lado, a ocorrência de *mesmo* parece-nos ativar uma pressuposição (alguém achou o vinho péssimo, uma informação de background sobre a qual se inscreve a informação nova que se quer salientar). Veja-se o contraste entre (i) e (ii) *mesmo ele achou que o vinho era péssimo*: em (i), uma paráfrase aceitável seria *ele é mesmo (realmente) a pessoa que achou que o vinho era péssimo*; em (ii), *mesmo* ocorre como advérbio focalizador, ativando uma leitura que convoca indubitavelmente, essa sim, um valor de surpresa, como se verá detalhadamente na secção 3.

Atente-se num exemplo real do mesmo tipo, recolhido no corpus:

- (12) *ext15990-soc-91a-2*: Acompanhado pelos quatro patriarcas libaneses (de diversos ritos católicos), foi o próprio João Paulo II a anunciar esta iniciativa, no final da audiência geral de ontem, indicando que *ele mesmo* presidirá à assembleia.

O recurso a *mesmo* indica é comunicativamente saliente, para o falante, ser João Paulo II a presidir à assembleia. Uma vez mais, o enunciado parece-nos conter uma pressuposição (alguém presidirá à assembleia), sendo nova a informação de que essa pessoa é o Papa, e não outra pessoa.

Importa salientar que o adjetivo por nós analisado nos exemplos (1) a (11) funciona como um predicado simétrico de dois lugares, enquanto o adjetivo ‘intensificador’ referido por Raposo é um operador de um lugar. A única afinidade entre ambos é o facto de partilharem um valor semântico de identidade.

3. O *mesmo*: pronome demonstrativo?

Abrimos agora uma breve reflexão em torno da estrutura *o mesmo*, de modo a questionarmos o seu estatuto gramatical. Atente-se no exemplo que se segue:

- (13) *ext40960-nd-98a-2*: Falei com muita franqueza, de forma brutal, e ele fez o mesmo.

Uma das paráfrases de (13) é, seguramente, *falei com muita franqueza (...) e ele também*. Mas é igualmente possível recorrer ao demonstrativo *isso*: *falei com muita franqueza e ele também fez isso*. E é ainda admissível uma terceira paráfrase: *eu e ele falámos com o mesmo grau elevado de franqueza, de forma brutal*.

Olhando para a primeira paráfrase, verifica-se a possibilidade de substituição do SV (*fez o mesmo*) por *também*. Tal como o SV *fez o mesmo* retoma anaforicamente toda a predicação anterior, o mesmo acontece com o advérbio *também*. Como é sabido, *também* é um advérbio frequentemente utilizado no PEC em contextos de elipse, quando o falante se propõe evitar a repetição redundante de informação facilmente recuperável; e as frases compostas formadas por coordenação, como a que o exemplo (13) ilustra, são domínios preferenciais/prototípicos de elipse. Voltando então à paráfrase, constata-se que *também* sinaliza que o material linguístico omitido é idêntico ao que foi explicitamente realizado no contexto verbal anterior: *e ele também [falou com muita franqueza, de forma brutal]*.

Na segunda paráfrase, constata-se que o recurso ao demonstrativo anafórico *isso* não acarreta a dispensa do advérbio *também*, o que, a nosso ver, parece apontar para a não equivalência plena entre *o mesmo* e o pronome demonstrativo. Assim, diremos que *o mesmo* alia ao valor anaforizante um valor aditivo inclusivo, implicitando que a predicação se aplica igualmente pelo menos a uma outra entidade.

A última paráfrase proposta aproxima a estrutura em apreço das construções atrás analisadas, que rotulámos de uso de dependência interna de *mesmo*. De facto, em (13) predica-se uma identidade entre o modo de falar de duas pessoas: *o modo como eu falei, com muita franqueza, de forma brutal, foi idêntico/igual ao modo como ele falou*.

Assim, em contextos como o que paradigmaticamente se ilustra em (13), a análise tradicional que faz equivaler *o mesmo* a um pronome demonstrativo não parece a mais adequada. A estrutura em causa, que sem dúvida funciona, em articulação com o verbo *fazer*, como expressão anaforizante, parece só ser legitimada em contextos discursivos em que se descrevem duas situações, protagonizadas por agentes distintos, mas similares no que toca à predicação expressa. Trata-se, pois, diremos nós, de um caso particular de retoma elítica do predicado, sendo a expressão anaforizante equivalente a *fazer a mesma coisa*, o que reconduz o item ao funcionamento adjetival analisado na secção anterior, sob a designação de uso de dependência externa.

4. *Mesmo* como advérbio focalizador

O corpus atesta ocorrências de *mesmo* que se distanciam do funcionamento adjetival descrito na secção anterior. Veja-se o exemplo:

- (14) *ext37713-nd-97a-1* Mesmo o PSD, cujos votos solitários fizeram, em 1993, aprovar a lei actualmente em vigor, num contexto de guerrilha política com o então Presidente da República, Mário Soares, está agora na disposição de colaborar no «esforço de consensualização em marcha».

Em (14), *mesmo* é comutável por *até* e funciona como um advérbio focalizador com um valor inclusivo (Costa 2008, Raposo 2013).⁵ Trata-se desta feita de um advérbio, e, como tal, invariável, que modifica um sintagma nominal⁶, pondo-o em realce, isto é, chamando a atenção para a entidade por

5 Em Cunha & Cintra (1984), *mesmo*, neste tipo de usos, é classificado como “palavra denotativa de inclusão”.

6 Como pertinentemente assinala Costa (2008), os advérbios focalizadores partilham com todas as outras classes de advérbios a propriedade de modificarem qualquer outra classe gramatical, exceto nomes. De facto, no exemplo (14), é o SN *o PSD* que está a ser modificado por *mesmo*, não o nome Partido.

ele designada. Com esta função focalizadora, *mesmo* ocorre em adjacência ao SN, à esquerda, no PEC.⁷

Na esteira do que foi proposto por König (1991) e König & Siemund (1999) para a descrição da expressão equivalente em inglês, *even*, diremos que *mesmo*, nestes contextos, para além de ser prosodicamente proeminente, evoca alternativas para o referente do SN que está no seu escopo e convoca uma interpretação escalar, como a seguir se explicita através da análise de (14).

Em (14), o falante asseve que o PSD está agora na disposição de colaborar no esforço de consensualização em marcha e *mesmo* focaliza ou põe em realce o constituinte que prefacia, ou seja, o PSD. Por outro lado, *mesmo* chama a atenção para a necessidade de incluir o PSD num conjunto de alternativas, mais especificamente no conjunto dos partidos que estão dispostos a colaborar. Mas a descrição semântica de *mesmo* como advérbio focalizador não se esgota no que até aqui se disse. Com efeito, *mesmo* ainda implícita que o PSD é o partido cuja colaboração é pespetivada como menos expectável pelo falante. Neste sentido, pode dizer-se que *mesmo* funciona como um desencadeador *pressuposicional*, ativando as seguintes pressuposições:⁸ (i) outros partidos estão agora na disposição de colaborar; e (ii) o PSD, no contexto relevante, é a força política que menos se esperaria que colaborasse.

A segunda pressuposição mencionada convoca o universo de expectativas do falante, ou, de forma mais rigorosa, a escala de expectativas do falante, e, nessa escala, *mesmo* (tal como *até* ou *inclusivamente*) marca um polo extremo. Ou seja, ao usar *mesmo* no seu enunciado, o falante não só inclui o PSD no conjunto dos partidos que estão dispostos a colaborar, mas também sinaliza que o PSD é, na sua perspetiva, um candidato altamente improvável para a predicação 'x está disposto a colaborar'. E, justamente por isso, o enunciado formulado aproxima-se dos enunciados exclamativos proposicionais, dado que o falante expressa a sua surpresa face a um facto inesperado.

Constata-se, em suma, que, enquanto advérbio focalizador inclusivo, *mesmo* é sempre um ativador pressuposicional, formatando o *background* sobre o qual se asseve algo. E nesse *background* inscrevem-se alternativas relevantes àquela que está em foco bem como uma ordenação escalar, sendo

7 Segundo Klein (2001, *apud* Vieira 2015), no PB, *mesmo*, com o valor que está agora a ser descrito, pode anteceder ou seguir o N, o que não acontece, a nosso ver, no PEC.

8 Entende-se por pressuposição a informação que corresponde a uma pré-condição para o uso adequado de um enunciado. Na esteira de Stalnaker (1974), assume-se, portanto, que a pressuposição é informação de *background*, o pano de fundo sobre o qual se asseve algo.

a alternativa focalizada colocada no polo mais baixo de uma escala correspondente a graus de expectativa.

De realçar que *mesmo* e *até*, embora partilhando o mesmo valor semântico enquanto advérbios focalizadores inclusivos, no plano das pressuposições que ativam, não têm um comportamento sintático idêntico ao de *mesmo*, no PEC. Com efeito, *até* admite a coocorrência com *mesmo*, mas a duplicação de *mesmo* não é possível⁹:

- (15) *ext1714-eco-93b-5*: E *até mesmo* as cidades das artes – Veneza, Florença e Roma – se queixam de que os visitantes de 1993, que superlotam as suas praças, não gastam sequer uma lira.
 (15a) *E *mesmo mesmo* as cidades das artes...

Esta constatação leva-nos a concluir que *mesmo*, em coocorrência com *até*, funciona como mero advérbio reforçador do valor de focalização inclusiva já expresso por *até*.¹⁰

Até agora, vimos que um dos aspetos centrais do advérbio focalizador *mesmo* é o facto de destacar um elemento que faz parte de um conjunto de alternativas pressupostas, associando-lhe um valor extremo numa escala de expectativas (mais especificamente, tal elemento é implicitamente avaliado pelo o falante como o que menos se esperaria que verificasse a predicação expressa), e apenas analisámos exemplos em que o constituinte que está no escopo da focalização é um SN. Mas o advérbio em questão pode ter escopo sobre outros constituintes. Vejam-se alguns exemplos, sem qualquer pretensão de exaustividade relativamente ao tipo de constituintes focalizados:

- (16) *ext1368722-soc-96a-1*: Reconhece que há situações anómalas e foi ele próprio que pediu a inspeção à escola, a que, por sinal, sempre esteve «ligado» e onde chegou *mesmo* a dar aulas.

9 Esta afirmação só é válida no quadro da interpretação que está a ser descrita nesta secção. De facto, é possível a duplicação de *mesmo* como advérbio intensificador (ou, na terminologia de alguns autores, advérbio de quantidade e grau: (ii) *Ele é mesmo, mesmo tonto!*)

10 Assinale-se que *mesmo* pode coocorrer com outros advérbios focalizadores, nomeadamente com o focalizador exclusivo *só*, mas nunca coocorre com o focalizador exclusivo *apenas*: contraste-se *só mesmo o Rui veio à minha festa* com **apenas mesmo o Rui veio à minha festa*. Não sendo possível compatibilizar o significado inclusivo de *mesmo* com o significado exclusivo de *só*, resta-nos concluir que, nessa combinatória, *mesmo* funciona como mero advérbio reforçador de *só*. Quanto à combinatória *apenas mesmo*, não é óbvia a razão da sua agramaticalidade/ inaceitabilidade; no entanto, ela não ocorre de facto no plano do uso da língua.

- (17) *ext128673-eco-91a-1*: O ministro Lamont advertiu que o desemprego continuará a aumentar, «*mesmo* depois de iniciada a recuperação da produção económica».

Em (16), *mesmo* modifica o sintagma verbal. Assim, o falante afirma que o indivíduo em apreço deu aulas numa determinada escola e ativa as pressuposições de que tal indivíduo fez outras coisas nessa escola e de que dar aulas era a atividade que menos se esperaria que ele realizasse.¹¹ Quando o constituinte modificado é o SV, são situações e não indivíduos que se perfilam como alternativas pressupostas, e a posição de *mesmo* nunca é pré-verbal.¹² Em (17), *mesmo* modifica o adjunto adverbial configurado pela oração participial introduzida por *depois de*, ativando pressuposições de natureza idêntica: (i) o desemprego aumentará antes do início da recuperação da produção económica, (ii) o aumento do desemprego depois da recuperação económica é avaliado pelo falante como não expectável. Quando focaliza adjuntos, *mesmo* antecede-os, em adjacência à esquerda.

Na perspectiva de Ducrot (1980), uma descrição cabal do advérbio focalizador em causa (*même*, em francês) tem forçosamente de convocar a noção de escala argumentativa. Nesse sentido, segundo o autor, numa sequência do tipo *x e mesmo y*, *x* e *y* pertencem à mesma escala argumentativa, ou seja, *x* e *y* funcionam como argumentos para idêntica conclusão, mas *y* é apresentado como sendo argumentativamente mais forte do que *x*. Veja-se o seguinte exemplo, em que a estrutura em questão envolve dois SP:

- (18) *ext8133-pol-98b-2*: A França é acusada pela Junta Militar de estar envolvida no conflito, através dos conselheiros militares que acompanham as tropas senegalesas e *mesmo* em combates com tropas suas.

11 Note-se que o verbo *chegar* integra uma perífrase (*chegar* + *a* + Infinitivo), na qual funciona como um verbo auxiliar que implica a verdade do seu complemento e simultaneamente implícita que a atividade denotada pelo verbo principal é avaliada pelo falante como algo surpreendente, em plena compatibilidade com uma das pressuposições ativadas por *mesmo*.

12 Parece relevante assinalar que o comportamento sintático de *mesmo* se distingue do do advérbio focalizador *até*, que ocupa sempre uma posição pré-verbal, antecedendo, portanto, o constituinte focalizado. Atente-se no exemplo *o Rui até viu o filme*, que ativa as pressuposições (i) o Rui fez outras coisas e (2) ver o filme é a atividade que ocupa o lugar mais baixo na escala das expectativas do falante. Mas outros advérbios pertencentes a esta classe de focalização inclusiva (*inclusivamente*, *inclusive*) partilham a distribuição de *mesmo*.

Neste exemplo, e na perspectiva de Ducrot, a conclusão de que a França está envolvida no conflito é sustentada por dois argumentos: a existência de conselheiros militares a acompanharem as tropas senegalesas e a participação em combates de tropas francesas. E o segundo argumento, porque prefaciado por *mesmo* (comutável por *até*), é apresentado como tendo maior peso argumentativo do que o primeiro, já que participar com soldados nos combates suporta/apoia de forma (ainda) mais forte a conclusão de envolvimento da França na guerra, conclusão essa que a Junta Militar quer defender.

Não cremos, no entanto, que esta análise seja aplicável a todas as ocorrências de *mesmo* como advérbio focalizador inclusivo. De facto, será necessária a ocorrência da estrutura ‘x e mesmo y’, num texto de natureza argumentativa, para ativar a leitura escalar (em termos argumentativos) proposta por Ducrot. Nos exemplos (14) a (17), a análise de Ducrot não se aplica, já que os fragmentos discursivos/textuais em causa não exibem a estrutura ‘x e mesmo y’. Por outro lado, parece-nos pertinente sublinhar que a proposta de Ducrot não invalida a análise semântica de *mesmo* que atrás defendemos. Apenas acrescenta uma nova função pragmática ao item, circunscrevendo o contexto que a legitima.

Em suma, como advérbio focalizador inclusivo, *mesmo* funciona como ativador pressuposicional, implicitando as assunções de *background* sem as quais a asserção da proposição que o hospeda seria comunicativamente inadequada, e, concomitantemente, realça o constituinte que está no seu foco.

5. *Mesmo* como advérbio intensificador

O corpus oferece-nos ainda exemplos em que a ocorrência de *mesmo* pode dar origem a duas interpretações, uma delas caracterizável de acordo com os parâmetros de análise desenvolvidos na secção anterior, e uma outra em que o advérbio *mesmo* assume uma função meramente enfática, de reforço ou intensificação da força ilocutória assertiva, como se ilustra em (19):

- (19) *ext764994-eco-95b-1*: João Pedro Araújo está *mesmo* convencido de que, logo que o terminal seja concessionado, as condições de funcionamento do porto de Leixões melhorarão.

Na primeira leitura, *mesmo* é comutável por *até* ou *inclusivamente*; na segunda, *mesmo* é comutável pelos advérbios modificadores de frase

efetivamente, de facto, realmente, na verdade, expressões adverbiais que, convocando a perspectiva de Searle & Vanderveken (1985), funcionam como modificadores de atos de fala. E, na esteira de Kovacci (2000), diremos que tais adverbiais operam ao nível da força ilocutória do enunciado, reforçando-a. No caso da asserção, trata-se de um reforço do seu valor de verdade. Com esta função, *mesmo* ocupa necessariamente uma posição pós-verbal no PEC.

Note-se que há contextos diferentes daquele que o exemplo (19) ilustra em que, na escrita, pode surgir igualmente ambiguidade entre a interpretação de *mesmo* como mero advérbio intensificador e a sua interpretação como advérbio focalizador inclusivo. Referimo-nos a contextos em que *mesmo* ocorre depois de SV e antes de SN, como a seguir se atesta através de um exemplo construído:

(20) O Rui comeu *mesmo* a sopa.

Na verdade, (20) admite duas leituras: na primeira, o falante asseire que o Rui comeu a sopa e pressupõe que (i) o Rui comeu outras coisas para além da sopa e que (ii) a sopa seria o que menos se esperaria que o Rui comesse; na segunda, *mesmo* apenas reforça a asserção, sendo o enunciado parafraseável por ‘de facto/na verdade/realmente, o Rui comeu a sopa’. Na oralidade, tal ambiguidade não se verifica, dado haver uma diferenciação prosódica que clarifica a leitura intendida, como, aliás, já foi assinalado por Raposo (2013:1675).

Os exemplos comentados até agora envolvem, todos eles, asserções. Mas, curiosamente, não é apenas a força ilocutória assertiva que admite o reforço ou a intensificação operada por *mesmo*, como se atesta nos seguintes exemplos:

(21) *ext1235150-com-98b-2*: Assim é que a pessoa se sente *mesmo* em segurança!

(22) *ext1177698-nd-96a-2*: Mas será que há *mesmo* diferenças entre o antigo primeiro-ministro e o atual candidato à Presidência da República?

Em (21), é a força ilocutória expressiva que é intensificada pelo advérbio, e, em (22), é a força ilocutória diretiva da pergunta. Nestes contextos, *mesmo* continua a ser comutável por *realmente, de facto/efetivamente, na verdade*.

Quando *mesmo* funciona como advérbio intensificador, partilha com o advérbio focalizador um valor escalar: de facto, só faz sentido falar de intensificação se houver uma propriedade escalar e um ponto de referência neutro

ou de base a partir do qual se estabelecem valores mais altos ou mais baixos, como acertadamente refere Albelda (2005). Consideramos assim, na esteira da autora citada, que a força ilocutória tem uma dimensão escalar, podendo ser atenuada ou reforçada. Aliás, esta ideia encontra-se já de forma embrionária em Searle (1969), quando o autor introduz, no conjunto dos critérios que devem presidir a uma taxinomia dos atos ilocutórios, as diferenças ao nível da intensidade de “engagement” manifestado na apresentação da finalidade ou objetivo do ato. Ou seja, Searle considera que atos com o mesmo objetivo ilocutório podem diferenciar-se ao nível da sua força ilocutória mais ou menos intensa, o que se torna evidente, por exemplo, quando se compara a ordem e o pedido.

Voltando aos exemplos apresentados, verifica-se que a ocorrência de *mesmo* reforça a força ilocutória dos respetivos enunciados. Trata-se, pois, de contextos em que o advérbio opera não ao nível do conteúdo proposicional expresso, como em todos os casos analisados nas secções anteriores, mas ao nível discursivo-pragmático, modificando a força ilocutória do ato de fala realizado pelo falante.

6. *Mesmo* com funções conectivas

Nesta secção, começaremos por abordar as construções em que *mesmo* ocorre como marcador de conexão concessiva. Seguidamente, faremos uma breve referência a expressões cristalizadas pelo uso que envolvem *mesmo*, que operam, no PEC, como unidades multilexicais com função conectiva, sinalizando outras relações discursivas.

6.1. *Mesmo* (*que*): marcador de conexão concessiva

A plasticidade ou multifuncionalidade de *mesmo* não se esgota nos contextos e valores até agora percorridos. Efetivamente, o corpus faculta contextos de uso, em que o item em questão, isolado ou em coocorrência com *que* ou *se*, sinaliza uma conexão concessiva entre orações, no âmbito da frase complexa construída por subordinação adverbial. Vejam-se os exemplos:

- (23) *ext5987-soc-96a-1*: Aurora Boavida, *mesmo* sabendo que nada mudara na Rua de São Marçal, pediu para ter alta.
- (24) *ext606892-pol-98b-4*: A regionalização avança, *mesmo que* o resultado a favor não seja vinculativo .

- (25) *ext1183334-opi-97a-2*: Por outro lado, *mesmo* que politicamente fosse defensável a ação em socorro da central sindical em causa, o princípio do Estado de direito (...) exige que isso só possa ser feito por meios e processos conformes às leis vigentes.
- (26) *ext16449-soc-95b-3*: O culpado do branqueamento não escapará à responsabilidade, *mesmo se* o delito de que provêm os bens tiver sido cometido no estrangeiro.

Todos os exemplos envolvem uma leitura que convoca o nexos concessivo. Em (23), é o advérbio *mesmo* que funciona como marcador do valor concessivo. Para que tal valor seja processado, a oração no escopo de *mesmo* é necessariamente uma oração adverbial gerundiva, podendo o verbo ocorrer no gerúndio simples ou composto; *mesmo* só se combina com orações subordinadas adverbiais finitas quando integrado nas locuções conjuncionais *mesmo que* e *mesmo se*. O exemplo (23) admite uma paráfrase fiel com *embora* ou *apesar de*:

- (23a) Embora soubesse/apesar de saber que nada mudara na Rua de São Marçal, Aurora Boavida pediu para ter alta.

Estamos, pois, perante uma construção concessiva factual, já que as duas situações descritas na frase são assumidas pelo falante como verdadeiras, ou, noutras palavras, são apresentadas como tendo ocorrido no mundo real. Neste tipo de construções, o locutor assere *p* e *q* e pressupõe que a ocorrência de *p* tipicamente implica *não q*. A conexão concessiva envolve, pois, a expressão de uma contraexpectativa: ao contrário do que seria expectável, dado *p*, *q* verifica-se na realidade (cf. Köning 1991 e König & Siemund 2000).

Com afinidades com as construções com valor concessivo factual, refira-se a ocorrência das construções com a expressão fixa *mesmo assim*, isolada ou em combinatoria com *mas* ou *e*, e parafraseável por *apesar disso*:

- (27) *ext971626-pol-97b-2*: Lembrando que «na frente armada e clandestina há dificuldades cada vez maiores de sobrevivência e apoio eficaz e regular», Konis Santana mostrou-se *mesmo assim* firme na convicção que «é impossível exterminar os guerrilheiros pela violência das armas».

A expressão *mesmo assim* reenvia anaforicamente para o que foi dito na oração anterior, tal como *isso*, na locução conjuncional *apesar disso*. Em

ambos os casos, os exemplos expressam que a situação descrita na oração que hospeda o conector se verifica, ao contrário do que se poderia esperar tendo em conta o potencial obstáculo descrito na oração prévia.

Já em (24), (25) e (26), as orações introduzidas por *mesmo que* e *mesmo se* revelam um maior grau de complexidade cognitiva, e isto porque ao valor concessivo se alia um valor condicional (cf. Peres, Móia & Marques 1999, Haspelmath & König 1998, Lobo 2013).¹³

Vejamos então como se podem caracterizar semanticamente as construções em apreço. Através delas, o falante evidencia que a situação descrita na oração principal se verifica, independentemente da ocorrência da situação descrita na oração subordinada, ou do conjunto de situações evocadas pela subordinada, e assume que a ocorrência da situação (ou de pelo uma das situações) descrita(s) ou evocada(s) na subordinada poderia impedir a ocorrência da situação descrita na principal. Ou, numa formulação eventualmente mais transparente:

as construções condicionais-concessivas têm em comum as seguintes propriedades: (i) a inferência de que uma ou alguma das situações descritas na oração subordinada não conduzem à realização da situação descrita pela oração principal; e (ii) a asserção de que, mesmo assim, a situação descrita na principal se realiza, qualquer que seja a situação descrita na subordinada que venha a efetivar-se (Lobo 2013, p. 2020).

Assim, em (24), o falante asseire que a regionalização avança, quer o resultado a favor seja vincutivo quer não. E em (25) o falante asseire que o culpado do branqueamento não vai escapar à responsabilidade, quer o delito de que proveem os bens tenha sido cometido no estrangeiro quer tenha sido cometido no país. A construção realça a factualidade da oração principal, ou, de forma mais rigorosa, a certeza de que a situação descrita na oração principal se verificará, sendo descartadas/removidas todas as condições que poderiam impedir a sua ocorrência.

Importa salientar que estas construções podem ser analisadas em termos escalares, já a oração introduzida por *mesmo que/se* envolve a consideração de mais do que uma hipótese, sendo que a que está efetivamente expressa parece configurar aquela que o falante considera ser o obstáculo que, expectavelmente, bloquearia a ocorrência da situação descrita na oração principal.

¹³ Embora as construções condicionais-concessivas se plassem em estruturas sintática e semanticamente distintas, no PEC (cf. Peres *et al.* 1999, Lobo 2003), neste estudo só nos interessam as que envolvem as locuções conjuncionais *mesmo que* e *mesmo se*.

Por outras palavras, as hipótese abertas pela oração condicional-concessiva situam-se numa escala de expectativas, podendo essa escala, no limite, ter apenas dois valores, o que acontece quando a paráfrase mais fiel envolve a construção *quer p, quer não p* (Lopes [1977] 2005, Lobo 2013).

Note-se que as orações condicionais-concessivas não são parafraseáveis por orações introduzidas por *embora* ou *apesar de*, como se prova facilmente contrastando (25) com (25 a):

- (25a) Embora politicamente fosse defensável a ação em socorro da central sindical em causa, o princípio do Estado de direito (...) exige que isso só possa ser feito por meios e processos conformes às leis vigentes.

Veja-se, finalmente, o exemplo (26):

- (26) *ext234223-clt-92b-2*: Miles Davis, *mesmo que* tivesse «parado» na fase acústica, teria sido sempre um músico notável por variadíssimos motivos (...)

Dada a ocorrência do pretérito-mais-que-perfeito composto na oração subordinada e do condicional composto na principal, a interpretação da condicional-concessiva que ocorre em (26) é contrafactual, isto é, o falante pressupõe que Miles Davis não parou na fase acústica. Daí a possibilidade de inserir no enunciado uma oração que nega o conteúdo proposicional da condicional-concessiva: *mesmo que tivesse parado na fase acústica, mas não parou, Miles Davis teria sido sempre um músico notável (...)*. À parte este valor adicional de contrafactualidade, carreado pelos tempos verbais selecionados, a construção verifica as propriedades caracterizadoras das construções condicionais-concessivas já atrás explicitadas.

Sumariando: nesta subsecção, foram descritas construções com valor concessivo e condicional-concessivo que envolvem a ocorrência de *mesmo*, quer isolado, prefaciando orações gerundivas, quer em locuções conjuncionais (*mesmo que, mesmo se*). Parece relevante assinalar que, na marcação de uma conexão discursiva, *mesmo* retém o traço [+surpreendente/-expectável] já detetado no focalizador inclusivo.¹⁴

¹⁴ Em Lopes ([1997]2005, p. 201), apresenta-se o exemplo *Compro este livro, mesmo que custe dez contos*, e sublinha-se que *mesmo* conserva nesta frase uma característica de *mesmo* 'partícula escalar' ou, na nossa terminologia, advérbio focalizador inclusivo. Diz Óscar Lopes: "no caso do nosso exemplo, supõe-se que o preço de dez contos pertence à ordenação final de uma dada

6.2. Outros conectores em que ocorre *mesmo*

O corpus faculta ainda outros usos de *mesmo*, nomeadamente na expressão *do mesmo modo*, que funciona como conector discursivo/textual elaborativo, com valor aditivo, substituível por *adicionalmente*, *além disso*, *igualmente*, *também*, expressões que sinalizam semelhança de estatuto entre os membros conectados:

(27) *ext253740-des-92b-1*: Precisamos de comer todos os dias para sobreviver; *do mesmo modo*, precisamos de cultura todos os dias.

Assinale-se que *do mesmo modo* funciona como expressão semifixa¹⁵, ou seja, como uma combinatória que se rotinizou, tornando-se uma unidade multilexical, uma só entrada de dicionário, equivalente a *asimismo*¹⁶, em espanhol, *de même* em francês, *likewise* em inglês. O significado da expressão conetiva (ao contrário do significado do sintagma livre formalmente idêntico que ocorre em enunciados do tipo *ele comportou-se do mesmo modo que os colegas*), não é calculado composicionalmente: a expressão assume um significado global cristalizado, de natureza procedimental. Por outras palavras, como conector discursivo/textual, *do mesmo modo* guia o processo interpretativo, facultando instruções ao ouvinte/leitor sobre como interpretar o nexo que articula coerentemente os dois fragmentos discursivos/textuais. E esse nexo é essencialmente aditivo, daí a paráfrase possível *e também*. Frequente em textos argumentativos, este conector parece tipicamente vocacionado para encadear enunciados que suportam uma mesma conclusão.

Encontrámos ainda, no nosso corpus, ocorrências da expressão fixa *por isso mesmo* (em coocorrência ou não com a conjunção *e*), marcadora de um valor consequencial, também expresso pelos conectores *consequentemente*, *daí*¹⁷:

(28) *ext4187-eco-95b-2*: A Sears é considerada uma das experiências mais desenvolvidas da ligação comércio-negócio financeiro e *por isso mesmo* uma das fontes onde a Sonae bebe a sua aprendizagem.

ordenação crescente de preços de livros (...).” Embora não haja nenhum exemplo deste tipo no corpus, reconhecemos que se trata de uma construção condicional-concessiva escalar, que partilha de facto com o advérbio focalizador a ativação de uma pressuposição de natureza escalar. Esta construção aparece contemplada em Lobo (2013).

15 Parece-nos que se trata de uma combinatória semifixa na medida em que é possível comutar *mesmo* por *igual*, sem alterar o significado conectivo da expressão.

16 Sobre ‘asimismo’, veja-se Duarte, I. M. & Ponce León, R. (2015).

17 Sobre as propriedades das construções consequenciais no PEC, veja-se Lopes (2016).

7. Considerações finais

Descritos os contextos de ocorrência atestados no corpus, do ponto de vista sintático e semântico, importa agora refletir sobre a polifuncionalidade observada à luz da fluidez das categorias gramaticais, por um lado, e das possíveis ‘semelhanças de família’ que permitem interligar os diferentes usos do item sob análise, por outro.

Entre os usos como adjetivo e advérbio, verifica-se um denominador comum, o facto de se tratar sempre de um modificador, nominal, no primeiro caso, de constituintes sintagmáticos (SN, SV, SP...) ou de frase, no segundo caso. A alteração da incidência da modificação, com reflexo na distribuição sintática, permite tipicamente deslizar de uma categoria para outra, no plano dos usos.

Como adjetivo, com uma semântica paralela à de *idêntico*, *mesmo* ocupa sempre uma posição pré-nominal, depois de artigo ou de demonstrativo. Como advérbio focalizador inclusivo, *mesmo* antecede tipicamente o constituinte sintagmático modificado. Note-se que, quando o constituinte focalizado é um SV, a posição de *mesmo* é necessariamente pós-verbal, em adjacência à direita do verbo principal ou entre o verbo auxiliar e o verbo principal. No deslizamento (ou na recategorização sintática) de adjetivo para advérbio focalizador, há um alargamento de escopo, já que *mesmo* passa a modificar um constituinte sintagmático; por outro lado, verifica-se um esvaziamento semântico relativamente ao valor adjetival de identidade e um acréscimo de abstração na caracterização semântico-pragmática do item.¹⁸

Como advérbio intensificador de força ilocutória, a posição de *mesmo* é sempre pós-verbal, havendo de novo um alargamento de escopo, dado que, neste caso, o advérbio modifica o enunciado na sua totalidade, passando a operar ao nível enunciativo-pragmático. De sublinhar que a posição sintática de *mesmo* como focalizador de SV é idêntica à de *mesmo* como advérbio intensificador de força ilocutória, o que pode dar origem a ambiguidade, ou seja, a leituras distintas de um mesmo enunciado.

Quanto às ocorrências conetivas (nomeadamente quando *mesmo* ocorre em posição inicial de oração gerundiva ou integrado nas locuções conjuncionais *mesmo que/se*), verifica-se um novo deslizamento categorial (advérbio

18 Tabor & Traugott (1998) apontaram o alargamento de escopo e um acréscimo de abstração do ponto de vista do significado como traços caracterizadores de processos de gramaticalização.

> conector) e a emergência de um operador de dois lugares, relevante ao nível inter-oracional.

Vejamos agora se é possível articular, numa rede de *parecenças* de *família*, com sobreposições ou imbricações parciais, os diversos valores descritos neste estudo. Diremos, desde logo, que há uma imbricação inegável entre o significado do adjetivo *mesmo*, em larga medida equivalente ao adjetivo *idêntico*, nos seus usos de dependência externa e interna, e o valor do adjetivo enfático/reforçador, nas combinatórias pronominais, já que em ambos os casos a noção de *identidade* é necessariamente convocada na descrição semântica.

Por outro lado, assumindo que, etimologicamente, *mesmo* deriva da forma do latim vulgar **medisimus*, uma combinação de *ipsimus*, forma enfática do termo latino *ipse*, com *-met*, uma partícula que se agregava aos pronomes pessoais para reforçar o seu sentido (Corominas 1989, Machado 1967), parece plausível avançar a hipótese de que há um valor de reforço enfático no significado básico do item. Tal traço aparece no PEC, de forma muito visível, nas combinatórias de *mesmo* com pronomes pessoais e demonstrativos (*ele mesmo*, *isto mesmo*), quando o falante se propõe salientar que a predicação expressa se aplica à entidade referenciada e não a outra pessoa, ou seja, quando é relevante a identidade da pessoa designada. E podemos acrescentar que, como advérbio focalizador, *mesmo* não deixa de manifestar este traço, já que, ao chamar a atenção para um determinado constituinte, realça-o, enfatizando-o. Isto significa que, com o traço [+enfático], *mesmo* pode operar, no PEC, no plano do conteúdo, ou seja, no plano que envolve a referência a entidades, situações ou circunstâncias do mundo. Mas *mesmo* também pode operar no plano discursivo-pragmático com um valor idêntico de reforço enfático, nomeadamente nas construções analisadas em 4, em que o advérbio intensificador opera ao nível da força ilocutória do enunciado, reforçando-a.

Um outro traço semântico relevante na caracterização do item prende-se com a expressão de uma atitude de surpresa ou de contraexpectativa. Encontrámos esse traço quer na descrição de *mesmo* como advérbio focalizador inclusivo quer na descrição das conexões concessivas em que o item ocorre. A contraexpectativa pode ser perspectivada em termos escalares, no caso do advérbio focalizador: na verdade, o constituinte focalizado por *mesmo* é o que assume o valor mais baixo na escala de expectativas do falante; daí o efeito de surpresa ou de inesperado associado à construção. No caso das construções concessivas, a contraexpectativa resulta da pressuposição de

que, normalmente, a ocorrência da situação expressa na oração subordinada implica a não ocorrência da situação descrita na subordinante, havendo, pois, um contraste entre o que se pressupõe e o que se verifica na realidade. Por outro lado, já atrás em 5.1. se avançou que as construções condicionais-concessivas introduzidas por *mesmo que/se*, para além de veicularem um valor de contraexpectativa, também podem ser analisadas em termos escalares.

Ora este traço [+escalar], estreitamente ligado com a propriedade de ativação de pressuposições, é um elo que interliga vários usos de *mesmo*: como focalizador inclusivo, como conector concessivo e como advérbio intensificador/reforçador de força ilocutória. Neste último caso, *mesmo* perde o valor inclusivo que implica a consideração de alternativas a adicionar ao constituinte no seu escopo, codificando apenas um valor alto de uma propriedade escalar, a força ilocutória do enunciado; daí a intensificação do ato de fala, que surge enfaticamente realizado.

Assim, em esquema, teríamos então a seguinte estrutura:

Quadro 2. Proposta reformulada das propriedades do adjetivo *mesmo*

	identidade	ênfase	contra-expectativa	escalaridade
Adjetivo (<i>o mesmo N</i>)	+			
Adjetivo reforçador de identidade (<i>ele mesmo</i>)	+	+		
Advérbio focalizador inclusivo (<i>mesmo SN, SV, SP...</i>)		+	+	+
Advérbio intensificador (<i>mesmo p = realmente p</i>)		+		+
Conector concessivo (<i>mesmo/mesmo que, mesmo se p, q</i>)			+	+

Seria interessante explicar a articulação entre o valor de reforço de identidade referencial e o valor de surpresa. Uma hipótese seria a de que, em contextos de reforço da referência a entidades, ou seja, em contextos marcados ou enfáticos, se tenha ativado regular e sistematicamente uma implicatura conversacional baseada numa heurística pragmática. Esta heurística, que Grice (1975) designou de Máxima do Modo, foi posteriormente reformulada

por Levinson (2000) sob a designação de princípio M, assim enunciado: “marked message indicates marked situation”. Neste sentido, ao reforçar a expressão da identidade referencial, o falante implicaria regularmente, em certos contextos, um efeito de surpresa, algo que integra a caracterização do valor de *mesmo* enquanto advérbio focalizador inclusivo. Ou seja, levantamos a hipótese de poder ter havido uma convencionalização de uma implicatura conversacional generalizada, na esteira de Traugott & Dasher (2002), no processo de gramaticalização do item (adjetivo > advérbio). Mas só um estudo histórico nos permitiria transformar uma hipótese algo especulativa numa explicação consistente, ancorada em dados empíricos. Para validar a nossa hipótese, teríamos de encontrar contextos, em fases pretéritas da língua, em que o valor de surpresa ou contraexpectativa aparecesse associado às duas posições, pós-nominal e pré-nominal, de *mesmo*.

Referências

- Albelda Marco, M. (2005). *La intensificación en el español coloquial*. Universitat de Valencia.
- Bosque, I. (2012). Sobre el adjetivo *mismo* en las construcciones de dependência interna. In T. J. Juliá *et al* (Orgs), *Cum corde et in nova grammatica: estúdios oferecidos a Guillermo Rojo* (pp. 93-108). Universidade de Santiago de Compostela.
- Charnavel, I. (2010). On the sentence-internal reading of French *le même* ('the same'). *Proceedings of Salt 20*, 216-232.
- Corominas J & Pascual, J.A. (1989). *Diccionario crítico etimológico castellano y hispânico*. Madrid: Gredos.
- Costa, J. (2008). *O advérbio em português europeu*. Lisboa: Colibri.
- Cunha, C. & Cintra, L. (1984). *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa.
- Duarte, I.M. & Ponce León, R. (2015). Los marcadores *asim mesmo* (*mesmo assim*) / *asimismo* en portugués y en español. In S. Azzo & S. Sarrazin (Orgs), *Langage et dynamique du sens. Études de linguistique ibéro-romane* (pp. 125-141). Bern: Peter Lang.
- Ducrot, O. (1980). *Les échelles argumentatives*. Paris: Minuit.
- Grice, P. (1975). Logic and conversation. In P. Cole & J. Morgan (Orgs), *Syntax and Semantics 3: Speech Acts* (pp. 41-58). London: Academic Press.
- Haspelmath, M. & König, E. (1998). Concessive conditionals in the languages of Europe. In J. van der Auwera (Org.), *Adverbial constructions in the language of Europe* (pp. 563-640). Berlin: Mouton de Gruyter.

- König, E. (1991). *The meaning of focus particles: a comparative perspective*. London: Routledge.
- Levinson, S. (2000). *Presumptive meanings. The theory of generalized conversational implicature*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Lobo, M. (2013). Subordinação adverbial. In E. P. Raposo *et al.* (Orgs), *Gramática do Português*, vol. 2 (pp. 1981-2057). Lisboa: FCG.
- Lopes, A.C.M. (2016). Consequential constructions in contemporary European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, 15(8). DOI: <http://doi.org/10.5334/jpl.174>
- Lopes, Ó. ([1977] 2005). Construções concessivas. Algumas reflexões formais lógico-pragmáticas. In F. Oliveira & A. M. Brito (Orgs), *Entre a palavra e o discurso. Estudos de Linguística 1977-1993* (pp. 193-209). Porto: Campo das Letras.
- Machado, J. P. (1967). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Confluência.
- Oxford, W. (2010). Same, other and different: a first look at the micro-syntax of identity adjectives. Acedido, em julho de 2017, em <http://homes.chass.utoronto.ca/~cla-acl/actes2010/actes2010.html>
- Peres, J., Mória, T. e Marques, R. (1999). Sobre a forma e o sentido das construções condicionais em português. In I. H. Faria (Orgs) *Lindley Cintra. Homenagem ao Mestre e ao Cidadão* (pp. 627-654). Lisboa: Cosmos.
- Raposo, E. P. (2013). Advérbio e sintagma adverbial. In Raposo *et al.* (Orgs), *Gramática do Português*, vol. 2 (pp. 1569-1684). Lisboa: FCG.
- Searle, J. (1969). *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tabor, W. & Traugott, E. (1998). Structural scope expansion and grammaticalization. In A.G. Ramat & P. Hopper (Orgs), *The limits of grammaticalization* (pp.229-272). Amsterdam: John Benjamins.
- Traugott, E. & Dasher, R. (2002). *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Vieira, R.C. (2015). Brazilian Portuguese ‘mesmo’ in ‘ele mesmo’ as a scalar focus particle: evidence from acquisitional data. *ReVEL*, 9, 139-150.

REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DA NAÇÃO PORTUGUESA NA VOZ DO PODER:

*O caso das tomadas de posse de
Pedro Passos Coelho e António Costa*

DISCURSIVE REPRESENTATIONS OF THE PORTUGUESE NATION BY THE VOICE OF POWER:

*The cases of Pedro Passos Coelho's and António Costa's
inaugural speeches*

Jean Mercereau*

jean.mercereau@ipleiria.pt

Jorge Gomes da Costa **

jorge.g.costa@ipleiria.pt

O presente artigo visa analisar as práticas discursivas de representação da nação portuguesa a partir dos discursos de Tomada de Posse dos Primeiros-Ministros, Pedro Passos Coelho e António Costa (em junho de 2011 e novembro de 2015, respetivamente). Com base numa abordagem propositadamente transdisciplinar, a análise permite identificar e compreender os mecanismos usados pela voz do poder português para reforçar a sua legitimidade, impor um determinado estilo de liderança e apresentar a sua conceção ideológica da nação, através de estratégias que visam promover a adesão a esta visão, por parte do público-alvo. No final, demonstra-se que apesar do caráter distintivo da visão que cada um dos dirigentes preconiza para o futuro do país, as opções discursivas escolhidas para veicular essa visão, bem como a argumentação que sustenta os seus discursos, se aproximam grandemente, dadas as características em comum que apresentam.

Palavras-chave: poder, estado, discurso político, representação, identidade

This article has as its main objective to analyze the discursive practices of representation of the Portuguese nation by means of the inaugural speeches of Prime Ministers Pedro Passos Coelho and António Costa in June 2011 and November 2015 respectively.

* Instituto Politécnico de Leiria, Portugal.

** Instituto Politécnico de Leiria, Portugal.

Based on a transdisciplinary approach, the analysis has led to the identification and understanding of the mechanisms used by Portugal's voice of power to reinforce its legitimacy, impose a particular style of leadership and present its ideological vision of the nation. The strategies used to lead the target audience to adhere to this vision have also been the object of analysis. On the whole, it has been shown that in spite of the essentially different vision defended by both leaders for the future of the country, the options chosen to transmit that vision, as well as the arguments on which the speeches are based, do share many common characteristics.

Keywords: power, state, political discourse, representation, identity

*

1. Introdução

O ano de 2011 assinala o início de um processo incontornável de viragem para Portugal. O chumbo do 4º Programa de Estabilidade e Crescimento, na Assembleia da República, culmina na dissolução do XVIII Governo Constitucional, chefiado por José Sócrates. Diante do cenário de ameaça iminente de bancarrota que daí deriva, Portugal vê-se obrigado a aceitar a intervenção da Troika¹ e a experimentar uma vez mais no seu percurso a perda de autonomia nacional, face à necessidade de financiamento externo.² Sob o estigma desta crise financeira, reavaliam-se trajetos, rastreiam-se causas, procuram-se alternativas viáveis para um futuro incerto. Em simultâneo com esse exercício de autoanálise generalizada, sucedem-se os processos de transformação de paradigmas nos planos económico, político, social e ideológico, assim como no nível mais profundo do panorama nacional, o da identidade coletiva.

O presente artigo aborda alguns dos mecanismos que estão na base de tais processos de transformação, mais particularmente no que diz respeito à atuação da voz do aparelho de poder português, uma vez que é neste elemento regulador do funcionamento nacional que reside, *a priori*, a responsabilidade

1 Este comité de ajuda internacional (Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu) assinou o Memorando de Políticas Económicas e Financeiras com o Estado Português, em maio de 2011, pressupondo o acordo tácito de todos os principais partidos do arco de governação quanto ao cumprimento dos compromissos assumidos nesse documento.

2 Portugal já tinha recebido apoio do Fundo Monetário Internacional em 1977 e em 1983, mas nunca enquanto Estado-membro da União Europeia.

máxima pela definição e preservação da imagem “oficial” em que o país se deve rever (Anderson 2016, p. 15; Wodak, De Cillia, Reisigl, & Liebhart 2009, p. 21).

Com esta abordagem, pretende-se identificar, por um lado, o conjunto de práticas levadas a cabo pelo aparelho de poder nacional, no sentido de reforçar a sua legitimidade aos olhos da opinião pública, e impor, em simultâneo, um modelo de liderança que entende ser representativo da sua forma de governação. Por outro, tal abordagem visa lançar novas luzes sobre a conceção ideológica por detrás dessa atuação governativa, ao evidenciar a representação “oficial” do país que é veiculada para o espaço nacional num dado momento do seu percurso.

Para esse efeito, integram-se propostas teóricas, no âmbito da análise crítica do discurso (Fairclough 2010; Van Dijk 1997; Wodak *et al* 2009), visando a caracterização das estratégias adotadas pelo poder político português contemporâneo, no seu esforço de promover a adesão a uma visão particular da realidade nacional. Nas palavras de Van Dijk, reafirmadas por Fairclough, desenvolve-se, nesse sentido, uma análise do discurso político “(...) *from a critical perspective which focuses on the reproduction and contestation of political power through political discourse. (...)*” (Fairclough & Fairclough 2012, p. 17).

Para além disso, identificam-se os mecanismos que concorrem para a definição do perfil de liderança que corporiza tal visão, como forma de compreender o modelo de relacionamento que se estabelece entre a sociedade portuguesa e o aparelho de poder que a regula. Ao inscrever-se num determinado período da história do país, e reclamando para si os papéis de “pedagogo” da nação e de “homem providencial” para a resolução dos problemas que esta enfrenta (Girardet 1986, p. 71), o líder concentra simbolicamente na sua figura, não só uma ideologia particular (Hucheon 2002) e respetivo aparelho de poder que a suporta, mas também características próprias que determinam o sucesso ou insucesso dessa visão do país, que pretende ver inculcada no coletivo. É este conjunto de características que permite o seu enquadramento num determinado modelo de liderança (Girardet 1986), o qual, quando configurado em maior ou menor grau de correspondência com o conjunto de expectativas que a esfera pública apresenta a dada altura, determina em larga medida o tipo e nível de apoio que a sua proposta de visão do panorama nacional poderá vir a receber. A prática discursiva serve, assim, de veículo transmissor da representação oficial do país preconizada

pelo poder político, legitimando em simultâneo a figura do próprio líder, enquanto responsável máximo pela definição das linhas que a caracterizam.

Com base na análise desse processo de legitimação discursiva, elencam-se, por fim, as diversas componentes da “versão oficial” da nação que vigorará num futuro mais ou menos próximo, com a implícita garantia da superação dos obstáculos presentes, mas, muito para além disso, da concretização de um *outro* destino nacional.

O corpus de trabalho selecionado partilha o mesmo tipo de circunstâncias em termos de relação com o poder. Dada a sua forte componente simbólica e dimensão hipermediatizada que, pelo menos teoricamente, acaba por alcançar o país na sua totalidade, o discurso de Tomada de Posse de um Governo Constitucional, pela figura do Primeiro-Ministro, deverá representar a tomada racional de posição, também por parte de uma ideologia que, segundo Fairclough, passará a converter-se progressivamente numa forma de representação dominante no espaço nacional:

The theory of ideology is concerned in general terms with the question of how beliefs and concerns which are associated with the interest of particular social groups come to be general beliefs and concerns, and how they come to have effects on social life. Ideologies are part of the way in which the dominance of dominant social groups is achieved, maintained and renewed through particular directions of social change (Fairclough & Fairclough 2012, p. 100).

Mais do que uma mera declaração de intenções, espera-se da voz do Primeiro-Ministro o marcar de um rumo claro, a transparência na definição da relação com o poder e a demonstração da consciência da função a desempenhar, numa atmosfera liberta do frémito típico das campanhas políticas que antecedem tal etapa.

A escolha dos discursos de Tomada de Posse de Pedro Passos Coelho, em 2011, e de António Costa³, em 2015, deve-se em primeiro lugar, e apesar do seu distanciamento temporal, ao facto de ambos se relacionarem com a mesma problemática de base. É a questão da crise económica e todos os seus efeitos que ocupam o centro de tais discursos e, por conseguinte, determinam

3 Este estudo baseia-se exclusivamente na versão textual apresentada destes dois discursos, disponível em: <https://www.publico.pt/2011/06/21/politica/noticia/discurso-na-integra-de-passos-coelho-1499640> (Pedro Passos Coelho) e <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=251e9cbd-0f8d-44f7-9109-4bb56461f73e> (António Costa).

o tipo de reconfiguração nacional que propõem, segundo o ideal da estrutura de poder que os suporta no momento.

Perante a acumulação de sinais de alarme relativos à situação financeira do país⁴, o Primeiro-Ministro socialista, José Sócrates, leva ao Parlamento um novo conjunto de medidas de austeridade em 23 de março de 2011. Após o chumbo deste novo Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), por todos os partidos de oposição (Moury & Standring 2017, p. 8), José Sócrates apresenta a sua demissão ao Presidente da República, que convoca eleições legislativas antecipadas para o dia 5 de junho. Desse ato eleitoral resulta uma maioria parlamentar de coligação entre o PSD e o CDS/PP, e Pedro Passos Coelho⁵, Presidente do Partido Social Democrata, desde março de 2010, toma posse como Primeiro-Ministro a 21 de junho de 2011, em plena fase de arranque do plano de resgate financeiro português.

António Costa, antigo ministro dos governos socialistas de António Guterres e de José Sócrates⁶, e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa desde 2007, assume a liderança do Partido Socialista em setembro de 2014. Após as eleições legislativas de 4 de outubro de 2015, em que o PS obtém 32,31% do sufrágio, contra 38,5% da coligação PPD/PSD e CDS/PP⁷, o Programa de Governo apresentado por Pedro Passos Coelho é chumbado na Assembleia da República em 10 de novembro. Consequentemente, António Costa, já após o fecho oficial do plano de resgate português, toma posse como Primeiro-Ministro a 26 de novembro de 2015, na sequência de uma aliança histórica entre o seu partido e o PCP/PEV e Bloco de Esquerda, que, muito embora não integrando o Governo, se comprometem a viabilizar esta solução governativa (Léonard 2017, p. 267-268).⁸

Não é propósito central do presente artigo levar a cabo um trabalho de cotejo político entre as linhas de orientação apresentadas nestes dois momentos

4 Aumento do défice, notas das agências de *rating*, série de medidas de austeridade e ameaça de resgate finalmente anunciado por Sócrates a 6 de abril de 2011.

5 Com 38,65% dos votos, correspondentes a 108 deputados, para o PSD e 11,7 %, correspondentes a 24 deputados, para o CDS/PP, contra 23,7% (74 deputados) do PS, ainda liderado pelo Primeiro-Ministro cessante, José Sócrates.

6 Ministro dos Assuntos Parlamentares (1997-1999) e da Justiça (1999-2002) nos governos de António Guterres e Ministro de Estado da Administração Interna de José Sócrates (2005-2007).

7 Nas eleições legislativas de 4 de outubro de 2015, o PS de António Costa conquista 86 lugares na Assembleia da República, ao passo que a coligação PPD/PSD e CDS/PP atinge a marca dos 107 deputados.

8 A maioria parlamentar assim constituída beneficia do apoio, além do PS, dos deputados do BE (19) da CDU (17) e do PAN (1).

históricos e o seu grau de concretização na esfera real da sociedade portuguesa, nem, por outro lado, proceder a uma abordagem exclusivamente centrada nas vertentes textual ou linguística. Pelo contrário, apresenta-se um exercício de desconstrução discursiva em vários níveis, que pretende aliar uma perspectiva de microanálise do texto escrito (*speech*) a uma outra de macroanálise, centrada nas relações entre a sociedade portuguesa e o seu aparelho de poder, as quais são concretizadas por meio do discurso político (*discourse*) (Wodak 1996, p. 18) a que cada um dos protagonistas em questão vem dar corpo.

Nesse sentido, a argumentação que em seguida se desenvolve encontra-se estruturada de acordo com três grandes etapas: em primeiro lugar, a apresentação do enquadramento teórico que subjaz à análise do corpus apresentado; em segundo, a descrição dos dados recolhidos no contacto com os textos; em terceiro, a análise comparativa entre ambos e o apuramento do seu grau de aproximação / distanciamento em termos discursivos e simbólicos.

2. Enquadramento teórico

A abordagem na base deste artigo é de natureza essencialmente transdisciplinar. No seguimento das recomendações de Fairclough (2010, p. 231) e Wodak *et al* (2009, p. 9), acerca do enriquecimento que este tipo de opção pode oferecer a um exercício de análise crítica do discurso, considerou-se necessário o recurso à área da teoria política, mais particularmente às propostas de Girardet (1986), acerca do “homem providencial”. Para além de avançar com a identificação dos elementos que assinalam a presença de uma figura de liderança nesses moldes, o autor dá a conhecer um modelo de classificação, que permite o enquadramento dessa figura numa tipologia própria.

A assunção simbólica da figura do pedagogo, por parte de um líder, assim como o reclamar do direito à sua inscrição nas narrativas nacionais constituem, segundo Girardet (1986), as duas grandes componentes que evidenciam a presença do “homem providencial” no percurso de um país, sendo possível, para além disso, identificar quatro grandes modelos de acordo com o perfil que apresenta: o modelo *Cincinato*, o modelo *Moisés*, o modelo *Alexandre* e o modelo *Sólon*.

O primeiro dos quatro modelos de homem providencial, caracterizados por Girardet (1986) e desenvolvidos por Fischer (2009), é designado de *Cincinato*, em alusão ao homem de Estado romano que, em 458 a.C., exerceu o poder de forma a salvar a pátria da ameaça de invasões externas, antes de

voltar à sua vida de agricultor. É apontado como o modelo de firmeza, dedicação, experiência, prudência, sangue-frio, sensatez e moderação (Girardet 1986, p. 74), em que um velho servidor da pátria prescinde do seu interesse pessoal, de honrarias ou reconhecimento, para restaurar a glória nacional, antes de regressar à sua vida anterior.

O modelo *Moisés* (ou “arquétipo do profeta”, Girardet 1986, p. 78), também designado de *Péricles* (Garrigues 2012, p. 39), baseia-se na figura mítica de Moisés e corresponde a um tipo de líder em que “o destino individual do salvador se confunde com o destino coletivo da Nação” (Fischer 2009, p. 85). Esta figura visionária mostra ao seu povo o caminho para o futuro e aparece, segundo Girardet (1986, p. 79), como a encarnação do desígnio comum.

Alexandre (Girardet 1986, p. 79)⁹, inspirado pela figura mítica vinda da Macedónia, no século IV a.C., corresponde a um terceiro arquétipo de liderança, baseado na imagem do conquistador que acumulou vitórias sobre os inimigos, ultrapassando todas as dificuldades e voando de sucesso em sucesso para salvar a nação, graças à sua força e coragem.

Por fim, o modelo *Sólon*, assim designado em referência ao homem de Estado grego dos séculos VII e VI a.C., corresponde, segundo Girardet, ao arquétipo do legislador que visa, sem ostentação, estabelecer as bases de um novo regime de governação (Fischer 2009, p. 80).

Maioritariamente por ações, mas também por meio das palavras, estas figuras de liderança conduzem os que deles dependem a um destino anunciado, inscrevendo-se no imaginário coletivo, através do modo como se posicionam em relação a tudo o que os antecede, às circunstâncias em que se encontram, assim como em relação ao futuro que visam alcançar.

Neste sentido, as propostas de Fairclough & Fairclough (2012, pp. 39-51), em torno dos elementos centrais que concorrem para a estabilização da estrutura argumentativa no discurso político, mostram-se fundamentais. No contacto com o texto, permitem destrinçar o posicionamento do líder face às dimensões do passado / presente / futuro, nos seus níveis essenciais, e identificar as marcas discursivas da ideologia subjacente. Como se demonstrará adiante, os elementos do “Apelo à ação”, “Circunstâncias”, “Objetivos”, “Valores” e “Meios”, possibilitam, ainda, não só a caracterização do tipo de relacionamento que se pretende instituir entre a sociedade e o seu aparelho político, mas também da visão oficial da nação portuguesa que passará a vigorar.

9 Este modelo recebe a designação de *César*, em Garrigues (2012, pp. 23-26).

3. Descrição e análise dos dados

Para dar início ao trabalho de análise, tomam-se como ponto de partida as práticas de representação do passado adotadas por cada um dos políticos em estudo. Com base na sua concretização nos discursos de Tomada de Posse, estabelece-se o pano de fundo para tudo o que se seguirá em termos de representação simbólica e ideológica. É por meio dessa representação que tem início o processo de definição das relações entre Governo e Sociedade. Estas fundam-se, por um lado, no reconhecimento generalizado da versão oficial dos factos apresentados pela voz do poder, e, por outro, na aceitação desses factos enquanto fonte de legitimação do próprio aparelho de poder e sua responsabilidade pelos destinos nacionais, daí em diante.

Pedro Passos Coelho inicia a sua Tomada de Posse, referindo que a necessidade urgente de procurar e pôr em prática respostas concretas para os problemas nacionais é o resultado de tudo o que “(...) durante tantos anos se foi arruinando (...)”. Aposta, neste sentido, num verbo de significação crítica e negativa, que se vê reforçado em intensidade semântica pelo referente temporal que o precede (“durante tantos anos”). Não se trata, portanto, só da negatividade associada ao tópico da ruína em contexto nacional, mas também ao facto de esta se arrastar por bastante tempo no passado. Os limites exatos para esse período temporal não são, todavia, claramente identificados, o que concede àquela expressão um grau de ambiguidade interpretativa fundamental. A não-explicitação de referentes concretos expande as possibilidades de leitura, por parte de quem contacta com o texto, aumentando dessa forma as suas probabilidades de adesão às representações do país que se seguem.

Deste ponto em diante, o recurso à ambivalência significativa torna-se preferencial nas práticas de representação discursiva de Passos Coelho, sempre que é necessário recuperar o passado como contraponto à forma de governação que preconiza. Esse é, nas suas palavras, o tempo em que reinou “(...) um certo tipo de governação e um certo entendimento da relação entre o Estado e a Sociedade (...)”. Neste caso, a ambivalência surge da repetição de “um certo”, que, em combinação com os restantes elementos da citação, acaba por criar uma imagem de objetividade, ainda que não explicitando o “tipo” e o “entendimento” em questão. Se se atender à associação desta estratégia com os *topoi* da governação e relação Estado/Sociedade – paradigmas que concentram toda a sua prática discursiva –, verifica-se que as possíveis leituras se expandem, reforçando o efeito de potencial adesão às ideias apresentadas.

A opção pela representação do passado nestes moldes generalistas que, embora não explicitamente, acaba por evocar o Portugal de governo socialista anterior, faz com que, não sendo nomeado, esse período se pressinta ao longo de todo o texto, e surja sempre como o pano de fundo negativo que legitima as palavras e a própria ação que o governante propõe levar a cabo no presente e no futuro.

A necessidade de cortar por completo com o estigma do passado justifica-se, segundo o Primeiro-Ministro, pela gestão desastrosa das áreas financeira e económica. Essa temática ocupa uma posição dominante no seu discurso, em particular, no que toca ao nível da dívida pública e externa, que derivam de uma “embriaguez” coletiva, em que o país viveu na “(...) ilusão de que a dívida em espiral alimenta crescimento [e se limitou] a encenar um falso e curto bem-estar até ao dia em que [chegou] a factura e o colapso. (...)”.

O apuramento de responsabilidades em relação aos erros cometidos anteriormente assenta, desta forma, no uso do mesmo tipo de estratégia. Em associação com a ambiguidade, Passos Coelho acaba por evocar o período do passado de esquerda, deixando, ainda assim, uma margem de exploração retórica ampla o suficiente, de modo a restringir a sua análise às vertentes que necessita de recuperar, para que o seu plano governativo e a rutura a que este virá dar corpo sejam legitimados. É também de salientar a acumulação de vocábulos do campo semântico do irreal que é posta em prática na citação anterior. Evoca, por um lado, o aparelho de poder passado e sua cota-parte de responsabilização pelo logro da economia baseada em acumulação de dívidas in comportáveis. Por outro, a alusão ao tópico da embriaguez nacional expande ainda mais o tom acusatório do discurso, alargando-o à própria conduta do país e à sua conivência com esse modo danoso de governação.¹⁰

A legitimação da rutura com o passado vê-se igualmente fundamentada pelo fracasso verificado nas áreas social e política, em que a tomada de decisões com base em “obsessões ideológicas” surge como a grande responsável pelo desaire nacional.¹¹ A lentidão de funcionamento do aparelho judicial ou o modo

10 O tópico da ilusão ou fantasia nacional é um dos elementos decisivos de que o governante se socorre para a justificação da sua atuação governativa, mais particularmente no que toca à obrigatoriedade de confronto sistemático do país com a realidade. Por sua vez, como se demonstrará adiante, esta aparente censura do comportamento nacional em determinados momentos do seu passado virá também a reforçar o perfil de liderança que Pedro Passos Coelho parece querer reclamar para si enquanto Primeiro-Ministro.

11 A estas obsessões ideológicas opõe os valores de “empenho”, “competência”, “esforço”, “inteligência”, “perseverança” e “coragem”, que aponta como características do que será o seu governo.

aleatório como as políticas sociais foram implementadas ao longo do tempo, não contemplando efetivamente os efeitos acarretados para os contribuintes e o país em geral, contribuem para o agravamento sério, não só do nível da dívida, mas também da própria capacidade de resposta social aos mais carenciados. Passos Coelho promete, assim, um Programa de Emergência Social, “(...) orientado para as pessoas com maiores carências e para os que mais severamente têm sido atingidos”. Quanto à vertente política, encontra-se no passado a raiz do “(...) preço que se paga em perda de autonomia (...)” nacional, assim como do aparente autismo, por parte do país, em relação às orientações e ensinamentos externos. Por seu lado, na dimensão interna, Portugal movimentou-se, até esse ponto, sob um modelo de Estado que “(...) se torna opaco para esconder relações pouco apropriadas entre os recursos que são públicos e os interesses que são privados (...)”, e no qual reside a responsabilidade por todos os “(...) bloqueios que paralisaram o país (...)”.

Quanto ao presente, muito embora a consciência dos resultados eleitorais reforce o tom de determinação de Passos Coelho, o elemento-chave que valoriza no seu discurso é o da figura do protagonista da mudança em direção a um novo destino.¹² Trata-se da tentativa de corporização de uma figura providencial para o país, apoiando-se o Primeiro-Ministro no seu conhecimento da vontade e desejos dos portugueses como a verdadeira forma de legitimação do seu poder, e da necessidade de rutura que preconiza. Na verdade, “(...) a vontade de mudança é a sua maior justificação política e a sua maior vocação (...)”, dadas as circunstâncias que condicionam o estado presente do país.

Nesta fase, o discurso desenvolve-se fundamentalmente através da estratégia de dramatização de argumentos, para a qual concorre o uso reiterado de vocábulos e expressões de conotação negativa. Estes vêm intensificar o impacto emocional que as palavras produzem no destino-alvo, por um lado, (Fairclough & Fairclough 2012, p. 132), e, por outro, facilitar a adesão à representação oficial que o político visa incutir no povo português.¹³

12 “(...) A crise que hoje atravessamos mostrou o esgotamento dos modos antigos e fez ressoar o apelo à mudança. Ora neste momento solene, o Governo assume que atenderá a esse apelo. (...)”. O tema da mudança é sem dúvida central na argumentação de Passos Coelho, o que se comprova também pela sua repetição frequente ao longo de todo o texto. Das dez vezes em que a palavra “mudança” é repetida, sete ocorrem logo nos parágrafos iniciais da Tomada de Posse.

13 O recurso à dramatização, enquanto estratégia de exploração discursiva de uma determinada temática, constitui uma das opções mais frequentes, mas não menos eficazes, de valorização de um ponto de vista fundamental para a configuração, não só do aparelho de poder, mas,

Pedro Passos Coelho marca a sua entrada no texto, afirmando que “(...) Vivemos tempos *difíceis* e mais *tormentas* ainda nos aguardam (...)”, sublinhando, para além disso, “(...) a dimensão e a *urgência* dos *desafios* que se nos colocam (...)” (sublinhados nossos). O recurso a este tipo de afirmações assinala, no discurso, o tom tendencialmente dramático de tudo o que se seguirá em termos de comunicação, sendo que se lhe alia também o emprego de vocábulos que intensificam o efeito desejado pelo político (“tempos / circunstâncias difíceis”; “problemas”; “crise”; “complexidade dos problemas”; “sofrimento”; “dificuldades”). Para além destes, e muito embora associado ao tipo de atitudes preconizadas para a potencial resolução dos problemas nacionais, sobressai, com um tremendo impacto emocional, o uso de expressões, como: “medo paralisante”, “resignação contemplativa”, “fatalismos estéreis” e “receios”.

Ainda que Pedro Passos Coelho tenha como objetivo central de governação o de conduzir o país “(...) até chegarmos a um porto seguro (...)”, não deixa de ser curiosa a opção deliberada pelo tema marítimo como estratégia para a sua representação discursiva.

Desde o início da sua intervenção, Passos Coelho marca uma posição de distanciamento em relação ao que rapidamente se entende como a fixação, por parte dos portugueses, pelo seu passado glorioso, em particular no que toca ao imaginário da expansão quinhentista. Ainda que não centre exclusivamente a sua apreciação num período do passado em particular, é da dimensão simbólica do período dos Descobrimentos que extrai os elementos necessários, por um lado, para afirmar o seu desejo de rutura com os paradigmas do passado. Por outro, Pedro Passos Coelho mescla com esse jogo retórico, uma visão crítica da postura nacional face às adversidades, mais particularmente, no que diz respeito à sua opção pela “resignação contemplativa” ou pela recuperação da memória de grandiosidades passadas como espécie de lenitivo para as agruras do seu percurso. Tal posicionamento discursivo parece veicular, para além disso, uma tomada de posição em termos ideológicos, a qual aponta no sentido do tipo de governação que pretende

fundamentalmente, do tipo de líder que o encabeça. Mais do que na seleção criteriosa dos tópicos que constituem o ponto de partida para a argumentação, é no seu tratamento retórico e na forma empolada como se veem retratados, que reside a verdadeira base do modelo de governação que os apresenta. Ao dar corpo a uma mundividência particular, por meio deste tipo de procedimento, o aparelho de poder configura-se enquanto legítimo detentor de um conhecimento incomparável e incontestável da situação e, por conseguinte, enquanto a única alternativa viável para o enfrentar e superar.

assumir enquanto líder, dadas, não só as circunstâncias particulares em que Portugal se encontra, mas também o papel que deve desempenhar enquanto Primeiro-Ministro, isto é, o de homem providencial para a situação do país.

O caráter excecional da realidade que descreve ao longo da Tomada de Posse, mas fundamentalmente a apresentação das soluções para a sua suplantação, promovem, junto do público, a imagem de alguém cuja visão dos eventos que flagelam o país transcende a normal capacidade dos seus cidadãos. O rastrear das causas que estão na sua base, o vislumbre das respostas adequadas à sua resolução, a capacidade de as levar a cabo sem se “[desatar] do [seu] leme (...)” para atingir o “porto seguro” que os portugueses desejam, são as marcas que concentra na sua pessoa como forma de sobreposição em relação ao coletivo nacional. Mais do que alguém que, por um conjunto de circunstâncias de candidatura política e triunfo eleitoral, ascende à posição máxima de poder no país, a figura do líder do governo é aqui configurada quase como um produto de uma vontade superior que o coloca, dada a sua visão dos acontecimentos, a sua resolução e coragem inquebrantáveis, à frente do destino nacional, como único instrumento possível para a construção do futuro necessário para todos. Como o próprio refere no seu fecho de argumentação: “(...) Portugal não pode falhar. Eu sei que Portugal não falhará.”

Desta forma, Pedro Passos Coelho dá corpo no seu discurso a um processo de conversão simbólica da sua figura na de um pedagogo da nação em perigo¹⁴, isto é, no papel do responsável por encontrar e apontar as soluções de que a nação precisa, uma vez que esta, por si só, não o consegue fazer. Para além disso, a corporização dessa função de liderança (em que o destino individual do Primeiro-Ministro se funde com o da própria nação) reclama implicitamente o direito de ocupação de um lugar próprio na narrativa coletiva nacional, ao transferir a sua visão do plano real para o campo da ficção, como forma de reforço do caráter heroico da sua figura. Como se demonstrará adiante, entre as várias estratégias usadas por Passos Coelho para reforçar o caráter distinto da sua liderança e da importância de que esta se reveste no destino do país, a que mais evidencia o perfil de homem providencial que pretende assumir é a da inconstância do seu uso dos pronomes pessoais “Eu” e “Nós”. Daqui deriva que nem sempre é óbvio se o “nós” se refere ao país no seu todo ou somente ao

14 Assumindo um tom didático, por exemplo, em afirmações como: “(...) o povo Português pode contar com o seu governo, e nós sabemos que podemos contar com a sua dedicação, com a sua coragem, com a sua persistência, com o seu engenho, com a sua boa vontade, com a sua paciência. (...)”.

aparelho de poder que o encabeça, o que acaba por reforçar o efeito de fusão entre o coletivo nacional e a figura do líder.

A opção declarada pela rutura com os paradigmas anteriores e o tom exacerbado da sua apreciação do país, no momento em que assume funções, são, em Passos Coelho, os meios preferenciais que reforçam a imagem do líder talhado para o “(...) fulgor da ação imediata (...)” (Girardet 1986, p. 79), apontando, por esse motivo, no sentido do modelo *Alexandre*. A sua legitimidade funda-se, não no seguimento dos ditames do passado, mas antes na análise impiedosa das circunstâncias presentes, que o impelem à ação e o colocam diante de um desafio, o qual só ele poderá resolver efetivamente.

A densidade lexical criada pelas referências aos tópicos do “realismo” e não da “resignação contemplativa”, da “coragem” e não do “medo paralisante”, da “responsabilidade” sem “falsas promessas”, da “perseverança” e não da “obstinação”, reforça a representação da imagem combativa que Passos Coelho reclama para si enquanto figura de proa do aparelho político nacional. Mais, enfatiza igualmente o seu carácter visionário, porquanto centra na figura do líder o conhecimento privilegiado das soluções de que o país necessita e descarta *a priori* a validade de outros pontos de vista alternativos, ao afirmar que, muito embora “(...) se escutem as opiniões, (...) se avaliem os resultados e que porventura se reexaminem as decisões [,] desse rumo não nos desviaremos (...)”.

A determinação que perpassa estas palavras é marca clara do perfil do jovem combatente que enfrenta com determinação os desafios que se lhe apresentam, sabendo de antemão qual o caminho a percorrer para o resgate da nação. Daqui deriva também, de forma mais ou menos explícita, o tipo de atuação política que, à partida, favorecerá no seu exercício do poder, parecendo apontar mais no sentido de uma governação de orientação executiva do que propriamente parlamentar.

António Costa, por sua vez, assume uma estratégia de depreciação do trabalho do governo anterior como ponto de partida para a consolidação dos seus intentos no discurso de Tomada de Posse. Todavia, desenvolve esse trabalho de recuperação do passado de forma aparentemente mais objetiva, reduzindo o grau de ambiguidade interpretativa nos seus enunciados e centrando quase exclusivamente na governação PSD/CDS a responsabilidade pelo estado atual do país. O *topos* dominante é mais uma vez a crise, mas aqui apresentada reiteradamente à luz dos efeitos destrutivos provocados por um outro *topos* também fundamental: o das “(...) políticas de austeridade

(...)”. Com base nesta estratégia de argumentação, António Costa não deixa dúvidas acerca do principal alvo das suas invetivas, as quais se veem ironicamente concretizadas nos mesmos domínios que o seu antecessor selecionara para a apresentação da sua leitura política do passado – o económico, social e financeiro.

Na economia, é a reabilitação de um panorama desastroso aquela que ocupa a voz de António Costa. Através do emprego sucessivo de nomes ou expressões de significação negativa, o Primeiro-Ministro reforça continuamente o argumento de que a opção deliberada pelo caminho da austeridade é a base do aumento sem precedentes do “(...) empobrecimento coletivo, da precarização do trabalho ou do sacrifício da qualidade e proximidade dos serviços públicos (...)”, para além da “(...) asfixia fiscal da classe média (...)”. Na componente social, é também na austeridade que localiza o agravamento dos níveis de pobreza, bem como a cessação indiscriminada da “(...) garantia de serviços e bens públicos essenciais (...)”. A esses alia-se uma atmosfera de fratura social, promovida pelo próprio Estado nos mais variados níveis, em nada demonstrativa do que se espera de uma sociedade contemporânea e equilibrada.

A problemática do endividamento de famílias e empresas é aquela a que António Costa oferece maior destaque no campo financeiro, sem se esquecer de frisar a sua direta relação com as políticas do Governo anterior. Lamenta o chefe de governo que “(...) a sociedade esteja [nesse momento] mais pobre e desigual, a (...) economia mais enfraquecida no seu potencial de crescimento e o País mais endividado (...)”, e distancia-se de forma perentória desse passado recente, ao afirmar que “(...) a austeridade não gera crescimento, nem a desvalorização interna prosperidade (...)”.

A representação do passado serve, assim, em António Costa, de base para a crítica do modelo de governação anterior e como ponto de partida para a legitimação de uma nova opção governativa. Essa estratégia, no entanto, merece uma maior preocupação e detalhe no seu desenvolvimento discursivo, devido às condições inéditas em que se torna Primeiro-Ministro.

Procurando mostrar-se acima dos moldes polémicos em que a oposição caracteriza a sua ascensão ao poder, António Costa opta por realçar o carácter pluralista e enriquecedor da solução governativa que encabeça, claramente liberta “(...) de exclusões de facto que limitavam o leque de soluções políticas possíveis e defraudavam o sentido de boa parte dos nossos concidadãos (...)”. O modo como esta aparente fragilidade é concretizada em sede de

discurso de Tomada de Posse converte-a objetivamente numa característica diferenciadora e, por esse motivo, também num trunfo a seu favor, que contribui para o processo de legitimação do seu poder político, assim como da necessidade de rutura com aquilo que o antecede.

A leitura do presente apresentada por António Costa continua a valorização do *topos* da crise, desta feita, por meio da referência a um “(...) tempo que todos sabemos de grandes incertezas e enormes desafios (...)” e evidenciando “(...) as muitas dificuldades que temos pela frente e as restrições que limitam o nosso leque de opções (...)”. Intensifica essa atmosfera inicial da sua argumentação recorrendo também a alguns vocábulos ou expressões de conotação negativa (“momentos muito duros”; “urgência”), embora em número reduzido. Esta opção pelo comedimento no recurso à estratégia da dramatização de argumentos enquadra-se na perfeição no tom de serenidade que pretende dar ao seu discurso, valor esse, aliás, que apresenta como um dos elementos fundamentais da ação governativa, não só enquanto membro do aparelho de poder político, mas também enquanto líder e modelo de conduta para o país nesse momento.

A forma como António Costa se configura em termos discursivos na sua Tomada de Posse parece apontar no sentido de um modelo de homem providencial de natureza distinta. Na linha do espírito moderado e sereno com que vai permeando o seu trabalho de representação, constrói um perfil de liderança, apoiado nos valores da “moderação” e não “radicalização”, da “serenidade” e não “crispação”, da “reunião” e não “confronto”, da “confiança” e não “temeroso e angustiado”. Reforçando este posicionamento, surge também a sua tentativa de se elevar sobre as quezílias partidárias que questionam a sua legitimidade enquanto líder, não avançando numa análise crítica e detalhada do período imediatamente anterior à sua ascensão ao poder, como estratégia de defesa pessoal e política, “(...) confiando à história esse debate (...)”.

Com base neste conjunto de opções discursivas, António Costa aponta, assim, para uma figura de liderança que se aproxima mais do modelo apresentado por Girardet como *Sólon* – o do legislador, do Homem de Estado, do refundador que, rompendo com o passado, se apoia na sua vasta experiência política, para conseguir levar a nação a um outro destino no futuro (Girardet 1986, p. 71) – e para o qual insistentemente reclama o contributo fundamental que o diálogo e o compromisso darão ao seu governo de mudança. Neste sentido, e assinalando novamente mais um aspeto que o diferencia do seu antecessor, António Costa parece valorizar a conceção

de um aparelho de poder que favorecerá mais a dimensão parlamentar do que propriamente a executiva, pois para ele, “(...) o Governo provém da Assembleia da República. (...)”.

A mudança corresponderá, desse modo, para António Costa, a um “(...) tempo novo para a vida das famílias, dos trabalhadores e das empresas; um tempo novo para a economia e para o emprego; um tempo novo para o Estado e para os serviços públicos; um tempo novo para o combate à pobreza e às desigualdades; um tempo novo para a aposta nas chaves do futuro (...)”. Por meio da anáfora, António Costa enfatiza o carácter diferenciador da sua mudança, procurando abranger, através da estratégia de enumeração que se lhe associa, todos os setores da sociedade portuguesa. Nesse sentido, marca também a sua determinação em promover um espírito de apaziguamento nacional, em vez do “confronto” baseado em “(...) falsas, demagógicas e perigosas (...) dicotomias simplistas (...)”, como o caminho preferencial a trilhar no sentido da concretização do grande objetivo do seu governo: “[ajudar] Portugal a triunfar nos desafios do século XXI (...)”. Com a afirmação desta ambição, António Costa enquadra-se claramente no perfil de liderança anteriormente descrito, ao lançar as fundações do novo regime capaz de garantir o sucesso do destino coletivo (Fischer *op. cit.*, pp. 80-81).

A tabela que se apresenta de seguida (com base em Fairclough & Fairclough 2012, pp. 39-51) contém os cinco elementos centrais que concorrem para a estabilização da estrutura argumentativa de ambos os líderes nos seus discursos de Tomada de Posse, com o objetivo de suportar e reforçar o impacto da visão oficial do país que os seus aparelhos de poder pretendem veicular. Um pouco à imagem do que se vem evidenciando, apesar das diferenças notórias que ambos reclamam para a sua prestação, são vários os pontos em que as práticas discursivas se tocam claramente, dada a proximidade, não só das estratégias aplicadas para tal fim, mas também dos elementos que selecionam para a sua construção.

No campo Apelo à ação (*Claim for action*), começa-se por identificar de forma abrangente o argumento principal que é utilizado para a legitimação da ação necessária, isto é, o que cada um dos oradores apresenta como a motivação central para a sua atuação governativa, a qual resulta sempre do entendimento pessoal que fazem “da vontade do povo”. O Apelo à ação corresponde, desta forma, ao ponto de partida de onde se extrai a legitimidade de governação, mas também à base que despoleta o trabalho de argumentação

de cada um dos líderes, acabando por condicionar os moldes possíveis em que esse trabalho se virá a desenvolver.

As Circunstâncias (*Circumstances*), já ilustradas no decurso do presente artigo, constituem o segundo nível de estabilização da estrutura discursiva em análise, apontando-se, neste caso (a título exemplar), alguns dos argumentos que reforçam o entendimento individual da vontade do povo, por parte do líder, atuando como elo de ligação para a categoria dos Objetivos (*Goals*) gerais de governação.

É fundamentalmente ao nível da categoria dos Valores (*Values*) que o caráter distintivo entre ambos os textos se começa a evidenciar, na medida em que, ao optarem por perfis de liderança distintos, Passos Coelho e António Costa apoiam-se em valores que, à partida, deverão estar em consonância com esses mesmos perfis.¹⁵

A categoria Meios (*Means Goals*), à semelhança dos restantes campos, apresenta também grande proximidade entre os dois oradores no que toca à sua significação, sendo que se distingue fundamentalmente pelas estratégias de representação discursiva que escolhem para esse efeito.

Tabela 1. Estrutura de Prática Argumentativa

Pedro Passos Coelho		António Costa
Ser “agente” da “mudança desejada pelos portugueses” e que “decorre de um espírito reformista, enérgico e corajoso”.	Apelo à Ação	“Construir passo a passo, projeto a projeto, medida a medida, um tempo novo para Portugal e para os portugueses”.
“Vivemos tempos difíceis e mais tormentas ainda nos aguardam”; “a dimensão e a urgência dos desafios que se nos colocam”; “tempos / circunstâncias difíceis”; “problemas”; “crise”; “complexidade dos problemas”; “sofrimento”; “dificuldades”.	Circunstâncias	“um tempo que todos sabemos de grandes incertezas e enormes desafios”; “as muitas dificuldades que temos pela frente e as restrições que limitam o nosso leque de opções”; “momentos muito duros”, “urgência”.

15 No seguimento do que já foi apontado anteriormente, também aqui ganha força a ideia de uma maior intensidade do perfil de liderança assumido por Pedro Passos Coelho, ao contrário de António Costa e sua propensão para a serenidade.

Pedro Passos Coelho		António Costa
“Recuperar a economia portuguesa”, “retomar a prosperidade”, “chegar a um porto seguro”.	Objetivos	“Ajudar Portugal a triunfar nos desafios do século XXI”.
“Coragem” e não “medo paralisante”; “Realismo” e não “optimismos vazios” nem “fatalismos estéreis”; “Responsabilidade” sem “recorrer a falsas promessas” ou “vislumbrar admiráveis mundos virtuais”; “Perseverança”, mas não “obsessões ideológicas”.	Valores / contravalores	“Moderação” e não “radicalização”; “Serenidade” e não “crispação”; “Reunião” e não “confronto”; “Confiança” e “entusiasmo” sem estar “angustiado” ou “temeroso”; “determinação” e não “despeito ou desforço”.
“Estabilizar as finanças”; “Socorrer os mais necessitados”; “Fazer crescer a economia e o emprego”.	Meios	“Mais crescimento”, “mais emprego”, “mais igualdade”.

Do confronto com a tabela apresentada, retira-se que, no que toca à legitimação da ação, Pedro Passos Coelho dá voz à sua ambição de ser o “agente de mudança desejada pelos portugueses”, apoiando-se, para esse efeito, “num espírito reformista, enérgico e corajoso”. António Costa valoriza o “Construir passo a passo, projeto a projeto, medida a medida, um tempo novo para Portugal e para os portugueses”, o que, em ambos os casos reforça, mais uma vez, o perfil providencial que pretendem assumir enquanto líderes da nação. No que diz respeito às circunstâncias governativas, ambos valorizam o caráter extremamente difícil e urgente da situação nacional, acentuando discursivamente a sua apreciação em termos negativos, de forma a reforçar a centralidade da sua liderança em todo o processo.

O distanciamento discursivo ou simbólico começa a estabelecer-se entre ambos, a partir da apresentação dos objetivos gerais, em que Passos Coelho, ironicamente e apesar da sua relação de suposta aversão ao passado e seus erros danosos, recorre precisamente a uma formulação com verbos que implicam sempre a recuperação de um tempo grandioso nacional como termo

de comparação para o que se propõe atingir na sua governação.¹⁶ António Costa opta deliberadamente por uma perspetiva centrada no futuro, o que demonstra uma forma distinta de relacionamento e exploração simbólica do tempo na sua Tomada de Posse. Na verdade, tal prática parece apontar no sentido de uma maior coerência em termos discursivos, pois, ainda que, no início, o passado surja como base de partida e como contraponto argumentativo para a apresentação da sua visão nacional, uma vez esgotado este propósito, a prática de representação do que será concretizado no futuro passa a assumir a predominância até ao final.

Os valores apresentados como diretrizes para a sua atuação distinguem-se claramente (aliás, na continuidade do modelo providencial que corporizam). No entanto, aproximam-se no que diz respeito à estratégia discursiva selecionada para a sua apresentação. Passos Coelho e António Costa reforçam a pertinência e legitimidade dos “seus” valores através de um exercício de contraposição às alternativas que consideram desajustadas para os fins que têm em vista para o país – alternativas que, em ambos os casos, são associadas aos períodos de governação imediatamente anteriores. Os contravalores, por sua vez, aproximam-se, na medida em que, para além de reforçarem os valores defendidos por cada um dos líderes, servem também (e fundamentalmente) para manter viva a representação negativa do passado, criticando-o claramente assim como os seus protagonistas. Por conseguinte, reforça-se também o papel do novo líder que se apresenta ao povo, porquanto é diferente de tudo o que o antecedeu e constitui a verdadeira resposta às expectativas da nação.

Daqui deriva-se para a definição da nova visão de futuro que ambos os líderes querem concretizar e implicitamente fazer com que o público a reconheça e adira à sua especificidade. A mobilização de Portugal nesse sentido começa pela estipulação de três grandes meios para atingir o fim ideal que, de novo, correspondem quase de forma idêntica entre si, sendo que o caráter distintivo que tentam atribuir-lhe se funda essencialmente na

16 “Recuperar” e “retomar” são verbos que acarretam precisamente essa relação de proximidade com o passado, o que não deixa de surpreender, se se atentar no esforço que Passos Coelho desenvolve, desde a abertura do seu discurso, com o intuito de criticar esse apego característico português àquilo que está para trás no tempo. Pedro Passos Coelho mostra uma maior aversão pelo passado, uma maior necessidade de o explorar enquanto contraponto para o seu trabalho de argumentação, mas no final, é sempre com base numa relação de cotejo com o passado que vai construir o seu ideal do Portugal futuro.

ideologia que está por detrás de cada um e, para além disso, na formulação discursiva selecionada para esse efeito.

Para Pedro Passos Coelho, a imagem do Portugal futuro começa a ganhar forma a partir do momento em que o vocábulo “abertura” é introduzido, pouco após o início do seu discurso, verificando-se, daí em diante, uma utilização sistemática e reiterada das diferentes ocorrências lexicais que esta palavra poderá conhecer.¹⁷ Para o Primeiro-Ministro, Portugal será assim um país “(...) mais aberto tanto no plano interno, para termos uma sociedade mais aberta e dinâmica do ponto de vista social, económico e político, quanto no plano externo, para nos abirmos ao mundo. Queremos um país aberto ao mundo globalizado, à Europa, aos países de expressão portuguesa, às potências emergentes. (...)”.

A visão de futuro para o Portugal interno passa, em primeiro lugar, por uma reconfiguração do modelo de Estado conhecido até à data, sendo que é na verdade este o elemento-chave que preside a todas as orientações que o governante pretende dar à marcha do país nas suas mais variadas facetas. A abertura da sociedade corresponde a um cenário em que “(...) cada um acalenta legítimas aspirações de melhorar a sua condição através do trabalho, do esforço e do mérito, da criatividade, da cooperação com os outros, em suma, onde cada um pode concretizar os seus sonhos e projetos de vida de acordo com os valores que escolhe (...)”.

A realização pessoal dos portugueses passa assim a depender quase exclusivamente da sua própria iniciativa, sendo que o poder político aparentemente se dedicará mais a um papel de observador/regulador, e não tanto de carácter diretamente interventivo no funcionamento social, salvo nas situações que, até à data, foram alvo de tratamento desadequado pelo governo, o que explica muitos dos problemas nacionais. Tal interpretação torna-se óbvia se se atentar na observação previamente feita acerca do favorecimento de interesses privados às custas do erário público, ou na afirmação explícita da cessação de um certo entendimento passadista da relação entre o Estado e

17 São vinte e uma as ocorrências do termo em questão (ou seus derivados) ao longo do discurso, sempre em consonância com a visão do país que Passos Coelho pretende ver concretizada. Seja sob a forma de verbo, adjetivo ou nome, o traço que sobressai da voz do, então, Primeiro-Ministro, é sempre o de um Portugal *aberto* em todas as dimensões internas e externas. Esta estratégia discursiva ganha ainda mais força, porquanto, para além da repetição, se lhe alia normalmente também a contraposição de vocábulos de significado oposto (“opaco”; “sufocar”; “fechar”), enfatizando, desse modo, o impacto que a tal “abertura” deverá ter na edificação do Portugal de futuro.

a sociedade. Em suma, Pedro Passos Coelho preconiza um modelo de relacionamento entre sociedade e poder político, onde o Estado “(...) se quer ágil sem ser intrusivo; decidido sem ser cego (...)”.¹⁸

Esta agilidade estatal é também o mote para a apresentação do tópico da abertura na vertente económica. Uma economia portuguesa mais aberta corresponde, no fundo, (e novamente) a uma diminuição da intervenção estatal, com vista a “(...) tornar mais favoráveis as condições de concretização da iniciativa empresarial e do potencial inovador dos cidadãos [;] reduzir os custos de contexto, acentuar a intensidade concorrencial [;] quebrar a rede de incentivos formais e informais que favorecem artificialmente o setor dos bens não transacionáveis (...)”. Daqui derivará o Portugal do futuro enquanto uma das “economias mais abertas da Europa”.

Na perspetiva de Pedro Passos Coelho, as aberturas social e económica na vertente interna são também sinónimas de um melhoramento considerável da dimensão política portuguesa, porquanto delas derivará uma melhor democracia resultante de “(...) um Estado mais pequeno, mais ágil e mais forte, por um lado, e uma sociedade mais livre, mais autónoma e mais próspera, por outro. Na verdade, são como duas faces da mesma moeda (...)”.¹⁹

Na sua dimensão externa, o Portugal de futuro de Pedro Passos Coelho será mais aberto, uma vez resolvida a questão do resgate financeiro internacional,

18 Esta questão do plano social é também abordada na perspetiva da justiça, onde, depois de tecer várias considerações acerca do seu carácter anacrónico e desajustado, conclui que pretende “uma justiça mais justa”.

19 O cuidado e nível de detalhe depositado na exploração discursiva do tópico da “abertura” não deixam margem para dúvidas de que a determinação do governo de Pedro Passos Coelho vai no sentido do aprofundamento irreversível de uma agenda neoliberal para o país. O nível de detalhe com que apresenta todas as dimensões de funcionamento nacional que importa reconfigurar, salientando, ao mesmo tempo, a necessidade de diminuição da intervenção estatal como condição para que isso aconteça, dá mostras de uma ideologia completamente alinhada com os desígnios europeus e internacionais, mas que, paradoxalmente, se pretende mostrar, na dimensão interna nacional, como autónoma e liberta de condicionamentos de qualquer espécie. O carácter “forte” do modelo de Estado que preconiza ganha, assim, uma significação de tipo distinto daquele que, à partida, o cidadão comum lhe atribuirá, porquanto não corresponde à esperada vertente de salvaguarda da população face às pressões externas, mas antes, a um paradigma de governação que atuará precisamente no sentido inverso. O mesmo será dizer que terá como prioridade a implementação dos ditames externos em contexto nacional, não correspondendo por isso a um verdadeiro modelo de Estado-forte, mas antes, nas palavras de Boaventura de Sousa Santos (2002, pp. 7-8), a um modelo de Estado-enfraquecido. Segundo o autor, “(...) o Estado é o oposto da sociedade civil e potencialmente o seu inimigo. A economia neoliberal necessita de uma sociedade civil forte e para isso é necessário que o Estado seja fraco. Este é inerentemente opressivo e limitativo da sociedade civil, pelo que só reduzindo o seu tamanho é possível reduzir o seu dano e fortalecer a sociedade civil (...)”.

que reduz claramente a autonomia do país em todos os aspetos, para além da sua capacidade de evolução ou transformação. A prioridade máxima será o equilíbrio das contas públicas e o recuperar da solvência do país, para que daí resulte um Portugal aberto “(...) aos grandes fluxos mundiais de pessoas, de ideias, de iniciativas, de trocas, de investimento (...) que olha para o mundo como um imenso lugar de oportunidades e de aprendizagem. (...)”.

António Costa esboça também a sua visão para o futuro do país dentro de linhas de orientação semelhantes às do seu antecessor. Apoiar-se numa apreciação subdividida entre as vertentes interna e externa, mas optar por uma representação mais breve e tendencialmente menos objetiva, em termos de apresentação de medidas concretas para a sua ação governativa. Não vai, por esse motivo, ao expoente de discriminação que caracteriza o discurso de Pedro Passos Coelho, no que toca, por exemplo, à especificidade das facetas social ou económica, apostando antes na sua caracterização simultânea e equilibrada, enquanto dimensões interrelacionadas e interdependentes.

Em sintonia com a tónica inclusiva de que se reveste o discurso de António Costa, o Portugal do futuro é um país em que se concretizará “(...) o aumento e proteção do rendimento disponível das famílias, o alívio da asfixia fiscal da classe média, o desendividamento e condições de investimento das empresas, o combate à pobreza, a garantia de serviços e bens públicos (...)”. O mesmo será dizer que o modelo de Estado e sua relação com a sociedade a que preside é o total inverso do período de governação a que António Costa veio suceder. A sua prioridade é o retomar do modelo de Estado protagonista na construção de um país melhor e mais justo para todos, um Estado promotor de “(...) oportunidades e de esperança que assinala de uma vez por todas o reencontro das prioridades da governação com os projetos de vida dos portugueses que têm direito a ser felizes aqui (...)”.

A vertente externa merece também, para o governante, uma grande importância, sendo que a abertura a todas as esferas de influência internacional em que Portugal se vê tradicionalmente inserido (como no caso da União Europeia, dos países lusófonos ou da NATO) é realmente fundamental, ainda que não exclusivamente positiva. Na verdade, mais do que um caráter de oportunidade que se apresenta ao país do futuro, é importante reconhecer a dimensão dos desafios que essas esferas acarretam para Portugal e os portugueses, sendo que se pressupõe, nas palavras cautelosas do Primeiro-Ministro, o papel preponderante que a própria ação governativa pretende reclamar para si no teatro de operações internacional, em defesa dos interesses do país.

Daqui deriva a clara percepção de um novo traço distintivo entre ambos os líderes em estudo, mais particularmente no que diz respeito ao modelo de Estado que preconizam, o qual está em perfeita sintonia com os perfis de liderança que vão edificando ao longo dos seus textos. Passos Coelho, que tenta projetar a imagem de um Estado forte como modelo para a sua governação, enuncia realmente os princípios de uma configuração de Estado-enfraquecido. Esta favorece uma visão neoliberal do país, promotora do talento, esforço, mérito e da autorrealização individual, e justificativa, para além disso, das medidas de austeridade que considera inevitáveis. Em manifesta rutura com esta visão, António Costa professa o retorno a um modelo de Estado ao serviço da população como o caminho de construção do Portugal do futuro. Rompendo explicitamente com as práticas de austeridade seguidas pelo seu antecessor, António Costa dá mostras da sua propensão para um modelo de governação que favorece o bem-estar generalizado de todo o coletivo nacional. Em suma, se o objetivo de retoma da prosperidade é declarado de forma mais ou menos idêntica por ambos os governantes, o conceito de prosperidade que cada um preconiza é, no entanto, totalmente distinto.

Independentemente, no entanto, da visão que cada um defende para o país, as estratégias aplicadas para a veicular e promover a adesão do público são bastante próximas, roçando quase um carácter idêntico em determinadas situações. Para além do uso da metonímia ou dos jogos de alternância significativa entre o “Eu” e o “Nós”, (Fairclough 2010, p. 246; Wodak 2009, pp. 43-47), o recurso sistemático às repetições (lexicais e semânticas) surge como a estratégia preferencial de ambos os oradores, para amplificar o impacto que a sua argumentação produz no público-alvo e reforçar as ideias centrais da sua visão política para o país (Van Dijk 1997, p. 35).

São igualmente próximas as estratégias que aplicam quando expõem as opções de governo, apostando na identificação dos potenciais argumentos alternativos àquilo que propõem, mas esvaziando de imediato a sua credibilidade e relevância como mecanismo de aumento dos efeitos que a sua visão deverá produzir em termos discursivos (Fairclough & Fairclough 2012, p. 132). Neste sentido, reforçam a noção de que, apesar de encabeçarem ideologias e representações divergentes do país e seu papel no mundo atual, se socorrem de mecanismos virtualmente idênticos em termos de argumentação, para levarem a cabo a sua missão neste cenário de Tomada de Posse.

Cada um com o seu estilo e orientando as práticas de representação discursiva dentro do modelo de liderança que selecionam como próprio, Pedro

Passos Coelho e António Costa estabelecem, assim, o caminho para a sua visão da nação e das soluções que esta necessita para cumprir o seu destino, com o propósito de levar todo o coletivo a aderir ao futuro que vislumbram para Portugal.

4. Conclusão

Tomando como base uma amostra de estudo deliberadamente limitada em termos quantitativos e circunstanciais, o presente artigo teve como objetivo desenvolver uma análise transdisciplinar das práticas de representação discursiva da nação portuguesa, pelo seu aparelho de poder. Caracterizou, por um lado, os mecanismos que contribuem para o reforço da legitimidade desse aparelho político na esfera pública, assim como do perfil de liderança que o encabeça. Por outro, avançou possíveis linhas de análise da vertente ideológica, por detrás da voz do poder, evidenciando as suas relações com a representação “oficial” do país veiculada para o coletivo nacional.

Do confronto entre ambos os discursos de Tomada de Posse resultou que, muito embora produzidos com base em paradigmas diferentes, apresentam inúmeros pontos de contacto, quer no plano das estratégias usadas na prática discursiva, quer no modo como as suas representações do país se estruturam efetivamente.

A recuperação do passado, por Pedro Passos Coelho e António Costa, é de idêntico carácter funcional nos seus textos e serve três grandes linhas de orientação: a identificação de causas para a situação presente, o apuramento das responsabilidades e a legitimação do aparelho de poder e do líder. O presente é de contornos excepcionais, sendo que só o perfil providencial que possuem o pode conhecer em toda a extensão e operar a mudança necessária. A visão de futuro prometida ao país é grandiosa em ambos, e na estrita dependência da sua liderança. Estes elementos agregam-se, por fim, em função dos temas que organizam a sua arquitetura discursiva: o modelo de governação e a relação Estado/Sociedade.

Os discursos de Tomada de Posse distinguem-se, nesse sentido, fundamentalmente pelo estilo discursivo assumido por cada político e o perfil de homem providencial que escolhem para todo o processo.

As linhas interpretativas que se foram avançando servem fundamentalmente para lançar novos contributos no campo da análise do discurso político português, favorecendo, no entanto, uma abordagem tendencialmente flexível,

que se socorra de vários modelos teóricos e de análise complementares. Não se trata, por este motivo, de uma proposta aplicável apenas a situações de Tomada de Posse em contexto nacional português, em pleno século XXI, mas antes de um modelo que poderá, com as devidas adaptações, ser facilmente aplicável a outros contextos temporais, ideológicos, sociais e linguísticos.

Referências

- Anderson, B. (2016). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (rev. ed.). London & New York: Verso.
- Fairclough, N. (2010). *Critical Discourse Analysis: the Critical Study of Language* (2nd ed.). London: Longman.
- Fairclough, I. & Fairclough, N. (2012). *Political Discourse Analysis*. London: Routledge.
- Fischer, D. (2009). *L'Homme Providentiel: un Mythe Politique en République de Thiers à de Gaulle*. Paris: L'Harmattan.
- Garrigues, J. (2012). *Les Hommes providentiels*. Paris: Seuil.
- Girardet, R. (1986). *Mythes et Mythologies Politiques*. Paris: Seuil.
- Hutcheon, L. (2002). *The Politics of Postmodernism* (2nd ed.). London & New York: Routledge.
- Léonard, Y. (2017) *História do Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Objectiva.
- Moury, C. & Stranding, A. (2017). Going beyond the Troika”: power and discourse in Portuguese austerity politics. *European Journal of Political Research*. Consultado em 6 de janeiro de 2017, em: https://www.researchgate.net/publication/312567829_%27Going_beyond_the_Troika%27_Power_and_discourse_in_Portuguese_austerity_politics_%27GOING_BEYOND_THE_TROIKA%27.
- Santos, B. S. (2002). Os processos de globalização. Consultado em 6 de janeiro de 2017, em: <http://www.eurozine.com/articles/2002-08-22-santos-pt.html#>.
- Van Dijk, T. A. (1997). What is political discourse analysis? *Belgium Journal of Linguistics*, 11, 11-52.
- Wodak, R. (1996). *Disorders of Discourse*. Harlow: Longman.
- Wodak, R., De Cillia, R., Reisigl, M. & Liebhart, K. (2009). *The Discursive Construction of National Identity* (2nd ed.). Edinburgh: Edinburgh University Press.

[recebido em 1 de janeiro de 2018 e aceite para publicação em 20 de junho de 2018]

ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E SUAS ESTRATÉGIAS RETÓRICAS: UMA ANÁLISE PLURIDISCIPLINAR DE UMA DECISÃO JUDICIAL

LEGAL ARGUMENTATION AND RHETORICAL STRATEGIES:
A PLURIDISCIPLINAR ANALYSIS OF A JUDICIAL DECISION

Rosalice Pinto *

rpinto@fcsh.unl.pt

Maria das Graças Soares Rodrigues *

gracarodrigues@gmail.com

Giovanni Damele *

giovanni.damele@fcsh.unl.pt

Este artigo fundamenta-se em perspectivas teóricas que evidenciam a influência de contextos sociais e históricos para a análise dos textos (Bronckart 1999; Adam 2017; Charaudeau 2017) e em abordagens que enfatizam a importância dos aspectos retóricos para o estudo dos textos jurídicos (Pinto 2010; Damele 2011), visando analisar de que forma a argumentação e algumas estratégias a ela associadas são construídas em alguns gêneros textuais jurídicos. É a partir das escolhas linguísticas perpetradas pelos profissionais da área, bem como de aspectos formais e normativos que será construída, por um lado, a argumentação de caráter ‘mais racional’ relacionada ao *logos*; por outro, a de caráter mais retórico, associada ao *ethos*, e ao *pathos*. De forma a provar essa hipótese, foi selecionado um exemplar de uma sentença condenatória de um Tribunal de 1ª Instância do Rio Grande do Norte, Brasil. Resultados preliminares apontam que a argumentação nos documentos jurídicos pode ter um caráter retórico, mas este é variável em função de constrangimentos que podem influenciar a construção textual e retórica.

Palavras-chave: argumentação jurídica, retórica, ponto de vista (PDV), *ethos*, *pathos*

This article is focused on theoretical perspectives that highlight the influence of social and historical contexts for the analysis of texts (Bronckart 1999; Adam 2017; Charaudeau 2017) and on approaches that emphasize the importance of rhetorical

* Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa. NOVA CLUNL-FCSH /CEDIS-UNL, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

*** Universidade Nova de Lisboa. IFILNOVA-FCSH-UNL, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

aspects to study legal texts (Pinto 2010; Damele 2011). Its goal is to analyse how argumentation and some rhetorical strategies are depicted in some legal text genres. The linguistic elements and the formal and normative aspects chosen by the professionals will portray, on the one hand, a more 'rational' argumentation related to the *logos*; and, on the other hand, more rhetorical, linked to *ethos* and *pathos*. With these strategies, the judge may attain his goal: to persuade the community that the thesis he supports is adequate to 'solve the case'. In order to prove this hypothesis, we selected a conviction from the Court of First Instance in Rio Grande do Norte, Brazil. Preliminary results indicate that the argumentation present in legal documents may show some rhetorical strategies, and that these vary according to contextual constraints that may influence the textual and the rhetorical construction.

Keywords: legal argumentation, rhetoric, point of view (PDV), *ethos*, *pathos*.

*

1. Introdução

Os estudos sobre a argumentação em textos de natureza jurídica (aqui faremos referências às motivações de uma decisão de um juiz monocrático) ressaltam, tradicionalmente, por um lado, o seu caráter silogístico e, por outro, o aspecto formal a eles associado. Na verdade, seguem fundamentalmente toda uma tradição centrada nos pressupostos aristotélicos.

Contudo, trabalhos mais recentes, tanto de base filosófica quanto discursiva, evidenciam a existência de dois níveis de argumentação quando se trabalha com a análise de documentos jurídicos. Num primeiro nível, haveria os aspectos silogístico-formais centrados em questões materiais (fatos, provas) e questões legais (normas). Ou seja, para que uma decisão seja proferida por um juiz todo um raciocínio silogístico de natureza dedutiva é construído para sustentar determinada tese (a própria decisão). Num segundo nível, existe a necessidade, por parte do agente produtor da decisão, de persuadir o público sobre a 'interpretação adequada' por ele feita do fato jurídico e, para tal, são também usadas estratégias de natureza retórica. Dentro desse contexto, questões de natureza psico-sociais e também políticas, veiculadas à própria materialidade textual-discursiva, devem ser evidenciadas, uma vez que a produção dos textos é sempre contextualmente situada.

Face à complexidade do estudo dos documentos jurídicos, este trabalho objetiva estudar dois níveis de construção argumentativa destes textos. Em

primeiro lugar, mostramos os aspectos formais da construção argumentativa de um gênero textual específico, a *sentença condenatória*. Em segundo lugar, ressaltamos a relevância da seleção de algumas categorias linguísticas (em especial às relacionadas com a construção do caráter retórico da argumentação jurídica) para a persuasão do auditório a quem esses textos realmente se dirigem. Com isso, objetivamos reiterar o posicionamento de Pinto (2010) e Damele (2011) que, seguindo perspectivas teóricas distintas, evidenciam a natureza retórica associada à argumentação no âmbito do Direito, embora esta apresente ainda características muito ritualizadas.

De forma a atender os objetivos propostos, será aportada, a título exemplificativo, a análise de uma sentença, ou seja, decisão condenatória proferida por um Tribunal de 1ª instância no Rio Grande do Norte¹ sobre um crime de violência doméstica, nomeadamente de abuso sexual de menor.

Vale ressaltar que a seleção desse exemplar de gênero textual não é aleatória. Assume-se aqui que o gênero textual corresponde a modelos de textos com certo grau de estabilização, sendo histórico-socialmente instanciados. No caso, adotamos um exemplo prototípico do gênero *sentença condenatória*, por considerá-lo representativo das características fundamentais do gênero em questão.

Reiteramos, com esse trabalho, a relevância de uma análise interdisciplinar (de base filosófica, jurídica e linguística) de textos jurídicos, uma vez que essa confluência de perspectivas teóricas distintas, mas complementares, pode vir a ser uma mais-valia para que se possam descortinar os documentos produzidos nesta prática social aparentemente tão institucionalizada.

2. Argumentação – Estabilização de conceito

A argumentação esteve relacionada, desde os estudos aristotélicos, à construção de raciocínios lógicos de natureza silogística. Contudo, no período pós segunda guerra mundial, com a publicação do *Tratado de Argumentação. A Nova Retórica* (Perelman & Olbrechts-Tyteca 1988), os trabalhos sobre a argumentação vieram a sofrer, mais claramente, influências dos contributos da Retórica clássica. Dessa forma, o ato de argumentar, ao implicar a adesão do auditório à determinada tese, deveria estar relacionado (mesmo

¹ Na verdade, trata-se de uma sentença proferida em uma Vara de uma Comarca de Natal, no Rio Grande do Norte – Brasil. Por questões de sigilo de justiça, o documento não pode ser anexado ao trabalho.

de forma implícita) a fatores outros (psicológicos, culturais) que contribuiriam para que determinado auditório, na acepção perelmaniana do termo, fosse persuadido. Os autores citados retomam, portanto, também neste âmbito, elementos da teoria aristotélica sobre o discurso e, em particular, da Retórica de Aristóteles, insistindo, porém, sobretudo, na dimensão do *logos*. A razoabilidade da argumentação ficaria, portanto, a depender da capacidade do orador de persuadir um auditório particular ou concreto (cuja definição depende de circunstâncias contingentes) ou um auditório universal (representado, idealmente, por Perelman & Olbrechts-Tyteca, por todos os seres racionais). O caráter razoável da argumentação dependeria, assim, da intenção deste orador de obter a adesão (hipotética) do auditório universal. Contudo, do ponto de vista mais genuinamente retórico,² a adesão de um auditório a determinada tese depende não só da dimensão lógico-discursiva, mas também das imagens que um locutor traz para o seu discurso através das estratégias linguísticas utilizadas (*ethos*) e da necessidade de despertar determinado ‘sentimento’ ou certa emoção³ junto ao auditório (*pathos*). A dimensão ética e patética do discurso retórico, portanto, corroboram direta o indiretamente para que possa haver a adesão do auditório a determinada tese. Assim, a nosso ver, aquilo a que aqui se denomina *argumentação retórica* começa a ser instaurado e, dependendo da prática social a que está associada, apresenta características específicas.

Na verdade, é essa acepção de *argumentação*, intrinsecamente retórica, que será preconizada neste trabalho. De forma a que esta seja descortinada no exemplar textual em análise, partiremos de alguns preceitos detalhados abaixo:

1. Todos os textos ao serem produzidos (em qualquer prática social) devem estar veiculados a determinado gênero textual. Assim, tanto na produção, quanto na interpretação, há a possibilidade de recorrermos, a partir da nossa memória a longo termo, a ‘modelos textuais’ previamente existentes e sócio-historicamente instanciados. Dessa forma, tanto a produção quanto a interpretação de textos poderá trazer certa ‘economia cognitiva’.

2. Como trabalhamos com textos inseridos em práticas sociais, adotamos uma metodologia descendente de análise. Partimos primeiro do contexto

2 Referimo-nos aqui aos estudos aristotélicos sobre a sistematização da Retórica.

3 No âmbito discursivo, ressaltam-se os trabalhos recentes de Plantin (2004, 2011), Micheli (2013), sobretudo nas interações verbais, para os quais a emoção é um aspecto constitutivo importante, em função dos contextos em que é usada.

sócio-histórico-cultural para a análise da materialidade do texto (escolhas lexicais, tipos de argumentos, marcadores de ponto de vista).

Antes de realmente descortinarmos alguns traços característicos da argumentação no documento em análise, mostraremos algumas especificidades da argumentação jurídica.

3. Argumentação jurídica

De acordo com vários estudiosos na área (*cf.* Voese 2006; Pinto 2010; Damele 2011), são várias as características específicas da argumentação jurídica:

1. O ponto de referência da interpretação jurídica é a disposição normativa. Embora a seleção das estratégias discursivas de natureza argumentativa possa ser realizada em função da interpretação escolhida ou do efeito persuasivo desejado, o intérprete terá sempre o texto normativo como limite.

2. O contexto de produção e de interpretação dos textos jurídicos é fortemente institucionalizado. Aqueles que produzem o texto são profissionais na área e se dirigem a indivíduos que também o são. Com isso, existe o emprego de um léxico de especialidade, o uso de brocardos latinos, dentre outros.⁴

3. Na verdade, nos textos jurídicos, a toda tese defendida, existe previamente uma antítese que pode vir a ser construída. Dessa forma, os recursos argumentativos que possam vir a ser selecionados, ao levar em conta esse contradiscurso que já lhe é inerente, devem ‘fragilizá-los’. Ademais, há de considerar que essa argumentação é construída a partir dos diversos olhares dos ‘indivíduos’ responsáveis pela sua produção tanto na reprodução dos fatos quanto da aplicação das normas legais.

4. A argumentação jurídica, como está sempre fundamentada legalmente, apresenta dois movimentos concomitantes. Em primeiro lugar, o órgão da aplicação do direito (como os juízes) deve, por um processo de natureza cognitiva, identificar e interpretar o texto normativo que melhor se adequa ao caso concreto em análise. Em segundo lugar, ele deve justificar e apresentar as motivações dessa identificação e interpretação.

5. O caráter retórico da argumentação jurídica nos diversos documentos produzidos nesta prática social se dá em dois níveis. Num primeiro momento, caberá, em função do contexto sócio-histórico-cultural, que o jurista selecione

4 Vale ressaltar que Pinto (2013), em estudo recente, mostra de que forma esta falta de clareza suscitada pelo uso de uma linguagem de especialidade pode vir a comprometer a segurança jurídica dos cidadãos.

os argumentos que persuadam, mais adequadamente, aquela comunidade específica. Em um segundo, esse mesmo jurista escolhe as estratégias discursivas mais adequadas para atender o objetivo pretendido, segundo o seu ponto de vista⁵ (PDV). Aqui, o conceito atribuído a ponto de vista ou (PDV) advém dos estudos de Rabatel (2017). Para o autor, o PDV está relacionado à forma como um enunciador focaliza determinado objeto, levando em conta o caráter interacional inerente a qualquer situação comunicativa.

4. Gênero textual *sentença condenatória*

Os gêneros textuais da prática jurídica apresentam um alto grau de institucionalidade (Pinto 2010). Na verdade, seguem rituais bem definidos, sendo estabelecidos pela própria instituição em que estão inseridos, quer através de códigos diversos, quer pela própria tradição já associada à produção desses textos.

A sentença condenatória, em especial, diz respeito a uma decisão no âmbito do Direito Penal, sendo coibida por questões genéricas bem específicas. Sua produção, por exemplo, deve respeitar preceitos estabelecidos no Código de Processo Penal (CPP).⁶ No âmbito brasileiro, em especial, os termos composicionais da sentença são estabelecidos no artigo 381, desse código, sancionado pela Lei nº 3.689. Segundo esta uma sentença deverá conter:⁷

- I – os nomes das partes ou, quando não possível, as indicações necessárias para identificá-las;
- II – a exposição sucinta da acusação e da defesa;
- III – a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar a decisão;
- IV – a indicação dos artigos de lei aplicados;
- V – o dispositivo;
- VI – a data e a assinatura do juiz.

5 Para estudos sobre a noção em contexto brasileiro, ver: Rodrigues (2017) e Pinto & Cortez (2017).

6 Este foi sancionado em 3 de outubro de 1941.

7 No Código de Processo Civil (CPC), art. 489 brasileiro, sancionado pela Lei n. 13.105 de 16 de março de 2015, é apresentada uma estrutura composicional característica para a elaboração de uma sentença, no âmbito do Civil. Contudo, observam-se semelhanças : Incisos I e II do CPP correspondem ao Relatório (Inciso I do CPP); Inciso III (CPP) focalizam os Fundamentos previsto no Inciso II (CPC); Incisos IV e V (CPP) os associamos ao Inciso III (CPC), uma vez que dizem respeito ao dispositivo, ou seja, a decisão do juiz e o aparato legal e demais dados considerados pelo juiz.

5. Contextualização legislativa da violência doméstica no Brasil

O art. 226 da Constituição Federal do Brasil discorre sobre o conceito de família, como sendo “base da sociedade, em especial proteção do Estado”. No § 8º, do mesmo artigo, podemos ler que o “Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a *violência* no âmbito de suas relações” (grifo nosso). Apesar dessa assertiva, sabe-se que a violência doméstica é recorrente, conforme trabalhos sobre a temática de Tomazi & Cunha (2016), Ferreira (2016), em contexto brasileiro.

Face à questão, passaremos à análise do exemplar da sentença condenatória selecionada. Para atingir o objetivo pretendido nesse artigo, o de analisar as estratégias argumentativas de caráter retórico, centrar-nos-emos em dois aspectos:⁸ nos marcadores linguísticos de Ponto de Vista (PDV) e de Responsabilidade Enunciativa (RE); e nos tipos de argumento utilizados para atingir essa argumentação retórica. Advogamos aqui que tais aspectos funcionam como estratégias relevantes para persuadir o interlocutor da gravidade do crime praticado.

6. Breve contextualização da sentença condenatória

A sentença escolhida para ilustrar a discussão acerca da argumentação jurídica tem como foco a violência contra a mulher, mais especificamente, contra uma criança abusada em âmbito familiar. A sentença foi prolatada em uma Vara de uma Comarca de Natal, no Rio Grande do Norte - Brasil. Vale salientar que a vítima é uma menina com 11 anos de idade, que sofreu abuso sexual, quando se encontrava na casa de uma amiga. O fato ocorreu no início da noite, quando uma amiga da vítima saiu de casa para usar um telefone público. A vítima se encontrava dormindo, quando o réu a atacou. Devido ao desespero demonstrado na altura pela vítima, o réu abriu a porta da casa para ela sair. Em ato contínuo, o réu foi preso em flagrante.

Como o objetivo é o estudo da argumentação e suas estratégias retóricas no documento selecionado, passaremos em um primeiro momento a mostrar algumas características linguísticas que podem caracterizar os aspectos mencionados: nomeadamente a construção do ponto de vista (PDV) do

8 Outros elementos textuais poderiam aqui ser relevados, contudo limitamo-nos a esses dois elementos, devido à limitação especial do presente trabalho.

responsável pela assinatura do documento: o juiz. Num segundo momento, levaremos em consideração, a partir de uma análise mais centrada em questões retóricas, alguns elementos que corroboram para a construção da dimensão persuasiva da argumentação, nomeadamente as provas aristotélicas: o *ethos*, o *pathos* e o *logos*. Evidentemente, embora tenhamos separado os dois níveis mencionados, estes interagem de forma dinâmica.

6.1. Análise do texto (1ª parte)

Como já foi mencionado anteriormente, a sentença apresenta em sua estrutura composicional o *Relatório*, os *Fundamentos de fato e de direito* e o *Dispositivo*. O conjunto dessas três secções mostra as evidências que serão evocadas para fundamentar a análise. Para tanto, consideraremos os postulados de alguns pesquisadores, sobretudo Rabatel (2016; 2017), Rodrigues (2016; 2017), Vanderveken (1997) e Vanderveken & Melo (2017).

Defendemos que a construção de um percurso argumentativo está estreitamente ligada ao Ponto de Vista (PDV), em razão disso, estamos considerando a definição de Rabatel para PDV, conforme segue abaixo:

Il faut définir la notion de point de vue (PDV) et son lien avec celle d'énonciateur. Tandis que le locuteur est la source de la voix, l'énonciateur est la source des points de vue (PDV) qui s'expriment à travers une prédication dont les choix de catégorisation (noms et verbes), de qualification (adjectifs et adverbes), de modalité et de modalisation, d'ordre des mots, de mise en relief, etc., indiquent la position de l'énonciateur par rapport aux objets du discours. C'est en quoi la référenciation d'un PDV est capitale pour la saisie de la position énonciative de l'énonciateur et pour l'interprétation du sens de l'énoncé.

(Rabatel 2014, p.35)

No caso em foco, o objeto de discurso veiculado é uma denúncia de abuso sexual que vitimou uma menina com 11 anos de idade, como mencionado. O locutor enunciativo primeiro (L1/E1), o juiz, além de considerar as provas testemunhais, se engaja discursivamente com o ato praticado pelo réu, de acordo com os enunciados a seguir, transcritos da seção de Fundamentação, no item “Da autoria”:

- (1) Contudo, a vítima e os policiais que prenderam o denunciado em flagrante sustentam, em seus depoimentos em juízo (fls. 119/122), **de forma convincente**, que o réu abusou sexualmente a vítima.

- (2) Tem-se, pois, mais narrativas que **harmoniosamente** retratam os fatos *sub judice*, **formando, até este momento, um todo coerente, indicativo de fortes e veementes indícios da autoria delitiva do réu.**
- (3) Assim, ao final deste exame, o que se vislumbra é **a afirmação da autoria delitiva**, uma vez que existem **elementos seguros e direcionados** para a confirmação de que o denunciado, de fato, perpetrrou o delito capitulado no art. 214 do Código Penal, tendo como vítima uma criança de onze anos de idade.

A escolha lexical do L1/E1, ao predicar acerca do objeto de discurso, é marcada pela subjetividade, sendo esta intensificada de forma progressiva. Reiteramos, assim, o ponto de vista de Kerbrat-Orecchioni (2006)⁹ acerca da existência de lexemas com variados graus de carga semântica no que concerne à subjetividade, como observamos na sentença em análise.

Na verdade, observamos expressões linguísticas com valor axiologicamente negativo associados a lexemas que corroboram para evidenciar a “autoria delitiva” do ato, em uma espécie de “gradação intensificadora”, como ilustramos a seguir: “forma *convvincente*”; “*harmoniosamente*”; um todo coerente, indicativo de *fortes e veementes indícios* da autoria *delitiva* do réu; a *afirmação* da *autoria delitiva*; *elementos seguros e direcionados* para a *confirmação*.

É importante ressaltar que, embora se trate de uma sentença condenatória, gênero discursivo-textual *a priori* com narrativas e descrições objetivas, as marcas de subjetividade aqui estão presentes de forma, talvez, a ‘despertar emoções’ e tornar o texto mais persuasivo. Podemos mesmo considerar que, principalmente na área penal, em que se instauram conflitos entre a vítima e o réu, a argumentação seja construída a partir de fatos concretos; podendo, contudo, ‘permitir’ a ‘maior presença textual do juiz’ enquanto ser social (partilhando valores socialmente aceitos por aquela comunidade).

Tal engajamento do L1/E1 é marcado em outros momentos do texto. Por exemplo, no 1º. parágrafo da seção “Dispositivo” da sentença, observamos que o L1/E1 assume a responsabilidade enunciativa pelo conteúdo proposicional veiculado com a utilização de verbos declarativos na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo, conforme excerto a seguir:

9 Essa autora criou uma escala para ilustrar a carga semântica objetiva e subjetiva, em lexemas como “amor”, “ódio”; “desejo”, com alguns verbos, como, por exemplo, “amar”, “gostar”, “adorar”. “detestar”, “odiar”, etc., ainda, com advérbios e adjetivos. Para detalhes, ver: Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 81).

- (4) Ante o exposto, **julgo** procedente a pretensão punitiva do Estado, materializada na denúncia ofertada pelo Ministério Público, em face do que **CONDENO**, nos termos do artigo 387 e seguintes do Código de Processo Penal, o denunciado A. R. DA S., nos autos qualificado, como incurso nas penas do artigo 214 do Código Penal.

Ou ainda, pelo uso do discurso relatado¹⁰ em que, claramente, há uma transposição subjetiva do que foi dito pela vítima. Dessa forma, atesta-se o engajamento do L1/E1 no conteúdo proposicional veiculado no próprio depoimento da vítima:

- (5) A própria filha do denunciado e amiga da vítima, xxxx¹¹, em juízo (fls. 126/127), afirmou que, no dia do crime, deixou a vítima dormindo no seu quarto e saiu de casa, onde também se encontrava o réu, para fazer uma ligação no telefone público. Quando retornou viu a vítima chorando do lado de fora da casa contando que o réu deitou em cima dela com o zíper da calça aberto e beijou suas nádegas. Revelou, ainda, que sua mãe lhe contou que quando tinha quatro anos o réu tentou acariciar suas nádegas, bem como sua irmã, Ana Paula, também foi abusada sexualmente pelo denunciado, embora esta última tenha negado o fato em juízo.

Contudo, essa subjetivação é ‘atenuada’ pela própria necessidade legal de apresentação de argumentos com validade legal que sustentem a tese do juiz: a de condenação do réu. Por exemplo, na fundamentação, observa-se o seguinte enunciado: “a averiguação da autoria delitiva passa, **indispensavelmente**, pelo exame **pormenorizado de toda prova testemunhal anexada aos autos**, pelos relatos que atestam ou refutam a concorrência do denunciado para a prática ilícita em julgamento” (grifos nossos). No caso, a própria seleção das expressões linguísticas grifadas já demonstra certo grau de subjetividade, contudo esta é taticamente ajustada pela necessidade de o juiz ter de apresentar provas que sustentem a tese que está a defender: no caso, a prova testemunhal. Essa “direção de ajuste” é defendida por Vanderveken que afirma:

¹⁰ Para detalhes sobre a importância dos verbos introdutores de discurso relatado em Português Europeu, ver: Duarte (2001).

¹¹ Por questões de sigilo de justiça, os nomes das pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a ação foram omitidos.

Ao pensar, os locutores ligam ao mundo os conteúdos proposicionais que eles exprimem com a intenção de estabelecer uma correspondência entre as palavras e as coisas segundo uma certa direção de ajuste. De um lado, os que fazem uma asserção, uma confissão ou fazem lembrar algo a alguém intentam representar um fato existente no mundo. A direção de ajuste de tais atos ilocucionários vai das palavras às coisas. Por outro lado, os que fazem uma promessa ou uma diretiva intentam fazer com que o mundo seja transformado por uma ação (a sua ou a do interlocutor) para que o mundo corresponda ao conteúdo proposicional. **A direção de ajuste de seus atos ilocucionários vai das coisas às palavras.** (Vanderveken 1997, p. 5) – grifo nosso.

A perspectiva postulada por Vanderveken (1997) fica também evidente no exemplar em análise em outros momentos do texto. Citamos, por exemplo, quando o juiz, o L1/E1, expressa um discurso do tipo declaratório, ao definir o procedimento a ser seguido “prova testemunhal”, de acordo com a transcrição *ipsis litteris*:

- (7) Pela simples análise do tipo penal imputado - atentado violento ao pudor, tem-se, nitidamente, delito que não deixa resultados passíveis de serem comprovados via prova material. Logo, para que a materialidade delitiva reste devidamente comprovada, recorrer-se-á à prova testemunhal contida nos autos que, por sua vez, se prestará a evidenciar a conduta do denunciado.

O L1/E1 está institucionalmente constituído para deliberar, em razão disso *cria as condições que garantam que, ao declarar realizar num momento uma ação, engaja-se a realizá-la*. Existe assim, como afirmam Vanderveken & Melo, uma dupla direção de ajuste, como mencionado abaixo:

As declarações têm *a dupla direção de ajuste*. Seus agentes fazem no mundo as ações que eles representam (direção de ajuste das coisas às palavras) pelo simples fato de se representar como fazendo-as (direção de ajuste das palavras às coisas). Por causa da dupla direção de ajuste, *as declarações são os atos ilocucionários mais fortes*. (Vanderveken & Melo 2017, p. 2)

Compreendemos, assim, que a “dupla direção de ajuste”, nos termos de Vanderveken (1997) e de Vanderveken & Melo (2017) contribuem para que o interlocutor interprete o PDV do juiz, L1/E1, acerca do objeto de discurso em questão: a materialidade delitiva.

6.2. Análise do Texto (2ª parte)

Como mencionamos anteriormente, passaremos a identificar aspectos mais relacionados às provas aristotélicas: *logos*, *ethos* e *pathos* para que possam atestar a existência de indícios de estratégias persuasivas de natureza retórica no texto em análise.

Do ponto de vista do *logos*, a sentença pode ser reconstruída com base no modelo dedutivo do silogismo normativo, na sua versão de silogismo jurídico. A premissa maior corresponderia à norma legal geral e abstrata, que tipifica neste caso o crime de violência contra a menor; a premissa menor, ao próprio caso concreto e a conclusão, à decisão prolatada pelo juiz.

Assim teríamos:

Premissa maior: Todos aqueles que cometem o delito de atentado ao pudor devem ser punidos sob a égide do art. 214, do Código Penal

Premissa menor: X cometeu o delito de atentado ao pudor

Conclusão: X deve ser punido.

Dessa forma, o caráter racional, de ordem silogística, é característico dos documentos jurídicos que seguem estruturas composicionais bem ritualizadas. No caso da sentença, inclusive, o Código de Processo Penal, estipula criteriosamente as partes que a integram: *Relatório*, os *Fundamentos de fato e de direito* e o *Dispositivo*, como mencionado anteriormente.

Ainda vale salientar, na fundamentação do documento, a relevância da interpretação literal do juiz que procura ‘ajustar’ o significado do conteúdo da lei ao caso concreto (o de atentado ao pudor). Na verdade, a interpretação literal da norma jurídica juntamente com o argumento dedutivo observado atesta a racionalidade que deve caracterizar o discurso jurídico.

Contudo, é importante mencionar que existe um senso comum associado a este crime. Este infringe valores morais da sociedade e, por conseguinte, o juiz procura trazer para o texto imagens do acusado e da vítima, fazendo ecoar anseios sociais que rejeitam veemente tal atitude. Esses *ethè* serão construídos, essencialmente, na fundamentação. Nesta, a voz do juiz está realmente presente:

- (8) Temos imputação do delito de atentado violento ao pudor, capitulado no art. 214, do Código Penal.¹² A finalidade é, pois, satisfazer a lascívia, implícita no

¹² **Art. 214.** Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal.

tipo. Ainda que haja intuito vingativo ou outro qualquer na concretização do ato libidinoso, não deixa de envolver uma satisfação do prazer sexual. Cumulou-se, ainda, o tipo penal indicado com as disposições contidas no art. 224, “a”, do Código Penal, que trata da presunção de violência “se a vítima é menor de 14 anos”, em razão, no caso concreto, da vítima contar com onze anos de idade na época dos fatos.

O uso das expressões acima assinaladas: “a lascívia”; “concretização do ato libidinoso”; “não deixa de envolver uma satisfação do prazer sexual”; “cumulou-se ainda”, corroboram para criar uma imagem do acusado como alguém que está fora dos padrões sociais e, por isso, não pode viver em sociedade, por não compartilhar os mesmos valores nela instaurados. Na verdade, pode-se observar que o juiz, de certa forma, não se restringe à interpretação literal, introduzindo um implícito juízo de valor sobre o acusado. Justifica-se também aí a complexidade da interpretação jurídica como atividade de atribuição de significados aos textos normativos. Conforme assevera Pierluigi Chiassoni:

A determinação do significado de uma disposição consiste em duas operações interdependentes, mas logicamente distintas:

A determinação do significado das expressões (palavras e locuções usadas nas disposições);

A determinação do significado das disposições em seu complexo – ou a determinação do significado complexo das disposições. (Chiassoni 2004, p. 59)

Por outro lado, o juiz descreve a menor como vítima da situação. É o *ethos* de vítima associado a um *pathos* de piedade que é instaurado. Pode-se até considerar que o juiz se serve aqui, para fins persuasivos, de um argumento por apelo à emoção, cuja natureza falaciosa pode ser discutida:

- (9) Quando retornou viu a vítima chorando do lado de fora da casa contando que o réu deitou em cima dela [...]

7. Conclusões

As análises efetuadas evidenciam a relevância do estudo da argumentação jurídica e algumas estratégias retóricas a ela associadas. Do ponto de vista mais estritamente linguístico-discursivo, observamos que a focalização do juiz (ou melhor o PDV) sobre os fatos os dispositivos legais a ele associados demonstra o uso de expressões linguísticas que atestam claramente o posicionamento

do magistrado: o de condenar o acusado pelo crime praticado. Tal conclusão prévia advém da própria seleção lexical efetuada, expressões qualificadores de cunho negativo em relação ao acusado. Todos esses aspectos corroboram e finalizam por sustentar a tese de acusação. Em relação a aspectos retóricos, observa-se claramente a construção de um *ethos* de vitimização da menor e de um *ethos* de 'desajustado socialmente' do réu, em prol de despertar junto àquele a quem o juiz se dirige certa 'piedade' da vítima face à crueldade do ato cometido. Contudo, prevalece evidentemente, nesta peça processual, o caráter racional, evidenciado pelo uso do argumento dedutivo, com aplicação do silogismo jurídico.

No entanto, vale ressaltar que o documento selecionado, embora oriundo da esfera criminal, aporta estratégias retóricas escassas. Isto pode ter decorrido do fato de o réu ter sido preso em flagrante. Com isso, o juiz não teria necessidade de fazer uso de uma alta incidência de estratégias retóricas. Na verdade, a norma legal já, praticamente, sustentaria a acusação.

Vale salientar que essas conclusões são preliminares, uma vez que foram obtidas a partir da análise de um exemplar deste gênero. Análises futuras, com sentenças de outras áreas jurídicas, por exemplo, poderão realmente atestar, por um lado, a relevância da argumentação de caráter retórico nestes documentos e, por outro, a contribuição de uma análise interdisciplinar para o estudo desses textos.

Referências

- Adam, J.-M. (2017). *Les Textes: types et prototypes*. Paris: Armand Colin.
- Bronckart, J.-P. (1999). *Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: EDUC.
- Charaudeau, P. (2017). *Le débat public. Entre controverse et polémique. Enjeu de vérité, enjeu de pouvoir*. Limoges: Lambert-Lucas.
- Chiassoni, P. (2004). Codici interpretativi. Progetto di voce per un Vademecum giuridico. In P. Comanducci & R. Guastini (Orgs), *Analisi e diritto 2002-2003. Ricerche di giurisprudenza analitica* (pp. 55-124). Torino: Giappichelli.
- Damele, G. (2013). *Rhetoric and Persuasive Strategies in High Courts' Decisions. Someremarks on the recent decisions of the Portuguese Tribunal Constitucional and the Italian Corte Costituzionale on same-sex marriage*. Disponível em <http://ssm.com/abstract=2118002>. Acesso em: 29 de novembro de 2017.

- Duarte, I. M. (2001). Do saber ao ensinar: em torno dos verbos introdutores de discurso relatado. In F. I. Fonseca, I. Duarte & O. Figueiredo (Orgs), *A linguística na formação do professor de português* (pp. 125-134). Porto: CLUP.
- Ferreira, I. R. C. (2016). *A (não) assunção da responsabilidade enunciativa em narrativas que orientam as sentenças condenatórias de crimes contra a mulher*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem para obtenção do grau de mestre em Estudos da Linguagem, UFRN, Natal, Brasil.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2006). *L'énonciation: de la subjectivité dans le langage* (4.ed.). Paris: Armand Colin.
- Micheli, R., Hekmat, I., Rabatel, A. (2013). Les émotions: des modes de sémiotisation aux fonctions argumentatives. *Semen*, 35, 7-16.
- Perelman, C. & Olbrechts-Tyteca, L. (1988). *Traité de l'Argumentation : la nouvelle rhétorique*. Bruxelles: Université de Bruxelles.
- Plantin, C. (2004). *Ad Passiones*. Affects Et Logique Dans L'argumentation. In M.A. Marques et al. (Orgs), *Práticas de Investigação em Análise do Discurso – Actas do II Encontro Internacional de Análise Linguística do Discurso* (pp. 163-179). Braga: Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos.
- Plantin, C. (2011). *Les bonnes raisons des émotions : principes et méthode pour l'étude du discours émotionné*. Berne: Peter Lang.
- Pinto, R. (2010). *Como argumentar e persuadir? Prática Política, Jurídica, Jornalística*. Lisboa: QuidJuris.
- Pinto, R. (2013). Segurança e Linguística. In M. Pires & R. Calçada Pires (Orgs). *Segurança e Confiança Legítima do Contribuinte* (pp. 381-398). Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa.
- Pinto, R. & Cortez, S. (2017). Do pathos retórico à empatia rabateliana: argumentação emocionada em textos/discursos emocionados. *Revista de Letras*, 36(2), 51-62. Disponível em www.periodicos.ufc.br/index.php/revletras. Consultado em 3 de abril de 2018.
- Rabatel, A. (2014). Empathie, points de vue, méta-représentation et dimension cognitive du dialogisme. *Études de linguistique appliquée*, 1 (173), 27-45.
- Rabatel, A. (2016). Diversité des points de vue et mobilité emphatique. In M. Colas-Blaise, L. Perrin & G. M. Tore (Orgs), *L'énonciation aujourd'hui: un concept clé des sciences du langage* (pp. 135-150). Limoges: Lambert-Lucas.
- Rabatel, A. (2017). *Pour une lecture linguistique et critique des médias: empathie, éthique et point(s) de vue*. Limoges: Lambert-Lucas.
- Rodrigues, M. das G. S. (2016). Sentenças condenatórias: plano de texto e responsabilidade enunciativa. In R. Pinto, A. L. Cabral, Rodrigues & M. G. Soares (Orgs), *Linguagem e direito: perspectivas teóricas e práticas* (pp. 129-144). São Paulo: Contexto.

- Rodrigues, M. das G. S. (2017). Linguística textual e responsabilidade enunciativa. In R. Capistrano Jr., M. da P. Lins & V. Elias (Orgs), *Linguística textual: diálogos interdisciplinares* (pp. 299-316). São Paulo: Labrador.
- Tomazi, M. M. & Cunha, G. X. (2016). O papel da polarização discursiva no processo de negociação de faces em processo judicial de violência contra a mulher. In R. Pinto, A. L. Cabral & M. G. S. Rodrigues (Orgs), *Linguagem e direito: perspectivas teóricas e práticas* (pp. 145-164). São Paulo: Contexto.
- Vanderveken, D. (1997). A lógica ilocucionária e a análise do discurso. In D. Luzzati *et al* (dir.), *Le dialogique* (pp. 59-94) Berna: Peter Lang.
- Vanderveken, D. & Melo, C. J. de S. (2017). Atos ilocucionários e discursos jurídicos na língua portuguesa. *Trabalho apresentado no II Colloque International Communication et Discours e o Seminário do PROCAD 2013 USP / UFRN / UNISINOS*. Natal : UFRN, junho de 2017.
- Voese, I. (2006). *Argumentação Jurídica*. Curitiba: Juruá.

Sitografia:

- Brasil. *Código de processo civil*. Lei 13.105/2015. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- Brasil. *Código penal*. Decreto-Lei Nº 2.848/1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 23 dez. 2015.
- Brasil. *Código de processo penal*. Lei 3.689/1941. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm>. Acesso em: 28 jan. 2016.

[recebido em 1 de dezembro de 2017 e aceite para publicação em 20 de junho de 2018]

**"CONCORDO COM A MAIORIA DAS MENINAS. NÃO
CONCORDO MUITO COM A..."**
A ARGUMENTAÇÃO E DISCURSO DO COTIDIANO ESCOLAR
"I AGREE WITH MOST OF THE GIRLS. DON'T TOTALLY AGREE WITH..."
ARGUMENTATION AND SCHOLAR DISCOURSE

Daniela Ap. Vendramini Zanella*
daniela.zanella@gmail.com

Este estudo está contextualizado na atividade de formação docente a partir do projeto de Extensão Universitária "Tempo de Aprender" e PIBID¹- Língua Inglesa (LI), na Universidade de Sorocaba. O trabalho tem o objetivo de analisar a produção de significados na atividade de formação docente e compreender o papel da argumentação para o desenvolvimento crítico-criativo de futuras-professoras. Apresenta como base teórica os fundamentos da Teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural. A análise é realizada a partir de dois excertos advindos da discussão em um encontro de formação, embasada pelo aporte teórico metodológico da Pesquisa Crítico-Colaborativa. Os excertos são discutidos por meio de análise de categorias argumentativas, que centralizam os aspectos enunciativo-discursivo-linguísticos e interpretados mediante o quadro teórico apresentado neste trabalho. A análise aponta que a oposição configura-se como categoria argumentativa, materializando o confronto entre os sentidos produzidos pelas futuras-professoras e a pesquisadora-formadora. Assim, a oposição apresenta papel fundamental para o desenvolvimento crítico-criativo das futuras-professoras, legitimando a importância da argumentação no contexto escolar.

Palavras-chave: argumentação, formação docente, teoria da atividade sócio-histórico-cultural, crítico-criativo

This study is situated on a teacher education context, from an Extramural project "Time to Learn", at University of Sorocaba. The text aims at analyzing the meaning production in the teacher education activity and comprehending the argumentation role to a critical-creative view's development. The research is based on the

* Universidade de Sorocaba, Brasil.

1 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência de Língua Inglesa (Pibid-LI), Capes, ação da Política nacional de formação de professores do Ministério da Educação e Cultura (MEC), Brasil.

Social-Cultural-Historical-Activity Theory. The analysis is development from two excerpts originated from a discussion in a meeting of the teacher education activity, theoretical methodologically based on the Critical-Collaboration Research. The excerpts are discussed from categories' analysis that focus on enunciative-discursive-linguistic aspects and interpreted under the theoretical base presented on this study. The analysis shows that the opposition configures itself as an argumentative category which materializes the confrontation between future teacher's and research teacher's produced senses. Thus, the opposition is essential in order to contribute to a critical-creative view's development of the future teachers, legitimizing the argumentation importance in scholar context.

Keywords: argumentation, teacher education, cultural-historical activity theory, critical-creative

*

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar a produção de significados na atividade de formação de professoras em projeto de Extensão Universitária² “Tempo de Aprender” e PIBID-LI³, na Universidade de Sorocaba e compreender o papel da argumentação para o desenvolvimento crítico-criativo dessas futuras-professoras.

Os encontros realizam-se quinzenalmente nas atividades de formação docente. A pesquisadora-formadora e dez bolsistas discutem leituras teóricas e elaboram unidades didáticas de ensino-aprendizagem de língua inglesa, considerando o contexto de atuação: uma escola pública de Ensino Fundamental 2, situada em uma cidade do interior do estado de São Paulo.

Entre os objetivos desses encontros de formação, enfatiza-se o desenvolvimento crítico-criativo das futuras-professoras, aspecto esse pautado na perspectiva da Teoria Atividade Sócio-Histórico-Cultural (Vygotsky 1934 e colaboradores), doravante TASHC, uma vez que envolve o diálogo entre

2 Probex- Tempo de Aprender (2009- atual): agradecemos à Universidade de Sorocaba pelas bolsas concedidas.

3 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência de Língua Inglesa (2014- atual) (Pibid-LI doravante). Agradecemos à CAPES pelo apoio financeiro. Programas vinculados ao Grupo de Pesquisa Formação Docente na Perspectiva da TASHC e linguagem inscrito no CNPq desde 2015.

teoria e prática no constante questionamento que confere autonomia a quem atua sobre a própria prática e contribui para a sua transformação.

A preocupação em desenvolver uma postura crítico-criativa surge a partir da reflexão desta pesquisadora-formadora e a constatação da necessidade de formação das futuras-professoras para encontrar respostas necessárias aos desafios existentes na docência, propiciando-lhes uma prática reflexiva. Essa prática envolve os participantes em um discurso organizado de forma argumentativa, pois permite aos futuros professores repensar sua ação numa perspectiva histórica, avaliando-a a partir de valores éticos, construídos com o outro, o que torna possível a transformação da prática (Liberali 2012).

Nessa perspectiva, a argumentação na condução das discussões nos encontros de formação docente pode orientar o desenvolvimento crítico-criativo de futuros professores (Vendramini Zanella 2013; 2015), principalmente se considerar o papel que a oposição exerce na argumentação (Leitão 2011, p.18; Pontecorvo 2005, p. 74-75). Daí, justifica-se a escolha do título deste artigo: "*Concordo com a maioria das meninas. Não concordo muito com a...*", extraído da fala de uma das participantes dos excertos analisados, que materializa um momento de oposição no evento argumentativo. Nele, a aluna-professora apresenta seu ponto de vista opondo-se ao que havia sido enunciado, demarcando seu posicionamento e contribuindo na produção de significados.

Diversas pesquisas têm sido desenvolvidas acerca da argumentação relacionada à produção de conhecimento, por exemplo: os estudos de Goulart (2010), Leitão & De Castro (2016), Leitão (2011), Pistori & Banks-Leite (2010), Pontecorvo (2005). Neste trabalho, enfatiza-se o papel da argumentação e discurso na formação docente, em contexto escolar, discutido por inúmeras pesquisas na área da Linguística Aplicada, a saber: Fuga & Vendramini Zanella (2016), Liberali (2016, 2013, 2012, 2010), Liberali & Fuga (2012), Liberali & Magalhães (2009), Mateus & El Kadri (2012), Vendramini Zanella (2015, 2013), Vendramini Zanella & Fuga (2017, 2015). Além disso, este estudo centraliza-se nos fundamentos vygotskyanos da TASHC uma vez que, nessa perspectiva ligada à atividade de formação docente, o ser humano é considerado um sujeito ativo em relação dialética com o contexto, tendo a linguagem papel fundamental no confronto entre os sentidos construídos por cada participante e os significados compartilhados.

Para atender ao objetivo de analisar a produção de significados na atividade de formação docente, o presente artigo, primeiramente, apresenta

a argumentação relacionada à formação docente. Subsequentemente, discorre sobre a TASHC e a visão crítico-criativa, tendo em vista o momento do encontro de formação no Projeto de extensão universitária “Tempo de Aprender” e o PIBID-LI, na Universidade de Sorocaba. Em seguida, o texto inclui os procedimentos metodológicos, embasados pela Pesquisa Crítico-Colaborativa (PCCol) (Magalhães 2009; 2011), com a análise de dois excertos, discutidos a partir dos aspectos enunciativo-discursivo-linguísticos propostos por Liberali (2013). Finalmente, o artigo aponta as considerações finais, indicando o papel da argumentação para o desenvolvimento crítico-criativo das futuras-professoras.

2. Argumentação na formação docente

Os estudos sobre a argumentação têm sido realizados desde a Grécia antiga por meio dos ensinamentos da retórica aristotélica (Aristóteles 350aC/1998; Bronckart 1997/1999; Dolz & Schneuwly 2004; Liberali & Fuga 2012; Mosca 2004; Perelman & Olbrechts-Tyteca 1958/2005; Pistori 2001; Pontecorvo 2005; Toulmin 1958/2006, entre outros).

Ao introduzir um panorama histórico sobre o estudo da argumentação, Pistori (2001) expõe os diferentes objetivos que a retórica apresentou marcados pelas distintas visões de língua e funcionalidade, seguidas tanto por momentos de reconhecimento como de crises. Mosca (2004) explica que esse movimento dialético da retórica constitui sua própria natureza controversa, nutrida sempre pela: “aceitação da mudança, o respeito da alteridade e a consideração da língua como lugar de confronto das subjetividades” (*Ibidem*, p.17).

Após um período em que as discussões sobre retórica e argumentação foram relegadas ao esquecimento (Liberali 2013; Pistori 2001), surge uma nova perspectiva na compreensão sobre o tema introduzida por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958/2005) no “Tratado da Argumentação” e por Toulmin (1958/2006) em “Os usos do Argumento”. Esses autores, ao criticarem a Retórica Aristotélica pelo foco apregoado nas leis da lógica, enfatizavam que a argumentação tem por objetivo provocar ou aumentar a adesão do auditório e que entre as formas de persuadir estão os tipos de argumento (por exemplo: argumento de autoridade, de reciprocidade, de comparação, entre outros) e o esquema que mostra possibilidade de apresentação de

argumentos usados para sustentar a tese (conhecido por: tese, dados, leis de passagem ou princípio geral, respaldo, modalizações, réplica ou refutação).

A partir dessas contribuições dos estudos sobre a retórica, fez-se possível considerar o funcionamento da linguagem em práticas sociais e expandir a compreensão da argumentação em contextos de atuação (Liberali & Fuga 2012), como na produção de significados na formação docente, por exemplo.

Em relação à produção de significados, Leitão (2011, p.18) ressalta o potencial da argumentação para desencadear processos de reflexão e de apropriação de conteúdos diversos à medida que se considere o papel que a oposição exerce no embate argumentativo. A autora julga a oposição condição pragmática necessária para que haja a argumentação e enfatiza que não deve ser entendida em seu sentido mais prototípico, como nas controvérsias que geram o debate político ou a argumentação judicial, por exemplo.

De modo semelhante, Pontecorvo (2005, p. 74) salienta ser a oposição uma dimensão que possibilita o "avançar o discurso-raciocínio provocando desdobramentos e aprofundamentos". Dessa maneira, firma-se a relação estreita entre o pensar e o argumentar e, assim, constrói-se a "busca de razões e/ou justificações, recorrendo a regras, generalizações, leis gerais" (*Ibidem*, p. 75).

Adicionalmente, a oposição existe sempre em contextos em que mais de um ponto de vista seja produzido a partir de um tópico, seja em situações de ensino-aprendizagem (em contextos de interação ou solitários), como destacada por Leitão (2011, pp. 18-19), ou em contexto de formação docente como aqui tratada, em que a oposição pode ser estrategicamente elaborada em forma de contra-argumento ou ponto de vista divergente para que a produção de significados se caracterize pelo pensamento reflexivo e crítico-criativo.

Nesse enquadre, ao invés de controlador, o papel do pesquisador-formador configura-se como instigador de apresentação de ponto de vista, suportes, contraposições e oposições, questões controversas e novas posições a fim de gerar crises (Liberali 2013, p. 110). Este estudo reconhece o papel transformador da linguagem ao criar espaços de construção de conhecimento e produção de significados, que possibilita a participação e interação (requisito do processo colaborativo dos eventos discursivos) e interação (do tipo argumentativo, que tem por finalidade a construção de conhecimento (Pontecorvo 2005)) dos sujeitos em discussões sobre a prática, "a partir das formas como a linguagem realiza as ações" (Liberali 2010, p. 75) e, portanto, atribui à argumentação o papel fundamental para o desenvolvimento de visão crítico-criativa.

3. Desenvolvimento crítico-criativo na perspectiva da TASHC

A TASHC está inserida na perspectiva histórico-cultural a partir dos estudos de Vygotsky (1934) e colaboradores (Engeström 1999; 2011; Leontiev 2003). Nessa teoria, é essencial compreender a atividade como a unidade da vida que orienta o sujeito no mundo dos objetos, por meio de instrumentos, construídos pelo homem para produzir os meios de satisfazer suas necessidades vitais (Leontiev 2003).

Ao assumir a formação docente à luz da TASHC, entende-se o conceito de atividade como algo motivado por um objeto e capaz de produzir significados. Nessa perspectiva, Vygotsky explica sentido e significado como uma unidade, analisados no pensamento verbal e no discurso interno que se associa na vida sócio-histórico-cultural do sujeito.

Dessa forma, para explicar que a linguagem transforma a estrutura e o funcionamento da consciência, Vygotsky atribui ao significado a responsabilidade da generalização socialmente estabelecida por uma palavra. O significado pode ser considerado uma produção social de natureza relativamente estável; “é a estrutura da operação do signo, é o que se encontra entre o pensamento e a palavra” (Vygotsky 2004, p. 179).

Como categoria alinhada ao significado em perspectiva vygotskyana, o sentido pode ser visto como a “soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta na consciência” (Vygotsky 2001, p. 181). De acordo com Fuga (2009, p. 53) “a fluidez do sentido, as suas várias zonas de estabilidade que sempre se modificam em função do contexto, permite que ele seja interpretado dentro de uma dada esfera”.

Nesse enfoque, considera-se que cada participante possui seu papel na produção de sentidos e significados e se engaja (ou não) em participar da atividade compartilhando um resultado. Assim, a formação docente é compreendida, neste estudo, como uma atividade em que os sujeitos produzem significados sobre suas futuras práticas como professores na escola pública, tendo a oportunidade de compartilhar entre si estas experiências.

Nessa direção, a perspectiva da TASHC enfatiza a busca por contextos reais de pesquisa, analisando a atividade, em seu processo, numa dada investigação, como algo capaz de transformar os contextos envolvidos por meio dos processos de intervenção vividos pelos pesquisadores e demais participantes. No estudo em questão, a escola pública, lócus da atividade de formação docente do “Tempo de Aprender” e do PIBID-LI, torna-se o

contexto real de pesquisa, no qual se torna possível sua própria transformação, bem como a da universidade, outro contexto envolvido no processo. Essa possibilidade de mudança é o resultado dos processos experimentados pelas futuras-professoras, bolsistas, professores supervisores, coordenadores de área e, ainda, alunos da escola de Educação Fundamental II.

Na formação docente ligada à perspectiva da TASHC, é possível discutir a concepção dialógica de linguagem que reconhece a interação entre participantes como central para a necessidade de escuta de uma multiplicidade de vozes, para a adesão do outro e a retomada de algo já dito que torne possível sua resignificação (Liberali & Fuga 2012). Nessa visão, a língua é compreendida em uma perspectiva histórica que "não se transmite: dura e perdura sob a forma de um processo evolutivo e contínuo" (Bakhtin & Volochinov 2010, p. 111). Portanto, o compartilhamento e a produção de significados só serão possíveis se sustentados por uma atividade interacional que promova o encontro de diferentes perspectivas, neste caso a argumentação na formação docente.

Conforme a colocação de Leontiev (2003) sobre instrumentos exposta anteriormente, pode-se dizer que, por meio da argumentação, torna-se possível desenvolver uma postura crítico-criativa e preparar futuros professores de instrumentos para enfrentar os desafios na prática docente. Entretanto, a visão crítica depende de quão engajado o professor se apresenta na atividade; o acrítico relaciona-se à alienação/alienado, que na atividade de formação pode ocorrer, por exemplo, se o sujeito não enxerga o objeto de sua atividade (Vendramini Zanella 2013).

Ainda nesse contexto de formação docente, pode-se dizer que, muitas vezes, no lugar de formulações teóricas, tem-se o ponto de vista do "senso comum que docilmente se dobra aos ditames ou exigências de uma prática esvaziada de ingredientes teóricos" (Sánchez-Vázquez 2011, pp. 241-242). A prática, na atividade, tem grande valia, mas somente ao se relacionar com a teoria, caso contrário, continua o autor, "a prática basta a si mesma, e o senso comum situa-se passivamente em uma atitude acrítica em relação a ela, resultando na prática sem teoria" (*Ibidem*, pp. 241- 242).

Por outro lado, Freire (2006) ressalta que o próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, apresenta-se de forma concreta, a ponto que se confunda com a prática, pois ensinar exige reflexão crítica sobre a prática e não somente conhecimentos teóricos. Ao contrário, tem-se uma relação vazia e assimétrica entre o senso comum e teoria. Esse acúmulo de conhecimentos

teóricos remete ao que Freire (1987) chama de educação bancária, alusão às formas educacionais que, de algum modo, afetam “a necessária criatividade do aluno e do professor” (Freire 2006, p. 25). Ainda, impede-os de se arriscar, intimidando-os de criticar, tomar distância do objeto, de observá-lo, de delimitá-lo, de cindi-lo, ou fazer aproximações metódicas, sua capacidade de comparar, de perguntar (Freire 2006, p. 85).

Assim, entende-se que “crítico” está ligado à possibilidade de o sujeito estabelecer relações entre diversos conhecimentos, observando a realidade imediata de forma que parta não apenas do senso comum, mas estabeleça conexões com outros conhecimentos que já teve contato. E, fundamentado nessas relações, esse sujeito consiga participar frente à realidade, com engajamento, sem imposição, assumindo determinadas perspectivas e atuando a partir delas (Vendramini Zanella 2013, p. 46). Já “criativo” está fundamentado na concepção vygotskyana e apresenta-se pelos modos de imaginação, apropriação, modificação e recombinação daquilo que já existe para criar algo novo (Vendramini Zanella 2015; 2013; e Vendramini Zanella & Fuga 2017; 2015).

Vale ressaltar que as experiências e emoções, presentes nas discussões na atividade de formação docente, promovem a constituição do repertório desse sujeito histórico, que, por sua vez, permitem que os sentidos aflorem e tencionem a discussão. Com o passar do tempo e de forma dialética, esse sujeito, aqui nesta pesquisa, futuras-professoras, tem condições de se redimensionar socialmente e transformar os sentidos e significados compartilhados, assim como “crenças, conhecimentos, emoções e cultura” (Moran & John-Steiner 2003, p. 63). Portanto, o resultado dessa atividade pode ser uma produção com traços crítico-criativos como discutido neste estudo.

4. Procedimentos metodológicos

Este estudo fundamentou-se teórico e metodologicamente na Pesquisa Crítico-Colaborativa (PCcol) (Magalhães 2011; 2009), devido a sua proposta interventiva em ambiente escolar, contexto este vivenciado por pesquisadores e participantes da investigação, neste caso, com intervenção dos bolsistas na escola pública pelo projeto PIBID-LI da universidade. Situado no aporte teórico e metodológico de PCcol, o conceito de colaboração tem suas raízes na perspectiva vygotskyana sobre o desenvolvimento humano e, segundo Magalhães (2009, p. 66), “envolve tensões e contradições” e promove conflitos, dependendo do modo pelo qual a linguagem é apresentada.

Para a produção, coleta, organização e armazenamento dos dados foram seguidos os princípios éticos da universidade no Comitê de Ética da Universidade de Sorocaba (<http://uniso.br/pesquisa/cep/>, acessado em Jan. 2015).

Analisa-se um recorte que compõe o *corpus* de dois excertos que se integra ao projeto de extensão "Tempo de Aprender" e ao PIBID/ LI da Universidade de Sorocaba. Para a análise, destacam-se dois excertos de um encontro de formação, cujas futuras-professoras discutem o conteúdo temático "colaboração" com base na leitura do capítulo "O método para Vygotsky: a zona proximal de desenvolvimento como zona de colaboração e criticidade criativas", de Magalhães (2009).

Os excertos foram transcritos e analisados a partir de uma perspectiva proposta por Liberali (2013) por se considerar a importância do papel da argumentação no contexto escolar, centralizando-se os aspectos enunciativo-discursivo-linguísticos. Nos aspectos enunciativos, o foco da análise recai no contexto (de atuação e circulação) da ação em desenvolvimento, na inter-relação entre o lugar, o momento físico e social de produção, recepção e circulação, bem como no papel interativo ou papel dos sujeitos na distribuição de vozes.

Nos aspectos discursivos, discute-se a organização e articulação argumentativa organizada por: pergunta controversa; apresentação de pontos de vista; oposição de ponto de vista (que pode ser estrategicamente elaborada em forma de questão controversa ou ponto de vista divergente para que a produção de significados se caracterize de modo crítico-criativo); pergunta/apresentação de suporte; pergunta/apresentação de esclarecimento; pergunta/apresentação de definição; pergunta/apresentação de exemplificação; pergunta/apresentação de contra-argumento (lembrando que a oposição pode ser criada em forma de contra-argumento e configura-se como elemento desencadeador no embate argumentativo, corroborando para a produção de significados permeada por característica crítico-criativa); pergunta/apresentação da conclusão ou acordo.

Ainda em relação às questões discursivas, analisa-se a organização e a articulação do texto oral e busca-se constatar se houve ou não desenvolvimento e se o enunciado foi ou não pertinente à questão controversa. Esse dado resulta nas dimensões: desenvolvimento e pertinência⁴, as quais possuem como

4 O desenvolvimento consiste em "avançar e progredir, coletivamente, a análise, bem como a interpretação e a definição do objeto de discurso, mediante a introdução de novos elementos e de novas perspectivas" (Pontecorvo 2005, p. 69). O não desenvolvimento é a situação de inércia da sequência, quando há o bloqueio do raciocínio do grupo. Já a dimensão pertinência é a que

características analíticas: introduzir elementos novos; relacionar; delimitar; contrapor-se argumentando; compor relações de nível alto; generalizar; problematizar e permanecer inserido no tópico proposto (Pontecorvo 2005). Além disso, as questões discursivas incluem os “tipos de argumentos” (Perelman & Olbrechts-Tyteca 2005), que são observados e possuem a finalidade de sustentar os pontos de vista na argumentação, por exemplo: “tipo de argumento de referência”, que indica a voz de outro como algo a ser seguido, ou não, em função de seu papel social. Por último, foram analisados os aspectos linguísticos, que incidem nas escolhas lexicais (Liberali 2013).

4.1. Descrição do contexto

Este estudo realiza-se a partir de um trabalho de formação crítica de futuras-professoras, em projeto de Extensão Universitária “Tempo de Aprender” e PIBID-LI, na Universidade de Sorocaba. Os encontros de formação docente ocorrem quinzenalmente na universidade, em horário extracurricular com duas horas de duração. No encontro realizado em novembro de 2015, houve a participação de uma pesquisadora-formadora (P-F) e sete futuras-professoras (P1, P2, P3, P4, P5, P6 e P7), estudantes de curso de Letras.

4.2. Análise

A discussão incidiu sobre o conteúdo temático⁵ “colaboração” com base na leitura do artigo de Magalhães (2009): “O método para Vygotsky: a zona proximal de desenvolvimento como zona de colaboração e criticidade criativas”. Com base nas discussões de Vygotsky (1998; 2001) sobre o desenvolvimento humano na TASHC e no materialismo-histórico-dialético, essa autora centraliza sua discussão na questão da colaboração envolver tensões e contradições e proporcionar conflitos, dependendo do modo pelo qual a linguagem é estruturada pela argumentação.

A seguir, no trecho inicial do episódio transcrito, a pesquisadora-formadora, P-F enuncia a questão controversa “O que é colaboração?”, para que o grupo de futuras-professoras iniciasse o debate.

permite verificar se o tópico proposto foi seguido ou se se desviou dele, comprometendo a progressão (ou não) do discurso.

5 Este estudo tem como base de trabalho as interações que, conforme Pontecorvo (2005), não são quaisquer interações, mas aquelas ligadas à argumentação que se remetem à construção de conhecimento e elegem o conteúdo temático como categoria de análise.

Excerto I

- (1) P-F: O que é colaboração? (QUESTÃO CONTROVERSA 1)
- (2) P1: Colaborar, ajudar...
- (3) P2: Cooperação.
- (4) P1: Trabalho em conjunto.
- (5) P-F: A colaboração se relaciona com o conflito? (QUESTÃO CONTROVERSA 2)
- (6) P1: A parceira pode ter conflitos de ideias, de resultados para haver um consenso entre ambas. (PONTO DE VISTA 1)
- (7) P-F: Você concorda, P3? (PEDIDO DE PONTO DE VISTA)
- (8) P3: Concordo, pois conforme tem duas ideias, dois saberes, pode ser que eles não batam e entram em atrito, em conflito. (PONTO DE VISTA 2) (Pertinência e desenvolvimento)
- (9) P4: Não necessariamente. (OPOSIÇÃO) Acho que num ambiente de trabalho, a colaboração tem que vir com uma ideia pré-estabelecida da palavra em si, colaborar de todas as maneiras. Então, pré-estabelecido existe uma combinação de fatores que vai fazer funcionar um colaborando com o outro. No ambiente que for, acho que conflito não entra. (PONTO DE VISTA 3)
- (10) P3: Quando falei que entra em atrito é que para gerar discussão. Então, talvez a fala de uma pessoa possa criar um conflito. E daí, surge um diálogo. (SUSTENTAÇÃO DO PONTO DE VISTA 2) (Desenvolvimento e pertinência)
- (11) P5: Conflito não é necessariamente uma coisa ruim. Mas, tentar fazer com que a pessoa saia da zona de conforto e enxergue além do que estava enxergando. Entendeu? Reconhecer pontos de vista. (PONTO DE VISTA 4)
- (12) P-F: Você concorda P6? Que uma pessoa tem que chegar com uma certa combinação como a P4 colocou?
- (13) P6: Eu concordo. A colaboração é justamente para você aprender a trabalhar com o outro. (PONTO DE VISTA 5)
- (14) P-F: Você não acha que o conflito estaria relacionado com a colaboração? (QUESTÃO CONTROVERSA 2)
- (15) P5: Acho que até que conflito se relaciona com colaboração. Mas, acho que no processo ele pode se relacionar. Mas, não é essa coisa que já é pré-estabelecida que em toda colaboração haverá conflito ou não. (OPOSIÇÃO AO PONTO DE VISTA 3).
- (16) P7: Concordo com a maioria das meninas. Não concordo muito com a P4 no sentido de que a colaboração parece um pouco de submissão, pois, às vezes, você colabora sem aceitar aquilo. (OPOSIÇÃO AO PONTO DE VISTA 3; APRESENTAÇÃO DO PONTO DE VISTA 6)

Após a apresentação da questão controversa no turno (1), as futuras-professoras (2) P1 e (3) P2 não desenvolveram o tópico, tendo sido necessário que a pesquisadora-formadora, (5) P-F, elaborasse a questão controversa (2): “A colaboração se relaciona com o conflito?”, o que permitiu, assim, (6) P1 apresentar o ponto de vista (1): “A parceira pode ter conflitos de ideias, de resultados para haver um consenso entre ambas”.

Em seu papel social de formadora, responsável pela condução do evento argumentativo, a pesquisadora-formadora (7) P-F teceu o pedido de ponto de vista a uma nova futura professora, na tentativa de envolver todos na discussão: “Você concorda, P3?”. Por sua vez, (8) P3 apresentou o ponto de vista (2): “Concordo, pois conforme tem duas ideias, dois saberes, pode ser que eles não batam e entram em atrito, em conflito” em que utilizou as escolhas lexicais “atrito” e “conflito” que possuem denotação ligadas a “conflito” e são distintas das escolhas de (2) P1: “ajudar” e (3) P2: “cooperação”, colocadas anteriormente. Nesse momento, constata-se que houve desenvolvimento e pertinência na discussão coletiva, pois P3 introduziu elemento novo, retomando o tópico proposto por (5) P-F acerca de colaboração e conflito, inclusive relacionou a nova informação à leitura do texto de Magalhães (2009) sobre colaboração.

Na sequência, percebe-se que a futura professora (9) P4 apresentou uma oposição ao ponto de vista (2): “Não necessariamente. Acho que num ambiente de trabalho, a colaboração tem que vir com uma ideia pré-estabelecida da palavra em si, colaborar de todas as maneiras”. E colocou o ponto de vista (3), demarcando a primeira pessoa do singular no discurso com “acho” por ser a sua uma ideia diferente da anterior: “Então, pré-estabelecido existe uma combinação de fatores que vai fazer funcionar um colaborando com o outro. No ambiente que for, acho que conflito não entra”. Também, a futura professora (9) P4 enfatizou sua oposição em relação ao conflito estar presente ou não o que demonstrava sentidos pautados no senso comum que se distanciavam das questões discutidas no texto de Magalhães (2009).

Retoma-se o esclarecimento de Pontecorvo (2005) sobre a utilização da oposição na argumentação possibilitar ao enunciador que recorra à reflexão, permitindo expansões e aprofundamentos sobre o tópico. Observa-se que isso ocorreu, uma vez que por meio da oposição de (9) P4, a futura professora (10) P3 retomou o turno e sustentou seu ponto de vista (2): “Quando falei que entra em atrito é que para gerar discussão. Então, talvez a fala de uma pessoa possa criar um conflito. E daí, surge um diálogo”. Mais uma vez,

percebe-se que (10)P3 desenvolveu o evento argumentativo com pertinência, pois compôs relações de nível alto ao texto lido previamente, ressaltando a relação do conflito ao diálogo.

Dessa maneira, de acordo com as autoras Leitão (2011) e Pontecorvo (2005), a oposição teve papel essencial nesse momento do embate, pois possibilitou a prática reflexiva e instigou a futura professora participar com a elaboração de sustentação de ponto de vista, enriquecendo o processo de exposição de sentidos; essa participante precisou buscar justificativas e generalizações, linguisticamente, marcadas por "a fala de uma pessoa", acompanhadas pelo modalizador "talvez".

Além disso, a oposição de (9) P4 possibilitou também que a futura professora (11) P5 apresentasse o ponto de vista (4): "Conflito não é necessariamente uma coisa ruim. Mas, tentar fazer com que a pessoa saia da zona de conforto e enxergue além do que estava enxergando. Entendeu? Reconhecer pontos de vista", demarcado por outra oposição pela marca linguística da conjunção adversativa "mas".

Essa expansão do tópico por (10) P3 e (11) P5, potencializada pela oposição de (9) P4, aponta o desejo das futuras-professoras em assumirem seus papéis e apresentarem pontos de vista, o que também se interliga ao engajamento que apresentam na atividade docente. E, embora incipiente, mostra a tentativa de unir o que pertence ao senso comum, enunciado por (9) P4, àquilo que leram no capítulo do livro, do campo teórico, demarcada pelas escolhas lexicais e expressões: "atrito", "gerar discussão", "criar um conflito", "diálogo", "saia da zona de conforto", "enxergue além", "reconhecer pontos de vista".

Neste momento, a argumentação promoveu a produção de significados na formação docente, processo que, de acordo com Vendramini Zanella (2013), pode desenvolver uma postura crítico-criativa e preparar futuros professores de instrumentos para enfrentar os desafios na prática docente dependendo de quão engajadas essas futuras-professoras se apresentaram na atividade.

Revisitando Freire (2006) e Sánchez-Vázquez (2011), o diálogo teoria e prática é um dos pilares mais importantes na formação docente, sendo o principal responsável pelo desenvolvimento da criticidade do professor dentro de um processo de reflexão crítica. Dessa forma, através da produção de significados, as futuras-professoras 'mergulharam' em processo reflexivo junto à pesquisadora-formadora, demarcando traços iniciais de postura crítica na discussão. Essa postura crítica viabiliza que as participantes continuem engajando-se no embate argumentativo, conforme se observa no próximo excerto.

Na sequência, a pesquisadora-formadora (12) P-F continuou a discussão e convidou outras futuras-professoras a participarem elaborando um pedido de ponto de vista. Também, retomou o que (9) P4 apresentou: “Você concorda P6? Que uma pessoa tem que chegar com uma certa combinação como a P4 colocou?”. Verifica-se que P-F empenha-se em se configurar como instigadora na discussão a fim de gerar crises, no lugar de se comportar de forma controladora.

Dessa forma, as futuras-professoras colocaram seus pontos de vista. No caso de (15) P5: “Acho que até que conflito se relaciona com colaboração. Mas, acho que no processo ele pode se relacionar. Mas, não é essa coisa que já é pré-estabelecida que em toda colaboração haverá conflito ou não” (ponto de vista (5)), a futura professora dispôs uma oposição ao ponto de vista (3), exposto por (9) P4 (já discutido no excerto I). Sua contradição demarcou-se pela dupla utilização da conjunção adversativa “mas” seguida pela repetição de expressões da oração de P4, como: “pré-estabelecida que em toda colaboração haverá conflito ou não”.

Nessa direção, seguiu-se o embate argumentativo com outras apresentações de oposições à (9) P4, como por exemplo, o ponto de vista (6) no turno (16) P7: “Concordo com a maioria das meninas. Não concordo muito com a P4 no sentido de que a colaboração parece um pouco de submissão pois, às vezes, você colabora sem aceitar aquilo.”

Mais uma vez, constata-se que a oposição demarca um espaço de discussão em que mais de um ponto de vista pode ser produzido a partir de um tópico. Nesse âmbito, a argumentação promove a produção de significados na formação docente, processo esse que, conforme Leitão (2011, p. 18), desencadeia momentos de reflexão e de apropriação de conteúdos diversos à medida que se considere o papel que a oposição exerce no embate argumentativo.

Importante retomar que, na formação docente ligada à perspectiva da TASHC, a concepção dialógica de linguagem reconhece a interação entre participantes como central para a necessidade de escuta de uma multiplicidade de vozes, para a adesão do outro e a retomada de algo já dito que torne possível sua ressignificação (Liberali & Fuga 2012). Neste caso, a oposição permite que a interação das participantes eleja a multiplicidade de vozes: futuras-professoras, sendo ouvidas pela pesquisadora-formadora, apresentando diferentes posicionamentos com a possibilidade de opor-se umas às outras.

Nessa visão de linguagem dialógica ligada à perspectiva da TASHC de formação docente, a língua é compreendida em uma perspectiva histórica,

o que possibilita o compartilhamento e a produção de significados com base nessa atividade interacional que promove o embate das diferentes perspectivas. Diante tantas oposições ao seu ponto de vista (3), a futura professora (9) P4 pode ouvir e reelaborar suas ideias, como se observa no próximo excerto:

Excerto II

- (22) P4: Eu acredito que um conflito é interessante. (PONTO DE VISTA 7)
- (23) P-F: Interessante..., por que? (PEDIDO DE EXPLICAÇÃO)
- (24) P4: Por que às vezes você vem com uma ideia e você precisa abrir o leque de possibilidades. (EXPLICAÇÃO)
- (25) P-F: O que faz o leque de possibilidades? (PEDIDO DE DEFINIÇÃO)
- (26) P4: Alguns conflitos. (DEFINIÇÃO) É um paradoxo! Só que eu acho que em um ambiente propício e criado para que haja colaboração, você tem que vir com a meta focada nesse ponto. Então, os conflitos já vêm. (PONTO DE VISTA 8)
- (27) P-F: Ah! Então é nesse sentido que você fala que tem que se organizar previamente? (PEDIDO DE ESCLARECIMENTO)
- (28) P4: Exatamente. Porque colaborar, pelo que entendi no texto que lemos, (TIPO DE ARGUMENTO DE REFERÊNCIA), ele não é só ajudar. Ele é um conjunto de coisas, mais profundas. (DEFINIÇÃO) Aí que eu acho que tem que vir para este ambiente de colaboração com um pensamento formado. Pois o conflito já deve ter acontecido antes em outro momento.

No início do excerto em análise, a futura professora (22) P4 teceu o ponto de vista 7: "Eu acredito que um conflito é interessante". Nesse momento, percebe-se alteração de seu ponto de vista (3) materializado linguisticamente pela palavra "conflito", qual havia sido usada anteriormente para afirmar que não se interligava a colaboração, acompanhada agora pelo adjetivo "interessante".

A pesquisadora-formadora pediu explicação (23) P-F: "Interessante..., por que?" e definição (25) P-F: "O que faz o leque de possibilidades?", perante a explicação elaborada pela mesma futura professora: (24) P4: "Por que às vezes você vem com uma ideia e você precisa abrir o leque de possibilidades".

Nessa direção, (26) P4 definiu que o leque de possibilidades ligado a uma ideia relaciona-se, por sua vez, a conflitos. Ao utilizar mais uma vez a escolha lexical "conflitos", a futura professora compreendeu que estava começando a mudar seu discurso. Em seguida, comentou: "É um paradoxo!, que significa

“ideia, conceito, proposição, afirmação aparentemente contraditória a outra ou ao senso comum”⁶ e demonstrou que P4 talvez reconhecesse que o que estava a dizer seria contrário ao que dizia no turno (9). Ainda, apresentou o ponto de vista (8) em que ressaltava a questão dos conflitos: (26) P4: “Só que eu acho que em um ambiente propício e criado para que haja colaboração, você tem que vir com a meta focada nesse ponto. Então, os conflitos já vêm”.

Diante o ponto de vista (8), a pesquisadora-formadora pediu esclarecimento: (27) P-F: “Ah! Então é nesse sentido que você fala que tem que se organizar previamente?”. Utilizou a expressão “ah” que denota a exclamação de algo que está começando a ser esclarecido.

Ainda, a futura professora enunciou (28) P4: “Exatamente. Porque colaborar, pelo que entendi no texto que lemos, ele não é só ajudar.” Verifica-se, nesse momento, que P4 utilizou um “tipo de argumento de referência”, demarcado em “entendi no texto que lemos”, interligado ao texto lido de Magalhães (2009), que sustenta seu ponto de vista e desenvolve o embate argumentativo com pertinência. A futura professora continuou: “(...) Ele é um conjunto de coisas, mais profundas. Aí que eu acho que tem que vir para este ambiente de colaboração com um pensamento formado. Pois o conflito já deve ter acontecido antes em outro momento.” Constata-se que P4 tentou tecer uma definição daquilo que compreende por colaboração, marcado pelas escolhas lexicais “conjunto” e “profundas” que materializam sua reformulação sobre o tópico. Também P4 explicou sobre existir um ambiente criado em que a colaboração é inerente.

Esse momento do evento argumentativo aponta a reorganização das ideias da futura professora que se sentiu confiante para expor seus sentidos pós tencionamento na discussão por conta das oposições. Dos excertos em análise, resgata-se o que Leitão (2011) e Pontecorvo (2005) explicaram sobre a possibilidade de a oposição ser estrategicamente elaborada e caracterizar uma produção de significados com teor crítico-criativo.

Oportuno retomar a discussão de Liberali (2013) que explica que, nesse contexto de formação docente, ao invés de controlador, o papel da pesquisadora-formadora configura-se como instigadora de apresentação de ponto de vista, suportes, contraposições e oposições, questões controversas e novas posições a fim de gerar crises. Dessa forma, ao permitir que a oposição permeie a discussão, a pesquisadora-formadora oportuniza a multivocalidade.

6 Dicionário Aulete digital. <http://www.aulete.com.br/paradoxo>. Acessado em 17/07/2016.

Reconhece-se, assim, o papel transformador da linguagem ao criar espaços de construção de conhecimento e produção de significados, que possibilita a participação e interação dos sujeitos em discussões sobre a prática, "a partir das formas como a linguagem realiza as ações" (Liberali 2010, p. 75).

Por último, o modo de participação de P4 é essencial para sua formação docente e das outras futuras-professoras, pois, conforme explicam Moran & John-Steiner (2003), seus repertórios se ampliam com o passar do tempo. De forma dialética, essas futuras-professoras se redimensionam socialmente e se tornam efetivamente docentes preparadas para transformar coletivamente os sentidos e significados compartilhados.

Esse processo incide na formação docente para além do acúmulo de conhecimentos teóricos, que promove a chamada educação bancária (Freire 1987), o que afetaria a necessária criatividade dessas futuras-professoras e pesquisadora-formadora e as impediria de se arriscar, intimidando-as de criticar (Freire 2006) e de se posicionar com profundidade.

Finalmente, neste segundo excerto, a futura professora P4 reelabora seu ponto vista recombinao os sentidos enunciados pelas colegas aos que foram produzidos a partir da leitura do texto e cria algo novo. Revisitando Vendramini Zanella (2015; 2013), compreende-se que a designação de "criativo" está fundamentada na concepção vygotskyana e apresenta-se pelos modos de imaginação, apropriação, modificação e recombinação daquilo que já existe para criar algo novo. Portanto, a participação de P4 também demarca uma produção com traços criativos.

5. Considerações finais

Este estudo, inserido na atividade de formação de professores no "Tempo de Aprender", e PIBID-LI da Universidade de Sorocaba, objetivou analisar a produção de significados na atividade de formação docente e compreender o papel da argumentação para o desenvolvimento crítico-criativo de futuras-professoras.

Os excertos selecionados mostraram que, a linguagem ocupa papel essencial na condução da atividade por meio da argumentação. Além disso, os excertos centralizaram a necessidade de escuta de uma multiplicidade de vozes, para a adesão do outro e a retomada de algo já dito, tornando possível a ressignificação (Liberali & Fuga 2012), uma vez que a língua é compreendida em uma perspectiva histórica que, retomando Bakhtin & Volochinov (2010,

p. 111), a atribui um processo evolutivo e contínuo”. Nesse viés bakhtiniano de linguagem ligado à perspectiva da TASHC de formação docente, a interação entre participantes apresentou-se como essencial, pois, nesse contexto, as futuras-professoras puderam se posicionar, conseguiram se opor e seus enunciados foram considerados em uma multiplicidade de opiniões para a produção de sentidos e significados.

As futuras-professoras assumiram seus papéis na discussão e tentaram articular o diálogo entre teoria e prática em um processo reflexivo que, sob o viés freireano, demarca traços de criticidade. Também, houve o esforço em recombinar o que já havia sido dito e criar algo novo, o que, sob as lentes vygotskianas, apresenta-se pelos modos de imaginação, apropriação, modificação e recombinação daquilo que já existe para criar algo novo e revela traços de criatividade.

Em síntese, constatou-se que a oposição apresenta papel fundamental para que a argumentação potencialize o desenvolvimento crítico-criativo das futuras-professoras, pois promove a reflexão sobre os sentidos expostos e possibilita que se avance e se alcance “desdobramentos e aprofundamentos” (Pontecorvo 2005, p. 75) sobre o conteúdo temático da discussão.

Assim, a apresentação de oposições como: “Concordo com a maioria das meninas. Não concordo muito com a...”, selecionada da fala de uma das futuras-professoras em excerto analisado, pode promover o desenvolvimento crítico-criativo das professoras em formação docente legitimando a importância da argumentação no cotidiano escolar.

Referências

- Aristóteles (350 a.C./ 1998). *Retórica*. (Introdução de Manuel Alexandre Júnior. Tradução do grego e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena). Lisboa: INCM.
- Bakhtin, M. M. & Volochinov, V. N. (1929/2010). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* (14ª ed.). São Paulo: HUCITEC.
- Bronckart, J.-P. (1997/1999). *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio discursivo*. São Paulo: EDUC.
- Dolz, J., Schneuwly, B. (2004). Gêneros e progressão em expressão oral e escrita: elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). In B. Schneuwly, J. Dolz, et al. (Orgs), *Gêneros orais e escritos na escola* (pp. 41-70). Campinas: Mercado de Letras.

- Engeström, Y. (2011). *From design experiments to formative interventions*. <http://tap.sagepub.com/content/21/5/598> Online version. Acessado em 24 de abril de 2013.
- Engeström, Y. (1999). Activity theory and individual and social transformation. In Y. Engeström, R. Miettinen, R. Punamäki (Orgs), *Perspectives on Activity Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Freire, P. (1970/1987). *Pedagogia do Oprimido* (17ª edição). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1996/2006). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática Educativa* (39ª Ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Fuga, V.P. (2009). *O Movimento do Significado de Grupo de Apoio na Cadeia Criativa de Atividades no Programa Ação Cidadã*. Tese de Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Fuga, V.P. & Vendramini Zanella, D. A. (2016). Syllabus Integration in Teacher Education. *The International Journal of Learning in Higher Education*, 23(2), 23- 33.
- Goulart, C. (2010). Processos escolares de ensino e aprendizagem, argumentação e linguagens sociais. *Bakhtiniana*, 1(4), 50-62.
- Leitão, S. (2011). O lugar da argumentação na construção do conhecimento em sala de aula. In S. Leitão & M. C. Damianovic (Orgs), *Argumentação na Escola: o conhecimento em construção* (pp. 13- 46). Campinas: Pontes.
- Leitão, S. & Castro, J. L. G. (2016). Argumentação de Crianças do Primeiro Ano Fundamental Sobre Temas Curriculares. In F. C. Liberali, M. C. Damianovic, M. O. Ninin, E. Mateus & M. Guerra, M. (Orgs), *Argumentação em Contexto Escolar: Relatos de Pesquisa* (pp. 145-171). Campinas: Pontes.
- Leontiev, A. N. (1977/ 2003). *Activity, consciousness and personality*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Liberali, F. C. (2016). Articulação entre Argumentação e Multimodalidades em Contextos Escolares. In F. C. Liberali, M. C. Damianovic, M. O. Ninin, E. Mateus & M. Guerra, (Orgs), *Argumentação em Contexto Escolar: Relatos de Pesquisa* (pp. 63-78). Campinas: Pontes.
- Liberali, F. C. (2013). *Argumentação em Contexto Escolar*. Campinas, SP: Pontes.
- Liberali, F. C. (2012). Gestão Escolar na perspectiva da Teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural. In F. C. Liberali, E. Mateus & M. C. Damianovic (Orgs), *A Teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural e a escola: recriando realidades sociais* (pp. 89-108). Campinas, SP: Pontes.
- Liberali, F. C. (2010). Formação de professores de línguas: rumos para uma sociedade crítica e sustentável. In T. Gimenez & M. C. Monteiro (Orgs), *Formação de professores de línguas na América Latina e transformação social* (pp. 71- 91). Campinas, SP: Pontes.

- Liberali, F. C. & Fuga, V. P. (2012). Argumentação e formação/gestão de futuros professores no Quadro da teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural. *Revista Desenredo*, 8(2), 131- 151.
- Liberali, F. C. & Magalhães, M. C. C. (2009). Formação de professores e pesquisadores: argumentando e compartilhando significados. In J. Telles (Org.), *Formação inicial e continuada de professores de línguas: dimensões e ações na pesquisa e na prática*, (pp. 43-66). Campinas, SP: Pontes.
- Magalhães, M. C. (2011). Pesquisa crítica de colaboração: escolhas epistemo-metodológicas na organização e condução de pesquisa de intervenção no contexto escolar. In M. C. Magalhães, S. S. Fidalgo (Orgs), *Questões de método e de linguagem na formação docente* (pp. 13-39). Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Magalhães, M. C. (2009). O método para Vygotsky: a zona proximal de desenvolvimento como zona de colaboração e criticidade criativas. In R. H. Schettini, M. C. Damianovic, M. Hawi & P. T. Szundy (Orgs), *Vygotsky: uma revisita no início do século XXI* (pp. 53-78). São Paulo: Andross.
- Mateus, E. & El Kadri, M. S. (2012). Práticas significativas no ensino e na formação de professores/as de inglês: recriando realidades por meio do estágio no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. In F. C. Liberali, E. Mateus & M. C. Damianovic (Orgs), *A Teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural e a escola: recriando realidades sociais* (pp.109-135). Campinas, SP: Pontes.
- Moran, S. & John-Steiner, V. (2003). Creativity in the Making: Vygotsky's Contemporary Contribution to the Dialectic of Development and Creativity. In R. K. Sawyer, V. John-Steiner, S. Moran, R. J. Sternberg, D. H. Feldman, J. Nakamura & M. Csikszentmihalyi (Orgs), *Creativity and Development* (pp. 61-89). New York: Oxford University Press.
- Mosca, L. S. (2004). O discurso da imprensa na formação da identidade nacional portuguesa. Reflexões a partir de A Jangada de Pedra, de José Saramago. *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, 6, 255-266.
- Perelman, C. & Olbrechts-Tyteca, L. (1958/ 2005). *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica* (2 ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Pistori, M. H. C. (2001). *Argumentação Jurídica: da Antiga Retórica a nossos dias*. São Paulo: TRr.
- Pistori, M. H. C. & Banks-Leite, L. (2010). Argumentação e construção de conhecimento: uma abordagem bakhtiniana. *Bakhtiniana*, 1(4), 129-144.
- Pontecorvo, C. (2005). Discutir, argumentar e pensar na escola. O adulto como regulador da aprendizagem. In C. Pontecorvo, A. M. Ajello, & C. Zuccheromaglio (Orgs), *Discutindo se aprende. Interação social, conhecimento e escola* (pp. 65-88). Porto Alegre: Artmed.

- Sánchez-Vázquez, A. (2011). *Filosofia da práxis* (2.^a ed). São Paulo: Expressão Popular, Brasil.
- Toulmin, S. E. (1958/2006). *Os usos do argumento*. (Trad. Reinaldo Guarany) (2^a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Vendramini Zanella, D. A. (2015). A argumentação para o desenvolvimento de visão crítico-criativa de futuros professores. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, 8, 98-110.
- Vendramini Zanella, D. A. (2013). *Por uma formação crítico-criativa de alunas-professoras e professora-pesquisadora na graduação em Letras*. (Tese de doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem), Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo, S. Paulo, Brasil.
- Vendramini Zanella, D. A. & Fuga, V. P. (2017). Argumentative Orientation and Commitment: a way to a syllabus integration in teacher education. *International Journal of Language and Linguistics*, 4(3), 33-41. http://www.ijllnet.com/journals/Vol_4_No_3_September_2017/4.pdf Acessado em Novembro de 2017.
- Vendramini Zanella, D. A. & Fuga, V. P. (2015). "Eu queria saber o que perguntar para fermentar": um estudo sobre a produção crítico-criativa de significados na integração e desencapsulação de currículo na formação docente. In R. Phillipov, R. H. SchettinI & K. A. Silva (Orgs), *Integrando e Desencapsulando Currículos do Ensino Superior* (pp. 97-122). Campinas, SP: Pontes.
- Vygotsky, L. S. (1934/ 2004). *Teoria e método em psicologia* (3.^a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (1934/2001). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (1933/1998). *A formação social da mente*. 6^a. Edição. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (1930/2009). *Imaginação e Criação na Infância*. Ana Luiza Smolka comenta. São Paulo: Ática.

[recebido em 21 de novembro de 2017 e aceite para publicação em 20 de junho de 2018]

Varia

O PROCESSAMENTO DE PISTAS DE CONTEXTUALIZAÇÃO POR ESTUDANTES HAITIANOS NO CONTEXTO DE ENSINO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO

THE CONTEXTUALIZATION CUES PROCESSING BY HAITIAN STUDENTS IN THE CONTEXT OF BRAZILIAN PORTUGUESE TEACHING AS HOST LANGUAGE

Rodrigo Albuquerque*
rodrigo.albuquerque.unb@gmail.com

Ana Quésia de Sousa Silva**
anaquesia8@hotmail.com.

O contato intercultural oferece grande probabilidade para desalinhamentos interacionais, afetando o mútuo entendimento dos interlocutores, em razão dos distintos enquadres socioculturais nos quais os sujeitos se inserem. Em virtude desse cenário, nosso estudo visa a investigar que pistas de contextualização são processadas por aprendizes haitianos de português brasileiro como língua de acolhimento em contato com a professora nativa. Para tanto, enquadrarmo-nos na sociolinguística interacional, por congregar uma discussão em torno das pistas de contextualização (cf. Gumperz 1982a; Albuquerque 2009, 2017) voltada para um novo contexto socioeducativo reivindicado pela agenda da língua de acolhimento (cf. Grosso 2010; Cabete 2010). Como procedimentos metodológicos, realizamos notas de campo, sob recomendações etnográficas, registrando a interação entre Patrícia (professora brasileira) e seus estudantes haitianos (João e Natália). Os excertos interacionais revelaram, de modo geral, que Natália não processou adequadamente as pistas de ordem não linguística que faziam referência ao termo *Brasil*, porém, assim como João, processou os sinais linguísticos e não linguísticos concernentes ao entendimento da expressão *Tiradentes*. Salientamos, por fim, que a sala de aula se torna plenamente um espaço de acolhimento, na medida em que oferece aos atores sociais a possibilidade de construção conjunta de sentidos.

Palavras-chave: pistas de contextualização, inferência conversacional, ensino de português brasileiro como língua de acolhimento, contato intercultural

* Professor adjunto na Universidade de Brasília, Brasil.

** Graduanda na Universidade de Brasília, Brasil.

Intercultural contact offers great probability for interactional misalignments, affecting the mutual understanding of the interlocutors, due to the different sociocultural contexts in which the subjects are inserted. Because of this scenario, our study aims to investigate which contextualization cues are processed by Haitian learners of Brazilian Portuguese as host language in contact with the native teacher. Therefore, our study, in the context of interactional sociolinguistics, brings together a discussion about contextualization cues (as Gumperz 1982a; Albuquerque 2009, 2017) focused on a new socio-educational context claimed by the host language agenda (as Cabete 2010; Grosso 2010). As methodological procedures, we performed field notes, under ethnographic recommendations, registering the interaction between Patrícia (Brazilian teacher) and her Haitian students (João and Natália). Interactive excerpts revealed in general that Natália did not process adequately non-linguistic cues that referred to the term *Brasil*, but, like João, she processed the linguistic and non-linguistic signs concerning the understanding of the expression *Tiradentes*. Finally, we emphasize that the classroom becomes a space for the host according as offers to social actors the possibility of co-construction of meanings.

Keywords: contextualization cues, conversational inference, teaching of Brazilian Portuguese as a host language, intercultural contact



1. Para início de conversa: os primeiros passos

A mais simples conversa cotidiana exige dos interagentes atenção quanto aos sentidos construídos conjuntamente. Essa atenção se deve ao fato de que nem sempre somos diretivos em nossos desejos, o que pode acarretar, sem grandes esforços, mal-entendidos entre os sujeitos. Tal cenário é comum em contextos monolíngues e, por distintas referências socioculturais, pode ser ainda mais frequente em contatos interculturais, o que não deixa de incluir imigrantes em situação de vulnerabilidade no Brasil, como os haitianos. Consideramos, nesse sentido, a mútua compreensão entre estes e os nativos uma necessidade imediata e urgente, devido ao contexto sócio-histórico em que os haitianos estão inseridos.

As investigações gumperzianas pressupunham que o contato intercultural poderia potencialmente gerar falhas comunicativas devido a não partilha de sentidos provenientes das pistas de contextualização enunciadas (Tannen 2005 [1984], p. 33), dado ser fulcral que o interagente ative seu conhecimento

sociocultural para interpretar o enunciado proferido (Bailey 2015, p. 831). Além disso, adverte Wilson (2004) que mal-entendidos podem ser promovidos pelo inadequado processamento de tais pistas. Sob esse prisma, compreendemos, em sintonia com essa preocupação, que nosso contexto de pesquisa, cujo cenário interacional é a sala de aula de português brasileiro como língua de acolhimento, necessita minimizar as possíveis dissintonias existentes entre os atores sociais de nosso estudo, a saber: os aprendizes haitianos e a professora brasileira.

Gumperz (1982a), ao perceber o potencial campo para tratar de mal-entendidos culturais, se dedicou a estudar as implicitudes discursivas inerentes à interação face a face, focalizando os mecanismos de inferência conversacional que os interagentes acionam, a fim de desvelarem sinais linguísticos e não linguísticos produzidos por seus pares. Assim, o autor (1982a), ao iniciar o debate acerca das pistas de contextualização, adverte que estas promovem sinalizações (linguísticas e não linguísticas) indiretas, responsáveis por veicular sentidos oriundos do contexto que as envolve.

Consideramos salutar dar destaque ao termo *contextualização*, que, na concepção gumperziana, compreende “todas as atividades dos participantes que tornam relevante, mantêm, revisam, cancelam qualquer aspecto do contexto que, por sua vez, é responsável pela interpretação de um enunciado em seu local particular de ocorrência” (Auer 1992, p. 4). Adicionamos, ainda, que as pistas de contextualização, sempre presentes na interação face a face, afetam a interpretação e, ao mesmo tempo, tornam evidente o papel que a indexicalidade desempenha na conversa (Gumperz 2001, p. 222).

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), o Haiti é o país mais pobre e o portador do menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do continente americano. Tais dados são decorrentes de vários fatores, como a intensa exploração colonizadora, a estratificação social, a instabilidade política, a escassez de recursos naturais e, mais recentemente, os desastres naturais (Chaves 2005). Esse cenário fez com que o refúgio se tornasse uma prática comum entre os haitianos nas últimas décadas.

Nessa tentativa de estabelecer-se, o refugiado é confrontado com uma espécie de “barreira linguística”, que dificulta sua interação, seu acesso ao mercado de trabalho e sua reivindicação por direitos. A partir desse novo contexto socioeducativo, emerge a perspectiva de ensino como língua de acolhimento, em que a aprendizagem da língua desempenha (também) papel de integração e de garantia da autonomia (Cabete 2010).

O principal objetivo deste trabalho é investigar que pistas de contextualização são processadas por aprendizes haitianos de português brasileiro como língua de acolhimento em contato com a professora nativa, a fim de identificar possíveis desalinhamentos sociointeracionais e interculturais. Esse propósito originou duas questões de pesquisa: i) que pistas de contextualização (não) são processadas pelos aprendizes haitianos em sala de aula?; e ii) que estratégias o professor de português brasileiro como língua de acolhimento pode adotar para minimizar possíveis desalinhamentos sociointeracionais e interculturais?

Apresentaremos, a seguir, um panorama sobre o refúgio haitiano e suas implicações identitárias, seguido da discussão a respeito de pistas de contextualização, à luz das contribuições de Gumperz (1982a). Após essas incursões em plano teórico, apresentaremos a metodologia adotada para nossa investigação, analisaremos dois excertos interacionais, e, por fim, sintetizaremos as contribuições deste estudo.

2. O refúgio haitiano no Brasil: uma (re)construção identitária

O movimento migratório dos haitianos, segundo Redin & Minchola (2013, p. 31), “decorre da grave e generalizada violação de direitos humanos, não ocasionada diretamente por conflitos armados, mas sim pela insuficiência do Estado como instituição política e econômica”. Após o sismo de 2010, que afetou cerca de três milhões de pessoas, de acordo com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, e causou a morte de aproximadamente 316 mil pessoas, conforme assegurou o então primeiro-ministro do Haiti (Jean-Max Bellerive), nosso país se tornou um dos destinos para os haitianos, uma vez que o governo brasileiro passou a garantir condições de permanência a esses sujeitos¹.

Neste artigo, não pretendemos discutir, de modo verticalizado, as motivações jurídicas e políticas do enquadramento dos haitianos como imigrantes ou como refugiados (ou mesmo como imigrantes refugiados), por não dispormos, inclusive, de maior espaço para tal debate. Entretanto, concordamos plenamente com Redin & Barbosa (2014, p. 13) no que diz respeito à forte associação entre a insuficiência do estado e a vulnerabilidade humana, que insere os haitianos “em uma condição jurídica internacional de proteção, que é a condição de refugiado”.

1 Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2011/01/12/um-ano-apos-terremoto-haiti-aumenta-estimativa-de-mortes-para-316-mil.htm>. Acessado em: 15 de março de 2017.

Reforça Chaves (2005, p. 48) que os haitianos que vêm para o Brasil em busca de uma vida melhor se caracterizam como imigrantes refugiados, uma vez que deixaram seu país por uma incapacidade do Estado de garantir proteção básica a eles, como o direito à vida, à nacionalidade e à residência permanente. Em consonância com essas primeiras considerações, optamos, para esta pesquisa, por fazer referência aos haitianos como imigrantes refugiados (ou tão somente refugiados), pois a condição de imigração se deu pelas razões anteriormente apresentadas (claramente, para nós, de refúgio). Logo, antecipamos que as condições relativas à aprendizagem de uma língua de acolhimento são igualmente peculiares, em razão do caráter emergencial de residirem em nosso país, demandando, portanto, um ensino voltado para as tarefas interacionais mais imediatas.

Na área de linguística aplicada, não é incomum depararmos com uma sinonímia entre os termos *estrangeiro* e *imigrante*, em referência a sujeitos provenientes de outro país que adentraram no nosso. Entretanto, a reflexão no que tange ao uso do referente *estrangeiro* perpassa questões políticas, sociais e identitárias, especialmente no caso em estudo (o caso de refúgio), uma vez que tal expressão reforça um caráter de não pertencimento e, por conseguinte, de exclusão, não sendo o termo, nesse sentido, afiliador. Se essa não é uma preocupação da sociolinguística, sem dúvida, ao menos, deveria ser, haja vista a escassez de reflexões sociointeracionais dedicadas a esse contexto de pesquisa.

Ademais, as identidades na era líquido-moderna, conforme aborda Bauman (2004), são fluidas (não mantêm a forma por muito tempo), posto que sofremos influências diversas no mundo globalizado. Mesmo diante dessa fluidez, Bauman (2004) afirma que a nacionalidade é uma das primeiras resoluções que efetivamos internamente em relação à nossa identidade, constituindo-se, assim, como a resposta mais fácil a ser dada em relação a quem somos. Bauman foi forçado a abdicar de sua cidadania polonesa, após um expurgo que fez muitos comunistas com ascendência judia emigrarem da Polônia. Em razão dessa experiência, o sociólogo relata que, independentemente do país em que estivesse, se sentiria “total ou parcialmente deslocado” e que compartilha “essa sorte com milhões de refugiados e migrantes que o nosso mundo em rápido processo de globalização produz em escala bastante acelerada” (Bauman 2004, pp. 18-19).

No caso dos haitianos, a construção dessa identidade nacional, mencionada por Bauman (2004), já é dificultada pela ausência de estabilidade política

e social no Haiti, pois, segundo Chaves (2005, p. 85), a “impossibilidade de construir um Estado passou a ser elemento real na história daquele país com reflexos diretos na formação de uma identidade nacional”. Quando esses sujeitos são forçados a deixar seu país para buscar uma vida melhor e, com muita frequência, são ignorados e/ou inferiorizados pelos nativos do país alvo, sua reconstrução identitária se torna ainda mais distante.

Ratificamos, dessa forma, que a escolha de um termo em detrimento do outro é uma ação ideológica e deve ser questionada, uma vez que “a palavra, como fenômeno ideológico por excelência, está em evolução constante, [e] reflete (...) mudanças e alterações sociais. O destino da palavra é o da sociedade que a usa” (Bakhtin 1979, p. 180). Tendo em vista a complexidade da construção identitária e a necessidade de pertencimento dos nossos estudantes haitianos, o abandono do termo *estrangeiro* se torna imprescindível, como uma ação inicial para o acolhimento desses sujeitos no Brasil, uma vez que alterar o termo demonstra novo olhar sobre esses atores sociais.

Segundo Houaiss & Villar (2009), a palavra *estrangeiro* vem do latim *extraneus*, que significa “o que é de fora, desconhecido, alheio, não-familiar” e a palavra *estranho* tem origem na mesma palavra latina. Nesse viés, seria adequado chamar um imigrante em situação de refúgio de *estranho*, *de fora*, reforçando a sensação de não pertencimento que ele já está sentindo longe de seu país?

Tendo em vista os novos contextos socioeducativos, concordamos com Grosso (2010) ao destacar que precisamos reinterpretar os termos que utilizamos recorrentemente no ensino de línguas.

O âmbito conceptual de “imigrante”² e “estrangeiro” abrange vários componentes comuns, e talvez por isso tendem a confundir-se e a frequentemente serem utilizados como sinônimos. Trata-se, porém, de universos distintos e, como tal, também no ensino-aprendizagem de línguas é necessário ter em conta essa diferença (Grosso 2010, p. 65).

Com base nas questões já discutidas sobre o termo *estrangeiro* para designar imigrantes (especialmente aqueles em situação de refúgio), a expressão *língua estrangeira* perde cada vez mais espaço, nesse contexto, para *língua de*

2 Ao fazermos referências a outros trabalhos, manteremos as expressões utilizadas pelos respectivos autores, muito embora já tenhamos defendido que os haitianos se encaixariam em uma situação de refúgio (e não de genérica imigração).

acolhimento, pela necessidade de substituir a ideia do *outro*, do *não pertencente*, pela ideia do *cidadão*, do *pertencente* (ou, ao menos, em via de pertencer).

No ensino de português como língua de acolhimento (nosso contexto de pesquisa), a proficiência na língua está intimamente ligada à transformação da realidade socioeconômica e político-cultural em que o sujeito se encontra (Grosso 2010, p. 71). Em outras palavras, a aquisição do português brasileiro consiste em questão de sobrevivência, de melhoria da condição de vida dos haitianos no Brasil, para gerar o sentimento de pertencimento, a partir da interação com os brasileiros, e para facilitar a vida cotidiana desses sujeitos em nosso país, desde o simples ato de pegar um ônibus até a busca pela inserção no mercado de trabalho.

Para Cabete (2010), a aquisição da língua pelo imigrante é consequência do sentir-se pertencente ao país acolhedor, à proporção que o *ensinante* e o *aprendente* reconstroem suas identidades sociais e culturais no encontro intercultural em sala de aula. Nessa modalidade de ensino, a partilha e a compreensão de atitudes, de costumes, de valores e de convenções sociais são, além das motivações linguísticas, a “base de debate e de diálogo para uma cidadania plena e consciente, aspecto fundamental na língua de acolhimento” (Grosso 2010, p. 71).

Dessa maneira, ensinar o português como língua de acolhimento, e não mais como língua estrangeira, vai além de substituir um termo pelo outro, requer novo olhar sobre o estudante e sobre suas necessidades socioculturais. Arantes & Deusdará (2015) afirmam serem necessários adaptação e acolhimento dos imigrantes, através de experiências interculturais entre os universos socioculturais envolvidos, possibilitadas através da língua, a fim de assegurar o pleno exercício de direitos, bem como a promoção da dignidade e a luta contra as desigualdades. O entendimento mútuo, a partir da sintonia entre a enunciação e o processamento de pistas de contextualização, pode ser um bom caminho para esse acolhimento.

3. A negociação das pistas de contextualização: uma co-construção de sentidos

Em releitura a Gumperz (1982a), Gordon & Kraut (2017) destacam que o antropólogo se dedicava ao estudo dos processos inferenciais, com vistas a desvendar como se dava a falta de comunicação no contato intercultural e por que ela ocorria. Além disso, reforçam os autores (2017), Gumperz (1982a)

desejava dar visibilidade à relação intrínseca entre aspectos linguísticos e sociais, em busca de melhorar as relações intergrupais e, em última instância, de promover justiça social.

Ao caracterizar a conversa cotidiana, Gumperz (1982a, pp. 100-101) afirma que estamos constantemente realizando julgamentos relativos aos “simultâneos níveis de significado, por meio de processo inferencial”, promovendo, por conseguinte, interpretação do dito e expectativa sobre o que poderá ser dito. Acerca desse processo inferencial, concordamos com Marcuschi (2007a, p. 88) que ele se alinha a “uma atividade discursiva de inserção contextual, e não [a] um processo de encaixes lógicos”, afinal “a língua não é um retrato e sim um trato do mundo, isto é, uma forma de agir sobre ele” (Marcuschi 2007b, p. 108). Sob esse viés, os sentidos, portanto, são fluidos, negociáveis e construídos no curso da interação. O trabalho de Gumperz (1982a, p. 139) se funda na interpretação das potenciais ações dos sujeitos (e não na predição do uso), em razão de o autor (1982a, p. 150) estar convicto de que “o peso interpretativo é muito maior do que seu significado linguístico”.

Nas palavras de Gumperz (1982a, p. 141), estamos imersos em um sistema multinível de sinais (não) linguísticos, adquiridos pelo contato interacional, que são automaticamente produzidos e intimamente coordenados, cujo acesso se dá de modo “subconsciente e na maioria das vezes tende a permanecer não verbalizado” (Gumperz 1982a, p. 152). Ademais, a enunciação e o processamento de tais sinais, conforme acrescenta Rampton (2017, p. 3), se dá de forma relativamente tácita, dado que os interagentes, comumente, realizam baixo monitoramento quanto aos mecanismos que governam a comunicação.

Em suma, todo esse processo inferencial, constantemente negociado pelos interagentes em contato intercultural, ocorre em decorrência de sinais, de ordem linguística e não linguística, que enunciamos para que o outro possa processar. Em sua tradicional obra *Discourse strategies*, Gumperz (1982a) discorre acerca da natureza das pistas de contextualização, definindo-as, em um primeiro momento, como “qualquer traço de forma linguística que contribui para a sinalização de pressuposições contextuais” (Gumperz 1982a, p. 131). Todavia, os excertos interacionais presentes em toda a obra já denunciam a existência não só de traços linguísticos, mas também de traços não linguísticos. Mais tarde, Gumperz (2001, p. 221) complementa que as pistas, ao serem processadas conjuntamente com outras pistas e com recursos gramaticais e lexicais, “constroem base contextual para a interpretação situada e assim afetam como determinadas mensagens podem ser compreendidas”.

Ao mencionarmos contexto, compreendemos ser imprescindível esclarecer que nossa concepção é, concomitantemente, sociocognitiva e sociointeracional. Nesse sentido, Goodwin & Duranti (1997 [1992], p. 3) avaliam, sob a vertente antropológica (responsável por influenciar, sobremaneira, os estudos sociointeracionais), que um evento focal só pode ser devidamente compreendido e adequadamente interpretado quando inscrito em dado cenário sociocultural, em dada situação de fala e em conhecimento compartilhado pelos atores sociais. Van Dijk (2012), sob a vertente sociocognitiva, associa o contexto a um modelo mental, proveniente de construtos subjetivos de cada interlocutor, regulado pela experiência social. Somos partidários à ideia de que o contexto “é tanto revelado quanto constituído pelas ações dos sujeitos” (Oliveira & Pereira 2016, p. 113).

Adendorff (1996, p. 390) acrescenta que as pistas de contextualização são responsáveis por delinear o contexto, guiar a interpretação realizada pelos atores sociais e fornecer informações adicionais sobre as ações destes, assim como confirma Streeck (2010, p. 223), por conferir sentido à relação social dos interagentes. Portanto, prossegue o autor (2010), as pistas fornecem enquadres contextuais na busca pelo entendimento de determinados significados sociais provenientes dos enunciados. Ao fazermos escolhas linguístico-discursivas, fornecemos indícios ao nosso interagente de como seu enunciado pode ser interpretado, sendo, desse modo, a contextualização uma faceta de cada elemento do discurso (Johnstone, 2008 [2002], p. 238). Gumperz (1997 [1992], p. 230) define a contextualização como o uso de sinais (não) linguísticos pelos interagentes, que ganha sentido na relação entre o que é dito (em qualquer momento/lugar) e o conhecimento adquirido em interações anteriores.

Todavia, tal estabelecimento de sentidos, sobretudo em contextos interculturais, não se dá de modo tão garantido assim. Ao avaliar os efeitos da comunicação verbal e não verbal na interação, Wilson (2004) esclarece que mal-entendidos podem ser oriundos de uma dissintonia entre a interpretação das pistas contextualizadoras e as intenções do locutor, e somente podem ser solucionados se houver acesso à cognição de ambos os interagentes. Acerca das ações não verbais, o autor (2004) afirma que elas, assim como as verbais, devem ser consideradas, na interação face a face, por igualmente serem regidas por princípios pragmáticos e estratégias de inferênciação. Schiffrrin (2006 [1996], p. 314) considera essas situações de mal-entendidos altamente reveladoras, haja vista que os interagentes, por não compartilharem as mesmas

pistas, são incapazes de recuperar os pressupostos contextuais necessários para realizar as devidas inferências. Gumperz (1982b) exemplifica o caso de um erro médico decorrente do desalinhamento inferencial e, por consequência, cultural entre o profissional e os demais interagentes.

Ao mesmo tempo que nos afiliamos à abordagem gumperziana, concebemos que as pistas de contextualização, assim como destaca Kecskes (2014, p. 223), possuem caráter sociocognitivo, posto que não derivam apenas da experiência coletiva dos sujeitos, em conformidade com Gumperz (1982a), mas também dos construtos cognitivos em resposta às demandas contextuais. Para tanto, assim como Akman (2000, p. 747), consideramos frutífero o paralelo estabelecido entre o conceito de pistas de contextualização (cf. Gumperz, 1982a) e o conceito de *frame* (cf. Goffman 1974), em razão de o enquadramento se constituir a partir das experiências sociais vivenciadas pelos interlocutores. Bateson (1987 [1972]), por sua vez, já previa que os enquadres eram responsáveis pela seleção (inclusão ou exclusão) de determinadas mensagens (ou ações significativas). Tannen & Wallat (2006 [1987]), contudo, é que conferem ao conceito de *frame* um caráter sociointeracional, ao relatarem a partilha de conhecimentos comuns que ocorre na interação que analisaram: uma entrevista pediátrica.

Em acréscimo a esse pensamento, Schiffrin (1987, p. 22) garante que as pistas promovem um enquadre interpretativo para a mensagem de modo reflexivo, isto é, elas não são limitadas pelos quadros interacionais em que se situam, mas criam contextos interpretativos que possibilitam a atividade inferencial. Logo, destacamos que o conceito de pistas coaduna mecanismos sociocognitivos e sociointeracionais. Resgatamos em Gumperz (1982a; 2001) que a negociação de pistas contextualizadoras, decorrente da efetiva atividade inferencial, se dá por meio de processos mentais, que evocam convenções socioculturais necessárias para a interpretação de ações cotidianas.

Nas palavras de Albuquerque (2009), o estudo das pistas, assim, ultrapassa os limites da sentença e se baseia na negociação de significados pelos interagentes, na cooperação conversacional e nos processos discursivos e interpretativos de sinais linguísticos, paralinguísticos, extralinguísticos e não linguísticos. Albuquerque (2017), a partir da organização de Ribeiro & Garcez (1998) e de Albuquerque (2009), sistematiza-as do seguinte modo:

pistas linguísticas (alternância de código, estilo ou dialeto, metáforas, ironias, expressões formulaicas); pistas paralinguísticas (valor das pausas, tempo de

fala, hesitações, sinais de fundo, amortecedores vocais, início gaguejado); pistas extralinguísticas (entonação, acento, tom); e pistas não linguísticas (cinésica, proxêmica e cronêmica³).

O processamento dessas pistas, em contexto sociocultural (primeira língua), ocorre, muitas vezes, intuitivamente, pois a inserção no contexto de cultura contribui para que o interagente se aproxime das inferências em relação ao que ainda pode acontecer na interação. Todavia, em alinhamento com os anseios de Gumperz (1982a) no que tange ao contato intercultural, esse processamento pode não ocorrer de modo tão intuitivo, devido às distintas referências socioculturais e, conseqüentemente, aos diferentes conhecimentos de mundo. Tal distinção de contexto acentua ainda mais a necessidade de investigarmos o processamento de pistas de contextualização entre os estudantes haitianos e a professora brasileira, em decorrência das idiossincrasias concernentes à negociação de sentidos entre esses atores sociais.

4. Os passos da investigação: os rumos metodológicos

Agora que já versamos sobre o refúgio haitiano no Brasil – bem como a (re) construção identitária desses sujeitos – e sobre a negociação das pistas de contextualização, objetivamos, nesta seção, apresentar os procedimentos metodológicos utilizados para realizar a nossa pesquisa, além de justificar a escolha desse caminho, com base nos nossos pressupostos teórico-metodológicos, a saber: a sociolinguística interacional e a etnografia da comunicação.

No que concerne à nossa investigação, nossos dados foram gerados a partir do contato entre professora brasileira e estudantes haitianos em aulas voltadas para o ensino de português brasileiro como língua de acolhimento. Todas as ações do curso estavam inscritas no projeto de extensão “Interdisciplinaridade para o acolhimento e a inserção de imigrantes e refugiados do Haiti à cultura brasileira e ao português do Brasil”, da Universidade de Brasília. Entendemos que, em certa medida, a proposta do projeto estava em consonância com os nossos anseios investigativos, por pressupormos a relação imbricada entre acolhimento/inserção e mútua compreensão entre

3 No estudo da comunicação não verbal, Rector & Trinta (1986, p. 58) destacam dois fatores: tempo e espaço. Para os autores (1986, p. 59), a cronêmica confere ao tempo um caráter biopsicológico e cultural, já a proxêmica mensura a distância entre os interagentes em relação, principalmente, ao toque e ao contato visual.

professora brasileira e estudantes haitianos, com vistas a favorecer o êxito conversacional de nossos atores sociais não só em sala de aula, mas também em interlocuções análogas em outros espaços.

Nosso trabalho se insere na sociolinguística interacional, pois, como ressaltamos na seção anterior, estamos interessados na negociação das pistas de contextualização frequentemente enunciadas e (in)devidamente processadas pelos interagentes. Como afirmam Oliveira & Wilson (2011, p. 238), “nesse tipo de abordagem entendem-se os diversos usos linguísticos como contextos reveladores da pluralidade e diversidade de lugares sociais ocupados”. Logo, o relativismo sociocultural é percebido como fator influente na língua. Como investigamos a negociação das pistas de contextualização, indiscutivelmente de natureza sociointeracional, não seria coerente nos valermos de qualquer abordagem cujo foco não fosse a interação e as práticas sociais dos sujeitos.

Por reunirmos interesse no caráter interpretativista decorrente da enunciação e do processamento de pistas de contextualização, optamos por uma metodologia qualitativa. De natureza qualitativa, selecionamos a etnografia, como orientação metodológica, em virtude de ela priorizar a investigação do comportamento em contexto social específico, como é o caso da nossa pesquisa. Na etnografia, o investigador apenas desvela os sentidos que os atores sociais já atribuem a si mesmos, possibilitando que a análise seja construída por todos os sujeitos envolvidos. Deixamos claro, desde o princípio, que, pela impossibilidade de dedicarmos mais tempo à experiência etnográfica, nosso compromisso consistiu em realizar tão somente uma breve incursão etnográfica. Essa nossa decisão, nas palavras de Green & Bloome (1998), nos afiliaria a um estatuto de “adotar uma perspectiva etnográfica”, que consiste, com base nos autores, em focalizar aspectos particulares das práticas socioculturais de nossos colaboradores de pesquisa: a negociação de pistas de contextualização em sala de aula.

Elegemos, após essa escolha, três princípios da etnografia, responsáveis por conduzir as nossas práticas em campo, a saber: a triangulação dos dados, as reflexões êmicas (o visionamento) e a análise holística. A triangulação dos dados é fundamental na pesquisa etnográfica, uma vez que a perspectiva do pesquisador não é determinante nem suficiente para gerar dados confiáveis. A triangulação consiste na análise de uma mesma situação a partir de diferentes concepções, o que inibe a impressão recorrente de que a pesquisa qualitativa não passa de uma divagação pessoal (Cançado 1994). A nossa triangulação foi realizada através de nossas contribuições,

das reflexões teóricas no campo das pistas e das (re)construções identitárias, e dos depoimentos dos colaboradores.

O caráter êmico, do mesmo modo, baseia-se na insuficiência da visão do pesquisador. As reflexões êmicas (ou visionamento) são realizadas pelos próprios colaboradores sobre a situação em análise (Cançado 1994), com a mediação dos pesquisadores. Dessa maneira, os sujeitos envolvidos em uma pesquisa etnográfica refletem sobre suas próprias ações, ao mesmo tempo que contribuem para a realização da pesquisa. À vista da indispensabilidade desse princípio êmico, para garantir o bom andamento de uma pesquisa etnográfica em sala de aula, é imprescindível que haja relação de confiança entre o pesquisador, os estudantes e o professor.

Em nosso contexto de pesquisa, tal relação de confiança já estava bem estabelecida, antes mesmo de iniciarmos o estudo, uma vez que já participávamos do ambiente como colaboradores do projeto de extensão. Todos os professores envolvidos eram estudantes de graduação e pesquisadores na área de português brasileiro como língua de acolhimento, o que facilitou a partilha de experiências. Os estudantes, por sua vez, também já estavam acostumados com a nossa presença em sala de aula, o que era imprescindível para que os dados pudessem ser naturalmente gerados no contato com os atores sociais.

Para iniciar a pesquisa, pedimos autorização ao professor coordenador do projeto, que, em princípio, não demonstrou restrições e permitiu o nosso ingresso em campo. Em seguida, solicitamos a autorização da professora que regeria as aulas que observaríamos. As aulas observadas ocorreram semanalmente na Escola Classe Varjão, que cedia o espaço físico em parceria com o projeto de extensão. Os estudantes seriam consultados em um momento posterior.

Os colaboradores deste estudo foram Patrícia, João e Natália.⁴ A primeira era a professora do curso, que atuava no projeto com imigrantes e refugiados havia dois anos, estava concluindo sua graduação em Letras Português do Brasil como Segunda Língua, habilitação ofertada pela Universidade de Brasília, e já havia produzido dois projetos de iniciação científica sobre sua experiência docente nesse contexto socioeducativo. Os dois últimos, estudantes do curso de português, eram haitianos. João havia chegado em nosso país em 2016 e já demonstrava uma boa compreensão da língua; Natália,

4 Nesta pesquisa, optamos pelo uso de pseudônimos, com a finalidade de preservar a identificação dos colaboradores.

por sua vez, era recém-ingressante no Brasil e sentia muita dificuldade no uso da língua portuguesa.

Ao começarmos a planejar qual método utilizar, visando a melhores condições para registrar as informações linguísticas e não linguísticas em sala de aula, intencionamos filmar algumas aulas, uma vez que esse registro proporcionaria “a capacidade de completude de análise, o potencial para reduzir a dependência do observador em tipificação analítica primitiva e reduz(iria) a dependência do observador” (Erickson 1990, p. 11). Com base nesse pensamento, solicitamos a permissão do coordenador para realizarmos a filmagem, com o intuito de, posteriormente, fazermos o mesmo pedido aos aprendizes. O coordenador, entretanto, não consentiu o uso da câmera de vídeo, afirmando que tal prática poderia ser constrangedora para os estudantes, dado que eles poderiam, mesmo com o desconforto da presença do equipamento, se sentir coagidos a permitir a filmagem. Logo, alteramos nossos planos e decidimos realizar anotações ao longo das aulas, registrando as informações possíveis⁵.

Após essa etapa, pedimos autorização aos estudantes para realizarmos a pesquisa sob essas condições. Nessa conversa, não demos muitos detalhes sobre o que seria analisado, para garantir a espontaneidade das informações, crucial para o êxito da investigação. Explicamos que se tratava de uma pesquisa sobre a interação entre eles e a professora, a fim de melhorar nossa prática como professores e, conseqüentemente, as suas condições de ensino e de aprendizagem. Nesse dia, havia quatro alunos na sala. Todos concordaram e demonstraram animação com a ideia. Concluídos esses procedimentos de pesquisa, demos início à geração e à análise dos dados, assunto de nossa próxima seção, prevendo as seguintes etapas de visionamento: (1) leitura do excerto interacional, após a confluência entre os registros de ambos os pesquisadores; e (2) conversa⁶ em torno do mútuo entendimento dos interagentes no que diz respeito às pistas de contextualização enunciadas e processadas.

5 Os registros das interações dos colaboradores foram realizados por ambos os pesquisadores, com a finalidade de transcrevermos as cenas interacionais de forma mais fidedigna, e de, posteriormente, termos uma maior confiabilidade nos dados a serem analisados.

6 As conversas, presentes ao longo da análise de dados (próxima seção), cumprem o intuito de esclarecer a (não) partilha das pistas de contextualização presentes na interlocução da professora com os estudantes, fundamental para a triangulação de dados e para a perspectivaêmica.

5. As pistas de contextualização em sala de aula: a negociação entre os atores sociais

Nesta seção, apresentaremos dois excertos interacionais que contêm pistas de contextualização linguísticas e não linguísticas. Ambas foram enunciadas pela professora brasileira e (não) processadas pelos aprendizes haitianos. Os dois diálogos ocorreram no dia 20/4/2017, na região administrativa do Varjão, em uma aula de português brasileiro voltada para refugiados haitianos. As iniciais P, J e N fazem referência, respectivamente, a Patrícia (professora), João (aprendiz haitiano) e Natália (aprendiz haitiana).

O primeiro excerto interacional ocorreu no seguinte contexto: a professora, no início da aula, costumava conduzir um momento denominado por ela de *quebra-gelo*. À ocasião, ela desejava saber há quanto tempo Natália estava no Brasil.

Quadro 1. Excerto Interacional 1 (aula do dia 20/4/2017)

/.../

1	P:	Natália (..) há quanto tempo você (..) está no Brasil↓
2	N:	((olhar fixo para a professora))
3	P:	you chegou no Bra↑sil ((gesto circular com as duas mãos em direções opostas com braços estendidos)) há quanto tempo↓
4		
5	N:	((olhar de espanto em direção à professora))
6	J:	((o aluno repete a pergunta em francês para Natália))
7	N:	três misis

/.../

Segundo Marcuschi (1991, p. 35), a conversação, por conter algumas sequências padronizadas no que diz respeito à estruturação, é formada por pares adjacentes, como, por exemplo, o par pergunta-resposta. Ao ser questionada, à linha 1, sobre o tempo de permanência em nosso país, Natália não teve qualquer reação verbal à linha 2. A reação não verbal da estudante foi, sem dúvida, uma resposta (à ação da professora), embora não tivesse sido a resposta esperada por Patrícia. A reação da aprendiz, à linha 2 (olhar fixo), não portava caráter ameaçador/invasivo, conforme constatou Albuquerque (2016), mas era uma solicitação de auxílio à professora e aos colegas, para que

ela pudesse compreender o enunciado verbal. Quando conversamos sobre o diálogo com Natália, ela relatou não ter entendido o enunciado, apenas a palavra *Brasil*, confirmando que a sinalização do olhar estava relacionada à falta de compreensão.

Às linhas 3 e 4, Patrícia fez um gesto para agregar sentido à palavra *Brasil*, desejando, para tanto, que sua movimentação remetesse a espaços grandes, gerais, em contraste com outros menores, como uma cidade, por exemplo. Quanto à cinésica, Knapp & Hall (1992, p. 188) preveem ações como as de Patrícia, ao compreenderem que os gestos podem assumir funções de caracterizar o conteúdo do discurso e dar ênfase a este. Em conjunto com essa ação não verbal, a professora empregou uma entonação ascendente, que conferia destaque à palavra *Brasil*, de modo que a aprendiz pudesse relacionar o termo empregado com o sinal extralinguístico (entonação) e o não linguístico (gesto). Todavia, na interação sob análise, o gesto não cumpriu sua função (cf. Knapp & Hall 1992), dado que Natália não foi capaz de estabelecer o sentido pretendido por Patrícia, por não ter conseguido processar adequadamente as pistas extralinguística (entonação na palavra *Brasil*) e não linguística (gesto realizado).

Natália, à linha 5, manteve um olhar sinalizador de não processamento das pistas anteriormente mencionadas, porém com um sentido adicional: o espanto. Essa reação esboçada pela aprendiz sinalizou que o desconforto por não perceber o sentido almejado pela professora aumentava, na medida em que a professora realizava perguntas. Estas, assim como avalia Albuquerque (2015), possuem caráter ameaçador, por gerarem ao interlocutor o custo de ter de respondê-las.

Ao repetir a mesma pergunta em francês, João, à linha 6, adotou uma atitude solidária, visto ter percebido, conforme relatou no visionamento, o desconforto de sua colega frente aos questionamentos. Como João imaginava que as reações de Natália eram oriundas da incompreensão do enunciado ele resolveu fazer a tradução literal para o francês, de modo que a estudante pudesse, à linha 7, respondê-la em português. No visionamento, a estudante relatou que, na visão dela, o gesto utilizado remetia mais ao planeta, mas entendeu, somente a partir do enunciado de João, à linha 6, que as ações da professora poderiam fazer referência ao Brasil.

Dessa forma, a pista de contextualização não linguística indicada às linhas 3 e 4 não foi interpretada adequadamente, pois a estudante afirmou que o gesto não havia sido eficaz para a compreensão do enunciado. Em contato

posterior com Patrícia, a docente ficou surpresa com a inferência realizada por sua estudante (referência ao planeta), pois imaginava que seu gesto tinha sido claro. Contudo, a professora percebeu que ele não havia sido eficaz, devido à expressão facial e ao silenciamento da estudante, e à necessidade da tradução, realizada por João.

O segundo excerto interacional, ocorrido no mesmo dia, surgiu de uma conversa entre os estudantes sobre o feriado do dia seguinte (Tiradentes). A professora escreveu no quadro a data (20/4/2017) e pretendia avisar à turma que eles não teriam aula no dia posterior, em virtude do feriado de Tiradentes.

Quadro 2. Excerto Interacional 2 (aula do dia 20/4/2017)

/.../

1	P:	amanhã (.) é feriado de Tiradentes ((escrevendo no quadro))
2	J:	dentes↓ ((R))
3	P:	não (.) não é esse dente ((apontando para o próprio dente)) (..) era
4		o apelido desse homem ((escrevendo no quadro)) (..) entendem a-pe-li-do↓
5	J:	[[((+))]
6	N:	[[((+))]
7	P:	ele (.) ((apontando para o quadro)) era dentista (..) entendem dentista↓
8	J:	[[((+))]
9	N:	[[((+))]
10	P:	a pessoa que cuida dos dentes
11	J:	[[((+))]
12	N:	[[((+))]
13	P:	por isso TIRA (..) dentes ((gesto de arrancar os dentes))
14	J:	ãh:::

/.../

À linha 2, João demonstrou, por meio do riso, que havia processado a pista linguística presente no enunciado da professora à linha 1: dentes. Ao conversarmos com o estudante, ele afirmou ter achado engraçado existir um feriado no Brasil que tivesse alguma relação com dentes, o que demonstrou seu entendimento quanto ao enunciado e quanto ao significado da palavra “feriado”. Evidentemente que o estudante fez uma leitura no plano literal, mas

imaginava que havia algum sentido estendido na expressão da professora, tanto que sinalizou com riso o estranhamento do sentido literal (um feriado relacionado à dentição). O riso, portanto, funcionou como pista de contextualização direcionada à professora, com vistas a solicitar que fosse dada uma explicação para sanar o estranhamento do aluno quanto à expressão empregada.

Assim, Patrícia procedeu com a explicação, às linhas 3 e 4, afirmando que não estava falando de dentes, mas que Tiradentes era o apelido de Joaquim José da Silva Xavier, nome que ela escreveu no quadro (linha 4). Após indagar se os estudantes conheciam a palavra *apelido*, eles confirmaram, às linhas 5 e 6, com aceno positivo de cabeça. Essa ação funcionou, no excerto sob análise, como gesto emblemático, na medida em que ele, segundo Davis (1979, p. 87), constituiu um movimento corporal cujo significado estava pré-estabelecido entre os interagentes. João e Natália, nesse sentido, manifestavam confirmação quanto ao entendimento do sentido da palavra *apelido*.

À linha 7, Patrícia afirmou que Tiradentes era dentista e questionou se os alunos entendiam o significado do termo. Após esse momento, os aprendizes mantiveram, às linhas 8 e 9, o mesmo sinal realizado anteriormente, demonstrando, mais uma vez, alinhamento quanto ao entendimento de mais um lexema. A professora buscou, em seu turno conversacional (linha 7), se valer de estratégia não linguística (apontar para o quadro em reforço ao pronome *ele* – co-referente de Tiradentes), o que demonstrava preocupação da parte dela no que diz respeito à co-construção de sentidos em sala de aula, ainda mais por se tratar de um contexto de ensino de língua de acolhimento.

Embora a professora já tivesse pistas evidentes de que João e Natália haviam compreendido o sentido do termo *dentista* (linhas 8 e 9), Patrícia reforçou tal entendimento com o enunciado *a pessoa que cuida dos dentes*. A docente revelou que sua ação pretendia trazer maior clareza aos alunos, que poderiam comparar os radicais comuns a *dentes* e *dentista*. Ademais, reiterou Patrícia no visionamento, desejava dar visibilidade à futura decomposição que faria, à linha 13, com o termo *Tiradentes*, haja vista que a função do dentista, a pessoa que cuida dos dentes, é de tira(r) dentes. Patrícia deu ênfase, à linha 13, aos dois segmentos, valendo-se, para tanto, de gesto que simulava arrancar o próprio dente, enquanto pronunciava o segundo segmento (dentes). Em sinal de entendimento, João utilizou a interjeição “ah” de modo mais alongado.

Ao conversar com João e Natália, eles afirmaram que o gesto utilizado pela professora ajudou a entender o motivo do apelido. Dessa maneira, a pista não linguística utilizada foi interpretada eficazmente. Por mais que os

alunos não tivessem indicado na nossa conversa que a pausa entre as palavras “tira” e “dentes” auxiliou a compreensão, deduzimos que a pausa e a ênfase colaboraram para explicitar o ato de tirar dentes. A sequência de ações da professora e de reações dos estudantes forneceram indícios de que a explicação foi bem sucedida e de que houve mútua construção de sentidos, em razão dos acenos positivos de cabeça (linhas 5, 6, 8, 9, 11 e 12) e de concordância (linha 14), acompanhados de pistas extralinguística (tom) e paralinguística (prolongamento de vogal) (linha 14).

Chamam a nossa atenção a ordem da explicação dada pela professora e o uso de recursos linguísticos e não linguísticos, ambas as ações com o propósito de compreender a ideia inicialmente anunciada: as razões que justificariam não haver aula no dia posterior. Patrícia iniciou sua explicação a partir da dúvida de um aluno (linha 2); usou o referente *dente* (estratégia não linguística para evitar a tradução direta) (linha 3); fez menção ao termo *apelido*, conectando-o a uma informação escrita no quadro (linha 4); ativou o referente *dentista* (linha 7), após ter tido pistas evidentes quanto ao entendimento da palavra *apelido* (linhas 5 e 6); reforçou o sentido da palavra *dentista* com uma explicação adicional (linha 10), mesmo após a confirmação de entendimento dos alunos (linhas 8 e 9); e finalizou com a decomposição da palavra *Tiradentes*, por meio de pausa média e de gesto ilustrador posterior ao termo (linha 13).

6. Para encaminhar a conversa: os caminhos futuros

Como pudemos notar, após a discussão teórico-metodológica e a análise de dados, as pistas de contextualização são sinais estabelecidos na interação face a face, cujo sentido, por não estar estabelecido *a priori*, se (re)constrói a partir das ações, de natureza linguística e não linguística, dos atores sociais. O primeiro excerto revelou que a ação não linguística da professora não foi devidamente processada por Natália, pois esta manifestou o não entendimento por meio de sinais não linguísticos e potencializou sua reação com o olhar de espanto. Apesar de a tradução livre de João ter sido eficaz para o entendimento e para a minimização do desconforto de Natália, assumimos não ser essa a melhor estratégia para o ensino de uma língua de acolhimento, visto que a estudante deixou de exercitar suas habilidades inferenciais, que poderiam ter sido assessoradas com outras alternativas gestuais e/ou referenciais (em língua portuguesa) mais representativas.

Ao contrário do primeiro excerto, o segundo evidenciou que os sentidos foram devidamente construídos pelos interagentes, uma vez que houve boa equalização entre a enunciação e o processamento, garantidos por informações linguísticas e não linguísticas compartilhadas. Esse alinhamento ocorreu em função das seguintes ações: a dúvida do estudante ter dado início à enunciação de pistas (por ter havido, provavelmente, maior interesse na compreensão); a confirmação do entendimento dos itens lexicais (apelido e dentista); o uso de informações não linguísticas (apontar para o dente, apontar para informações contidas no quadro e realizar gesto de arrancar dentes); e o reforço de informação linguística (a pessoa que cuida dos dentes).

Grosso (2010) e Cabete (2010) discutem que o imigrante possui muitas especificidades que o diferem de outros estudantes, o que exige do professor um olhar direcionado aos fatores sociointeracionais e socioculturais. O aperfeiçoamento desse olhar depende da constante investigação do professor de línguas acerca de seu público, bem como da atenção quanto ao funcionamento da negociação de sentidos em sala de aula entre os sujeitos, cada um com seu contexto de cultura e, conseqüentemente, com sua forma própria de interagir, de interpretar pistas de contextualização e de adquirir o português brasileiro como língua/cultura de acolhimento.

Ressaltamos, ainda, que a nossa pesquisa, por ser contextualmente situada, não se compromete a trazer generalizações acerca das ações dos haitianos, tampouco pressupomos haver um comportamento sociocultural único e padrão desse povo. Por essa razão, encorajamos futuras pesquisas dedicadas a outros contextos que envolvam, por exemplo, o contato com outros sujeitos, interações em outras situações enunciativas, o mútuo entendimento entre interagentes mais jovens e/ou mais velhos, haja vista que nossa análise traz, ao cenário do ensino de português brasileiro como língua de acolhimento, uma contribuição pontual, na tentativa de colaborar com essa sensibilização do docente.

Esperamos que este estudo tenha, de algum modo, ratificado a necessidade de darmos cada vez mais visibilidade a mecanismos que têm permanecido ocultos na sala de aula, como a enunciação e o processamento de pistas de contextualização. É necessário, para tanto, que o professor de língua portuguesa tenha constantes olhares de estranhamento para suas ações, com vistas a enxergar que a naturalização destas pode não ser compatível com as referências socioculturais do aprendiz.

Referências

- Adendorff, R. D. (1996). The functions of code switching among high school teachers and students in KwaZulu and implications for teacher education. In K. M. Bailey & D. Nunan (Orgs), *Voices From the Language Classroom: Qualitative research in second language education* (pp. 388-405). Cambridge: Cambridge University Press.
- Akman, V. (2000). Rethinking context as a social construct. *Journal of Pragmatics*, 32, 743-759.
- Albuquerque, R. (2009). *O processamento de pistas de contextualização: um olhar voltado para os falantes de espanhol aprendizes de português*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Albuquerque, R. (2015). *Um estudo de polidez no contexto de L2: estratégias de modalização de atos impositivos por falantes de espanhol*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Albuquerque, R. (2016). O olhar como estratégia de polidez entre duas estudantes de português brasileiro como língua adicional. *Revista Letra Capital*, 1(2), 53-71.
- Albuquerque, R. (2017). “Filha do leiteiro”: a negociação de pistas de contextualização no contexto de ensino de Português Brasileiro como Língua Adicional. *Domínios da Linguagem*, 11(3), 929-950.
- Arantes, P. C. C. & Deusdará, B. (2015). Português para refugiados: aliando pragmática e discurso em resposta a uma demanda concreta. *Revista Letrônica on-line*, 8(1), 45-59.
- Atkinson, J. M. & Heritage, J. (2006 [1984]). Jefferson's transcript notation. In A. Jaworski & N. Coupland (Orgs), *The Discourse Reader* (2nd ed) (pp. 158-165). USA: Routledge.
- Auer, P. (1992). Introduction: John Gumperz' Approach to Contextualization. In P. Auer (Ed.), *The contextualization of language* (pp. 1-37). Amsterdam: Benjamins.
- Bailey, B. (2015). Interactional Sociolinguistics. In K. Tracy (Org.), *The International Encyclopedia of Language and Social Interaction* (pp. 826-840). UK: Wiley Blackwell.
- Bakhtin, M. (1979). *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira). São Paulo: Editora Hucitec.
- Bateson, G. (1987 [1972]). A Theory of Play and Fantasy. In G. Bateson (Org.), *Steps to an ecology of mind* (pp. 183-198). London: Jason Aronson.
- Bauman, Z. (2004). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi* (Tradução de Carlos Alberto Medeiros). Rio de Janeiro: Zahar.
- Cabete, M. (2010). *O processo de ensino-aprendizagem do português enquanto língua de acolhimento*. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Cançado, M. (1994). Um estudo sobre a pesquisa etnográfica em sala de aula. *Trab. Ling. Apl. Campinas*, 23, 55-69.
- Chaves, E. O. (2005). *Fragilidade do Estado e o fenômeno do refúgio no caso do Haiti*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasil.

- Davis, F. (1979). *A comunicação não-verbal* (Tradução de Antônio Dimas). São Paulo: Summus.
- Erickson, F. (1990). *Qualitative Methods in research in teaching and learning* (Tradução de Stella Maris Bortoni-Ricardo). New York: Macmillan publishing company.
- Goffman, E. (1974). *Frame Analysis*. New York: Harper & Row.
- Goodwin, C. & Duranti, A. (1997 [1992]). Rethinking context: an introduction. In C. Goodwin & A. Duranti (Orgs), *Rethinking context: language as an interactive phenomenon* (pp. 1-42). Cambridge: Cambridge University Press.
- Gordon, C. & Kraut, J. (2017). Interactional Sociolinguistics. In B. Vine (Org.), *The Routledge Handbook of Language in the Workplace* (pp. 3-14). Abingdon: Routledge Handbooks.
- Green, J. & Bloome, D. (1998). Ethnography and ethnographers of and in education: a situated perspective. In J. Flood, S. B. Heath & D. Lapp (Orgs), *Handbook for literacy educators: research in the community and visual arts* (pp. 181-202). New York: Macmillan.
- Grosso, M. J. (2010). Língua de acolhimento, língua de integração. *Horizontes de linguística aplicada*, 9(2), 61-77.
- Gumperz, J. J. (1982a). *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gumperz, J. J. (1982b). Fact and inference in courtroom testimony. In J. J. Gumperz (Org.), *Language and social identity* (pp. 163-195). Cambridge: Cambridge University Press.
- Gumperz, J. J. (1997 [1992]). Contextualization and understanding. In C. Goodwin & A. Duranti (Orgs), *Rethinking context: language as an interactive phenomenon* (pp. 229-252). Cambridge: Cambridge University Press.
- Gumperz, J. J. (1999). On interactional sociolinguistic method. In S. Sarangi & C. Roberts (Orgs), *Talk, work and institutional order* (pp. 453-471). Berlin: Mouton de Gruyter.
- Gumperz, J. J. (2001). Interactional Sociolinguistics: A Personal Perspective. In D. Schiffrin; D. Tannen & H. E. Hamilton (Orgs), *The Handbook of Discourse Analysis* (pp. 215-228). USA: Blackwell Publishers.
- Houaiss, A. & Villar, M. S. (2009). *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Johnstone, B. (2008 [2002]). *Discourse Analysis* (2nd ed). USA: Blackwell Publishing.
- Kecskes, I. (2014). *Intercultural pragmatics*. Oxford: Oxford University Press.
- Knapp, M. L. & Hall, J. A. (1992). *Nonverbal Communication in Human Interaction* (3rd ed). USA: Harcourt Brace Jovanovich.
- Marcuschi, L. A. (1991). *Análise da Conversação* (2. ed). São Paulo: Ática.
- Marcuschi, L. A. (2007a). *Fenômenos da linguagem: reflexões semânticas e discursivas*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- Marcuschi, L. A. (2007b). *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna.

- Ochs, E. (2006 [1984]). Transcription as theory. In A. Jaworski & N. Coupland (Orgs), *The Discourse Reader* (2nd ed) (pp. 166-178). USA: Routledge.
- Oliveira, M. do C. L. & Pereira, M. das G. D. (2016). A Sociolinguística e os estudos da interação. In M. C. Mollica & C. Ferrarezi Júnior (Orgs), *Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução* (pp. 111-122). São Paulo: Contexto.
- Oliveira, M. R & Wilson, V. (2011). Linguística e ensino. In M. E. Martellota (Org.), *Manual de linguística* (2. ed) (pp. 235-242). São Paulo: Contexto.
- Preti, D. (2008). Normas para transcrição dos exemplos. In D. Preti (Org.), *Cortesia verbal* (pp. 17-18). São Paulo: Humanitas.
- Rampton, B. (2017). Interactional Sociolinguistics. *Tilburg Papers in Culture Studies*, 175, 1-15.
- Rector, M. & Trinta, A. R. (1986). *Comunicação não-verbal: a gestualidade brasileira* (2. ed). Petrópolis: Vozes.
- Redin, G. & Barbosa, J. G. (2014). Da Segurança Internacional à Segurança Humana: Implicações do instituto jurídico do Refúgio e o caso da política externa bilateral Brasil – Haiti na questão imigratória. *Boletim Meridiano*, 47(15), 141, 10-17.
- Redin, G. & Minchola, L. A. B. (2013). Proteção dos refugiados na declaração de Cartagena de 1984: uma análise a partir do caso dos haitianos no Brasil. *Revista de Estudos Internacionais*, 4(1), 30-45.
- Ribeiro, B. T. & Garcez, P. M. (1998). *Sociolinguística Interacional: antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso*. Porto Alegre: AGE.
- Schiffrin, D. (1987). *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schiffrin, D. (2006 [1996]). Interactional Sociolinguistics. In S. L. McKay & N. H. Hornberger (Orgs), *Sociolinguistics and Language Teaching* (pp. 307-328). Cambridge: Cambridge University Press.
- Streeck, J. (2010). Ecologies of gesture. In J. Streeck (Org.), *New Adventures in Language and Interaction* (pp. 223-242). Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Tannen, D. (2005 [1984]). *Conversational Style: Analyzing Talk among Friends*. Oxford: Oxford University Press.
- Tannen, D. & Wallat, C. (2006 [1987]). Interactive frames and knowledge schemas in interaction: examples from a medical examination/interview. In A. Jaworski & N. Coupland (Orgs), *The Discourse Reader* (2nd ed) (pp. 332-348). USA: Routledge.
- Van Dijk, T. A. (2012). *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva* (Tradução de Rodolfo Ilari). São Paulo: Contexto.
- Wilson, A. (2004). When Contextualization Cues Mismatch: Misunderstanding, Mutual Knowledge, and Non-Verbal Gestures. *California Linguistic Notes*, 29 (1), 1-4.

CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO

Ocorrência	Sinais	Exemplificação
Nome dos participantes	Inicial em negrito	P
Entonação ascendente	↑	Bra↑sil
Entonação descendente	↓	está no Brasil↓
Pausa curta, pausa média e pausa longa	(.) (..) (...)	amanhã (.) Natália (..)
Falas e/ou ações simultâneas	[(dois colchetes)	[((+)) [[((+))
Falas e/ou ações sobrepostas	[(um colchete)	[((+)) [[((+))
Extensão do som curta, extensão de som média e extensão de som longa	: :: :::	ãh:::
Transcrição parcial ou eliminação de trecho	/.../	/.../
Silabação	– (travessão)	a-pe-li-do↓
Comunicação não verbal	(()) (parênteses duplo)	((olhar fixo para a professora))
Riso	((R))	dentes↓ ((R))
Aceno positivo de cabeça	((+))	[((+))

Fontes: Atkinson & Heritage (2006 [1984]); Ochs (2006 [1984]); Gumperz (1999) e Preti (2008).

[recebido em 1 de setembro de 2017 e aceite para publicação em 27 de junho de 2018]

COMPOSTOS DE DISCURSO DIRETO NO PORTUGUÊS DO BRASIL: INTERAÇÃO FICTIVA NO LÉXICO

DIRECT SPEECH COMPOUNDS IN BRAZILIAN PORTUGUESE:
FICTIVE INTERACTION IN LEXICON

José Carlos da Costa Junior*
carlosjuniorcosta1@gmail.com

Luiz Fernando Matos Rocha**
luiz.rocha@ufjf.edu.br

O objetivo deste artigo é identificar, descrever e analisar os padrões formais exemplos de Compostos Nominais de Discurso Direto (CDDs) no português brasileiro, concebidos como um complexo lexical que se caracteriza por possuir um nome (N) ou sintagma nominal (SN) e um modificador em discurso direto fictivo, assim exemplificados: “aliança *eu escolhi esperar*”, “dia do *Fico*”, “boquinha de moranguinho *assim me sujei com morango, sabe?*” e “maquiadoro” (*adoro* + *maquiagem*). Fundamentamos nossas reflexões com base em autores da Linguística Cognitiva, tais como Langacker (2008), Talmy (2000) e, principalmente, Pascual (2014, 2016). A partir das 44 ocorrências de CDDs em modalidade escrita de português brasileiro, extraídas da internet, arregimentaram-se quatro padrões formais, na seguinte ordem de frequência: (i) S(N) + preposição “de” + modificador de discurso direto; (ii) (S)N + modificador de discurso direto; (iii) S(N) + (preposição “de”) + angulador “(tipo) assim” + discurso direto; e (iv) nome + morfema de discurso direto (em uma mesma palavra). Postula-se que os CDDs sejam uma forma de mesclagem léxico-discursiva em que a adjetivação de nomes se estrutura por meio do *frame* de conversação, forjando dramaticidade no interior do composto, fato que promove efeitos como humor, caricatura, crítica e persuasão.

Palavras-chave: compostos de discurso direto, fictividade, linguística cognitiva

The aim of this article is to identify, describe and analyze the formal patterns and examples of Direct Speech Compounds (DSCs) in Brazilian Portuguese. DSCs consist of a noun (N) or a nominal phrase (SN) and a fictive direct speech modifier, as

* Doutorando em Estudos Linguísticos pela UFMG, Brasil.

** Doutor em Linguística pela UFRJ. Professor na Faculdade de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFJF, Brasil.

follows: “aliança *eu escolhi esperar*”, “dia do *Fico*”, “boquinha de moranguinho *assim me sujei com morango, sabe?*” e “maquiadoro” (*adoro* + *maquiagem*). Our theoretical background is mainly based on Cognitive Linguistics authors such as Langacker (2008), Talmy (2000) and especially Pascual (2014; 2016). Methodologically, we have made an internet research on Google and we have found 44 DSCs occurrences in Brazilian Portuguese. The data analysis revealed four types of DSC patterns, in the following order of frequency: (i) N (P) + PREPOSITION “DE” + DIRECT SPEECH MODIFIER (ii) N(P) + DIRECT SPEECH MODIFIER, (III), N (P) + (PREPOSITION “DE”) + HEDGE (TIPO) ASSIM + DIRECT SPEECH MODIFIER and (IV) NOUN + DIRECT SPEECH MORPHEME (in the same word). We claim that DSCs are a kind of lexicon-discourse blend in which the semantic noun elaboration, usually made by adjectives, are structured by the conversational frame, resulting in expressive effects such as humor, caricature, critic and persuasion.

Keywords: direct speech compounds, fictivity, cognitive linguistics

*

1. Introdução

Este trabalho identifica e descreve os padrões formais e analisa exemplos do que denominamos Compostos Nominais de Discurso Direto (CDDs) no português do Brasil. Trata-se de um fenômeno muito produtivo e de acentuada expressividade semântica, porém isso não necessariamente impacta sua frequência de uso, considerada relativamente baixa.

Compostos como “maquiagem *eu nasci linda*”, “olhar de *me leva pra casa*” e “turma do *eu me acho*” são exemplos dessa pesquisa, compostos esses que se constituem de um elemento modificado mais modificador de discurso reportado fictivo, este entendido por Pascual (2014) como unidade de discurso autossuficiente, como turno conversacional fictivo ou não genuíno. “Eles (os CDDs) são estruturados pelo *frame* de conversação e são baseados em nossa experiência cotidiana com a comunicação situada. Consequentemente, constituem-se como instâncias de interação fictiva” (Pascual 2014, p. 104)¹.

1 “They are structured by the conversation frame as they are based on our everyday experience with situated communication. Hence, they constitute instances of fictive interaction” (Pascual, 2014, p. 104).

A opção por tratar essa construção como um composto se deve ao nosso alinhamento teórico com Pascual (2014), a qual utiliza o termo *Direct Speech Compounds* (Compostos de Discurso Direto, em tradução livre) e considera o fenômeno da fictividade, este discutido na seção 2 deste trabalho, em sua análise. Outros estudos dessa construção, tais como a de Vachek (1976, p.323) e de Dressler (2006, p.28), denominam-na *Quotational Compounds* (Compostos de Citação, em tradução livre) ou *Phrasal Compounds* (Compostos de Sintagma, em tradução livre), mas não consideram a fictividade do turno de fala em sua análise.

Os padrões morfossintáticos dos CDDs, levantados ao longo da pesquisa e apresentados em termos distribucionais, potencializam não apenas inúmeras possibilidades de preenchimento do nome modificado, mas sobretudo do modificador de discurso direto não genuíno. No caso, a modificação nominal é promovida por enunciados fictivamente reportados, que evocam o *frame* de conversação. Nesse sentido, a gama de combinações do modificador com o nome é potencialmente abundante. No entanto, os quatro *types* de CDDs verificados contemplam modificadores geralmente associados a enunciados com estrutura de discurso reportado em primeira pessoa, com verbos no presente ou no passado perfeito, no indicativo ou no imperativo, o que, de certa forma, delimitaria as formas de expressão dos modificadores. Mesmo assim, sua dimensão adjetival tende a se matizar substancialmente com a integração da interação fictiva no nível lexical.

2. CDDs, interação fictiva e fictividade

Considere-se o exemplo abaixo de CDD, o qual foi extraído de um tutorial de maquiagem do *You Tube*:

1. Maquiagem (N ou SN) *nasci linda* (MODIFICADOR EM DISCURSO DIRETO OU DE INTERAÇÃO FICTIVA)²

No exemplo 1, tem-se um CDD formado por um nome e por um modificador em discurso direto. O termo “não genuíno” em um CDD significa que o discurso direto integrado não se refere a uma interação que ocorreu de fato, mas a uma interação fictiva baseada em nossa estrutura partilhada de conhecimentos acerca de interações cotidianas, estrutura esta que aqui se denomina de

2 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5e5da8L2KUw>. Acesso em: 23/05/2017.

frame de conversação (Pascual 2014), para recriar o léxico. Em outros termos, os sujeitos cognitivos fazem uso metalinguístico de estruturas de conversação para enquadrar e modificar eventos e entidades, circunscrevendo-os de um modo ainda mais específico e expressivo do que a adjetivação canônica.

No caso de (1), o modificador “nasci linda” não foi necessariamente enunciado por alguém, como em uma interação real, e tampouco possui, em si, uma força ilocutiva. Na verdade, o sentido desse CDD é de uma maquiagem de tamanha naturalidade que faz alguém aparentar beleza sem parecer que se maquiou. A especialização do modificador fictivo garante essas nuances de sentido ao elemento modificado e aprofunda o processo de lexicalização do composto à medida que amplia a dimensão do *construal* ou da perspectivação conceptual em termos de resolução. Uma expressão com grande resolução é “uma expressão altamente específica que descreve uma situação de modo detalhado” (Langacker 2008, p. 55).

Típica do *frame* de conversação como um enunciado marcado por um verbo em primeira pessoa e no pretérito perfeito, a expressão “nasci linda”, ao interagir com o CDD, redimensiona-se deitivamente. De factiva, a dêixis se torna fictiva devido ao desengajamento de instâncias particulares em prol da genericidade. O “eu” desinencial se torna um representante de uma classe em vez de referenciar um indivíduo exclusivamente. Já o pretérito perfeito do turno interacional fictivo não se ancora ao centro dêitico de um suposto discurso factivo, mas se fictiviza de forma a se tornar engajado ao futuro. Assim, de passado perfectivo, o verbo do turno fictivo passa a codificar um passado com inclinações imperfectivas, visto que há uma discrepância temporal entre o pretérito perfeito do modificador “nasci linda” e o caráter injuntivo do contexto discursivo em que ele é utilizado, ou seja, o tutorial é um comando a ser seguido *a posteriori*. Talvez o turno fictivo do CDD não seja codificado no futuro (*maquiagem *nascerei linda*) porque o efeito cômico de (1) possa ser atribuído ao uso do passado perfectivo, cuja ação seria representada em sua totalidade, com começo, meio e fim, para remeter a um resultado futuro, de tão certo e completo que ele será.

O exemplo (1) emblematiza, então, uma das instâncias do fenômeno da interação fictiva, que compreende uma interação conceptualizada entre o real e o imaginário, capaz de estruturar o pensamento, o discurso e a linguagem (Pascual 2014). O *frame* de conversação entraria nesse âmbito como subsídio conceptual inesgotável para a mesclagem léxico-discursiva que faz emergir o domínio dos CDDs. O termo “fictiva” em “interação fictiva” se

ancora a um fenômeno ainda mais amplo, denominado fictividade (Talmy 2000; “virtualidade”, em Langacker 1999; “fictividade”, em Langacker 2008).

Talmy (2000) define o termo “fictividade” como padrão cognitivo de representações discrepantes de um mesmo objeto, sendo uma delas avaliada como mais e a outra como menos verídica. Em outros termos, o conceptualizador é capaz de conviver com conflitos cognitivos na produção e interpretação do sentido, ora mais denotativo, ora mais conotativo, sem que ambos se excluam, mas geridos pelo gestaltismo das representações.

De modo complementar e tratando o fenômeno como “virtualidade”, Langacker (1999, p. 78) afirma que “afastamentos da descrição direta da realidade (percebida) são ubíquos e fundamentais na linguagem”, mitigando a máxima de que as expressões linguísticas apenas se referem a indivíduos ou relações reais, em função de a linguagem requerer imagens mentais.

Assim, a fictividade manifestada envolveria expressões linguísticas que estão indiretamente vinculadas a seus referentes pretendidos, por meio das quais cenários não-verídicos são frequentemente apresentados pelos usuários da língua com o propósito de obter acesso mental aos cenários efetivos (Pascual 2006). Enquanto o elemento fictício é avaliado pelo conceptualizador como objetivamente irre-real e subjetivamente real, o fictivo é avaliado como objetivamente percebido e subjetivamente virtual. O factivo, por sua vez, é avaliado como objetiva e subjetivamente percebido. A fictividade estaria entre a realidade e a ficção.

Sendo assim, os CDDS se utilizam de cenários não-verídicos, não genuínos, indiretos, como o discurso reportado fictivo, para acessar de forma especializada os cenários efetivos, em que o nível de detalhamento do tipo de maquiagem em (1), por exemplo, só se torna possível de ser enquadrado se a dimensão do *construal* for ampliada em termos descritivos. O *frame* de conversação é relevante nesse sentido, pois subsidia a modificação do CDD, enriquecendo-o com a semantização da pragmática das interações.

3. Metodologia

As questões norteadoras desta etapa da pesquisa foram: que padrões formais o CDD apresenta? Qual é seu efeito discursivo? Que razões levam o enunciador a preferir o uso de um CDD a um modificador comum, como um adjetivo canônico? O CDD é, de fato, mais envolvente e cria efeitos discursivos mais persuasivos, como defende Pascual (2014)?

3.1. O rastreamento na internet

O rastreamento de CDDs no Português Brasileiro foi realizado por meio da busca de núcleos nominais específicos, tendo como instrumento a plataforma *Google*. Pascual (2014) utilizou mecanismo similar para encontrar exemplos de CDDs em inglês. Nossa pesquisa se inspirou em seu percurso metodológico.

Empreendeu-se, assim, uma busca na internet por 92 núcleos nominais considerados potencialmente produtivos para CDDs do português brasileiro, sendo 50 traduzidos de Pascual (2014), de inglês para o português, além de 42, em português, propostos especialmente para este trabalho. São eles:

Tabela 1. Núcleos nominais pesquisados na plataforma Google

Núcleos nominais pesquisados	
Segundo Pascual (2014)	Propostos para este trabalho
“povo”, “grupo”, “geração”, “tipo”, “comentário”, “mensagem”, “desculpa”, “conversa”, “reprovação”, “discussão”, “promessa”, “mentira”, “botão”, “sinal”, “banner”, “romance”, “livro”, “manifesto”, “coluna”, “arquivo”, “uniforme”, “veículo”, “arte”, “roupas”, “gesto”, “visão”, “sorriso”, “cara”, “aceno”, “método”, “artimanha”, “tratamento”, “fórmula”, “solução”, “projeto”, “demonstração”, “disputa”, “iniciativa”, “atitude”, “mentalidade”, “abordagem”, “pensamento”, “sentimento”, “humor”, “lugar”, “marca”, “ano”, “estágio”, “era”, “situação”	“turma”, “galera”, “gente”, “gentinha”, “conversinha”, “papo”, “papinho”, “briga”, “para-choque”, “para-brisa”, “horóscopo”, “passatempo”, “camisa”, “sapato”, “chocolate”, “sobremesa”, “maquiagem”, “anel”, “aliança”, “cabelo”, “olhos”, “abraço”, “aperto de mão”, “chacoalhada”, “tapa”, “cumprimento”, “jeitinho”, “jeito”, “modo”, “associação”, “apoio”, “status”, “tempo”, “caminho”, “estrada”, “dia”, “mês”, “calendário”, “rota”, “período”, “promoção”, “jogo”.
Total: 50	Total: 42

Para o rastreamento desses núcleos, foi elaborado um comando no buscador do *Google* que contemplasse os padrões abaixo, todos referentes ao português. Esses padrões foram elaborados a partir de Pascual (2014), a qual traz vários exemplos de ocorrência dos CDDs em inglês. São eles:

Padrão (i): (S)N + MODIFICADOR DE DISCURSO DIRETO

Padrão (ii): (S)N+ PREPOSIÇÃO “DE” + MODIFICADOR DE DISCURSO DIRETO

Padrão (iii): S(N) + (PREPOSIÇÃO “DE”) + ANGULADOR (TIPO) ASSIM + MODIFICADOR DE DISCURSO DIRETO

Padrão (iv): NOME + MORFEMA DE DISCURSO DIRETO (em uma mesma palavra)³

Para capturar os padrões (i), (ii) e (iii) em apenas uma busca, foi utilizado o seguinte comando (entre aspas) no *Google*:

“*núcleo nominal*eu*”

As aspas sinalizam que os resultados devem ser encontrados nessa ordem. Já os núcleos nominais pesquisados são os descritos na tabela 1. O dêitico “eu” é usado como sinalizador de discurso direto, apesar de não ser a única forma de sua ocorrência. Já os asteriscos indicam que qualquer palavra poderia preenchê-los. O primeiro asterisco contempla principalmente qualquer determinante que, por ventura, tenha antecedido o nome, ou qualquer outra classe gramatical que ali estivesse. Já o asterisco após o núcleo nominal indica que a preposição “de” poderia preenchê-lo ou um angulador como “tipo/assim”. O último asterisco, após o dêitico “eu”, indica que qualquer oração, em discurso direto, poderia preenchê-lo.

Não foi efetuada uma busca específica no *Google* para CDDs do padrão (iv), pois, nesse caso, há perda de material fonológico do nome e sobreposição fonológica da última sílaba, de modo que se tornava extremamente difícil de capturar sua ocorrência e a forma que poderia tomar. Tais compostos foram encontrados aleatoriamente e se referem aos nomes “maquiagem” e “chocolate”, exatamente com a mesma fórmula para os padrões (i), (ii) e (iii), só que mais integrados à estrutura da palavra.

4. Resultados

A partir da pesquisa realizada, foram encontrados os mesmos padrões que haviam sido apresentados na metodologia e aqui reproduzidos:

Padrão (i): (S)N + MODIFICADOR DE DISCURSO DIRETO

3 Pascual (2014, p.94) não se refere ao padrão (iv) como nos termos deste trabalho. A autora não menciona o termo “mesclagem lexical” e trata os modificadores de discurso direto como prefixo ou sufixo.

Padrão (ii): (S)N+ PREPOSIÇÃO “DE” + MODIFICADOR DE DISCURSO DIRETO

Padrão (iii): S(N) + (PREPOSIÇÃO “DE”) + ANGULADOR (TIPO) ASSIM + MODIFICADOR DE DISCURSO DIRETO

Padrão (iv): NOME + MORFEMA DE DISCURSO DIRETO (em uma mesma palavra)

Foram encontradas 44 ocorrências de CDDs, os quais pertencem aos quatro tipos de padrões pesquisados.

O padrão (i) foi o segundo com mais ocorrências e apresentou 16 exemplos de CDDs, entre eles⁴:

2. Maquiagem *super* acordei e sou linda.
3. Camisa *laranja* cheguei.
4. Esmalte gosto de carinho/estou de tpm/ me abraça.
5. Casquinho não me perca na neve.

Já o padrão (ii) foi o mais frequente e apresentou 25 exemplos de CDD, tais como:

6. Dia do *Fico*.
7. Geração do *eu mereço*.
8. A turma do *eu me acho*.
9. Denúncias de *eu não dou conta do meu filho*.
10. Postura de *eu quero que você suporte ouvir o que lhe desagrada, mas não suporte o desagrado de ouvir que o que eu disse lhe desagradou*.
11. Olhar de *me leva pra casa*.
12. Paul faz show com cara de *já te vi*.
13. Cabelo de *vem cá meu puto*.
14. Como você reage na hora do *vamo ver?*
15. Essa cara de *eu não faço ideia do que tá acontecendo aqui?*
16. Cara de *eu te disse*.
17. Aperte o botão do *foda-se* e seja feliz.
18. Atlético mineiro aposta na turma do *eu acredito*.
19. Cresce a turma do *não vou* em protesto contra Dilma.

Tanto o padrão (iii) quanto o padrão (iv) apresentaram apenas dois e três exemplos, respectivamente, reproduzidos a seguir:

4 Todos os exemplos de CDD, bem como em que gênero e modalidade foram encontrados, podem ser consultados *online* em <http://repositorio.ufjf.br:8080/xmlui/handle/ufjf/2606>

Exemplos do padrão (iii):

- 20. Boquinha de moranguinho...assim, *me sujei com morango, sabe?*
- 21. Odeio gerações do tipo: *se eu não correr atrás de você a gente não se fala.*

Exemplos do padrão (iv):

- 22. Maquiadoro
- 23. Maquiamo
- 24. Chocolateamo

4.1. Análise dos padrões morfossintáticos dos CDDs

Os CDDs dos padrões (i), (ii) e (iii) apresentam um nome ou sintagma nominal antes do modificador. No padrão (i) (exemplo 26), não há preposição entre o SN e o modificador. Já no padrão (ii) (exemplo 27), o modificador é precedido pela preposição “de”, enquanto o padrão (iii) apresenta um angulador, precedido (exemplo 29) ou não (exemplo 28) de preposição entre o SN e o discurso direto.

- 25. Esmalte *estou de tpm*
- 26. Cara de eu te disse
- 27. Boquinha de moranguinho, assim, *me sujei com morango, sabe?*
- 28. Odeio gerações do tipo: *se eu não correr atrás de você a gente não se fala*
- 29. Geração do eu me acho

O discurso direto encontrado nos CDDs se manifesta de diversas formas. Em (30), é possível constatar a primeira pessoa do singular pelo pronome reto “eu” e, em (31), pelo pronome oblíquo “me”, enquanto em (32) é possível reconhecer a primeira pessoa do plural pela forma verbal no presente do indicativo “vamo”. Já em (33), não há forma verbal ou dêitico que indique a existência de um enunciador fictivo, mas é possível identificá-lo pelo conhecimento de uma cena de saudação entre duas pessoas e pela possibilidade de abstração dos participantes desse tipo de interação.

- 30. Olhar de me leva pra casa
- 31. Hora do vamo ver
- 32. Abraço ei, querida⁵

5 Ocorrência especialmente encontrada na pesquisa no *corpus* C-Oral Brasil (Raso e Mello, 2012).

No caso do padrão (iv), os três compostos encontrados possuem uma configuração especial, visto que o modificador em discurso direto se aloca juntamente com o nome em questão, formando uma palavra só, com supressão ou não de fonemas ou algumas sílabas.

Nos exemplos dos padrões (i), (ii) e (iii), a extensão dos modificadores encontrados é variável. Há desde modificadores com apenas duas palavras e formados por SV + complemento (exemplo 34), a verdadeiros monólogos constituídos de períodos compostos por subordinação e coordenação com muitas orações (exemplo 35):

33. Esmalte *me abraça*.

34. Postura de *eu quero que você suporte ouvir o que lhe desagrada, mas não suporto o desagrado de ouvir que o que eu disse lhe desagradou*.

Já os três exemplos encontrados do padrão (iv) possuem extensão curta e não apresentam modificadores como o de (35). Isso talvez se deva ao fato de que tais exemplos pareçam se comportar mais como uma palavra de formação mais estrita do que as demais construções de discurso direto dos outros padrões. Essa restrição ocorre devido, principalmente, à supressão ou ao compartilhamento fonológico entre o nome e o morfema de discurso direto, além da grande extensão silábica que uma única palavra assumiria no léxico caso tivesse um modificador como o de (35).

Com relação ao tamanho dos modificadores dos padrões (i), (ii) e (iii), é possível afirmar que a grande extensão de um CDD não impede ou não dificulta seu entendimento, ainda que a lexicalização de um CDD, como o do exemplo (35), seja pouco provável na fala. Uma hipótese é a de que, quando estruturado pelo *frame* de conversação aos moldes de uma interação fictiva, a conceptualização do modificador é facilitada, visto que o *frame* de conversação, tal como afirma Pascual (2014, 2015), é algo absolutamente enrincheirado na mente dos falantes, em geral.

Dessa forma, ainda que um CDD tenha grande extensão devido a seu modificador, como em (35), o entendimento do CDD é viável, pois o cenário construído a partir do discurso direto é uma cena dinâmica e baseada nas experiências de interação do falante ao longo de sua vida.

4.2. Interação entre tempo e aspecto verbal

Nos CDDs, foram encontrados verbos em perfectivo passado, em perfectivo presente e imperfectivo presente, mas nenhum em imperfectivo passado, segundo a terminologia de Langacker (2008), de acordo com os exemplos e discussão abaixo:

- I. Maquiagem super **acordei** e **sou** linda (PERFECTIVO PASSADO e IMPERFECTIVO PRESENTE)
- II. Esmalte **gosto** de carinho (IMPERFECTIVO PRESENTE)
- III. Almoço já te **vi** antes (PERFECTIVO PASSADO)
- IV. A turma do eu me **acho** (IMPERFECTIVO PRESENTE)
- V. Promoção eu **vou** de Montana (PERFECTIVO PRESENTE)

Em (I), a forma verbal “acordei” é exemplo de verbo perfectivo passado. Isso significa que o conceptualizador processa o evento de acordar como anterior ao evento de fala e que tal ocorrência teve um começo e um fim. Portanto, esses verbos são heterogêneos na conceptualização de seu conteúdo processual, pois há mudança de um acontecimento do começo ao fim. A mesma análise é válida para o verbo “vi”, no exemplo (III).

Já o verbo “sou” do exemplo (II), o verbo “gosto”, do (II), e o verbo “acho”, do (IV), são verbos no imperfectivo presente, uma vez que são homogêneos em sua conceptualização processual, pois não há delimitação de início ou fim da situação evocada por eles. Em outras palavras, o conceptualizador não abstrai o início e o fim do processo de “ser” e tampouco de “gostar” ou “achar”. Nos três verbos mencionados, o evento de fala coincide com o presente temporal.

No exemplo (V), tem-se um exemplo do verbo “ir” no perfectivo presente, “vou”. Isso significa que tal verbo perfila um evento delimitado temporalmente e, portanto, heterogêneo em seu início e fim, ainda que esse verbo também guarde um sentido não apenas de presente, mas também de futuro.

Não foi encontrado nenhum modificador com o tempo/aspecto de imperfectivo passado e no tempo do pretérito imperfeito. Cabe excetuar o exemplo (1), “Maquiagem *nasci linda*”, cujo modificador é marcado por um verbo no pretérito perfeito que tende a se imperfectivizar. Isso se deve a uma discrepância temporal entre o pretérito perfeito do modificador “nasci linda” e o caráter injuntivo do tutorial em que a ocorrência se encontra, que é relativo a comandos a serem seguidos no futuro.

5. Análise de ocorrências contextualizadas de CDDs

Nesta seção, para cada tipo de padrão de CDD, foi selecionado um exemplo, com vistas à exposição de inflexões de natureza qualitativa.

5.1. Exemplo do padrão (i)

Observe o anúncio abaixo, extraído do site de uma loja de produtos relativos a um culto religioso e a seus participantes, bem como o comunicado a seguir:



Figura 1. Anúncio de loja online.

COMUNICADO

Devido a grande procura das Alianças em nossa Loja Virtual segue um esclarecimento.

As alianças não estão disponíveis para aquisição pela internet:

Nosso desejo é que os ANÉIS se tornem símbolo de um COMPROMISSO e não apenas um acessório no corpo. Por se tratar de uma Campanha TODOS os outros produtos disponíveis na Loja virtual são materiais promocionais de divulgação e publicidade.

As ALIANÇAS estão disponíveis apenas para aqueles que PARTICIPAM de alguma ministração com o “Eu Escolhi Esperar”. Afim de que as pessoas compreendam o sentido do seu uso.

Todos os seminários ao final fazemos uma ALIANÇA DE COMPROMISSO e todos que desejarem podem ao final comprar APENAS 01 ALIANÇA.

ALÉM DISTO temos problemas em relação ao tamanho das alianças. Muitas vezes as medidas que as pessoas nos informam não estão de acordo com a medida do nosso fornecedor e isso provocaria um grande número de reclamações e

devoluções, gerando muitos transtornos para ambos. Contamos com a sua compreensão, e te esperamos em um dos nossos seminários. Acompanhe nossa Agenda: www.euescolhiesperar.com/agenda Coordenação.”

35. Aliança *eu escolhi esperar* ⁶

O anúncio em questão condiciona a venda de um tipo de aliança à participação do possível comprador em um grupo chamado “Eu escolhi esperar”, de forma que apenas os participantes de tal grupo podem adquiri-lo. Neste CDD, o modificador “eu escolhi esperar”, juntamente com o nome “aliança”, evoca cenas diversas a eles associados metonimicamente. A interpretação de “Aliança *eu escolhi esperar*”, como um todo holístico ou como um item lexical, diz respeito às pessoas que optam por ter relações sexuais apenas depois do casamento e, portanto, escolhem “esperar” o matrimônio para ter essa experiência.

A conotação sexual de (36) se deve ao fato de o modificador “eu escolhi esperar” se apresentar destransitivizado, isto é, sem complemento expresso sintaticamente, quando a expectativa *default* era a de que houvesse a transitividade canonicamente marcada. A inferência pragmática de uma construção desse tipo, tal como afirma Bronzato (2000), é a de conceptualizá-la como um tema tabu, nesse caso, aguardar a relação sexual, a ser efetivada apenas depois do casamento. O acionamento do *frame* de interdição via lacuna sintática evita o “constrangimento” da expressão linguística do objeto (“relação sexual”), contando-se, assim, com processos inferenciais para a consolidação de seu sentido.

Conforme a autora, trata-se de uma especialização de sentido do verbo destransitivizado, diferente da generalização que seria instanciada por sua intransitividade, como em “O amor espera”. Isso faz com que a cognição do falante enquadre o sentido do verbo como uma conduta a ser seguida, principalmente sendo ela relacionada a sexo. Embora possa ser considerado um fenômeno sintático, a destransitivização explícita que algo não foi dito para que o “dito” seja inferido apenas cognitivamente.

Ocorre que essa explicação não contempla toda a construção de sentido do CDD, uma vez que existe uma sequência metonímica profunda envolvida, principalmente devido ao nome “aliança”. Isso significa que uma metonímia,

6 Disponível em: <http://www.lojaeuescolhiesperar.com/alianca>

compreendida como o entendimento de todo o conteúdo conceptual por parte desse conteúdo (Langacker, 2008), dispara inferências e outras metonímias, formando um tipo de cadeia metonímica (Hilpert, 2007) requisitada para o entendimento do CDD.

A associação *default* de aliança a casamento se deve à metonímia ALIANÇA POR CASAMENTO. Por meio do nome “aliança”, o conceptualizador remete não apenas ao objeto físico em si, mas também a casamento ou a compromisso amoroso, tal como um noivado, no qual anéis geralmente são compartilhados entre os noivos. O CDD (36) evoca também potenciais participantes do evento, isto é, os que acreditam na importância do cumprimento da conduta, fictivizados pela dimensão generalizante da dêixis e desengajados de instâncias particulares, o que é condizente com o apelo ideológico que almeja atingir muitos.

Conforme o comunicado de (36), a aliança só é vendida aos praticantes de um seminário, que se denomina “Eu escolhi esperar” e diz respeito ao principal credo de seus praticantes, isto é, o de que é necessário esperar o casamento para ter a primeira relação sexual. Desse modo, o nome do seminário compõe e comprime metonimicamente a ideologia do seminário, descrita no comunicado como um todo. Essa metonímia, por sua vez, encaideia-se a outras, formando uma sequência a partir da qual é possível fazer outras inferências: quem possui a aliança é um praticante dessa ideologia e assume a virgindade, ainda que não expressa verbalmente pela condição destransitivizada do modificador de CDD, mas pressuposta.

5.2. Exemplo do padrão (ii)

Considere o exemplo abaixo, retirado de um anúncio⁷ de uma loja online de artesanato.

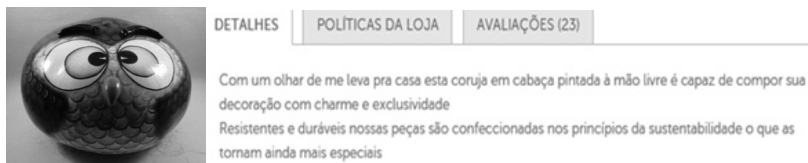


Figura 2. Anúncio de loja online de artesanato.

⁷ Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/568649890428846193/>. Acesso em: 10/04/2017 (formatação adaptada).

A partir do anúncio acima, tem-se o seguinte CDD, em **negrito**:

36. Com um **olhar de me leva pra casa** esta coruja em cabaça pintada à mão livre é capaz de compor sua decoração com charme e exclusividade.

O modificador “me leva pra casa” é um enunciado cuja forma verbal “leva” está no imperativo afirmativo e cuja força ilocucionária não é a mesma da cena conversacional, na qual o turno de fala seria genuinamente expresso. O exemplo (37) não tem, em si, valor pragmático de pedido ou ordem, contudo apenas remete estrutural e cognitivamente a isso por meio do *frame* de conversação, que não configura uma conversação em si. A remissão ao que se conhece como pedido ou ordem evoca três elementos básicos: (i) quem pede, (ii) a quem se pede e (iii) o pedido.

Neste caso, (i) é o olhar da coruja, pois, nominalizado pelo artigo indefinido “um”, esse olhar pode ser concebido metonimicamente como quem pede. O “olhar” do objeto está pelo objeto, que se fictiviza ao adquirir animacidade conceptual. Já (ii) é o consumidor do produto, para quem é dirigido o anúncio. Embora “levar” não lexicalize o ato verbal de compra, a inferência pragmática garante que o produto só será “levado” mediante pagamento. O elemento (iii), por sua vez, é o pedido fictivo de compra feito pelo “olhar suplicante” do objeto, cuja personificação, realçada pelo *frame* de conversação atribuído a algo inanimado, compõe o apelo expressivo capaz de sensibilizar o consumidor para a compra, como uma espécie de efeito Pinóquio.⁸

Assim, todas essas expectativas e inferências acerca do modificador transformam-no em um dinâmico cenário de conceptualização que pode ser mais convincente para um comprador do produto do que apenas um modificador usual. Os CDDs também parecem lançar luz sobre o poder retórico da interação fictiva como um todo, o que dá ao usuário desse composto mais condão argumentativo. O CDD “olhar de *me leva pra casa*” tem mais força argumentativa lexical do que “olhar de pedinte”, visto que recorre ao poder da imaginação, como processo de integração conceptual (Fauconnier & Turner, 2002).

8 Pinóquio é própria personagem de ficção criada por Carlo Collodi. Esculpida a partir do tronco de uma árvore por um entalhador chamado Geppetto, Pinóquio “nasceu” como um boneco de madeira que sonhava em ser um menino.

5.3. Exemplo do padrão (iii)

O exemplo abaixo é uma transcrição literal de um vídeo do *Youtube*⁹, no qual duas amigas conversam sobre moda e produtos de beleza.

37. [...] Então, meu terceiro item é este batom que eu comprei na última viagem, da *Loreal*, eu gostei muito dele. Ele se chama *Aphrodite Scarlet*, número zero seis. Ele é só... bem fraquinho, assim, sabe aquela **boquinha de moranguinho, assim**, “**me sujei com morango, sabe?**” Oh! Aconteceu! Ah! Tinha esse moranguinho assim...[...]

Nesse CDD, o angulador “assim”, muito típico do prefácio ilocutivo na oralidade, permite que sua enunciadora force a reconceptualização tanto da “boquinha de moranguinho” quanto da cor suave do batom por meio de uma cena de interação. Essa cena de interação é de natureza fictiva, pois não é tomada como se ocorresse de fato, mas se trata de um modo inusitado de reconstruir o conteúdo conceitual da cor do batom de modo mais dinâmico e de produzir humor, visto que ambas as participantes dão risadas após sua enunciação.

Nesse caso, nota-se como o modificador em discurso direto fictivo pode ser mais interessante e rico conceitualmente do que um adjetivo como “suave” ou “vermelho leve”, por exemplo. Apesar de ser igualmente possível utilizar um adjetivo canônico para elaborar o sentido da “boquinha de moranguinho”, mais dificilmente haveria risos após sua enunciação. A expressividade desse modificador é matizada pela forja de uma conversação não genuína, porém impactante pela carga dramática da representação. Ao se adicionar drama ao processo de lexicalização, o sujeito cognitivo cria uma cena no âmbito da palavra em que se figura ou se imita a ação direta dos indivíduos. Como processo mimetizante, apresenta nuances caricaturais e exageradas, como um *construal* já perfilado para ser concebido como algo tão excessivamente enfático que ultrapassa os limites do que é concebido como verídico para atingir planos imaginativos.

Dessa forma, a enunciadora faz uma espécie de animação (Goffman 1979) do discurso de um falante fictivo. Essa animação significa que a enunciadora é apenas a responsável pelo ato físico de enunciação do CDD. O autor desse discurso seria um enunciador fictivo licenciado pelo *frame* de conversação

9 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SmfwUmybuWs>. Acesso em : 01/06/2017. Tempo do excerto transcrito: 3:18 min a 3:40 min.

e não há responsável por esse enunciado. Trata-se apenas da capacidade do falante de se basear em suas interações cotidianas e sua capacidade de transportar essas práticas de linguagem para a própria linguagem.

5.4. Exemplo do padrão (iv)

Para a discussão do sentido e formação do padrão (iv), serão utilizados dois exemplos:

38. Maquiadoro

39. Maquiamo

Esses exemplos compartilham um mesmo esquema cognitivo que licencia o aparecimento de tais compostos no léxico: NOME + MORFEMA DE DISCURSO DIRETO. Nos dois exemplos, a primeira palavra é um nome e perfila uma coisa em termos de Langacker (2008). Necessariamente, esse nome não emerge fonologicamente completo, mas apresenta uma porção fonológica que permite seu reconhecimento. Já a segunda parte advém do *frame* de conversação e consiste em um discurso direto fictivo, com a presença de um verbo.

Do ponto de vista sintático-semântico, o discurso direto fictivo funciona como um morfema que predica a palavra base. Entendemos morfema como uma unidade de sentido, podendo ser constituído por uma expressão linguística de qualquer tamanho (Talmy 2007). Desse modo, o nome em questão é reinventado conceptualmente pelo padrão construcional de discurso direto.

Em (39) /makiad'oru/ e (40) /maki'ãmu/, por exemplo, há perda de material fonológico /'ʒẽy/ do nome /maki'aʒẽy/ e a alocação do discurso direto /ad'oru/, em (39), e /ãmu/, em (40), sem perda do material fonológico desses dois últimos, mas a sobreposição do fonema /a/ de /makia/. Assim, o material fonológico de “adoro” e de “amo” é preservado na composição de uma da nova palavra. A inserção do discurso direto em (39) e (40) ocorre na sílaba tônica da palavra paroxítona “maquiagem”.

Nesses exemplos, a opção por tratar o nome “maqui” como “maquiagem” e não como “maquiador” se justifica pelo fato de ambos serem extraídos de lojas virtuais que vendem produtos de maquiagem. Por essa razão, o leitor é um cliente em potencial para comprar produtos de maquiagem e, obviamente, não maquiadores. Nesse caso, o discurso direto em (39) e (40) parece induzir

o conceptualizador a avaliar positivamente o nome em questão, “maquiagem”, fato que pode impelir a compra de um produto.

Outra questão a respeito do sentido de um CDD a nível morfológico é que seu sentido é um pouco mais composicional do que em cruzamentos vocabulares (Gonçalves & Almeida 2006) ou fusões vocabulares (Basílio 2010). Em compostos como *boilarina*, *burrocracia* e *lixeratura*, analisados por Basílio (2010), há uma mescla conceptual mais profunda dos domínios cognitivos envolvidos. Dessa forma, as palavras predadoras, *boi*, *burro* e *lixo*, respectivamente, mudam completamente o sentido das palavras hospedeiras, ou seja, *bailarina*, *burocracia* e *literatura*.

No caso de mesclagem lexicais profundas como as de *boilarina*, *burrocracia* e *lixeratura*, há um comentário de cunho pejorativo inserido na palavra final. Dessa forma, o sentido de *boilarina* é de uma bailarina desajeitada e gorda, enquanto *burrocracia* é uma crítica à quantidade de procedimentos ou formalidades da burocracia. Já *lixeratura* tem o sentido de uma literatura de gosto duvidoso e ruim.

Já nos CDDs em nível morfológico encontrados, não se pode dizer que a palavra predadora muda o sentido da palavra hospedeira a ponto de contradizê-la ou mudar radicalmente seu sentido tal como em *boilarina*, *burrocracia* e *lixeratura*. Os domínios de um CDD em nível morfológico aqui discutidos aparentam ser menos mesclados. Conquanto haja a ativação de um *frame* de avaliação devido ao discurso direto fictivo, não há um comentário implícito nessas palavras, mas explícito.

6. Considerações finais

Neste trabalho, verificou-se a ocorrência dos compostos de discurso direto em português, assim como seus padrões formais e a formação de seu sentido, a partir de exemplos retirados em uma pesquisa na internet.

Foram encontrados quatro padrões diferentes de ocorrência desses compostos no português: (I) (S)N + MODIFICADOR DE DISCURSO DIRETO, (II) S(N) + PREPOSIÇÃO “DE” + MODIFICADOR DE DISCURSO DIRETO, (III), S(N) + (PREPOSIÇÃO “DE”) + ANGULADOR (TIPO) ASSIM + DISCURSO DIRETO e (IV) NOME+ MORFEMA DE DISCURSO DIRETO (em uma mesma palavra estrutural).

Cada um dos supracitados padrões apresentou uma quantidade de ocorrências distinta, sendo o (i) e o (ii) os padrões com mais exemplos, enquanto

o (iii) e o (iv) os com menos exemplos encontrados. Contudo, foi o aspecto qualitativo que marcou a proeminência do fenômeno, linguisticamente subsidiado por modificadores de discurso reportado fictivo, formados por dêixis de primeira pessoa, verbos no presente (perfectivo e imperfectivo) e no passado (perfectivo), nos modos indicativo e imperativo, em geral. O turno conversacional fictivo se integra ao composto nominal, por meio de mesclagem léxico-discursiva, formando unidades semântico-sintáticas autônomas. Sua interpretação requisita encadeadas inferências pragmáticas de caráter metonímico, que delimitam a natureza caricatural da modificação.

A natureza expressiva de sua configuração semântica, de contornos miméticos e dramáticos, faz dos CDDs um recurso altamente persuasivo em função do entrincheiramento do *frame* de conversação na cognição dos sujeitos. Com isso, torna-se um recurso impactante no âmbito do humor (*Almoço já te vi antes*), da caricatura (*boquinha de moranguinho, assim, “me sujei com morango, sabe?”*), da crítica (*A turma do eu me acho*) e da persuasão ideológica (*Aliança eu escolhi esperar*).

O uso dos CDDs sugere como novas expressões podem emergir a partir do conhecimento sobre padrões conversacionais e de como o léxico de um idioma não é estático, mas moldado pelo uso da língua. Por meio da abstração de padrões recorrentes em suas interações cotidianas, seu conhecimento de mundo e da própria língua, os falantes recorrem aos CDDs como um recurso diferenciado para enquadrar situações das mais diversas, como se fossem interações genuínas codificadas em palavras.

Referências

- Basílio, M. (2010). Fusão vocabular expressiva: um estudo da produtividade e da criatividade em construções lexicais. *Textos selecionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa Linguística* (pp. 201-210). Porto: APL. Disponível em: <https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/09/15-Margarida-Basilio.pdf>. Acesso em 12/10/2018.
- Bronzato, L.H. (2000). Inferências conversacionais e construções gramaticais: um processo sócio-cognitivo. *Revista Instrumento*, 2(1), 117-138. Disponível em: <https://instrumento.ufjf.emnuvens.com.br/revistainstrumento/article/view/2567/1848>. Acesso em 12/10/2018.
- Dressler, W. (2006). Compound Types. In G. Libben & G. Jarema (Orgs), *The Representation and Processing of Compound Words* (pp.23-44). Oxford: Oxford University Press.
- Fauconnier, G. & Turner, M. (2002). *The way we think*. New York: Basic Books.

- Goffman, E. (1998). Footing. In B. Ribeiro, & P. Garcez (Orgs), *Sociolinguística Interacional* (pp. 70-97). Porto Alegre: AGE Editora.
- Gonçalves, C. A. & Almeida, M.L.L. (2007). Bases semântico-cognitivas para a diferenciação de cruzamentos vocabulares em português. *Revista Portuguesa de Humanidades*, 11, 75-85.
- Hilpert, M. (2007). Chained metonymies in lexicon and grammar. A cross-linguistic perspective on body part terms. In G. Radden, K. Köpcke, T. Berg *et al* (Orgs), *Aspects of meaning construction* (pp. 77-98). Amsterdam: John Benjamins.
- Langacker, R. (1999). Virtual reality. *Studies in the Linguistics Sciences*, 29(2), 77-103. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/9679/SLS1999v29.2-07Langacker.pdf?sequence=2> acesso em 12/10/2018.
- Langacker, R. (2008). *Cognitive Grammar*. New York: Oxford University Press.
- Pascual, E. (2014). *Fictive interaction. The conversation frame in thought, language, and discourse*. Amsterdam: John Benjamins.
- Pascual, E. (2006). Fictive interaction within the sentence: a communicative type of fictivity in grammar. *Cognitive Linguistics*, 17(2), 245-267.
- Raso, T. & Mello, H. (2012). *C-Oral Brasil: corpus de referência do português brasileiro falado informal*. Belo Horizonte: UFMG.
- Talmy, L. (2007). Attention phenomena. In H. Cuyckens & D. Geeraerts (Orgs), *The handbook of Cognitive Linguistics* (pp. 264-293). New York: Oxford University Press.
- Talmy, L. (2000). Fictive motion in language and “ception”. In L. Talmy (Org.), *Toward a cognitive semantics*, vol. 1 (pp. 125-162). Massachusetts: The MIT Press.
- Vachek, J. (1976). *Selected Writings in English and General Linguistics*. Prague: Academia.

[recebido em 11 de junho de 2017 e aceite para publicação em 27 de junho de 2018]

DE *LEPRA* À *HANSENÍASE*: UMA ANÁLISE LEXICOLÓGICA DE BASE SÓCIO-HISTÓRICA

FROM “LEPRA” TO “HANSENÍASE”: A SOCIOHISTORICAL-BASED LEXICOLOGICAL ANALYSIS.

Marcus Dores*
marcusdores@gmail.com

Cecília Toledo**
ceciliavstoledo@gmail.com

Este artigo investigou como se deu a concorrência entre as palavras *lepra* e *hanseníase* nas décadas de 1970 e 2000. A pesquisa foi realizada em quatro etapas: (1) levantamento das ocorrências das palavras *lepra* e *hanseníase* na base digital do *Jornal do Brasil*; (2) observação do surgimento do neologismo (*hanseníase*), da sua difusão e do processo de mudança na frequência de uso das palavras; (3) escolha de duas sincronias, uma antes (1970) e outra depois (2000) da inversão da frequência; (4) análise da ocorrência das palavras em 100 textos de cada sincronia. Os dados mostraram que a palavra *hanseníase* apareceu pela primeira vez no *Jornal do Brasil* em 1970 – período de origem da reforma sanitária. Em 2000 – ano em que já se falava sobre a cura da doença – a palavra *hanseníase* ultrapassou a palavra *lepra*, no *corpus*. Os resultados alcançados revelaram que houve uma mudança de percepção social da doença no Brasil. A palavra *hanseníase* surgiu em um momento de luta pelo tratamento de doenças endêmicas. Com a descoberta da cura da doença, o neologismo ganhou força e se encaixou no léxico do português. A partir desses resultados, pretendeu-se mostrar que o estudo do léxico deve considerar fatores linguísticos e sociais, como sugerido pela lexicologia sócio-histórica.

Palavras-chaves: léxico, sociedade, lexicologia sócio-histórica, *lepra*, *hanseníase*

This paper investigates the competition between the words *lepra* (*leprosy*) and *hanseníase* (*Hansen's disease*) in Brazilian Portuguese in the 1970s and 2000s. The Our research had

* Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Bolsista CNPq.

** Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Bolsista CAPES.

Agradecemos ao Prof. Dr. César Nardelli Cambraia, pela leitura crítica do texto inicial. Destacamos, entretanto, que quaisquer falhas deste texto são de nossa inteira responsabilidade.

four steps: (1) gathering *lepra* and *hanseníase* tokens from the Jornal do Brasil digital database; (2) observing the emergency, the diffusion, and the frequency of usage of the neologism (*hanseníase*); (3) selecting two synchronies – the first one before (1970) and the other one after (2000) the token frequency inversion; (4) analysing the words occurrence in 100 texts for each synchrony. According to the analysed data the word *hanseníase* was first registered in the database in 1970 – during the sanitary reform. In 2000 – when the tendency to assess was the cure for the disease – the word *hanseníase* was more frequent than *lepra* in the corpus. The results indicate a change of perception of the disease in Brazil. The word *hanseníase* was created in a period of fight against endemic diseases. With the chance of a cure for the disease, the neologism got stronger and became part of the Brazilian Portuguese lexicon. With the results it was intended to show that the study of the lexicon must consider linguistic and social factors, as it is suggested by the Socio-historical Lexicology.

Keywords: lexicon, society, socio-historical lexicology, *leprosy*, *Hansen's disease*

*

A palavra é a pedra de toque da linguagem humana.
(Biderman 1998, p. 81)

1. Introdução

O objetivo do presente artigo é analisar como se deu a concorrência das palavras *lepra* e *hanseníase* nas décadas de 1970 e 2000. Sustentando-se nos postulados da lexicologia sócio-histórica, pretende-se recuperar um pouco da história e registrar as duas palavras para contribuir, de alguma forma, com os estudos da área da lexicologia. Santos (2013, p. 415, grifos do autor) aponta que “a *lepra* tem muitos sinônimos no Brasil (como *morféia*, *hanse-níase*, *elefantíase-dos-gregos*)”. Porém, este trabalho dará destaque apenas para os itens lexicais *lepra* e *hanseníase*.

Para tanto, este texto é organizado em cinco seções, para além desta introdução. Na seção 2, elabora-se uma síntese dos trabalhos teóricos que fundamentaram esta pesquisa; na seção 3, apresenta-se o tema, levando em consideração o percurso histórico da palavra *hanseníase*; na seção 4, descreve-se a metodologia utilizada; na seção 5, analisam-se os dados; por fim, na seção 6, as considerações finais são apresentadas e seguidas das referências.

2. Aporte teórico

De forma geral, a lexicologia pode ser definida como a ciência que estuda o léxico – conjunto de palavras que compõem uma determinada língua (cf. Cambraia 2015a). Uma das abordagens, reconhecida no campo de pesquisas lexicológicas, é a lexicologia social, de Georges Matoré. Para Matoré (1973, p. 7), “[a] palavra não está isolada na consciência. Ela faz parte de um contexto, de uma frase, que, em parte, a determina; ela está também ligada a outras palavras que se assemelham a ela seja pela forma ou pelo som; seja pelo sentido”.

Ao afirmar que a organização do léxico se dá por meio de relações entre palavras, Matoré se aproxima da noção estruturalista de *sintagma* e *paradigma*. A relação que uma palavra estabelece com as palavras próximas em uma determinada frase é denominada, por Saussure, de relação *sintagmática*. Por outro lado, a semelhança entre a forma, o som ou o sentido dos itens lexicais permite a existência da relação *paradigmática* (cf. Cambraia 2013, p. 161).

Segundo Cambraia (2013, p.161), Matoré aproxima-se de algumas ideias saussurianas, mas afasta-se do estruturalismo ao considerar o fator social. Enquanto a teoria estruturalista se sustenta no princípio de que a língua pode ser descrita estritamente do ponto de vista interno, sistemático (cf. Costa 2012, p. 115), a lexicologia social pressupõe que as palavras sempre possuem um valor social, visto que a partir do estudo do vocabulário é possível explicar uma sociedade (cf. Matoré 1973 *apud* Cambraia 2013, pp. 160-161).

Outra diferença entre a proposta de Matoré e as ideias estruturalistas está na maneira de conceber os conceitos de *sincronia* e *diacronia*. Normalmente, uma pesquisa linguística utiliza de métodos sincrônicos ou diacrônicos na análise de dados. Saussure, ao destacar essa dicotomia metodológica, prioriza o estudo do sincrônico, alegando que “os falantes não têm informações acerca da história de sua língua e não precisam ter informações etimológicas a respeito dos termos que utilizam no dia a dia.” (Costa 2012, p. 118). Em contrapartida, Matoré (1973 *apud* Cambraia 2013, p. 162) afirma ser “difícil adotar, sem modificação, a concepção estática de Saussure; parece impossível abstrair a palavra do fator tempo, pelo fato de ser impossível isolar um elemento das operações que o produziram”. Em síntese, a lexicologia social caracteriza-se, principalmente, por valorizar a sociedade no estudo do léxico.

Apesar de o caráter social ser um ponto relevante e inovador nos estudos lexicológicos, a proposta de Matoré foi altamente criticada. Entre as críticas,

pode-se destacar o fato de que a abordagem de Matoré descuida do linguístico, isto é, sua análise ressalta o social, deixando os critérios linguísticos de lado (cf. Cambraia 2013, p. 164). Além de apresentar as críticas de vários autores (Coseriu 1967; Geckeler 1976; Gordon 1982; Spencer 1961; Jordan 1973; Robin 1977), Cambraia (2013) também critica a abordagem de Matoré. Entre suas críticas, destaca-se a vaguidão da palavra *sociedade*. Matoré “parte de um pressuposto equivocado de homogeneidade da realidade social” e, por isso, considera que “o léxico de uma parcela é suficiente para representar o todo” (Cambraia 2013, p. 167).

Tendo em vista a quantidade de críticas à lexicologia social, Cambraia (2013, p. 184) propõe um estudo do léxico que articule os critérios linguísticos e extralinguísticos. Além disso, o autor argumenta a favor de uma lexicologia mais dinâmica que considere a compreensão das mudanças e que se sustente nos pressupostos labovianos de articulação entre a linguística histórica, a sociolinguística e a dialetologia. Essa lexicologia o referido autor nomeia como lexicologia sócio-histórica.

A partir da apresentação do aporte teórico, é possível compreender melhor o objetivo deste trabalho. Considerando os pressupostos da lexicologia sócio-histórica, objetiva-se analisar o percurso histórico e social das palavras *lepra* e *hanseníase*, a fim de verificar-se se o contexto social influencia o comportamento de ambas as palavras. Visa-se, portanto, articular o linguístico e o social, de maneira a entender o papel da sociedade no comportamento do léxico. Espera-se encontrar resultados que indiquem uma mudança de padrões sociais. Como hipótese, tem-se que a palavra *hanseníase* passou a ser mais utilizada do que a palavra *lepra* em um período em que se visavam mudanças na percepção de uma realidade social. Nas próximas seções, será apresentado um estudo de caso das palavras *lepra* e *hanseníase*, cujo intuito é apurar a hipótese aqui levantada e contribuir com a perspectiva sócio-histórica de se estudar o léxico.

3. Apresentação do tema: um percurso histórico da doença

Fazem parte da história da humanidade ruínas provocadas por desastres ecológicos, guerras e epidemias. Ao olhar para o passado, é possível destacar diversas doenças responsáveis pela destruição massiva de certos grupos. A peste negra, a varíola, a malária, a cólera, a tuberculose e a lepra são exemplos de doenças que marcaram tragicamente a história da humanidade. As

doenças, sobretudo as contagiosas, interferem diretamente nas relações sociais. Os portadores dessas doenças, além de carregarem a enfermidade, carregam o estigma provocado pela possibilidade de transmissão e, muitas vezes, pela falta de cura.

Como já mencionado, o foco deste trabalho é discutir a mudança de nomeação da doença de *lepra* para *hanseníase*. Já nos relatos bíblicos, de forma especial no Velho Testamento, a palavra *lepra* era empregada. Diferentes passagens apontam para o fato de que essa “praga” era “enviada por Deus para repreender o povo desobediente” (Bíblia, Levítico, 14, 34).

O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* traz as seguintes definições para *lepra* e *hanseníase*, respectivamente:

Lepra - (nome substantivo feminino) 1. Rubrica: história da medicina. Na Antiguidade, designação de diversas doenças de pele, especialmente, as de caráter crônico ou contagioso; 2. Rubrica: infectologia. Mesmo que hanseníase; 3. Uso: informal. Sarna de cachorro; 4. Derivação: sentido figurado. Qualquer coisa cujos efeitos perniciosos e contagiosos são comparáveis aos da lepra - Ex.: o laxismo é a lepra de nossa era; 5. Derivação: sentido figurado / Regionalismo: Sul do Brasil. Pessoa má, imprestável; 6. Rubrica: futebol / Uso: informal. Jogador ruim, inábil. (Lepra 2009)

Hanseníase - (nome substantivo feminino) Rubrica: infectologia. Doença infecciosa crônica causada pelo *Mycobacterium leprae* ou bacilo de Hansen, que se inicia, após uma incubação muito lenta, por pequenas manchas despigmentadas onde a pele é insensível e não transpira, e evolui para a forma tuberculosa (a mais comum), lepromatosa ou ainda intermediária; lepra. (Hanseníase 2009)

As acepções do dicionário *Houaiss* evidenciam que a definição da palavra *hanseníase* é mais técnica do que a definição da palavra *lepra*. Um exemplo disso é a indicação do microrganismo *Mycobacterium leprae* como causador da doença. Já a definição de *lepra* possui sentido mais genérico do que a definição de *hanseníase*, por mencionar que a palavra *lepra* pode designar diversas doenças de pele e por indicar alguns sentidos conotativos.

Ainda para ilustrar o caráter hiperonímico¹ da palavra *lepra*, segue a definição, extensa e detalhada, apresentada por Bluteau (1728, grifamos):

¹ Para definir hiperônimo toma-se o trabalho de Cançado (2005): “o item lexical mais específico, que contém todas as outras propriedades, é chamado de hipônimo; o item lexical que está contido nos outros itens lexicais, mas não contém nenhuma das outras propriedades da cadeia, o termo mais geral, é chamado de hiperônimo”.

LEPRA: **Mal contagioso, e affecto venenoso, originado de hũa depravada sanguificação, que corrrompe o estado natural do corpo.** Avicenna lhe chama **‘Doença universal, e cancro universal’.** [...] Muitos confundem ‘Lepra’ com ‘Elephantiasis’, suppondo que huma, e outra he huma só doença. Mas no cap. 32. do livro de ‘Vittis Sermonis’, diz Vossio que são males muito diversos, e que ‘Elephantiasis’ he o que os Latinos chamão ‘Vitiligo’, que são hũa nodos brancas com desigualdade, e aspereza na pelle, como na do elephante, e por esta razão os Gregos a chamãrão ‘Elephantiasis’. E cõfirmando o seu dito alega este Author o cap. 25. do livro 3. de Celso, onde este antigo Medico faz muita differença da lepra ao que chamão em Grego ‘Elephantia’, ou como outros que-rem, ‘Elephantiasis’, posto que o mesmo **Vosso no seu livro das Etymologias da lingua Latina diz que ‘Elephantiasis’ he huma especie de lepra.** ‘Ad elephanto quo que lepræ genus dicitur Elephantiasis’. [...] **O grande Etymologista Grego, explicando a palavra ‘Elephantiasmos’, diz que he o mesmo que Lepra.** Mas attendendo ao que dizem Plinio, Celso, Fernelio, e outros, para conciliar estas opiniões **eu dissera que na realidade ‘Elephantiasis’ he huma especie de lepra, mas muito mais hedionda, e horrivel, do que a lepra cômua;** tanto assim, que se tem observado que os feridos desta horrivel lepra, tem o sangue cheyo de corpusculos brancos, e luzidios a modo de grãos de milho, que ficão separados do mesmi sangue depois de lavado, e philtrado. [...]² (Lepra, 1728)

O trecho bíblico e as definições dos dicionários, ora apresentados, mostram quão antigo é o caráter “negativo” da palavra *lepra*. Na tentativa de diminuir o estigma em torno da doença, diferentes medidas foram tomadas, entre elas a criação da Lei de número 9.010/95 que “dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase e dá outras providências”. Os dois primeiros artigos da lei (Brasil 1995) trazem as seguintes informações:

Art. 1º A palavra “Lepra” e seus derivados não poderão ser utilizados na linguagem empregada nos documentos oficiais da Administração centralizada e descentralizada da União e dos Estados-membros.

Art. 2º Na designação da doença e de seus derivados, far-se-á uso da terminologia oficial constante da relação abaixo:

Terminologia Oficial Terminologia Substituída

Hanseníase / Lepra;

Doente de Hanseníase / Leproso, Doente de Lepra

Hansenologia / Leprologia

Hansenologista / Leprologista

Hansênico / Leprótico

2 Transcrição nossa. Optou-se por manter a ortografia, a pontuação e acentuação o mais próximo do original.

Hansenóide / Lepróide
Hansênide / Lépride
Hansenoma / Leproma
Hanseníase Virchoviana / Lepra Lepromotosa
Hanseníase Tuberculóide / Lepra Tuberculóide
Hanseníase Dimorfa / Lepra Dimorfa
Hanseníase Indeterminada / Lepra Indeterminada
Antígeno de Mitsuda Lepromina
Hospital de Dermatologia Leprosário, Leprocômio
Sanitária de Patologia Tropical ou Similares.

Sobre essa lei, Carvalho (2015, p. 555) aponta que

Um ponto importante no processo de ressignificar a enfermidade, procurando torná-la menos temível, foi a mudança na nomenclatura e na forma de se referir a seu portador: de lepra para hanseníase e de leproso para hanseniano. [...] somente em 1995, com a lei federal n.9.010, o uso do termo lepra e suas variações foi proibido nos documentos oficiais –, é importante mencioná-lo, tendo em vista que as discussões que levaram a esse desfecho se iniciaram após a comprovação da eficácia terapêutica das sulfonas, no final da década de 1940. Com isso, pode-se compreender como as transformações no campo da história das doenças resultam de discussões e negociações que se processam lentamente.

A Lei oficializou, portanto, a substituição da palavra *lepra* e seus derivados para *hanseníase* em documentos oficiais. O neologismo *hanseníase* foi criado por um processo de formação de palavras muito produtivo em língua portuguesa, a derivação sufixal. Nesse processo, adjunge-se um sufixo a um termo primitivo, e forma-se, assim, uma nova palavra (cf. Alves 2007). No caso de *hanseníase*, toma-se o nome de Gerhard Arnauer Hansen, médico e botânico norueguês responsável pela identificação do *Mycobacterium leprae* como o agente causador da doença, e soma-se o sufixo *-íase*, formador de palavras relacionadas a doença: *Hansen-* + *-íase* (suf.) = *Hanseníase*. Mesmo criando-se uma palavra nova e estabelecendo-se uma nova lei, não há como impor uma mudança lexical na língua, pois toda mudança linguística é contínua, lenta e gradual (cf. Faraco 2005).

A seguir, apresenta-se a metodologia utilizada tanto para verificar como se deu a emergência do neologismo *hanseníase*, no *corpus*, quanto para analisar a competição de ambas as palavras no processo de implementação do item novo.

4. Metodologia

De acordo com Matoré (1973, p. 3):

Um método só pode evidentemente ser fixado após a determinação do próprio objeto da ciência. Não sendo efetuada esta determinação, nenhum método pode ser-lhe proposto. A lexicologia ficou restrita por longo tempo às constatações. Assim, estas só se justificam se elas são completadas pela procura das causas, que permanece alheia a muitos autores de trabalhos cujos conhecimentos estão fundados sobre uma análise insuficiente dos fatos, considerados como contingentes e irredutíveis à síntese.

Após criticar os métodos utilizados na lexicologia, Matoré (1973) propõe uma metodologia que descreva o léxico de uma determinada época, relacionando-o com fatores sociais. Para compreender o método de Matoré, é necessário lançar mão de dois conceitos: *campos nocionais* e *palavras-testemunho*. Matoré (1973) define *campo nocional* como um conjunto de palavras “que mantêm entre si relações complexas” (p. 7). Portanto, não faz sentido estudar uma palavra isolada, visto que é “apenas em função dos conjuntos que a pesquisa lexicológica deve ser conduzida” (p. 7). Os elementos que constituem o campo nocional são chamados de *palavras-testemunho*. A *palavra-testemunho* se caracteriza para além do “seu valor estático no interior do grupo”, pois ela é o “símbolo da mudança”; o “neologismo [e] a mutação brusca que lhe dá nascimento é o sinal de uma nova situação social econômica, estática, etc.” (p. 8).

Tendo compreendido os dois conceitos definidos acima, é possível assimilar o método de Matoré. Cambraia (2013) sintetiza esse método da seguinte forma: primeiramente, devem-se estabelecer recortes temporais considerando datas importantes da história de uma determinada língua. Com os recortes selecionados, devem-se definir os *campos nocionais*, escolhendo *palavras-testemunho*. Como o número de palavras-testemunho pode ser consideravelmente grande, Matoré (1973) propõe que a classificação dessas palavras seja feita “partindo de uma noção de caráter social, exprimindo de maneira sintética a época estudada” (p. 9). Considerando os indícios sociais, as *palavras-testemunho* devem ser divididas hierarquicamente entre principais e secundárias.

Após fazer a síntese da metodologia de Matoré, Cambraia (2013) reformula algumas partes, dando ao método um caráter mais dinâmico de evolução da

língua. Para o autor, é necessário observar não só a criação de um neologismo, mas também a difusão desse neologismo em uma determinada época, pois são vários os aspectos do léxico que representam as transformações sociais (cf. Cambraia 2013, p. 184). A metodologia deste trabalho baseou-se nas ideias de Cambraia (2013). Por meio de um estudo de caso, pretende-se mostrar que a lexicologia pode ser trabalhada em um âmbito social, sem que se abra mão dos fatores internos à língua.

Portanto, para realizar uma análise sócio-histórica das palavras *lepra* e *hanseníase* utilizou-se de uma base de dados digital, que conta com edições de onze décadas (1890-2000) do *Jornal do Brasil*³. Como sugerido em Matoré (1973), foram escolhidos dois recortes de tempo, considerando-se os seguintes critérios: a década em que a palavra *hanseníase* começa a ser significativamente utilizada no banco de dados (1970) e a década em que a frequência da palavra *hanseníase* ultrapassa a frequência da palavra *lepra* (2000). A Tabela 1 ilustra os recortes de tempo escolhidos:

Tabela 1. Frequência de ocorrência das palavras *lepra* e *hanseníase*

Década	Valor Absoluto		Valor relativo	
	Lepra	Hanseníase	Lepra	Hanseníase
1890	220	0	100%	0%
1900	690	0	100%	0%
1910	673	0	100%	0%
1920	1068	0	100%	0%
1930	1529	0	100%	0%
1940	1165	0	100%	0%
1950	876	0	100%	0%
1960	421	2	100%	0%
1970	463	67	87%	13%
1980	316	130	71%	29%
1990	171	153	53%	47%
2000	95	180	35%	65%

3 Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

A partir dos valores relativos listados na tabela acima, foi possível construir um gráfico, o que ajudou a visualizar, ainda mais, a escolha das sincronias 1970 e 2000.

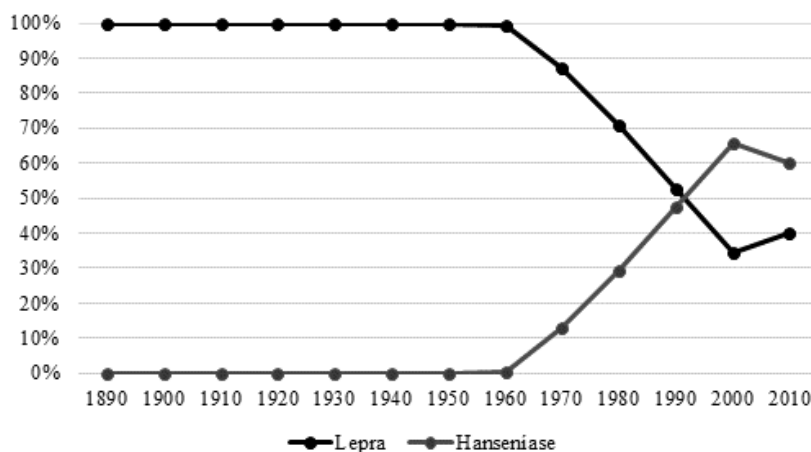


Figura 1. Gráfico da frequência relativa

A Tabela 1 e o gráfico exposto na Figura 1 mostram que, apenas na década de 1960 (com duas ocorrências de *hanseníase*), a palavra *lepra* deixa de ser categórica no acervo do jornal analisado. A partir de 1970, a palavra *hanseníase* aparece com mais frequência nos jornais e, em 2000, *hanseníase* ultrapassa *lepra*, com 180 realizações (65%). Para se levantar o *corpus* deste trabalho, utilizou-se o valor relativo de ocorrência das palavras nas décadas escolhidas:

Tabela 2. Valor relativo de ocorrência das palavras *lepra* e *hanseníase* nas décadas de 1970 e 2000.

	LEPRA	HANSENÍASE	Total
1970 (valor relativo)	87%	13%	100%
1º grupo	87 textos com a palavra lepra	13 textos com a palavra hanseníase	100 textos
2000 (valor relativo)	35%	65%	100%
2º grupo	35 textos com a palavra lepra	65 textos com a palavra hanseníase	100 textos

Vale ressaltar que a coleta dos textos foi feita seguindo a ordem da hemeroteca: foram escolhidos os 100 primeiros textos de cada época. No entanto alguns textos foram desconsiderados, a saber: textos de má qualidade (baixa resolução das imagens ou com outros problemas de digitalização); textos em que as palavras analisadas estavam descontextualizadas (seção de jogos, por exemplo) e textos em que as palavras faziam parte de nomes próprios (instituições, campanhas e titulações).

Após a seleção dos 200 textos, foi preciso, com o auxílio do software *ABBYY FineReader 14*, converter todos os textos das imagens coletadas na base da Hemeroteca Digital para o formato *txt.*, para que, posteriormente, eles fossem lidos por um segundo programa, o *AntConc* – software com ferramentas de análise de *corpus* para concordância e análise textual.

Por meio dos recursos do *AntConc*, foi possível estabelecer listas com as palavras mais frequentes de cada sincronia, considerando separadamente as ocorrências da palavra *lepra* e as ocorrências da palavra *hanseníase*. Essas listas serão apresentadas e analisadas na próxima seção deste trabalho.

5. Descrição e análise dos dados

Na primeira visita aos jornais, tinha-se como predição que as palavras *lepra* e *hanseníase* estariam presentes apenas nos cadernos de saúde. No entanto, com o avanço da pesquisa, notava-se que as palavras transitavam por diversos cadernos: política, religião, cultura, educação e, é claro, saúde. Nos textos da década de 1970, por exemplo, a palavra *lepra* aparece em analogia à ideia de exclusão das mulheres da Academia Brasileira de Letras:

Só a Academia Brasileira tem sempre a mesma forma ou fôrma, com o aviso do lado de fora: “Mulheres, passem ao largo” [...] Simples sociedade de cavalheiros quase todos amáveis e amenos, que cá fora se correspondem amiudadamente com as damas, através dos diferentes veículos de comunicação, deliciando-se mesmo com a doce companhia delas, mas que lá dentro as evitam como **lepra**. (JB, 26 jan. 1971, caderno B, p. 8, grifamos)

Além de analogias a diversos assuntos, encontram-se textos em que *lepra* carrega o sentido amplo de praga:

O Senador Mem de Sá afirmou ontem em Porto Alegre, durante um banquete em sua homenagem, que a intervenção do poder econômico no processo eleitoral

“é uma **lepra da democracia**, que celeremente a desintegrará, tanto aqui no Brasil como em qualquer nação que a tolere, como é, superlativamente, o caso dos Estados Unidos”. (JB, 22 dez. 1970, 1º caderno, p. 4, grifamos)

O interesse deste artigo é compreender o lugar do léxico no percurso histórico da sociedade brasileira. Por isso, optou-se por manter ocorrências como as mencionadas anteriormente, pois entende-se que o sentido amplo de *lepra* também declara o valor pejorativo da palavra. Além disso, o fato de a palavra *lepra* aparecer no jornal com sentidos conotativos confirma seu caráter hiperônimo, mencionado na seção 3 deste texto.

Além de atentar-se para as palavras *lepra* e *hanseníase*, buscou-se analisar as palavras lexicais que apareciam frequentemente no *corpus*. Para analisar somente palavras lexicais, inseriu-se, no programa *Antconc*, uma lista de exclusão, contendo palavras gramaticais (pronomes, advérbios não terminados em -mente, numerais, conjunções, preposições, interjeições e artigos) e os verbos auxiliares *ser*, *estar*, *ter* e *haver*.

A fim de investigar como se deu a difusão do neologismo *hanseníase* no Brasil, listaram-se as 25 lexias mais frequentes em cada sincronia escolhida. De acordo com Pottier, Audubert e Pais (1972, pp. 26-27), lexia

é a unidade lexical memorizada. O locutor quando diz: “quebra galho”, “Nossa Senhora”, “pelo amor de Deus”, “bater as botas” [...] não constrói essa combinação no momento em que fala, mas tira o conjunto de sua “memória lexical”, da mesma forma que “branco”, “livro”... Assim, “pé de cabra” pode ser uma lexia, no sentido de ferramenta [...].

Rezende e Paula (2016, p. 502), por sua vez, definem lexia simples como “uma unidade grafada em uma única sequência separada por dois espaços brancos”. A seguir, apresentam-se, em ordem cronológica, quatro listas das lexias mais frequentes nas décadas de 1970 e 2000 (Quadros 1 e 2). As lexias estão listadas de acordo com a frequência de ocorrência.

Quadro 1. As 25 lexias mais frequentes do *corpus* de *lepra* e *hanseníase* da década de 1970

LEPRA			HANSENÍASE		
	Nº de ocorrências	Lexias		Nº de ocorrências	Lexias
1	234	Saúde	1	172	Saúde
2	80	Doença	2	76	Tratamento
3	74	Anos	3	68	Vacina
4	64	Doenças	4	51	Lepra
5	58	Ministério	5	48	Região
6	54	Médico (16 adj. + 38 sub.)	6	43	Meningite
7	50	Nacional	6	43	Ano
7	50	País	8	49	Doença
9	47	Casos	9	39	Doenças
10	45	Ministro	10	34	Sanitária
10	45	Médicos (adj. 8 + sub. 37)	11	32	Anos
12	43	Trabalho	12	31	Leprosos
13	42	Tuberculose	12	31	Programa
13	42	Tratamento	14	28	Tuberculose
15	38	Ano	15	27	Médico (sub)
15	38	Disse	16	26	Ministério
15	36	Leprosos	17	25	Mortalidade
18	35	Doentes	17	25	Vacinação
18	35	Grande	19	24	Casos
18	35	Hospital	19	24	Doentes
21	33	Número	19	24	Infantil
21	33	Pessoas	22	23	Política
21	33	Professor	22	23	Sanatórios
21	33	Pública	24	22	Secretaria
25	32	População	25	21	Departamento

«Quadro 2. As 25 lexias mais frequentes do *corpus* de *lepra* e *hanseníase* da década de 2000

LEPRA			HANSENÍASE		
	Nº de ocorrências	Lexias		Nº de ocorrências	Lexias
1	56	Anos	1	172	Saúde
2	54	Saúde	2	76	Doença
3	42	Doença	3	68	Anos
4	36	Hanseníase	4	51	Caso
5	32	Pessoas	5	48	Tratamento
6	31	Tratamento	6	43	Governo
7	27	Governo	6	43	Ministério
8	25	Casos	8	49	Tuberculose
8	25	Mundo	9	39	País
10	24	Campanha	10	34	Programa
11	25	Presidente	11	32	Presidente
12	22	País	12	31	Pessoas
13	21	Política	12	31	População
14	19	Pode	14	28	Número
15	18	Cura	15	27	Pacientes
16	16	Tempo	16	26	AIDS
17	15	Doentes	17	25	Dia
17	15	Remédios	17	25	Falta
19	14	Pele	19	24	Nacional
20	13	Fim	19	24	Programas
20	13	Novos	19	24	Recursos
20	13	Pobres	22	23	Atendimento
20	13	Democracia	22	23	Mundo
24	12	Hospital	24	22	Ações
25	11	Colônia	25	21	Mundial

A partir da análise das lexias listadas nos quadros anteriores, já seria possível encontrar resultados significativos. No entanto, é possível descrever o léxico por meio de lexemas. Lexema é uma unidade abstrata do léxico que agrupa formas flexionadas de um mesmo paradigma (cf. Biderman 1996). Por exemplo: a palavra *professor* e suas flexões *professora*, *professores* e *professoras* estão agrupadas no lexema PROFESSOR. Neste artigo, optou-se por representar os lexemas com letras maiúsculas. Cambraia (2015b, p. 31) defende que “o nível dos lexemas é o mais relevante para quantificar diferença no volume de informação de um texto”. Por essa razão, fez-se a opção de trabalhar com esse nível de descrição lexical. Assim, serão analisados os 25 lexemas mais frequentes do conjunto de textos de cada sincronia (Quadros 3 e 4).

Quadro 3. Os 25 lexemas mais frequentes do *corpus* de *lepra* e *hanseníase* da década de 1970

LEPRA			HANSENÍASE		
	Nº de ocorrências	Lexemas		Nº de ocorrências	Lexemas
1	234	SAÚDE	1	41	SAÚDE
2	144	DOENÇA	2	29	TRATAMENTO
3	112	ANO	3	28	DOENÇA
4	75	MÉDICO (sub.)	4	27	VACINA
5	70	PAÍS	5	26	ANO
6	62	HOSPITAL	6	21	REGIÃO
7	60	MINISTÉRIO	7	18	LEPRA
8	58	PÚBLICO	8	16	MÉDICO (sub)
9	52	DOENTE	8	16	MENINGITE
10	51	NACIONAL	10	15	DOENTE
10	51	MÉDICO (adj.)	10	15	SANITÁRIO
12	50	MINISTRO	10	15	LEPROSO
12	50	TRABALHO	13	13	PROGRAMA
14	48	GRANDE	14	11	TUBERCULOSE
15	47	CASO	15	10	MINISTÉRIO
16	44	TRATAMENTO	15	10	MORTALIDADE
16	44	LEPROSO	15	10	VACINAÇÃO
16	44	PROFESSOR	15	10	SECRETARIA
19	42	TUBERCULOSE	19	9	CASO
20	40	DIZER	19	9	INFANTIL
21	36	PESSOA	19	9	POLÍTICA
22	35	NÚMERO	19	9	SANATÓRIO
23	34	POPULAÇÃO	23	8	DEPARTAMENTO
24	32	TEMPO	23	8	MINISTRO
25	30	MUNDO	23	8	TÉTANO

Quadro 4. Os 25 lexemas mais frequentes do *corpus* de *lepra* e *hanseníase* da década de 2000

LEPRA			HANSENÍASE		
	Nº de ocorrências	Lexemas		Nº de ocorrências	Lexemas
1	89	ANO	1	172	SAÚDE
2	81	DOENÇA	2	131	DOENÇA
3	54	SAÚDE	3	111	ANO
4	42	PESSOA	4	58	PROGRAMA
5	36	HANSENÍASE	5	51	CASO
6	33	PODER	5	51	TRATAMENTO
7	32	NOVO	5	51	PAÍS
8	31	TRATAMENTO	8	49	TUBERCULOSE
9	30	CAMPANHA	9	48	GOVERNO
10	28	GOVERNO	10	46	MINISTÉRIO
11	26	PRESIDENTE	11	41	PESSOA
12	25	CASO	12	33	PACIENTE
12	25	MUNDO	13	32	PRESIDENTE
14	24	POLÍTICA	13	32	POPULAÇÃO
15	22	PAÍS	15	30	NÚMERO
15	22	TEMPO	15	30	AÇÃO
17	18	POBRE	17	29	DIA
18	19	CURA	18	26	AIDS
19	17	DOENTE	19	25	FALTA
19	17	REMÉDIO	19	25	ATENDIMENTO
20	16	HOSPITAL	21	24	NACIONAL
22	14	PELE	21	24	RECURSO
22	14	FIM	23	23	MUNDO
24	12	DEMOCRACIA	24	21	MUNDIAL
25	11	COLÔNIA	25	20	PÚBLICO

Ao se compararem os Quadros 1 e 2 (lexias) com os Quadros 3 e 4 (lexemas), nota-se que há diferença na frequência de ocorrência das palavras. Por exemplo: no Quadro 2, a lexia *peessoas* ocupa o quinto lugar da lista de palavras que coocorrem com *lepra*. Já no Quadro 4, o lexema PESSOA ocupa o quarto lugar da lista de palavras que coocorrem com *lepra*. Nota-se, portanto, que o trabalho de descrição no nível dos lexemas interferiu na frequência de ocorrência das palavras, já que houve o agrupamento de lexias em um mesmo paradigma.

Outra diferença entre as listas de lexias e as listas de lexemas é a quantidade de itens lexicais inseridos em cada lista. Todas as listas possuem 25 dados, mas as listas compostas de lexemas (Quadros 3 e 4) possuem alguns itens que não estão presentes nas listas de lexias (Quadros 1 e 2). Por exemplo, *ministro* e *tétano* fazem parte da lista de lexemas que coocorrem com *hanseníase* em 1970 (Quadro 3), mas não fazem parte da lista de lexias de 1970 (Quadro 1). Portanto, pode-se dizer que, como apontou Cambraia (2015b), o trabalho com lexemas influencia no volume de informações coletadas. No entanto, esperava-se que o volume de informações aumentasse consideravelmente no trabalho com lexemas, mas poucos lexemas novos foram inseridos nos Quadros 3 e 4. Talvez, a diferença entre o nível de lexias e o nível de lexemas foi pequena devido à extensão do *corpus* desta pesquisa.

As palavras listadas nos Quadros 1, 2, 3 e 4 podem ser analisadas pela relação de sentido existente entre elas. A seguir, apresenta-se (Figura 2 e Figura 3) o campo nocional dos colocados⁴ de *lepra* e de *hanseníase* na década de 1970, respectivamente, a fim de ilustrar a relação complexa estabelecida pelos lexemas:

4 “Collocation: the co-occurrence of words or word forms in a line of text.” (Geraerts, 2010, p.170)
Tradução: Colocações: as coocorrências de palavras ou expressões numa linha do texto.

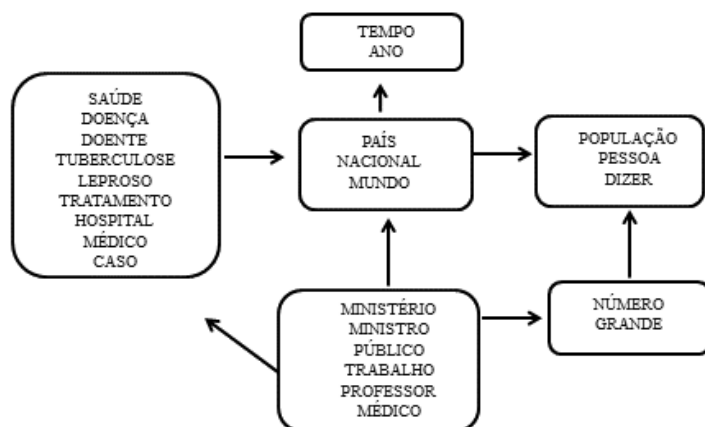


Figura 2. Campo nocial dos lexemas presentes em *Lepra* 1970

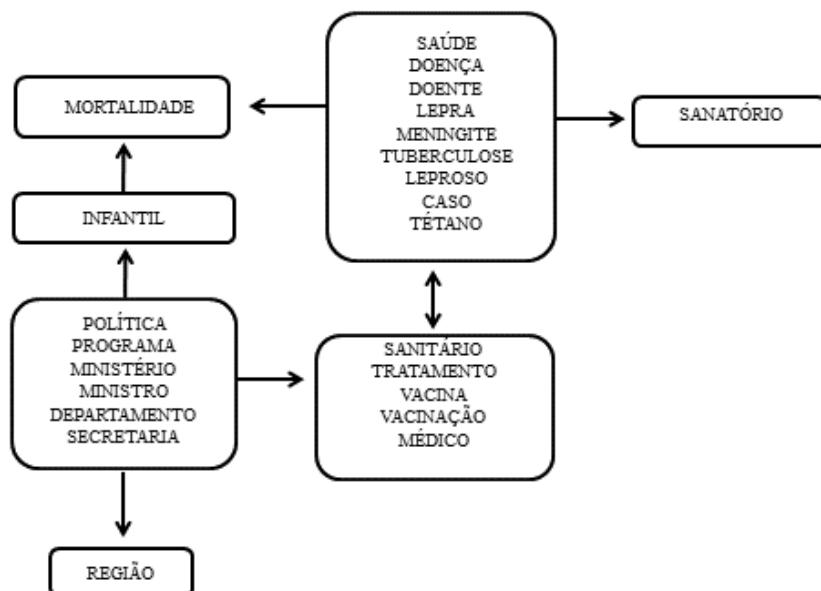


Figura 3. Campo nocial dos lexemas presentes em *Hanseníase* 1970

Os diagramas ilustrados nas Figuras 2 e 3 mostram que os campos nocionais de *lepra* e *hanseníase* 1970 possuem lexemas que remetem à saúde (DOENÇA, SAÚDE, DOENTE, TUBERCULOSE) e lexemas que remetem à política (MINISTÉRIO, MINISTRO, POLÍTICA, PÚBLICO). Apoiando-se apenas nessa semelhança, é possível inferir que, na década de 70, a saúde era pauta de discussões políticas. No objetivo de se confirmar a hipótese linguística, buscaram-se argumentos no extralinguístico, o contexto político e social da época analisada.

Na década de 1970, o Brasil encontrava-se sob a repressão da ditadura militar. Recentemente assumido por Médici, o governo brasileiro visava ao desenvolvimento econômico rápido, tendo em vista a conjuntura internacional. Por meio do chamado “Milagre Econômico”, o então presidente atingiu níveis altos de crescimento econômico no Brasil (cf. Cordeiro 2009). No entanto, enquanto a economia brasileira crescia, a crise social aumentava. No que diz respeito à saúde:

os diagnósticos realizados em escala continental, sobretudo acerca do patrocínio da Organização Pan-americana da Saúde (Opas), apontavam para um quadro sanitário preocupante que combinava baixa cobertura assistencial e disseminação de doenças marcadamente da pobreza, como as verminoses e aquelas de veiculação hídrica. (Paiva & Teixeira 2014, p. 19)

Tendo em vista a situação precária de saúde no país, a população brasileira se mobilizou em busca de mudanças. Na segunda metade dos anos 1970, deu-se origem ao movimento da reforma sanitária. Nesse período, houve “maior articulação no âmbito do MS [Ministério da saúde], que ampliou o repasse de verbas para os estados e passou a desenvolver projetos verticais direcionados ao controle de algumas doenças, como a hanseníase, a tuberculose e o câncer”. (Braga & Paula 1986 *apud* Paiva & Teixeira 2014, p. 20).

A partir do contexto social e dos dados linguísticos, confirma-se a hipótese inicial. Com o advento da reforma sanitária, na década de 1970, a saúde passou a fazer parte da agenda de movimentos políticos (cf. Paiva & Teixeira 2014). Portanto, o contexto extralinguístico dialoga com os dados linguísticos, mostrando que a palavra *hanseníase* surgiu no *Jornal do Brasil* em um período de luta pela melhoria da saúde brasileira.

Quadro 5. Diferenças entre as listas de lexemas do *corpus de lepra e hanseníase* da década de 1970

LEPRA			HANSENÍASE		
	Nº de ocorrências	Lexemas		Nº de ocorrências	Lexemas
1			1		
2			2		
3			3		
4			4	27	VACINA
5	70	PAÍS	5		
6	62	HOSPITAL	6	21	REGIÃO
7			7	18	LEPRA
8	58	PÚBLICO	8		
9			8	16	MENINGITE
10	51	NACIONAL	10		
10	51	MÉDICO (adj.)	10	15	SANITÁRIO
12			10		
12	50	TRABALHO	13	13	PROGRAMA
14	48	GRANDE	14		
15			15		
16			15	10	MORTALIDADE
16			15	10	VACINAÇÃO
16	44	PROFESSOR	15	10	SECRETARIA
19			19		
20	40	DIZER	19	9	INFANTIL
21	36	PESSOA	19	9	POLÍTICA
22	35	NÚMERO	19	9	SANATÓRIO
23	34	POPULAÇÃO	23	8	DEPARTAMENTO
24	32	TEMPO	23	8	
25	30	MUNDO	23	8	TÉTANO

O Quadro 5 apresenta os colocados específicos de cada lista de 1970, isto é, os colocados que não se repetem em ambas as listas. Os lexemas VACINAÇÃO, SANITÁRIA, SANATÓRIO, PROGRAMA, POLÍTICA e DEPARTAMENTO sustentam a ideia de que o surgimento da palavra *hanseníase* veio atrelado às políticas de tratamento. De acordo com o Jornal do Brasil (1972) “o Departamento Estadual da Lepra passou a ser denominado de Dermatologia Sanitária e hoje os leprosários são chamados sanatórios.” (JB, 6 mai. 1972, 1º caderno, p. 12). Com novas políticas de tratamento, era necessário que a doença lepra perdesse o estigma social. Com a criação da palavra *hanseníase*, a população poderia entender que os hansenianos não precisavam carregar o valor pejorativo impresso pela palavra *lepra*.

No sétimo lugar da lista de lexemas que coocorrem com *hanseníase*, no Quadro 5, encontra-se a palavra *lepra*. Esse fato indica que, em 1970, a palavra *lepra* estava presente, com alta frequência, nos mesmos textos em que palavra *hanseníase*. O excerto abaixo demonstra em que contexto as palavras *lepra* e *hanseníase* coocorriam, em 1970.

O Ministro da Saúde disse considerar da maior importância o combate que se fará contra a **hanseníase (lepra)** a partir do agosto próximo. Serão treinados em 30 dias 1 061 agentes de saúde, que irão percorrer toda a Amazônia, localizando os hansenianos e os atingidos pela malária, que terão tratamento especial. (JB, 11 jun. 1974. 1º caderno, p. 22, *grifamos*).

De acordo com Contente & Lino (2017, pp. 702-703),

A identificação dos neologismos terminológicos não é uma tarefa fácil nem na língua corrente, nem nas línguas de especialidade; esta identificação pode ser feita através de vários processos: o critério da diacronia ajuda a recuperar os neologismos que surgem, em *corpora* textuais, num período recente e num curto espaço de tempo; o critério lexicográfico: verificação da dicionarização de uma nova unidade terminológica nos dicionários especializados ou terminológicos; o critério da novidade: uma unidade é sentida como nova pelos locutores de uma comunidade apesar de não estar dicionarizada; o critério da instabilidade: um novo conceito é denominado alternadamente por duas ou mais formas neológicas diferentes o que conduz a uma variação terminológica denominativa, por vezes com um carácter sinonímico.

Considerando o excerto do jornal as palavras das autoras supracitadas, pode-se analisar o termo *hanseníase* como um neologismo, pelas seguintes razões:

– Uma busca diacrônica comprovou que *hanseníase* apareceu pela primeira vez no Jornal do Brasil em 1970.

– Na década de 1970, a palavra *hanseníase* é instável no *corpus* do Jornal do Brasil. A palavra *lepra* aparece, em muitos casos, como sinônimo explicativo do conceito de *hanseníase*.

Ainda no Quadro 5, percebe-se que as palavras listadas dão indícios do contexto social da época. Muitas palavras se relacionam a políticas de saúde e ao movimento da reforma sanitária. Por exemplo: HOSPITAL, PÚBLICO, VACINAÇÃO e SANITÁRIO. Com isso, é possível inferir que o neologismo *hanseníase* emergiu em um contexto social de avanços na política de tratamento da doença.

Na década de 2000, a palavra *lepra* perde lugar no léxico em detrimento da palavra *hanseníase*. Nos textos analisados a coocorrência das palavras se deu da seguinte forma:

– Em 35 textos coletados para analisar a palavra *lepra*, houve 34 ocorrências da palavra *hanseníase*.

– Em 65 textos coletados para analisar a palavra *hanseníase*, houve 7 ocorrências da palavra *lepra*.

Portanto, os dados coletados mostram que na década de 2000 já não era preciso explicar o conceito da palavra *hanseníase* por meio da palavra *lepra*, visto que a palavra *lepra* quase não coocorre (apenas em 7 ocorrências) com *hanseníase*. O fato de a palavra *hanseníase* aparecer desvinculada da palavra *lepra* nos textos evidencia que *hanseníase*, em 2000, já estava consolidada no léxico do português brasileiro e, por isso, não havia necessidade de defini-la por meio da palavra *lepra*.

O Quadro 6 apresenta os colocados específicos de cada lista de 2000, isto é, os colocados que não se repetem nas listas.

Quadro 6. Diferenças entre as listas do *corpus de lepra e hanseníase* da década de 2000

LEPRA			HANSENÍASE		
	Nº de ocorrências	Lexemas		Nº de ocorrências	Lexemas
1			1		
2			2		
3			3		
4			4	5	PROGRAMA
5	36	HANSENÍASE	5		
6	33	PODER	5		
7	32	NOVO	5		
8			8	49	TUBERCULOSE
9	30	CAMPANHA	9		
10			10	46	MINISTÉRIO
11			11		
12			12	33	PACIENTE
12			13		
14	24	POLÍTICA	13	32	POPULAÇÃO
15			15	30	NÚMERO
15	22	TEMPO	15	30	AÇÃO
17	18	POBRE	17	29	DIA
18	19	CURA	18	26	AIDS
19	17	DOENTE	19	25	FALTA
19	17	REMÉDIO	19	25	ATENDIMENTO
20	16	HOSPITAL	21	24	NACIONAL
22	14	PELE	21	24	RECURSO
22	14	FIM	23		
24	12	DEMOCRACIA	24	21	MUNDIAL
25	11	COLÔNIA	25	20	PÚBLICO

Analisando os lexemas listados no Quadro 6, é possível verificar que, de fato, houve uma mudança, em relação à década de 1970, sobre a concepção

da doença. O que era visto como uma praga, sem cura, passa a ter um tratamento eficaz. O aparecimento do lexema CURA, na lista de *lepra* 2000 e o desaparecimento de VACINAÇÃO da lista de *hanseníase* 2000 dão indícios de que, na década 2000, a política de imunização da doença já havia alcançado sucesso e a cura já era considerada.

As figuras a seguir mostram os campos nocionais dos colocados de *lepra* e *hanseníase* na década de 2000, em busca de demonstrar a relação de sentido existente entre as palavras.

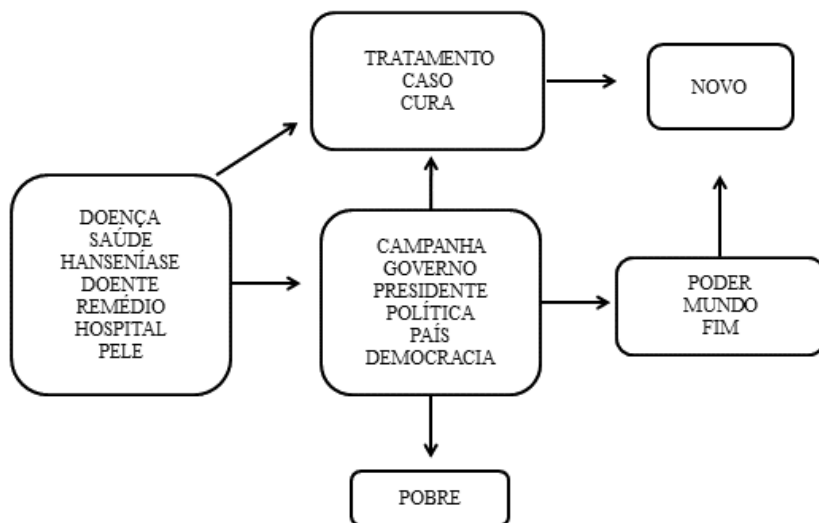


Figura 4. Campo nocional dos lexemas presentes em *Lepra* 2000

A Figura 4 apresenta campos nocionais que indicam responsabilidade governamental (CAMPANHA, GOVERNO, PRESIDENTE, POLÍTICA, PAÍS, DEMOCRACIA) e mudanças da concepção da doença, já que ela tem tratamento e cura, como indicam os lexemas CURA, TRATAMENTO e REMÉDIO. A Figura 5 também ilustra a concepção “positiva” por trás do uso de *hanseníase*:

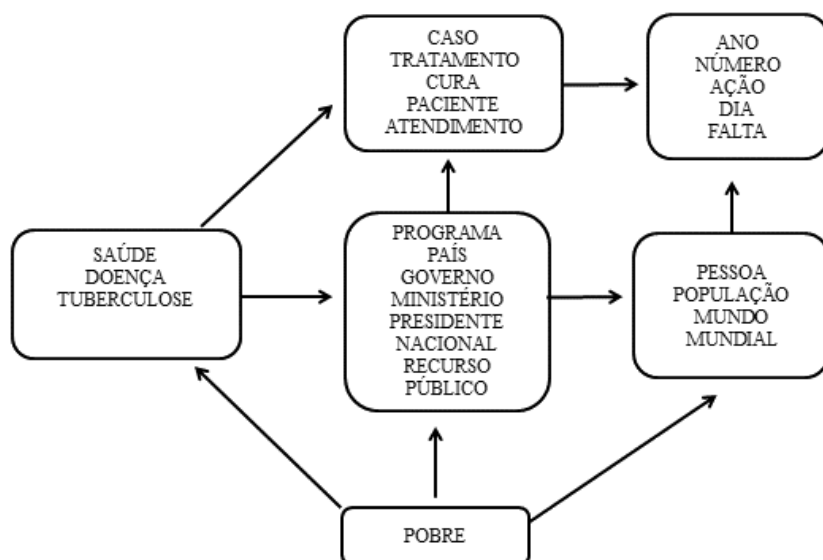


Figura 5. Campo nocional dos lexemas presentes em *Lepra* 2000

A Figura 5 mostra ainda um forte envolvimento do governo para com a causa. Os lexemas GOVERNO, PAÍS, PROGRAMA e MINISTÉRIO, por exemplo, dão evidência de que, em 2000, o Estado era colocado em pauta quando se falava da doença. Além disso, os lexemas CURA, PACIENTE, ATENDIMENTO e TRATAMENTO dão indícios de que houve aumento de investimentos no tratamento dos pacientes (não mais doentes, como no campo nocional de *lepra* 2000). Em síntese, pode-se dizer que as palavras e a relação entre elas indicam que na década 2000 a hanseníase já não era um problema de saúde pública no Brasil. A fim de se confirmar a hipótese linguística, buscaram-se argumentos extralinguísticos. De acordo com Moreira *et.al.* (2002, p. 70), “a Assembléia Mundial de Saúde estabeleceu, em 1991, a meta de eliminação da hanseníase como problema de saúde pública para o ano 2000, definindo eliminação como uma taxa de prevalência menor que um caso por 10.000 habitantes”.

A Figura 6 mostra o coeficiente de detecção de hanseníase nas regiões do Brasil entre os anos de 2003 e 2012.

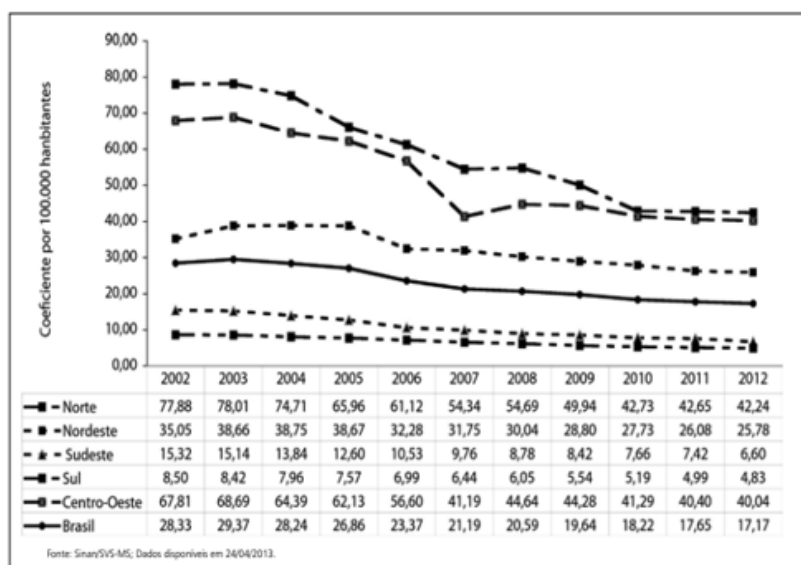


Figura 6. Coeficiente de detecção de hanseníase por 100 mil habitantes segundo regiões geográficas. Brasil 2003-2012

Fonte: <http://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/junho/11/BE-2013-44--11----Hanseníase.pdf> 1969. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde.

Segundo a Figura 6, o número de pessoas com hanseníase diminuiu no período de 2003 a 2012. O contexto social da década de 2000 traz mais uma evidência de que nessa época já havia o controle da *hanseníase* no Brasil. Portanto, pode-se dizer que o contexto extralinguístico dialoga com os dados linguísticos, mostrando que o léxico dá evidências do contexto social, e o contexto social ajuda a entender o percurso do léxico de uma língua.

6. Considerações finais

A lexicologia sócio-histórica defende que a relação entre a sociedade e o léxico pode ser explicada por meio de questões linguísticas (neologismos, relações semânticas) e questões sociais, como o contexto político de uma determinada época. Assim, a palavra *hanseníase*, por exemplo, surgiria como concorrente da palavra *lepra*, em um momento em que se buscavam mudanças na realidade social.

A partir da análise de dados linguísticos retirados da Hemeroteca digital do Jornal do Brasil, foi possível esquematizar a mudança de percepção da doença no Brasil. A palavra *hanseníase* surgiu no contexto de busca por melhorias na saúde brasileira. Em meio às lutas, às leis, aos tratamentos, à cura, a palavra ganhou força e se encaixou perfeitamente no léxico do português.

Os resultados desta pesquisa dialogam com o pressuposto da lexicologia sócio-histórica e se afastam, de certa forma, dos pressupostos da lexicologia social de Matoré. Em síntese, os resultados aqui apresentados mostraram que não é possível explicar o léxico apenas pelos fatores sociais, pois as palavras fazem parte da língua e, portanto, é necessário considerar questões puramente linguísticas em um estudo lexicológico. Espera-se, portanto, que este trabalho ajude a fortalecer o argumento de que as relações lexicais estabelecidas na língua auxiliam no estudo do contexto social.

Referências

- Abbyy Fine Reader (1995). [S.l.]: version 14. Software.
- Alves, I. M. (2007). *Neologismo. Criação lexical* 3. São Paulo: Ática.
- Anthony, L. (2011). AntConc (Windows, Macintosh OS X, and Linux): Build 3.2.4. Disponível em: <http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/software/README_AntConc3.2.4.pdf>. Acessado em: 12 jul. 2017.
- Biderman, M. T. (1996). Léxico e vocabulário fundamental. *Alfa*, 40, 27-46. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3994/3664>>. Acessado em 25 abr. 2018.
- Biderman, M. T. (1998). Dimensões da palavra. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 2, 81-118. Disponível em: <http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/Biderman1998_0.pdf>. Acessado em 12 jul. 2017.
- Bluteau, R. (1728). *Vocabulario portuguez & latino*: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu. 8 v. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>. Acessado em: 12 jul. 2017.
- Braga, J. C. S. & Paula, S. G. (1986). *Saúde e previdência, estudos de política social*. São Paulo: Hucitec.
- Cambraia, C. N. (2013). Da lexicologia social a uma lexicologia sócio-histórica: caminhos possíveis. *Revista Estudos Linguísticos*, 21(1), 157-188. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.21.1.157-188>>. Acessado em 12 jul. 2017.

- Cambraia, C. N. (2015a). Antineologismo. *Revista Estudos de Cultura*, 3, 65-74. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/revec/article/view/4775>>. Acessado em 12 jul. 2017.
- Cambraia, C. N. (2015b). Lexicologia e informação: um ensaio de quantificação. *Entretextos*, 15(2), 31-52. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5433/1519-5392.2015v15n2p31>>. Acessado em 12 jul. 2017.
- Cançado, M. (2015). *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Carvalho, K. A. (2015). Discussões em torno da reconstrução do significado da lepra no período pós-sulfônico, Minas Gerais, na década de 1950. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, 22(2), 541-558. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v22n2/0104-5970-hcsm-2014005000026.pdf>>. Acessado em 12 jul. 2017.
- Cordeiro, J. M. (2009). Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos*, 22, 85-104. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862009000100005>>. Acessado em 12 jul. 2017.
- Coseriu, E. (1967). *Das Phänomen der Sprache und das Daseinsverständnis des heutigen Menschen*. Die Pädagogische Provinz, n. 1-2, 11-28. Disponível em: <<http://www.romling.uni-tuebingen.de/coseriu/publi/coseriu38.pdf>>. Acessado em: 12 jul. 2017.
- Costa, M. A. (2012). Estruturalismo. In M. E. Martelotta (Org.), *Manual de Linguística* (pp. 113-126). São Paulo: Contexto.
- Contente, M. & Lino, M. T. R. (2017). A neologia - reflexão sobre a variação e a instabilidade conceptual. *Atas do V Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa* (pp. 701-709). Disponível em: <<http://siba-ese.unisalento.it/index.php/dvaf/article/view/17819>>. Acessado em: 27 abr. 2018.
- Faraco, C. A. (2005). *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Geckeler, H. (1976). *Semántica estructural y teoría del campo léxico*. Madrid: Gredos.
- Geraerts, D. (2010). *Theories of lexical semantics*. Oxford; New York: Oxford University Press.
- Gordon, W. T. (1982). *A history of semantics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Jordan, I. (1973). *Introdução à linguística românica*. Lisboa: Calouste Gulbekian.
- Matoré, G. (1953). *La méthode en lexicologie: domaine français* (2ª ed. ampl.). Paris: Didier.
- Moreira, T. M. A. et al. (2002). Hanseníase na atenção básica de saúde: efetividade dos treinamentos para os profissionais de saúde no Estado do Rio de Janeiro. *Hansen. Int.*, 27(2), 70-76. Disponível em: <http://www.ilsl.br/revista/detalhe_artigo.php?id=10633>. Acessado em: 12 jul. 2017.
- Paiva, C. H. A. & Teixeira, L. A. (2014). Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*,

- 21(1), 15-35. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702014000100002>>. Acessado em 12 jul. 2017.
- Pottier, B., Audubert, A., Pais, C. T. (1972). *Estruturas linguísticas do português*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Rezende, R. M. & Paula, M. H. (2016). Lematização no ‘Glosário regional’ da obra Estudos de dialetologia portuguesa: linguagem de Goiás – 1944. In A. F. Neves, M. H. Paula, P. H. R. Anjos, J. L. Bernardo & M. G. G. Pires (Orgs), *Estudos Interdisciplinares em Humanidades e Letras* (pp. 495-509). São Paulo: Blucher.
- Robin, R. (1977). *História e linguística*. São Paulo: Cultrix.
- Santos, V. S. (2003). Pesquisa documental sobre a história da hanseníase no Brasil. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, 10(1), 414-426. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702003000400019>>. Acessado em 12 jul. 2017.
- Spencer, N. C. W. (1961). Linguistic fields, conceptual systems and the Weldbild. *Transactions of the Philological Society*, 60(1), 87-106. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1467-968X.1961.tb00988.x>>. Acessado em 12 jul. 2017.

Sitografia

Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. 12 jul. 2017.

Fontes:

Bíblia. (1985). *A Bíblia de Jerusalém*. Nova edição rev. e ampl. São Paulo: Paulus.

Lei nº 9.010, de 29 de março de 1995 (Brasil).

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva. (CD-ROM)

[recebido em 30 de novembro de 2017 e aceite para publicação em 17 de maio de 2018]

UM 'CARTAPÁCIO' NA GAZETA DE LISBOA OCCIDENTAL: A ARTE EXPLICADA (1729-1734) DE JOÃO DE MORAIS MADUREIRA FEIJÓ (1688-1741)

A 'CARTAPÁCIO' IN THE GAZETA DE LISBOA OCCIDENTAL:
THE ARTE EXPLICADA (1729-1734) BY JOÃO DE MORAIS
MADUREIRA FEIJÓ (1688-1741)

Rolf Kemmler
kemmler@utad.pt

Susana Fontes
sfontes@utad.pt

Sónia Coelho
ccoelho@utad.pt

Teresa Moura
tmoura@utad.pt

Carlos Assunção*
cassunca@utad.pt

A Orthografia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com acerto a Lingua Portuguesa (1734) do ortógrafo setecentista Madureira Feijó é, sem dúvida, uma das obras metaortográficas mais importantes do século XVIII. No entanto, não se pode considerar uma obra independente, visto que há indícios de que ela faz parte do conjunto da obra neoalvaresiana do mesmo autor que se tornou famosa sob o título *Arte Explicada*. No âmbito do presente artigo, pretendemos analisar os anúncios relevantes publicados na *Gazeta de Lisboa Occidental*, entre 1729 e 1734, visando provar que a *Orthografia* de Feijó constitui a quarta e última parte da primeira edição da *Arte Explicada*, publicada ao longo de seis tomos na tipografia lisboeta de Miguel Rodrigues.

Palavras-chave: Madureira Feijó, *Arte Explicada*, anúncios da *Gazeta de Lisboa*

The *Orthografia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com acerto a Lingua Portuguesa* (1734) by the eighteenth century orthographer Madureira Feijó is undoubtedly one of the most important metaorthographic works of the eighteenth century. However, it cannot be considered an independent work, since there are indications that it is but a part of the author's neo-Alvaresian work that became famous under the title *Arte Explicada*. In the present paper, we intend to analyse the relevant ads that were published in the *Gazeta de Lisboa Occidental*, between 1729 and 1734, with the intent of proving that Feijó's *Orthografia* constitutes the fourth and last part of the first edition of the *Arte Explicada*, published in a total of six volumes in Miguel Rodrigues' Lisbon printing shop.

Keywords: Madureira Feijó, *Arte Explicada*, ads from *Gazeta de Lisboa*

* Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal.

1. Introdução

Para qualquer estudo que se concentre no âmbito das obras metaortográficas históricas dedicadas à língua portuguesa, a *Orthografia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com acerto a Língua Portuguesa* (1734), do religioso brigantino João de Morais Madureira Feijó (1688-1741)¹, constitui hoje, sem dúvida, uma referência obrigatória. Não será mesmo descabido considerá-lo como o ortógrafo português mais importante do século XVIII.²

No entanto, convém recordar que “[...] a Orthographia de Feijó não é uma obra totalmente autónoma [...]”, já que tudo leva a crer que se trate “[...] do quarto volume de um comentário da obra *De institutione grammatica libri tres*, do jesuíta Manuel Álvares [...]” (Kemmler 2001, p. 207). Com efeito, foi a parte latino-portuguesa do conjunto neoalvaresiano do mesmo autor, com o título *Arte Explicada*, que cimentou a fama do autor setecentista como comentarista neoalvaresiano, merecendo-lhe, em última medida, a proibição da sua obra no âmbito da reforma pombalina dos estudos secundários em 28 de junho de 1759.

Tanto o desastre do terramoto de 1755 como a proibição pombalina levaram ao facto de os exemplares de qualquer um dos tomos das três edições conhecidas da *Arte Explicada* serem extremamente raros. É por isso que ainda hoje não é possível fazer-se afirmações conclusivas sobre o universo editorial de todo este conjunto neoalvaresiano. Deixando de lado as reedições subsequentes (sobre cujos exemplares e variantes, infelizmente, ainda não possuímos informações fidedignas num grau suficiente), consideramos, efetivamente, que só agora conseguimos as informações necessárias para resolver uma parte significativa do ‘mistério’ bibliográfico em torno da obra metalinguística de João de Morais de Madureira Feijó, o que nos permite a presente reavaliação da primeira edição.

Ao aproveitarmos o manancial publicitário da *Gazeta de Lisboa Occidental*, no presente artigo pretendemos apresentar os anúncios publicitários relativos à saída do prelo dos vários tomos de que se compõe o referido conjunto

1 Sobre a vida do autor, veja-se Kemmler (2001, pp. 205-206), bem como Gonçalves (1992, p. 51).

2 Sem dúvida, terá sido por isso que Gonçalves (2003) tomou a ortografia do transmontano como termo *a quo* para o seu estudo monográfico da ortografia portuguesa de 1734 a 1911.

neolvaresiano do autor, para assim permitir o estabelecimento de uma sequência em que os elementos pertencentes à *Arte Explicada* foram publicados.³

2. Os 'cartapácios' neolvaresianos

Como se sabe, a tradição metalinguística alvaresiana teve a sua origem quando o humanista português Manuel Álvares (1526-1583) foi incumbido da tarefa de elaborar a gramática latina que se destinava a ser utilizada em todas as escolas da Companhia de Jesus. A súmula destes esforços gramaticográficos, intitulada *Emmanuelis Alvari e Societate Iesv de institvtione grammatica libri tres*, saiu do prelo lisboeta de João da Barreira, em 1572.⁴

Logo a seguir à primeira edição desta *ars maior* (e da *ars minor* com o mesmo título que data do ano seguinte; cf. Kemmler 2015), a obra alvaresiana passou de imediato a gozar de um enorme êxito editorial mundial ao longo dos séculos seguintes.

Mas o impacto editorial da gramática de Álvares não se limitava a reproduções da mesma: desde o século XVII foram aparecendo, em Portugal, os comentários conhecidos pelo nome genérico de *cartapácios*⁵, os quais talvez devessem ser chamados 'tratados metalinguísticos neolvaresianos', por se destinarem a servir como comentários à obra de Álvares. São de destacar as obras seiscentistas de Bartolomeu Rodrigues Chorro (*Cvriosas Advertencias da boa Grammatica no Compendio, & Exposição do P. Manuel Alvarez em lingua Portuguesa*, 1619), de António Franco (*Promptuario de Syntaxe*, 1699), de

3 Está em preparação outro estudo que se ocupa de uma descrição mais pormenorizada de todos os volumes que agora se sabe que constituem a primeira edição da *Arte Explicada*.

4 A primeira edição da obra foi objeto de uma magistral edição com estudo introdutório por Rogelio Ponce de León Romeo (2002). A parte sintática foi objeto da tese de doutoramento de Juan María Gómez Gómez (2002).

5 Para o termo *cartapácio*, o lexicógrafo Bento Pereira (1741, p. 1103) apresenta a simples equivalência latina "Codex, icis". Já Rafael Bluteau (1712, vol. II, p. 169) oferece uma definição bastante mais ampla: "CARTAPACIO. Cartapácio. O livro de mão, em que se escrevem varias materias. Chamaõlhe alguns, *Adversaria, orum. Neut. Plur.* que propriamête era o Borrador das contas dos mercadores. Outros lhe chamarão *Codex exceptorius*; a 1. palavra he de Cicero, a 2. de Ulpiano. Tenho hũ *Cartapácio* não pequeno de fallas, & oraçoens de Embaixadores. Lobo, Corte na Aldea. Dial. 4. pag. 78.

Cartapacio de Syntaxe. Livro, em q̃ estão as regras da syntaxe em latim, & é Portuguez, por onde aprendem, os q̃ estudão. *Syntaxis libellus, i. Masc.*".

A definição de Bluteau permite a observação que, já em inícios do século XVIII, estava a ocorrer uma mudança semântica, uma vez que passou a ser, segundo pertinentemente explica Verdelho (2012, p. 221), a "[...] designação geralmente usada para os vários manuais expressamente publicados para analisar e explicar cada uma das partes da gramática".

João Nunes Freire (*Annotações aos generos e preteritos da Arte nova*, 1635; *Annotações ad Rudimenta grammaticae*, 1643; *Margens da Syntaxe, com a construção em Portuguez*, 1653) e de José Soares (*Explicationes in praecipuam partem totius artis P. Emmanuel Alvares quæ syntaxin complectitur*, 1670) e as setecentistas de João Antunes de Brito (*Mappa da Grammatica Latina dividido em cinco partes*, 1714) e de Matias Rodrigues Portela / Inácio Leão de Sá (*Cartapacio de syllaba, e figuras, conforme a ordem dos mais cartapacios de grammatica*, 1738).⁶

3. A primeira edição da *arte explicada*

Ao passo que os referidos tratados metalinguísticos neoalvaresianos eram obras mais ou menos extensas que eram publicadas num só volume, o transmontano João de Moraes Madureira Feijó, jesuíta egresso e preceptor do primeiro Duque de Lafões, D. Pedro Henrique de Bragança Ligne Sousa Mascarenhas da Silva (1718-1761)⁷, passou, desde 1729 até 1734, a publicar o que deve ser considerado como o conjunto mais amplo de todos os cartapácios neoalvaresianos em Portugal e mesmo de todos os manuais metalinguísticos da língua latina de orientação neoalvaresiana em geral: a *Arte Explicada*.

3.1. As partes da *editio princeps* da *Arte Explicada*

É logo no início do primeiro tomo, com o título latino *Explicationes in omnes partes Totius Artis*, que o autor refere explicitamente o título *Arte Explicada*, oferecendo uma introdução aos conteúdos previstos da obra completa como conjunto de várias partes:

6 Vejam-se os artigos de Ponce de León Romeo (2002) e de Kemmler (2013, pp. 161-163), bem como as indicações bibliográficas em Cardoso (1994). O número de cartapácios não mencionados por Cardoso, localizados noutras bibliotecas bem como nas bibliotecas particulares a que tivemos acesso, leva-nos a concluir que também a história desta vertente do impacto real da obra de Manuel Álvares ainda está por escrever.

7 Sobrinho do Rei D. João V, filho legítimo do Infante D. Miguel, D. Pedro recebeu o título de Duque de Lafões na ocasião do seu batismo, em 5 de novembro de 1718. Foi Regedor das Justiças da Casa da Suplicação desde 1749.

ARTE EXPLICADA
PARA O USO
DO EXCELLENTISSIMO DUQUE DE LAFOENS,
Dividida em tres Partes.

PRIMEYRA PARTE

CONTém todos os rudimentos, ou principios da Grammatica, que são *Nominativos, Languages*, as oito partes da *Oração*, a que chamaõ *Rudimenta*; os *Generos dos Nomes*, os *Preteritos*, e *Supinos dos Verbos*, e as *Declinaçoens dos Nomes Latinos, Gregos, Anomalos*, e *Defectivos*.

SEGUNDA PARTE

DÍvide-se em dous Tomos. O primeyro contém toda a *Syntaxe Perfeyta*, e no fim hũa *Resposta Apologetica* a hũas duvidas, ou notas, que sahiraõ contra a Arte do R. Padre Manoel Alvares. O segundo Tomo contém todos os *Escholios dos Nomes*, e *Verbos*, que traz a Arte com as suas significaçoes, casos, e uso.

TERCEYRA PARTE

CONTém a *Syntaxe Figurada* com hum compendio da *Orthographia*, para evitar os barbarismos na escrita das palavras: a *Syllaba Perfeyta*, e *Figurada*, a *Divisaõ dos versos*, e como se medem todos: as *Palavras poeticas*, ou *Patronymicos, Metaplasmo*, e *Prosodia* &c. (Feijó 1729, I/1, p. [III]).

A publicação da primeira edição da obra prolongou-se pelo período de cinco anos, como veremos nos seguintes anúncios publicitários.

3.2. A Arte Explicada na Gazeta de Lisboa Occidental

No âmbito de um estudo linguístico recente sobre a *Gazeta de Lisboa* (que de janeiro de 1718 até agosto de 1741 se chamava *Gazeta de Lisboa Occidental*)⁸,

8 Através da bula áurea *In Supremo Apostolatus Solio*, de 7 de Novembro de 1716, o Papa Clemente XI elevou a capela real à dignidade de Basilica Patriarcal, estabelecendo no § 4 a seguinte divisão diocesana em 'Lisboa "Divisionem autem prædictæ Civitatis Ulyssiponensis in duas partes, ut infra, faciendam esse decernimus, prout vigore præsentium facimus, unamque partem ab alterâ dividimus, & separamus, itaut Civitas Ulyssiponensis antiquior, cum suo Castello, & suburbio Orientali, ad pro tempore existentem Archiepiscopum Ulyssiponensem Orientalem, suburbium verò Occidentale, quod nova Ulyssipo nuncupatur, ad futurum, & pro tempore existentem Ulyssiponensem Occidentalem respectivè nuncupandos, respectivè pertineant, unaque pars ab alterâ distinguatur per antiquiores muros Civitatis, nempe per murum Civitatis Portæ Consolationis, per murum Costâ de Castello, ac per murum, & Portam Sancti Andreae [...]"

Susana Fontes observa o seguinte sobre a natureza dos anúncios publicitários (identificados como ‘aviso’, cf. Fontes 2013, p. 51, ou ‘Advertencias’, cf. GL 36, 5 de setembro de 1732: p. 380), que desde as origens vinham sendo publicados na parte final do referido periódico lisboeta:

Entre os produtos anunciados, merecem, sem dúvida, destaque as obras que saíam no momento em que a Gazeta era publicada, numa estrutura em que se identificava a obra e o local onde ela podia ser adquirida, sendo muitas vezes ocultado o nome do autor, uma vez que o principal objetivo desta secção era precisamente anunciar o local onde determinado produto podia ser adquirido, num objetivo concreto de nível comercial (Fontes 2013, p. 52).

No que respeita à nossa perspetiva historiográfico-linguística, o que mais interessa dentro destes anúncios publicitários são, obviamente, aqueles que fazem referência explícita a obras metalinguísticas, permitindo, assim, chegarmos a conclusões sobre quando as obras em questão acabaram de sair do prelo para ficarem disponíveis no mercado livreiro, bem como sobre o modo como as mesmas eram distribuídas dentro do sistema livreiro de então. Entre os respetivos volumes da *Gazeta de Lisboa Occidental*, conseguimos localizar a existência dos seguintes anúncios publicitários anteriormente desconhecidos sobre o ‘cartapácio’ de Feijó:⁹

Arte Latina do P. Manoel Alvares explicada para o Duque de Lafoões pelo P. João de Moraes de Madureira em dous tomos, vende-se no largo do Carmo, na escada de Gregorio do Paço. Ficaõ-se imprimindo a 2. e 3. partes em que se hade tratar da Sintaxe figurada, Ortografia, e Syllaba, com a medição de todas as especies de versos (GL 1729a, p. 282).

(Sousa 1746, V, p. 172). Servia como delimitação territorial principal a antiga muralha da Costa do Castelo, de modo que Lisboa ocidental era composta do espaço urbano a oeste da Mouraria. Através do “Alvará, porque elRey D. João o V. dividio Lisboa em Occidental, e Oriental» (Sousa 1746, V, pp. 190-192), a divisão eclesiástica chegou mesmo a ser adotada para a administração secular por D. João V, em 15 de janeiro de 1717, vindo a ser abolida através do «Alvará delRey D. João o V. por que mandou, que havendo cessado os motivos da divisaõ de Lisboa Occidental, e Oriental, se não chame mais, que Lisboa” de 31 de agosto de 1741 (Sousa 1746, V, pp. 289-290; cf. também Alvará 2014).

9 A seguir, reproduzem-se a grafia e composição tipográfica originais dos textos citados. Assim, como as ‘Advertencias’ da *Gazeta de Lisboa* normalmente se encontravam impressas em caracteres itálicos, optámos igualmente por manter este tipo dentro das nossas citações. A publicidade na *Gazeta de Lisboa* foi estudada por Soares (2007) que, no segundo volume do seu trabalho, oferece uma digitação de todos os anúncios do período por ela estudado (1715-1760).

Sem mencionar o título do conjunto de obras neoalvaresianas, este anúncio, publicado na *Gazeta de Lisboa Occidental* n.º 35, de 1 de setembro de 1729, informa sobre a essência do projeto editorial, que se afirma ser constituído de dois tomos, sendo, para além disso, apresentadas as outras duas partes a serem impressas. Ao identificar o autor como 'Padre João de Moraes de Madureira', a referência ao Duque de Lafões faz alusão ao relacionamento entre o preceptor e o educando nobre. Sem qualquer informação mais específica sobre o ponto de venda do livro recém-publicado, ficamos apenas a saber que era vendido no largo do Carmo, em Lisboa.

Uma vez, porém, que no ano de 1729 só um único tomo da autoria de Feijó chegou a ser publicado, a informação incorreta foi corrigida duas semanas depois, na *Gazeta* n.º 37, de 15 de setembro de 1729:

Da Explicação da Arte da Grãmatica Latina do Padre Manoel Alvares feita pelo Padre João de Moraes, sahio o Primeiro tomo que contem a explicação de todos os principios da Grãmatica (GL 1729b, p. 298).

Também neste anúncio, o volume publicado é enquadrado dentro do comentário neoalvaresiano do nosso autor, que aqui somente é identificado como 'Padre João de Moraes'. O anúncio informa sobre a publicação do primeiro tomo como a 'explicação de todos os princípios da gramática', parecendo-nos evidente que se deve tratar do tomo intitulado *Explicationes in omnes partes totius artis R. P. Emmanuelis Alvarez è Societate Jesu* (Feijó 1729, I/1).

Passados alguns meses, foi na *Gazeta* n.º 21, de 25 de maio de 1730, que se anunciou a publicação da segunda parte:

Sahio a luz a Arte Explicada parte segunda Syntaxe em quarto para o uso do Excellentissimo Duque de Lafoens, pelo seu Mestre João de Moraes de Madureiro, Presbytero, e Bacharel em Theologia. Vende-se na Officina de Miguel Rodrigues mercador de livros na rua da ametade às portas de Santa Catharina (GL 1730, p. 168).

Trata-se, sem dúvida, do volume intitulado *Arte Explicada: Segunda parte, Syntaxe* (Feijó 1730, II/1), o único a ser publicado naquele ano. Encontramos aqui, pela primeira vez, a referência explícita ao título do conjunto de obras, sendo o autor identificado como 'João de Moraes de Madureiro [*sic*], Presbytero, e Bacharel em Theologia', mestre do Duque de Lafões. Apesar de o primeiro tomo já ter sido impresso pelo impressor-livreiro lisboeta Miguel Rodrigues,

este anúncio é o primeiro a mencionar explicitamente a oficina tipográfica que o mesmo tinha na Rua de Ametade às Portas de Santa Catarina, isto é, na que hoje é a Rua Serpa Pinto, que se cruza com a Rua Garrett, a poucos metros da igreja dos Mártires e do Chiado. Para além de mencionar o título deste volume, o anúncio não fornece detalhes sobre o conteúdo do mesmo.

Passados dois anos, na *Gazeta* n.º 23, de 5 de junho de 1732, chegou a ser noticiado o volume seguinte:

Sahio impresso o terceiro Tomo da Arte Explicada, que se intitula Appendiz da Syntaxe Perfeita, que contém todos os Escholios dos Nomes, e Verbos com as suas significaçãoens, casos, e uzo com hum novo Methodo para exercicio da lingua Latina, pelo seu Autor, o Reverendo João de Moraes de Madureyra, Mestre do Excellentissimo Duque de Lafoens. Vende-se com a primeira, e segunda parte em casa do Padre Miguel da Fonseca Capellaõ do Duque de Lafoens (GL 1732a, p. 284).

Mesmo que o anúncio refira tratar-se do ‘terceiro tomo’ do conjunto, fica evidente que este não pode ser outro senão o volume intitulado *Arte Explicada: Appendiz da Syntaxe perfeita, e segundo tomo da segunda parte, Escholios de Nomes, e Verbos* (Feijó 1732a, II/2). Parece evidente que as informações bastante detalhadas sobre a obra derivam do próprio rosto de Feijó (1732a, II/2, p. [I]) que, entre outros, reza o seguinte: “[...] contem todos os escholios dos adjectivos, e verbos, que traz a Arte na Syntaxe, com as suas significaçãoens, casos, e uso”. No entanto, é um dado completamente novo a referência ao ‘Padre Miguel da Fonseca Capellaõ do Duque de Lafoens’, que passou a servir como ponto de venda adicional de toda a *Arte Explicada*.¹⁰

Passados mais alguns meses, a *Gazeta* n.º 36, de 4 de setembro de 1732, noticiou a publicação de mais dois volumes da *Arte Explicada*:

Sahio impresso o quarto tomo da Arte Explicada, que contem a Syntaxe figurada, a syllaba perfeita, e figurada, com todas as especies, que ha de versos explicados, e medidos: a medição de todos os versos de Horacio, e dos Hymnos; de que usa a Igreja. Pelo seu Autor o Reverendo João de Moraes Madureira, Mestre do Excellentissimo Duque de Lafoens. Vende-se com os mais tomos em caza do Padre

10 Permanece a dúvida se as receitas das vendas por parte do capelão Miguel da Fonseca Ribeiro verteram para os cofres da casa do Duque de Lafões (como ilustre beneficiário da dedicatória) ou se este os passou ao autor. Ou será mesmo que o Duque de Lafões teve um papel mais ativo na edição do conjunto ao patrocinar a impressão? Seja como for, até agora não nos foi possível obter qualquer informação sobre o referido capelão do Duque de Lafões, quer sob o nome ‘Padre Miguel da Fonseca’, quer sob o nome ‘Padre Miguel da Fonseca Ribeyro’.

Miguel da Fonseca Ribeyro, Capellaõ do Excellentissimo Duque de Lafoës, e na Officina de Miguel Rodrigues às portas de Santa Catharina.

Sahio mais impresso hum Additamento à primeira parte da Arte Explicada, que contém os Nominativos, Linguagens, com tudo o que atêgora lhe faltava para os principiantes. Pelo mesmo Autor, que completou toda a obra, com hum cabal explicação de toda a Arte Latina do Padre Manoel Alvares, com grande facilidade para se aprender a Gramatica em breve tempo. O Additamento vende-se na Officina de Miguel Rodrigues, que mora na rua da Ametade às portas de Santa Catharina. A Ortografia, que o Autor prometeo junto com a Syntaxe figurada, e syllaba, ha de sair em tomo separado, e já fica no prelo (GL 1732b, p. 380).

O primeiro dos volumes mencionados pelo anúncio é o quarto tomo, intitulado *Arte Explicada: terceira parte, e quarto tomo, Syntaxe figurada, syllaba, e versos com a sua medição* (Feijó 1732b, p. III). O anúncio oferece bastante mais informações do que consta do rosto da própria obra. Para além disso, são mencionados os dois pontos de venda já conhecidos.

O segundo dos volumes novamente saídos do prelo intitula-se *Additamento a' primeira parte da Arte Explicada: Nominativos, e Linguagens* (Feijó 1732c, I/2). Ainda que o rosto da obra forneça alguma informação adicional sobre o conteúdo (*Contem todos os nomes declinados por todos os seus Casos: e todos os Verbos conjugados em todos os Tempos de cada Modo, com as Linguagens Latinas, e Portuguezas. Em cada hum se ajunta a explicação de tudo, o que he necessario para a sua intelligencia. O mesmo se faz em cada Modo, e em cada Tempo dos Verbos com as suas formaçoens. Em hum, e outro Principio se ensinaõ os methodos de se perguntarem com mais utilidade, cf. Feijó 1732c, I/2, p. [I]*), a informação do anúncio é algo mais resumida e destaca o público-alvo do tomo, os 'principiantes'.

No seu terceiro parágrafo, o anúncio informa sobre a situação atual relativa à publicação da ortografia que, afinal, e ao contrário do que o autor inicialmente tinha previsto, não seria publicada juntamente com a sintaxe figurada, mas num volume separado. Com efeito, este volume chegou a ser anunciado na *Gazeta* n.º 32, de 22 de julho de 1734.

Sahio impresso em quarto a Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua Portuguesa. Autor Joam de Moraes Feijó, Presbytero do habito de S Pedro, Bacharel em Theologia, &c. Mestre do Duque de Lafoens. Vende-se na Imprensa de Miguel Rodrigues na rua da ametade, e no largo do Carmo na escada de Manoel Lourenço (GL 1734, p. 340).

Sem fazer qualquer referência explícita ao conjunto metalinguístico, este anúncio permite-nos saber que a *Orthographia* do nosso autor já tinha sido efetivamente publicada em julho de 1734. Perante o conteúdo dos outros anúncios, parece-nos lícito concluir que podemos encarar esta obra como o encerramento efetivo do ciclo editorial da *Arte Explicada*, sendo o autor identificado como ‘Joam de Moraes Feijó, Presbytero do habito de S Pedro, Bacharel em Theologia, &c. Mestre do Duque de Lafoens’. Quanto aos pontos de venda, o anúncio refere a oficina do livreiro-impressor Miguel Rodrigues e a escada de Manuel Lourenço, ao largo do Carmo.

Uma vez que o nome do autor não aparece da mesma forma (ou mesmo completo) em qualquer um dos anúncios na *Gazeta*, convém procedermos a uma breve comparação com o que se encontra nos respetivos rostos:

Tabela 1. O nome do autor nos rostos da obra e nos anúncios da GL

Referência nos rostos	Variação no anúncio
Ad usum excellentissimi Ducis Allafonensis, expositæ à magistro suo Joanne de Moraes Madureyra Feyjo’ Ex Ordine Divi Petri Sacerdote Philosopho, ac Theologo, Et olim in præclarissima Societate Jesu Rhetorices Præceptore (Feijó 1729, I/1, p. [I]).	[...] para o Duque de Lafoês pelo Padre João de Moraes de Madureira [...] (GL 1729a, p. 282).
Ad usum excellentissimi Ducis Allafonensis, A’ magistro suo Joanne de Moraes Madureyra Feyjo’ Ex Ordine Divi Petri Sacerdote Philosopho, ac Theologo, & olim in præclarissimâ Societate Jesu Rhetorices Præceptore (Feijó 1730, II/1, p. [I]).	[...] do Padre João de Moraes [...] (GL 1729b, p. 298).
Ad usum excellentissimi Ducis Allafonensis A Magistro suo Joanne de Moraes Madureyra Feyjo, Ex Ordine Divi Petri Sacerdote Philosopho, ac Theologo (Feijó 1732a, II/2, p. [I]).	[...] para o uso do Excellentissimo Duque de Lafoens, pelo seu Mestre João de Moraes de Madureiro, Presbytero, e Bacharel em Theologia (GL 1730, p. 168).

Ad usum excellentissimi Ducis Allafonensis A Magistro suo Joanne de Moraes Madureyra Feyjó, Ex Ordine Divi Petri Sacerdote, Philosopho, ac Theologo (Feijó 1732b, III, p. [I]).	[...] pelo seu Autor, o Reverendo João de Moraes de Madureyra, Mestre do Excellentissimo Duque de Lafoens (GL 1732a, p. 284)
Pelo seu Autor Joam de Moraes Madureyra Feijo, Mestre do Excellentissimo Duque de Lafoens (Feijó 1732c, I/2).	Pelo seu Author, o Reverendo João de Moraes Madureira, Mestre do Excellentissimo Duque de Lafoens (GL 1732b, p. 380)
Para uso do excellentissimo Duque de Lafoens. Pelo seu mestre João de Moraes Madureyra Feyjó Presbytero do habito de S. Pedro, Bacharel em Theologia, e Prégador (Feijó 1734, IV, p. [I]).	Joam de Moraes Feijó, Presbytero do habito de S Pedro, Bacharel em Theologia, &c. Mestre do Duque de Lafoens (GL 1734, p. 340)

Observa-se que o autor do conjunto da *Arte Explicada* se identifica sempre com todos os elementos onomásticos de que se compõe o seu nome, ao passo que a maioria dos anúncios omite o último apelido 'Feijó'. Para além disso, faz igualmente questão de mencionar, dentro da referência latina ao autor e na dedicatória nos primeiros quatro tomos, a sua formação em teologia e a natureza do seu relacionamento com o primeiro Duque de Lafões. Apenas no *Additamento a' primeira parte* (Feijó 1732c, I/2) e na *Orthographia* (Feijó 1734, IV) o autor opta por oferecer as informações biográficas no vernáculo português.

4. Conclusão

Os anúncios publicados na *Gazeta de Lisboa Occidental* entre 1729 e 1734 permitem-nos uma apreciação bibliográfica inovadora e definitiva do *magnum opus* do nosso autor brigantino. É com base nestes textos publicitários que podemos concluir que o conjunto de obras metalinguísticas neolavarensianas da autoria do transmontano João de Moraes de Madureira Feijó saiu efetivamente à luz no prelo lisboeta de Miguel Rodrigues dentro da seguinte sequência:

- 1.1 *Explicationes in omnes partes totius artis R. P. Emmanuelis Alvarez è Societate Jesu* (1729)

- 1.2 *Additamento a' primeira parte da Arte Explicada: Nominativos, e Linguagens* (1732c)
- 2.1 *Arte Explicada: Segunda parte, Syntaxe* (1730)
- 2.2 *Arte Explicada: Appendiz da Syntaxe perfeita, e segundo tomo da segunda parte, Escholios de Nomes, e Verbos* (1732a)
- 3 *Arte Explicada: terceira parte, e quarto tomo, Syntaxe figurada, syllaba, e versos com a sua medição* (1732b)
- 4 *Orthografia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com acerto a Lingua Portuguesa* (1734)

No que respeita, enfim, à primeira edição, fica-se a saber que esta teve um total de quatro partes, repartidas em seis tomos que foram impressos pelo tipógrafo lisboeta Miguel Rodrigues, num espaço de tempo de cinco anos (de 1729 até 1734). Baseado no presente quadro anteriormente desconhecido, convém agora, como já se afirmou, proceder-se ao estudo das várias partes constituintes da *Arte Explicada* no âmbito de estudos mais aprofundados.

Referências

- Feijó, J. de M. M. (1729). *Explicationes in omnes partes totius artis R. P. Emmanuelis Alvarez è Societate Jesu, ad usum Excellentissimi Ducis Allafonensis, Expositæ à Magistro suo Joanne de Moraes Madureyra Feyjo' Ex Ordine Divi Petri Sacerdote Philosopho, ac Theologo, Et olim in præclarissima Societate Jesu Rhetorices Præceptore*. Ulyssipone Occidentali: Ex Prælo Michaelis Rodrigues, I/1.
- Feijó, J. de M. M. (1730). *Arte Explicada. Segunda parte. Syntaxe. Ad usum Excellentissimi Ducis Allafonensis, A' Magistro suo Joanne de Moraes Madureyra Feyjo' Ex Ordine Divi Petri Sacerdote Philosopho, ac Theologo, & olim in præclarissimâ Societate Jesu Rhetorices Præceptore*. Ulyssipone Occidentali: Ex Prælo Michaelis Rodrigues, II/1.
- Feijó, J. de M. M. (1732a). *Arte Explicada Appendiz da Syntaxe Perfeita, e segundo tomo da segunda parte Escholios de Nomes, e Verbos. Ad usum Excellentissimi Ducis Allafonensis A Magistro suo Joanne de Moraes Madureyra Feyjo, Ex Ordine Divi Petri Sacerdote Philosopho, ac Theologo. contem todos os escholios dos adjectivos, e verbos, que traz a Arte na Syntaxe, com as suas significaçãoens, casos, e uso. A cada nome adjectivo se ajunta o substantivo, o verbo, e adverbio de competente significação, para se variarem as oraçãoens. Os verbos se dividem todos pelos cinco generos de Neutros, Activos, Passivos, Communs, e Depoentes, e no fim os Impessoaes. Em cada nome, e verbo se declaraõ as syllabas breves, e longas para a pronunciação; e muitos usos da latinidade*. Lisboa Occidental: Na Officina de Miguel Rodrigues, II/2.

Feijó, J. de M. M. (1732b). *Arte Explicada. terceira parte, e quarto tomo Syntaxe Figurada, Syllaba, e Versos Com a sua medição. Ad usum Excellentissimi Ducis Allafonensis A Magistro suo Joanne De Moraes Madureyra Feyjo', Ex Ordine Divi Petri Sacerdote, Philosopho, ac Theologo*. Lisboa Occidental: Na Officina de Miguel Rodrigues, III.

Feijó, J. de M. M. (1732c). *Additamento A' primeira parte DA Arte Explicada. Nominativos, e Linguagens. Contem todos os nomes declinados por todos os seus casos: e todos os Verbos conjugados em todos os Tempos de cada Modo, com as Linguagens Latinas, e Portuguezas. Em cada hum se junta a explicação de tudo, o que he necessario para a sua intelligencia. O mesmo se faz em cada Modo, e em cada Tempo dos Verbos com as suas formaçoens. Em hum, e outro Principio se ensinaõ os methodos de se perguntarem com mais utilidade. Pelo seu Autor Joam de Moraes Madureyra Feijo, Mestre do Excellentissimo Duque de Lafoens*. Lisboa Occidental: Na Officina de Miguel Rodrigues, I/2.

Feijó, J. de M. M. (1734). *Orthographia, ou Arte de Escrever, E Pronunciar com acerto a lingua portugueza. para uso do Excellentissimo Duque de Lafoens. pelo seu mestre Joaõ de Moraes Madureyra Feyjo' Presbytero do habito de S. Pedro, Bacharel em Theologia, e Prégador. Divide-se em tres Partes, a primeira de cada hũa das letras, e da sua pronunciação. Das vogaes, e Dithongos. Dos accentos, ou tons da pronunciação. A segunda de como se dividem as palavras. Da pontuação, algũas abbreviaturas, conta dos Romanos, e Latinos, Calendas, Nonas, e Idos. A terceira dos erros do vulgo, e emendas da Orthografia, no escrever, e pronunciar toda a lingua Portugueza, verbos irregulares, palavras dubias, e as suas significaçoens. Hũa breve instrucção para os Mestres das Eschólas*. Lisboa Occidental: Na Officina de Miguel Rodrigues Impressor do Senhor Patriarca, IV.

Feijó, J. de M. M. (1739a). *Arte Explicada. Primeira parte. Principios. Terceira impressão accrescentada, e emendada pelo seu Auctor Joaõ de Moraes Madureira Feyjo, Da Nobilissima Casa dos Morgados de Parada, Solar dos Madureyras Feyjós deste Reyno, Bacharel em Theologia, e Prior da Igreja Parochial da Villa de Ançam. Mestre Excellentissimo Duque de Lafoens. Contém todos os Nominativos, Linguagens, Rudimentos, Generos, Preteritos, e Declinaçoens dos Latinos, e Gregos, com toda a explicação necessaria para a perfeita intelligencia dos principiantes; os methodos de perguntar em cada principio, para se saberem em breve tempo, e com facilidade*. Coimbra: Na Officina de Luis Seco Ferreyra.

Feijó, J. de M. M. (1739b). *Arte Explicada, Primeira parte. Principios. Terceira impressão accrescentada, e emendada pelo seu Autor Joaõ de Moraes Madureira Feyjo' da Nobilissima Casa dos Morgados de Parada, Solar dos Madureiras Feyjó deste Reyno, Bacharel em Theologia, e Prior da Igreja Parochial da Villa de Ançã. Mestre*

do Excellentissimo Duque de Lafoens. Contém todos os Nominativos, Linguagens, Rudimentos, Generos, Preteritos, e Declinaçoens dos Latinos, e Gregos, com toda a explicação necessaria para a perfeita intelligencia dos principiantes; os methodos de perguntar em cada principio, para se saberem em breve tempo, e com facilidade.
Coimbra: Na Officina de Luis Secco Ferreira.

Feijó, J. de M. M. (1739c). *Arte Explicada, primeira parte. Principios. Terceira impressão accrescentada, e emendada pelo seu Autor João de Moraes Madureira Feyjo' da Nobilissima Casa dos Morgados de Parada, Solar dos Madureiras Feyjó deste Reyno, Bacharel em Theologia, e Prior da Igreja Parochial da Villa de Ançã. Mestre do Excellentissimo Duque de Lafoens. Contém todos os Nominativos, Linguagens, Rudimentos, Generos, Preteritos, e Declinaçoens dos Latinos, e Gregos, com toda a explicação necessaria para a perfeita intelligencia dos principiantes: os methodos de perguntar em cada principio, para se saberem em breve tempo, e com facilidade.*
Coimbra: Na Officina de Luis Secco Ferreira.

Feijó, J. de M. M. (1739d). *Arte Explicada. Segunda parte. Syntaxe. Para uso do Excellentissimo Duque de Lafoens. Pelo seu Mestre João de Moraes Madureyra Feyjo' Da Nobilissima Casa dos Morgados de Parada, Solar dos Madureyras Feyjós deste Reyno, Bacharel em Theologia, e Prior da Igreja Parochial da Villa de Ansaã. Segunda Impressão.* Coimbra: Na Officina de Luis Seco Ferreyra.

Feijó, J. de M. M. (1739e). *Arte Explicada. Segunda parte. Syntaxe. Para uso do Excellentissimo Duque de Lafoens. Pelo seu Mestre João de Moraes Madureyra Feyjo' Da Nobilissima Casa dos Morgados de Parada, Solar dos Madureyras Feyjós deste Reyno, Bacharel em Theologia, e Prior da Igreja Parochial da Villa de Ansaã. Segunda Impressão.* Coimbra: Na Officina de Luis Seco Ferreyra.

Feijó, J. de M. M. (1739f). *Arte Explicada. Segunda parte. Syntaxe. Para uso do Excellentissimo Duque de Lafoens. Pelo seu Mestre João de Moraes Madureyra Feyjo' Da Nobilissima Casa dos Morgados de Parada, Solar dos Madureyras Feyjós deste Reyno, Bacharel em Theologia, e Prior da Igreja Parochial de da Villa de Ansaã. Segunda Impressão.* Coimbra: Na Officina de Luis Secco Ferreyra.

Feijó, J. de M. M. (1739g). *Arte Explicada. Segunda parte. Syntaxe. Para uso do Excellentissimo Duque de Lafoens. Pelo seu Mestre João de Moraes Madureyra Feyjo' Da nobilissima [sic!] Casa dos Morgados de Parada, Solar dos Madureyras Feyjós deste Reyno, Bacharel em Theologia, e Prior da Igreja Parochial da Villa de Ansaã. Segunda Impressão.* Coimbra: Na Officina de Luis Secco Ferreyra.

Feijó, J. de M. M. (1753a). *Arte Explicada. Terceira parte. Scholios, Syntaxe Figurada, e Syllaba. Segunda Impressão pelo seu Auctor João de Moraes Madureira Feyjo' Bacharel*

- em Theologia, Mestre do Excellentissimo Duque de Lafoens, e Prior na Villa de Ançam*. Coimbra: Na Officina de Luis Seco Ferreira.
- Fontes, S. de F. A. (2013). *Gazeta de Lisboa: Estudo informático-linguístico*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Centro de Estudos em Letras (Coleção Linguística; 9).
- Gómez Gómez, J. M. (2002). Emmanvelis Alvares e Societate Iesv De Institvtione Grammatica liber secvndus: De octo partivm orationis constrvctione. In *Estudio, edición crítica, traducción, notas e índices*. Tesis doctoral, Universidad de Extremadura, Cáceres, España.
- Gonçalves, M. F. (2003). *As Ideias ortográficas em Portugal: De Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência e do Ensino Superior (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).
- Kemmler, R. (2001). Para uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911. *Lusorama*, 47-48, 128-319.
- Kemmler, R. (2007). *A Academia Orthográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes: Vida, obras e actividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*. Frankfurt: am Main: Domus Editoria Europaea (Beihefte zu Lusorama; 1. Reihe, 12. Band).
- Kemmler, R. (2015). The first edition of the *ars minor* of Manuel Álvares' *De institvtione grammatica libri tres* (Lisbon, 1573). *Historiographia Linguistica*, 42(1), 1-20.
- Soares, E. C. (2007). *A publicidade na Gazeta de Lisboa: 1715-1760*. 2 volumes. Dissertação de mestrado em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Sousa, A. C. (1746). *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa: Tirados dos Instrumentos dos Archivos da Torre do Tombo, da Serenissima Casa de Bragança, de diversas Cathedraes, Mosteiros, e outros particulares deste Reyno*. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana e da Academia Real.

Fontes

- Alvará = Alvará a extinguir a divisão da cidade em Lisboa Ocidental e Lisboa Oriental (1741): Livro 16º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 132-133. *Cadernos do Arquivo Municipal* 1 (2.ª Série, janeiro-junho de 2014), 319-320.
- GL = *Gazeta de Lisboa Ocidental* 35 (quinta-feira, 1 de setembro de 1729); (1729a), 275-282.

GL = Gazeta de Lisboa Occidental 37 (quinta-feira, 15 de setembro de 1729); (1729b), 291-298.

GL = Gazeta de Lisboa Occidental 21 (quinta-feira, 25 de maio de 1730); (1730), 161-168.

GL = Gazeta de Lisboa Occidental 23 (quinta-feira, 5 de junho de 1732); (1732a), 277-284.

GL = Gazeta de Lisboa Occidental 36 (quinta-feira, 4 de setembro de 1732); (1732b), 373-380.

GL = Gazeta de Lisboa Occidental 32 (quinta-feira, 22 de julho de 1734); (1734), 329-340.

[recebido em 23 de junho de 2017 e aceite para publicação em 27 de junho de 2018]

INTER-RELAÇÕES TEXTO-IMAGEM NAS METÁFORAS VERBO-PICTÓRICAS EM PUBLICIDADE

TEXT-IMAGE INTERRELATIONS IN ADVERTISING PICTORIAL METAPHORS

Pedro Simão Mendes*
id6133@alunos.uminho.pt

José Teixeira**
jsteixeira@ilch.uminho.pt

A publicidade é um campo privilegiado para comprovar determinadas técnicas multimodais que ligam sobretudo o texto e a imagem. Nessa multimodalidade comunicativa, o funcionamento metafórico e metonímico constitui um subdomínio particularmente interessante, não apenas na sua dimensão linguística, mas igualmente a nível de eficiência comunicativa para com o consumidor, a meta final da publicidade.

Neste texto procurar-se-á evidenciar como a dimensão multimodal da metáfora se pode ancorar na explicitação/subentendido quer da componente pictórica quer da textual, como isso se pode transformar em jogo desafiador de interpretações para o consumidor, e como o conceito de Necessidade de Cognição (Need For Cognition, ou NFC, no inglês) assenta bastante nos jogos metafórico-metonímicos que os anúncios publicitários podem conter.

Palavras-chave: publicidade, necessidade de cognição, metáfora pictórica, metonímia

Advertising is a privileged field to study multimodal techniques, mainly through text and image connections. In this communicative multimodality, metaphors and metonymies are specially interesting, not only for their linguistic dimension but also for their efficacy in getting to the consumer, which is the final goal of advertising.

The present work aims to show how multimodal metaphors can be anchored on textual and/or pictorial subtleties, how these can become playful challenges for the consumer, and how the concept of Need For Cognition (NFC) rests on metaphoric and metonymic tricks present in different ads.

Keywords: advertising, need for cognition, pictorial metaphor, metonym

* Doutorando em Psicologia Básica, CIPsi, Universidade do Minho, Portugal.

** CEHUM, Universidade do Minho, Portugal.

1. Introdução

Desde a publicação da obra *Metaphors We Live By*, de Lakoff e Johnson, em 1980, a metáfora deixou de ser considerada unicamente como processo linguístico exclusivo da Retórica e da escrita literária, para ter um foco conceptual (Teixeira 2013). Lakoff e Johnson propuseram a Teoria da Metáfora Cognitiva, que apresenta a ideia de que existem conceitos metafóricos básicos (metáforas concetuais) que nos ajudam a concetualizar o mundo em que vivemos, desde a sua realidade estrutural até à forma como lidamos com as outras pessoas (Romero & Soria 2015). As metáforas concetuais servem, por isso, para perceber e experienciar parcialmente um tipo de objeto ou realidade (“alvo”) em termos de outro objeto ou realidade (“fonte”), de diferentes domínios cognitivos (Romero & Soria 2015; Teixeira 2013). A metáfora conceptual é, portanto, identificada através da estrutura *ALVO É FONTE*.

As diferenças mais marcantes entre a conceptualização da Metáfora na Retórica tradicional, e numa perspetiva com foco cognitivo podem ser assim sintetizadas (Teixeira 2012):

- A. Metáfora na Retórica tradicional:
 - a. Ornamento da linguagem
 - b. Surge exclusivamente na linguagem verbal
 - c. Existe na expressão
- B. Metáfora na perspetiva cognitiva:
 - a. Mecanismo normal do conhecimento
 - b. Surge em qualquer forma de expressão (e.g., verbal, pictórica)
 - c. Existe na identificação cognitiva (metáfora é conceptual e surge em diferentes expressões)

Considerar a metáfora inserida num sistema conceptual envolveu uma transição que teve implicações na forma como se estudam os processos linguísticos do quotidiano (Romero & Soria 2015). De acordo com Sperandio (2015), a cultura ocidental, apresentou, durante muito tempo, preferência pela monomodalidade, isto é, a linguagem, falada ou escrita, abarcava todo o processo de comunicação, mas este padrão foi gradualmente sendo substituído por um interesse multimodal de comunicação (e.g. texto, imagem, som, cores), compreensível, aliás, pela evolução tecnológica dos próprios meios de comunicação. Também os estudos da linguagem em geral, e da metáfora em particular, mudam o seu foco de monomodal para multimodal.

Por exemplo, Forceville (2012) tem vindo a desenvolver investigação que se foca no processo metafórico visual/pictórico.

Por outro lado, o foco destes processos linguísticos (e multimodais) surge também nas ciências cognitivas, que encaram o fenómeno do processamento cognitivo da metáfora como alvo de interesse (e.g. Burgess & Chiarello 1996). Este interesse das ciências cognitivas surge, em parte, pela procura em compreender como a mente humana processa formas linguísticas mais complexas (como a metáfora) e os processos neurocognitivos associados (Burgess & Chiarello 1996). De acordo com Lakoff e Johnson (2003), a maior parte da investigação neurocognitiva da linguagem foca-se sobretudo na linguagem figurativa (vs. não-figurativa), por ser bastante frequente nas interações diárias, e porque a sua compreensão é associada a exigências cognitivas mais elevadas. Efetivamente, existem evidências de que o cérebro humano processa a linguagem figurativa e não-figurativa de forma diferente (Thoma & Daum 2006), e que existe um certo regozijo no processamento de informação figurativa, sendo que determinados autores defendem a existência de um fator a que dão o nome de *Necessidade de Cognição* (Need For Cognition, ou NFC, no inglês). Cacioppo & Petty (1982, cit. Mohanty & Ratneshwar 2015) definiram a NFC como a motivação de um indivíduo para se envolver em tarefas cognitivas que exigem grande esforço.

De acordo com Mohanty & Ratneshwar (2015), o nível de incongruência entre os elementos “alvo” e “fonte” de uma metáfora é um fator importante para a sua atratividade. Um anúncio com o título “A água engarrafada MAIS FRESCA na sua loja!” acompanhado de uma imagem de uma garrafa de água que verte água junto de rochas, tornando-se um rio, seria um exemplo de congruência entre “alvo” (água engarrafada) e “fonte” (água de um rio); o mesmo título acompanhado de uma imagem de uma garrafa de água que apresenta um pão saindo dela, em cima de uma pá de madeira, seria um exemplo de incongruência entre “alvo” (água engarrafada) e “fonte” [pão (fresco)] (cf. exemplos em Mohanty & Ratneshwar 2015). Por outro lado, níveis demasiado elevados de incongruência podem tornar a metáfora incompreensível. No seu estudo, estes autores encontraram resultados que apoiam a ideia segundo a qual a compreensão subjetiva do anúncio é menor em casos de maior incongruência da metáfora visual. Mais, em geral, pessoas com elevados níveis de NFC (vs. baixos níveis de NFC) compreendiam melhor as metáforas visuais utilizadas nos anúncios. Este constitui apenas um exemplo de exploração do estudo da compreensão da metáfora com

variáveis cognitivas (neste caso, a NFC), num contexto do quotidiano (neste caso, anúncios publicitários).

A publicidade, que recorre muitas vezes a um discurso multimodal, é um contexto de eleição para o estudo da metáfora verbal e pictórica (e.g. Alousque 2014; 2015; Forceville 2012; 2014). Aliás, Forceville (2014) argumenta que a multimodalidade pode ser utilizada de várias formas, incluindo situações em que o “alvo” se apresenta numa modalidade, e a “fonte” noutra. A título de exemplo, Alousque (2015) analisou anúncios que continham metáforas verbo-pictóricas, classificando-os numa escala contínua (ver Figura 1). O presente trabalho tem precisamente por objetivo analisar anúncios publicitários que contenham metáforas verbais e/ou pictóricas, identificando-as e enquadrando os anúncios presentes nesta escala (Figura 1).

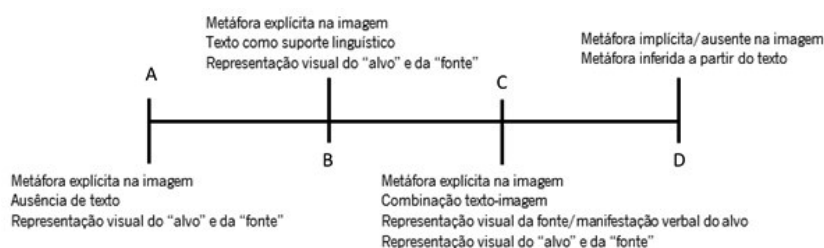


Figura 1. Escala de metaforização da imagem na publicidade e relação com o texto (adaptado de Alousque, 2015).

Assim, os anúncios recolhidos e aqui analisados apresentam processos metafóricos, verbais ou pictóricos, quer explícitos, quer implícitos. As metáforas presentes em cada um deles serão identificadas e explicadas brevemente no contexto do anúncio, bem como a sua relação verbo-pictórica.

2. Anúncios selecionados

Foram selecionados 6 anúncios publicitários que recorrem a processos metafóricos verbais e/ou pictóricos. Os anúncios das figuras 2, 3, 5 e 6 foram encontrados em formato impresso e retirados de revistas; o anúncio da figura 4 faz parte da estrutura física de uma loja; e o anúncio da figura 7 foi retirado

da página do Facebook de uma marca. Os anúncios das figuras 3 e 6 podem ser encontrados na versão *online* das revistas de onde foram retirados.



Figura 2. Anúncio Bandida do Pomar.

Este anúncio reenvia para uma expressão idiomática da linguagem calão (“ter tomates”) e altera-a para a fazer contrastar, através de um jogo lexical do campo fruta/legumes, com o produto que promove, a sidra (feita de maçãs e daí o “ter maçãs”). A expressão original subentendida contém uma metonímia (TOMATES POR CORAGEM) que se fundamenta na metáfora-calão TESTÍCULOS SÃO TOMATES. Esta metáfora não é explícita no texto do anúncio, e não é suportada pela imagem, pelo que se poderá encontrar na categoria D da escala da Figura 1.

A relação verbo-pictórica é estabelecida pela palavra *maçã*, referindo o fruto que faz parte da composição do produto (sidra), e é apresentada no texto, com o significado metafórico-metonímico descrito. O discurso é realizado, também, em tom de desafio “Prova que tens maçãs”, que pode ser traduzido em algo como “Consome este produto, mostrando assim que tens coragem”. Promove-se, portanto, a ideia de que consumir o produto

apresentado é uma prova de se ter coragem ou valentia. Esta é, aliás, uma característica inerente à publicidade: o produto apresentado é sempre aquilo que nos destacará positivamente entre os outros, ou que fará com que sejamos integrados naquele grupo, fazendo-nos sentir bem, felizes ou trazendo prestígio (Teixeira 2012). Por outras palavras, a publicidade transmite a ideia de que *aquele* produto satisfará um nosso desejo.

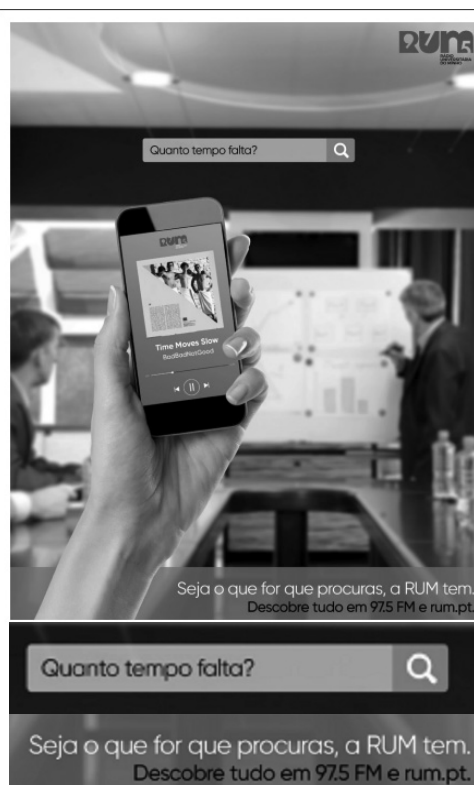


Figura 3. Anúncio da rádio RUM (Revista RUA, p. 26, 04/2017) (e 2 detalhes)

O anúncio da Figura 3 quer precisamente mostrar que o produto apresentado (neste caso uma estação radiofónica) tem tudo aquilo que o interlocutor deseja (“Seja o que for que procuras, a RUM tem.”). Neste caso, a imagética

do anúncio traduz-se por um contexto considerado aborrecido (reunião de negócios), e é reforçada pelo texto da barra do motor de busca (“Quanto tempo falta?”), que remete para uma vontade de escape pelo utilizador do *smartphone* presente no anúncio.

Este “escape” parece ser apresentado metaforicamente em formato de música (MÚSICA É ESCAPE/FUGA), que, aliás, é a solução apresentada pelo produto (RUM-Rádio Universitária do Minho) para o aborrecimento, satisfazendo a necessidade do consumidor. Esta metáfora, resulta da combinação do texto com a imagem, pelo que poderá ser enquadrada na categoria C da escala da Figura 1.

Contudo, este exemplo pode tornar-se relativamente ambíguo em relação à presença ou não de uma metáfora. É que, em rigor, as realidades que se confrontam não são diretamente MÚSICA-ESCAPE, FUGA DO ABORRECIMENTO. Esta relação é o confronto terminal de uma série de associações metonímicas: MÚSICA POR DIVERTIMENTO POR ESCAPE/FUGA DO ABORRECIMENTO. A metonímia também recorre à apresentação de uma realidade por outra, mas, ao contrário da metáfora, na metonímia as duas realidades são do mesmo domínio cognitivo. Por outro lado, o título do anúncio (“Seja o que for que procuras, a RUM tem”) sugere que a estação de rádio pode ser equivalente a um motor de busca da Internet. Se considerarmos que uma estação de rádio e um motor de busca na Internet podem fazer parte de um mesmo domínio cognitivo (e.g. “meios tecnológicos de conteúdos de lazer”), este processo linguístico parece merecer ser classificado como uma metonímia (RÁDIO POR MOTOR DE BUSCA) mais do que como uma metáfora (RÁDIO É MOTOR DE BUSCA). É difícil, no entanto, ver em RÁDIO-MOTOR DE BUSCA uma metonímia. Na metonímia existe sobretudo uma relação de implicação existencial, uma realidade e uma parte dessa realidade ou a ela inerente (garrafa-água, testículos-masculinidade-coragem, no caso da Figura 2): isso é que constitui serem do mesmo domínio cognitivo. Ora entre RÁDIO-MOTOR DE BUSCA não há essa relação de parte-todo-componente. A relação associativa é (poderá ser) feita pelo consumidor, e é feita em formato de metáfora: RÁDIO É MOTOR DE BUSCA porque tanto num como noutro se pode encontrar tudo o que o consumidor procura, como sugere o título do anúncio.

Estas implicações entre o funcionamento metafórico e metonímico demonstram a interdependência dos dois fenómenos e a razão de, frequentemente, ser difícil catalogar como simplesmente metáfora ou metonímia um

determinado uso linguístico-cognitivo. São estes casos que justificam como o conceito de metaftonímia, que vê os dois fenómenos como frequentemente contíguos e implicativos, é frequentemente bastante pertinente (Goossens 1990, Dirven & Pörings 2002).

Noutros anúncios (Figura 4), a simbiose entre metáfora e metonímia é, talvez, mais fácil de evitar. Neste anúncio, a metáfora encontra-se no seu título: *Life is a beautiful sport* (*A vida é um desporto bonito*). VIDA É DESPORTO está explícita no texto. Pictoricamente, poderemos identificar também uma metonímia, ROUPA POR EQUIPAMENTO (desportivo).



Figura 4. Anúncio da marca Lacoste, e detalhe (Loja Lacoste, Shopping Braga Parque, fotografado a 03/05/2017).

Estes processos linguísticos presentes de forma multimodal (metáfora verbal, metonímia pictórica; “vida”, alvo, em forma verbal e “desporto” simultaneamente em forma verbal e pictórica, pela raquete representada) interagem de forma a transmitir as ideias-chave deste anúncio. Por um lado, a ideia subjacente de que o equipamento desportivo deve ser *leve*, e a ideia de leveza ressalta da própria imagem: alguém que está suspenso no ar transmite automaticamente esta ideia. Por outro lado, comparando a vida a um desporto, sugere-se que a roupa do quotidiano deve ser também confortável, pelo que o produto que a marca apresenta será, certamente, a solução.

Considerando que a marca do anúncio é uma marca de luxo, o *vestir bem* é emparelhado com o *vestir confortável*, ideia reforçada também pelo desporto representado (tênis), muitas vezes associado a prestígio. A roupa da marca é, por isso, associada também a um determinado estilo de vida. Uma vez que a metáfora identificada é extraída a partir do texto, este anúncio enquadrar-se-á na categoria D da escala da Figura 1.

À semelhança do anterior, também o anúncio da Figura 5 cai na categoria D da escala da Figura 1, já que a metáfora é apenas identificável a partir do texto.



Figura 5. Anúncio a joias numa campanha alusiva ao Dia da Mãe (Revista Lux, nº887 de 01/05/2017).

Alusivo à festividade do Dia da Mãe, este anúncio promove um produto considerado valioso (joia) e que é associado ao público feminino, com o título “Mãe. A maior joia”. Tomando-se de alguma ambiguidade, “a maior joia” torna-se simultaneamente o produto apresentado e a “mãe”. A metáfora, MÃE É JOIA, é facilmente extraída do texto. Evocando a ideia de valor, e preciosidade, associada à identidade “mãe” (que é única para cada indivíduo), é sugerido ao leitor de que o produto apresentado será o presente ideal para lembrar que a sua mãe é única e valiosa, por ser “a maior joia”.



Figura 6. Anúncio a ciclo de concertos (Revista RUA, p.2, 05/2017).

O anúncio da Figura 6 recorre a uma metáfora pictórica suficientemente explícita, que é explicitada também no texto “o piano *como* pulmão”: PIANO É PULMÃO. Esta metáfora é visualmente perceptível pela fusão entre a forma dos pianos de cauda e a forma dos pulmões. No anúncio, aos pianos é acrescentada uma ramificação que representa os brônquios e a traqueia do sistema respiratório. Este anúncio pode enquadrar-se na categoria B da escala da Figura 1, uma vez que o texto serve apenas de suporte linguístico, não sendo necessário para a compreensão da metáfora. Também, implicitamente, pode extrair-se uma outra metáfora (MÚSICA É AR) profundamente intrincada numa metonímia (AR POR VIDA), o que vai engatilhar a metáfora final MÚSICA É VIDA. Promove-se um ciclo de concertos através da ideia de que a música é tão essencial como respirar.



Figura 7. Anúncio da cerveja Superbock a propósito do Dia Mundial da Energia (29/05 - Retirado da Página do Facebook da marca).

O anúncio da Figura 7, por sua vez, é alusivo ao Dia Mundial da Energia. Apresenta uma associação entre uma lâmpada elétrica e uma garrafa. Assim, GARRAFA É LÂMPADA é a metáfora construída, metáfora pictoricamente denunciada pela luz presente no interior da garrafa que, invertida, se assemelha à forma tradicional de uma lâmpada. A metáfora é ainda explicitada textualmente com recurso a uma expressão fixa (“Ideia brilhante”), recorrentemente associada à imagem de uma lâmpada acesa. Pode ainda inferir-se uma outra metáfora pictórica referente ao conteúdo da garrafa (CERVEJA É LUZ/ENERGIA). Este anúncio enquadra-se na categoria C da escala da Figura 1, porque a relação texto-imagem é fulcral para a compreensão total da metáfora.

Neste anúncio, cria-se uma ligação entre o produto (cerveja) e as ideias brilhantes. É sugerido que consumir o produto é uma ideia brilhante, pelo que se induz a ideia de que consumir o produto apresentado é característico de alguém inteligente.

3. Discussão

A publicidade é um ambiente de eleição para o estudo da metáfora verbo-pictórica, já que recorre frequentemente a um discurso multimodal (Forceville 2012, 2014). Para a compreensão dos processos metafóricos presentes em anúncios, a relação verbo-pictórica parece desempenhar um papel fulcral, por exemplo, através da explanação da (in)congruência entre “alvo” e “fonte” (Mohanty & Ratneshwar 2015). Existem, no entanto, situações onde a imagem por si só seria suficiente para que a metáfora fosse compreensível. No caso concreto deste trabalho, nenhum dos anúncios recolhidos se enquadrava na categoria A da escala proposta por Alousque (2015), onde a ausência de texto é justificada pela compreensão da metáfora unicamente através da imagem. Contudo, e a título de exemplo, a metáfora presente no anúncio da Figura 6 funcionaria perfeitamente, mesmo na ausência do texto explicativo da metáfora PIANO É PULMÃO. Por outro lado, como em geral, os anúncios analisados servem-se de ambos os elementos, texto e imagem, para que as metáforas presentes se tornem mais compreensíveis.

O objetivo dos anúncios publicitários é, como é óbvio, persuadir o consumidor a adquirir o produto/serviço apresentado. Recorrer a processos metafórico-metonímicos como forma de persuasão justifica-se, segundo Ottati & Renstrom (2010), porque estes podem influenciar as atitudes das pessoas face quer ao tópico (ou produto) apresentado, quer ao interlocutor (ou marca) que o apresenta; além disso, as metáforas-metonímias podem influenciar a direção/quantidade de elaboração cognitiva para processar a linguagem literal (*vs.* figurativa). Mohanty & Ratneshwar (2015) relembram que a NFC (ou Need For Cognition – *Necessidade de Cognição*) é uma variável importante para a compreensão das metáforas nos anúncios publicitários, pelo que a metáfora deve tornar-se algo desafiante para que auxilie a função da publicidade. Nos anúncios analisados, tentou-se explicar de que forma as metáforas servem para promover o produto apresentado em cada anúncio (e.g. Anúncio da Figura 5 “Mãe, a maior joia”).

A presente análise de anúncios consistiu em fazer ressaltar algumas das particularidades da construção de um anúncio que, normalmente, passam despercebidas. Este tipo de exercício é interessante pela tomada de consciência de alguns processos inconscientes: compreendemos muitas vezes as metáforas dos anúncios, que já fazem parte do nosso quotidiano, sem refletir acerca da

sua presença. Aliás, essa é uma evidência de que a metáfora é, realmente, um processo conceptual e quotidiano (Lakoff & Johnson 2013).

Uma vez que a investigação da compreensão dos processos linguísticos, como a metáfora do quotidiano, é cada vez mais abundante, existem também cada vez mais variáveis que se sabem influenciar o seu processamento e compreensão. Entre essas variáveis, permita-se destacar, aqui, a NFC (ou Need For Cognition - *Necessidade de Cognição*), a questão da (in)congruência alvo-fonte (Mohanty & Ratneshwar 2015), a (multi)modalidade e criatividade (e.g. Forceville 2012), a questão da novidade *vs.* convencionalidade e complexidade (ver Burgers, Konijn, Steen & Iepsma, 2015). O estudo destes aspetos do funcionamento metafórico terá, certamente, implicações não só para as ciências cognitivas, mas também para a sua aplicação prática no domínio da persuasão através da publicidade.

Referências

- Alousque, I. (2014). Verbo-pictorial metaphor in French adversitising. *Journal of French Language Studies*, 24(2), 155-180. DOI: 10.1017/S0959269513000045
- Alousque, I. (2015). The role of text in the identification of visual metaphor in advertising. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 212, 309-315. DOI: 10.1016/j.sbspro.2015.11.379
- Burgers, C., Konijn, E., Steen, G. & Iepsma, M. (2015). Making ads less complex, yet more creative and persuasive: The effects of conventional metaphors and irony in print advertising. *International Journal of Advertising*, 34(3), 515-532. DOI: 10.1080/02650487.2014.996200
- Burgess, C. & Chiarello, C. (1996). Neurocognitive mechanisms underlying metaphor comprehension and other figurative language. *Metaphor and Symbolic Activity*, 11(1), 67-84. DOI: 10.1207/s15327868ms1101_4
- Dirven, R. & Pörings, R. (Orgs) (2002). *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*. Berlim: Mouton de Gruyter.
- Forceville, C. (2012). Creativity in pictorial and multimodal advertising metaphors. In R. H. Jones (Org.), *Discourse and creativity* (pp. 113-132). Harlow: Pearson.
- Forceville, C. (2014). The strategic use of the visual mode in advertising metaphors. In E. Djonov & S. Zhao (Orgs), *Critical multimodal studies of popular culture* (pp. 55-70). New York: Routledge.
- Goossens, L. (1990). Metaphonymy. The interation of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action. *Cognitive Linguistics* 1-3, 323-340.

- Lakoff, G. & Johnson, M. (2003). *Metaphors we live by* (1ª ed. 1980). London: The University of Chicago Press.
- Mohanty, P. & Ratneshwar, S. (2015). Did you get it? Factors influencing subjective comprehension of visual metaphors in advertising. *Journal of Advertising*, 44(3), 232-242. DOI: 10.1080/00913367.2014.967424
- Ottati, V. & Renstrom, R. (2010). Metaphor and persuasive communication: A multifunctional approach. *Social and Personality Psychology Compass*, 4(9), 783-794. DOI: 10.1111/j.1751-9004.2010.00292.x
- Romero, E. & Soria, B. (2005). Cognitive Metaphor Theory Revisited. *Journal of Literary Semantics*, 34(1), 1-20. DOI: 10.1515/jlse.2005.34.1.1
- Teixeira, J. (2012). Os publicitários são mesmo uns exagerados?: A metáfora e a metonímia na publicidade. In *Actas del II Congreso Internacional SEEPLU "Difundir l/a Lusofonia"* (pp. 21-46). Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Extremadura, Espanha.
- Teixeira, J. (2013). Metaphors, We Li(v)e By: Metáfora, verdade e mentira nas línguas naturais. *Revista Galega de Filoloxía*, 14, 201-225.
- Thomas, P. & Daum, I. (2006). Neurocognitive mechanisms of figurative language processing – Evidence from clinical dysfunctions. *Neuroscience and Behavioral Reviews*, 30, 1182-1205. DOI: 10.1016/j.neubiorev.2006.09.001

[recebido em 19 de janeiro de 2018 e aceite para publicação em 20 de junho de 2018]

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ROMÂNICAS: DO LATIM *HABĒRE* E *TENĒRE* ÀS FORMAS CONTEMPORÂNEAS NO PE, NO PB, NO ITALIANO E NO NAPOLITANO

ROMANCE CONVERGENCES AND DIVERGENCES: FROM LATIN
HABĒRE AND *TENĒRE* TO CONTEMPORARY FORMS IN PE, PB,
ITALIAN AND NEAPOLITAN

Cynthia Vilaça*
cynthiavilaca@gmail.com

Ao tratar de divergências e convergências linguísticas na România, o romanista alemão Harri Meier (1948) defendeu que as evoluções divergentes do latim na România derivariam da divisão dialetal dessa língua já na península Itálica. No que diz respeito às relações linguísticas entre as penínsulas Itálica e Ibérica, o autor sugere que a substituição dos continuadores do verbo latino *habĕre*, em uma parte maior ou menor de suas funções, pelos do verbo *tenĕre* no português e no espanhol teria uma analogia em dialetos da Itália meridional, especialmente nos agrupados sob o rótulo de napolitano. Partindo, pois, dessa hipótese, investigaram-se de forma comparativa os usos dos verbos *habĕre* e *tenĕre* no latim clássico e de seus continuadores nas variedades contemporâneas do português (europeu e brasileiro), do italiano padrão e do napolitano. Essa investigação teve como objetivo identificar possíveis motivações de natureza semântica para as convergências e divergências entre o latim e as variedades neolatinas citadas com relação ao uso dos verbos em questão. A pesquisa foi realizada com base em textos escritos, datados, literários, em prosa e de tipo narrativo.

Palavras-chave: mudança linguística; línguas românicas; relações léxico-semânticas

In addressing the linguistic divergences and convergences in Romania, the German Romanist Harri Meier (1948) argued that the divergent developments of Latin in Romania would derive from the dialectal division of that language already in the Italian peninsula. As regards the linguistic relations between the Italic and Iberian peninsulas, the author suggests that the substitution of the continuers of the Latin verb *habĕre*, in a greater or lesser part of their functions, by the verb *tenĕre* in Portuguese and Spanish would have an analogy in dialects of southern Italy, especially those

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

grouped under the label of Neapolitan. Based on this hypothesis, the uses of the verbs *habēre* and *tenēre* in classical Latin and their continuers in the contemporary varieties of Portuguese (European and Brazilian), standard Italian and Neapolitan were investigated in a comparative way. This research aimed to identify possible semantic motivations for the convergences and divergences between Latin and the neolatine varieties cited in relation to the use of the verbs in question. The research was carried out based on written, dated, literary, prose and narrative texts.

Keywords: linguistic change; Romance languages; lexical-semantic relations

*

1. Introdução

Considerem-se os seguintes dados do português e do italiano, retirados de romances contemporâneos:

- (1) Esse pobre diabo não **tem** remédio possível (...). (Saramago 2005, p. 11);
- (2) Sua vinda provocou uma sensação que cinco meses depois todos já **tinham esquecido**, se é isso que você quer saber. (Carvalho 2006, p. 3);
- (3) Cristiano **aveva** una scala di cinque stelle per stabilire l'incazzatura di suo padre. ['Cristiano tinha uma escala de cinco estrelas para definir a fúria de seu pai.'] (Ammaniti, 2006, p. 3);
- (4) "**Hanno aperto** nuove officine a Varrano. Sembrano delle fabbriche. Qui non ci viene più nessuno... L'offerta è buona." ['"Abriram novas oficinas em Varrano. Parecem fábricas. Aqui não vem mais ninguém... A oferta é boa"'] (Ammaniti 2006, p. 11).

Em primeiro lugar, nota-se a diferença relativa à escolha lexical entre as duas línguas: a preferência do português pelo verbo *ter* (< lat. *tenēre*) em detrimento de *haver* (< lat. *habēre*), e do italiano pelo verbo *avere* (< lat. *habēre*) em prejuízo de *tenere* (< lat. *tenēre*). Em segundo lugar, percebe-se que as ocorrências do verbo *ter* em (1) e (2) possuem funções diferentes. O mesmo se pode afirmar para as ocorrências de *avere* em (3) e (4). Em (1) e (3) os verbos *ter* e *avere* são lexicais e carregam em si o traço semântico de posse. Já em (2) e (4), *ter* e *avere* são verbos gramaticais, exercem função de auxiliares de *esquecer* e *aprire* ("abrir"), respectivamente. Sob a perspectiva de Hopper e Traugott (1993), expressa na introdução do primeiro capítulo da obra *Grammaticalization*¹, *ter* e *avere* lexicais e *ter* e *avere* gramaticais

1 Nessa seção do texto, os autores tratam do verbo *go* do inglês nas funções gramatical e lexical.

constituíam caso de polissemia do ponto de vista diacrônico, e de homonímia do ponto de vista sincrônico.

No célebre manual *The Romance Languages*, a romanista Rebecca Posner (1996, p. 136) afirma que, em português coloquial, bem como em variedades dialetais do sul da Itália, *ter* teria substituído *haver* como verbo lexical (sentido de posse) e como verbo gramatical (exceto no estilo literário). Entretanto, Rohlfs (1969, p. 127) assegura que, ao contrário do que aconteceu no português, em nenhum dialeto italiano se chegou a uma total substituição de *avere* por *tenere* em construções com o particípio passado. O autor acrescenta que, nos dialetos italianos em que se pode encontrar a construção *tenere + participio passato*, o aspecto não é perfectivo, mas durativo. Vejam-se os seguintes exemplos retirados de Rohlfs (1969, p. 127):

- (5) *maritimo i tè condati* ‘mio marito li **ha contati**’ [‘meu marido os **contou**’]²
(sul do Lácio — Navone 8);
- (6) *teneva na funtana frabbecata, rose e viole nce teneva chiantate* ‘aveva **fabbricato** una fontana, rose e viole ci **aveva piantate**’ [‘**tinha fabricado/fabricara** uma fonte, rosas e violetas **tinha plantado/plantara** ali’] (província de Avellino — Folkl. Ital. 1,424);
- (7) *tié magnieàtə rə jébbə ‘hai mangiato gli ebbi*’ [‘comeste os ébulo’] (abruçês — Conti 103);
- (8) *u ten dié* ‘egli va dicendo’ [‘ele **tem dito/anda dizendo**’] (dialeto galo-italico piemontês — Toppino, ID. 2,20).

Assim como nesses dialetos italianos, em português, o aspecto do perfeito composto não é perfectivo. No modo indicativo do português, a construção *ter* (presente) + *participio passato* (por exemplo, *tenho escrito*) não possui as mesmas funções desempenhadas pelo perfeito composto em outras línguas e dialetos românicos (tal como o “passato prossimo”, no italiano, e o “passé composé”, no francês), mas é usado para indicar continuidade, completas ou repetidas ações em um passado recente.

No latim clássico, os verbos *habēre* e *tenēre* eram usados apenas como verbos lexicais e tinham em comum o traço semântico de posse, conforme se pode observar nas acepções elencadas a seguir:

2 As traduções para o português são minhas, assim como os grifos.

3 Rohlfs traduz a segunda ocorrência da forma *teneva* como *avevo*, o que parece um lapso do romanista.

habēō, -ēs, ēre, habūi, habītum, v. tr. e intr. I — Sent. próprio: 1) Manter, manter-se. Daí: 2) Possuir, ocupar, tomar posse de, guardar. Donde: 3) Ter, haver (sent. próprio e figurado). II — Sent. figurado: 4) Tratar. 5) Ter como, considerar como, julgar, avaliar. 6) Conhecer, saber. 7) Passar (o tempo) (Faria 2003, p. 438).

tenēō, -ēs, ēre, tenūi, tentum, v. tr. e intr. I — Sent. próprio: A) Tr.: 1) Segurar, ter. Daí: 2) Possuir, ocupar, ser senhor de, ganhar, obter, conseguir. 3) Estar imóvel, manter, parar, reter, conter, fazer parar. 4) Guardar, conservar, observar. Donde: 5) Deter no espírito, lembrar-se. II — Sent. figurado: 6) Compreender, saber, perceber. 7) Cativar, encantar, seduzir. 8) Abrigar, sujeitar, prender. B) Intr.: Na língua militar: 9) Manter uma posição. Daí: 10) Dirigir, chegar. Na língua náutica: 11) Manter-se numa direção, singrar para; 12) Durar, subsistir, persistir (Faria 2003, p. 989)⁴.

Embora a interseção semântica entre *habēre* e *tenēre* seja evidente, Mattos e Silva (1992, p. 92) lembra que o verbo básico para a expressão da posse no latim era *habēre*, cuja primeira acepção teria sido “ter em sua posse”, “guardar” e, posteriormente, entre os usos figurados, “ter na mão”; já a acepção básica do verbo *tenēre* teria sido “ter algo na mão”, “obter”, seguida pelas secundárias “manter”, “reter” etc. Todavia, os continuadores de *habēre* e *tenēre* no português e no italiano padrão contemporâneos não mais concorrem entre si em estruturas possessivas. No português, o verbo *haver* perdeu o traço semântico de posse, cedendo o seu espaço para o verbo *ter*; no italiano padrão, o verbo *avere* conservou o referido traço semântico, enquanto *tenere* é usado prevalentemente com os significados de “manter” e “ter algo na mão” (“segurar”).

No latim vulgar, caracterizado por uma morfologia verbal mais simples em relação ao latim clássico, o número reduzido de seus traços flexionais teria favorecido o desenvolvimento do emprego de *habēre* e *tenēre* como verbos gramaticais, componentes de perífrases utilizadas para expressar características da ação verbal. Usava-se, por exemplo, *infinitivo + presente de habēre* (lat. *dormire habēo* > port. *dormirei*, it. *dormirò*) no lugar da forma simples de futuro do presente (lat. *dormiam*), e *presente de habēre + particípio passado* (lat. *habēt cantatum* > it. *ha cantato*, fr. *a chanté*, esp. *ha cantado*) ao lado da forma simples de pretérito perfeito (*cantāuit* > it. *cantò*, fr. *chantà*, esp. *cantó*, port. *cantou*). Geralmente, essas perífrases eram compostas com *habēre*. Em

⁴ Na transcrição dos verbetes do Dicionário Latino-Português, de Faria (2003), foram excluídas as indicações de abonações, registradas nessa obra por meio de siglas referentes a autores e obras citados.

alguns domínios românicos, porém, este verbo teria sido preterido em favor de *tenēre* em vários de seus usos como verbo lexical e também como verbo gramatical: este seria o caso do português e de alguns dialetos piemonteses e do sul da Itália (*cf.* Rohlfs 1969, p. 127).

Mattos e Silva (1994, p. 264) afirma que, no português arcaico (assim como no latim), *haver* era, no princípio, o verbo típico nas estruturas de posse. Contudo, no decurso da história do português, *ter* passou a substituir *haver* não apenas em estruturas possessivas como também em outras de suas acepções e funções. Com o intuito de propor um caminho para as mudanças sintático-semânticas dos verbos *haver* e *ter* no português, Mattos e Silva (1992) investigou o uso desses verbos em estruturas de posse do português arcaico (sécs. XIV e XV, especificamente) e atestou que a variação na escolha de um ou outro estava condicionada à natureza semântica do complemento do verbo (objeto possuído), para o qual definiu três tipos semânticos: (i) QI = qualidades inerentes, não transferíveis, tais como características ou estados físicos do possuidor, sujeito da frase; (ii) AI = qualidades adquiríveis imateriais: morais, espirituais, intelectuais, afetivas, sociais; (iii) AM = objetos materiais adquiríveis, externos ao possuidor. Conforme Mattos e Silva (1992, pp. 90-91), os dados encontrados para o séc. XIV revelaram: a ocorrência exclusiva de *haver* nos contextos do tipo QI; a variação de *haver* e *ter* nos dos tipos AI e AM, com predomínio de *haver* para AI e de *ter* para AM. Nos dados coletados de *corpus* datável entre 1410 e 1420, a situação é análoga à do séc. XIV; já em texto escrito entre 1418 e 1442, *haver* e *ter* variavam nos três tipos semânticos, mas sempre com predomínio do primeiro sobre o segundo. Por fim, em texto de 1468-1477, a variação entre os dois verbos permanece, porém, com o predomínio de *ter* sobre *haver* nos três tipos semânticos de complemento. A partir desse estudo, a autora concluiu que a difusão de *ter*, que excluiria *haver* das estruturas de posse, partiu dos contextos de tipo AM para os de AI e, finalmente, chegou aos de tipo QI.

Segundo Mattos e Silva (1992, p. 92), “(...) essa mudança [nos usos de *ter* e *haver*] que se processava no período arcaico já vinha prefigurada ou ‘encaixada’ na estrutura latina e se definiu pelos caminhos traçados desde as origens históricas do português.” Entretanto, se de fato já haveria uma prefiguração de tal mudança no latim, por que ela teria se implementado no português, mas não no italiano e no francês, por exemplo? Além desta, permanece outra questão fundamental a respeito dos continuadores de *habēre* e *tenēre* nas variedades neolatinas: por que os falantes de determinada

comunidade teriam aberto mão de codificar diferentemente valores semânticos diferentes? A codificação com diferença atende ao princípio da isomorfia: as formas são diferentes porque exprimem significados diferentes. Sendo assim, o que terá tido força o suficiente para transgredir o princípio da isomorfia? Provavelmente as respostas possíveis para essas questões serão encontradas em outros fatores linguísticos e também em fatores de caráter social e histórico. Quiçá a rara necessidade de se fazer referência a significados próprios de *haver* ou *ter* no cotidiano de determinada comunidade tenha motivado ou favorecido a violação do citado princípio: se, por exemplo, uma comunidade trata mais de troca (posse alienável), o uso de *ter* (prototipicamente para posse alienável) seria mais frequente.

Enfim, as explicações oferecidas para as divergências e convergências percebidas na evolução das variedades linguísticas advindas do latim vulgar, como as que aqui se discutem em relação aos usos das formas neolatinas continuadoras de *habēre* e *tenēre*, costumam se basear não apenas em fatores internos ao sistema linguístico, mas também em fatores históricos, geográficos, políticos e sociais. Há autores, como Gustav Gröber, que buscaram explicações na diferença cronológica da colonização romana de cada província; outros, como Clemente Merlo, na diferença das línguas de substrato; outros ainda, como Walter von Wartburg, na influência das línguas de superestrato; e alguns, como Carlo Tagliavini, na influência concomitante desses três fatores (cf. Tagliavini 1993, pp. 364-365).

Neste texto, deseja-se evidenciar a singularidade da opinião do romanista alemão Meier (1905-1990) a respeito das ditas divergências e convergências linguísticas na România. Em ensaio intitulado “A formação da língua portuguesa”, publicado pela primeira vez como suplemento da *Revista de Portugal* (1948), Meier defende que as evoluções divergentes do latim na România derivariam da divisão dialetal dessa língua já na península Itálica. De acordo com Meier (1974, p. 10), “(...) a ideia dum Latim vulgar homogêneo fora uma abstração unilateral da Gramática histórica, apenas explicável pelo propósito de reduzir a família românica a uma única fonte comum”. Pouco adiante, o autor reforça sua hipótese, afirmando que “(...) os ricos materiais do Atlas Linguístico ítalo-suíço de Jaberg e Jud⁵ e uma série de estudos comparativos

5 O autor se refere ao *Sprach-und Sachatlas Italiens und der Südschweiz* (1928-1940), mais conhecido como A.I.S. (Atlante Italo-Svizzero).

tornam evidentes relações que a gramática histórica das Línguas românicas nacionais não viu ou não podia apreciar suficientemente” (Meier 1974, p. 11).

Ao tratar de relações linguísticas entre as penínsulas Itálica e Ibérica, Meier (1974, p. 12) sugere que a substituição dos continuadores do verbo latino *habēre*, em uma parte maior ou menor de suas funções, pelos do verbo *tenēre* no português e no espanhol teria uma analogia em dialetos da Itália meridional. A esse respeito, o autor reporta o trabalho de Eva Seifert (1935)⁶, de onde garante ter copiado o seguinte mapa de distribuição do emprego de *avere* e *tenere* lexicais na porção meridional da península Itálica:

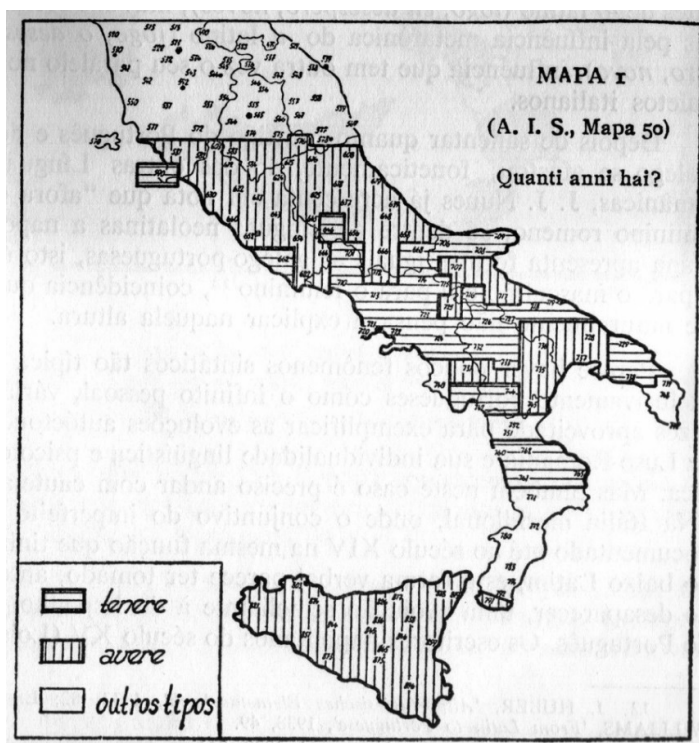


Figura 1. Distribuição de *avere* e *tenere* lexicais na Itália meridional

Fonte: Seifert (*apud* Meier 1974, p. 13).

Nota: A anotação entre parênteses no lado superior direito desta figura parece indicar que a fonte original deste mapa terá sido o A. I. S. (Atlante Italo-Svizzero).

6 Seifert, E. (1935). *Tenere “haben” im Romanischen*. Firenze: L. S. Olschki.

Observe-se que esse mapa foi elaborado a partir de respostas à pergunta *Quanti anni hai?* (“Quantos anos você tem?”); logo, ele representa as preferências por *avere* ou *tenere* lexicais em estrutura de posse relacionada ao complemento verbal *anni* (“anos”). Em oposição ao italiano padrão — variedade linguística na qual há preferência por *avere* em relação a *tenere*, seja em estruturas de posse, seja como verbo gramatical —, no mapa aqui reproduzido, nota-se uma prevalência quase absoluta de *tenere* em estrutura de posse na Campânia, e parcial no sul do Lácio, em Molise, no Abruzzo, na Apúlia, na Calábria e na Basilicata. Essas localidades correspondem aos territórios historicamente unidos em torno de Nápoles na época do Reino de Nápoles (1282-1816) e do Reino das Duas Sicílias⁷ (1816-1861). A “língua nacional” do Reino de Nápoles era o napolitano, ao passo que a do Reino da Sicília era o siciliano. Por esse motivo, ainda modernamente, apesar de cada uma das referidas localidades onde se usa *tenere* em estruturas possessivas conservar seus próprios dialetos (com diferentes graus de semelhança entre si), todos eles costumam ser agrupados sob o rótulo de “napolitano”, variedade neolatina considerada como língua por alguns e como dialeto por outros.

De acordo com Meier (1974, p. 12), Eva Seifert teria estudado separadamente o fenômeno de substituição dos continuadores de *habēre* pelos de *tenēre* nas duas penínsulas (Ibérica e Itálica), mas não os teria relacionado historicamente. Embora o autor assuma a possibilidade de esse fenômeno ter se desenvolvido de forma independente em diversas regiões — explicação que se apoiaria na comprovada predominância de *haver/avere* no período arcaico do português e do napolitano —, ele sustenta a sua hipótese do paralelismo entre as línguas hispânicas e dialetos italianos meridionais, citando uma série de coincidências entre essas variedades linguísticas nos níveis: (a) lexical [ex. emprego de **cinisia* (> port. *cinza*, esp. *ceniza*, dialeto abrucês *cinizie*, dialeto pulhês *cinisa*) em lugar de *cinis*]; (b) fônico (ex. pronúncia [-u] da vogal átona final para a qual se preferiu a grafia <-o> em português, seja esta derivada de um -o ou de um -u latinos, no português e em dialetos do sul da Itália, da Sicília, da Sardenha e da Ligúria)⁸; (c) mórfico (ex. artigos definidos do galego-português e do napolitano: *u* para o masculino e *a* para

7 Reino das Duas Sicílias foi o nome atribuído pelo rei Fernando I de Bourbon a seu reino, em 1816, após o Congresso de Viena ter suprimido o Reino de Nápoles (1282-1816) e o Reino da Sicília (1130-1816), tornando-os uma única entidade estatal.

8 Meier (1974, p. 14) questiona se esta pronúncia do português teria sua base em uma corrente de pronúncia itálica, introduzida com a romanização no oeste da península Ibérica.

o feminino); (d) sintático (ex. uso de uma espécie de infinitivo conjugado que lembra o infinitivo pessoal tão tipicamente português por escritores napolitanos do séc. XV). Entretanto, Meier (1974, p. 17) ressalta que essas comparações, por interessantes que sejam, não devem conduzir a uma tese prematura do “napolitanismo do português”⁹ ou a construir uma România Meridional (Balcãs, sul da Itália, Sardenha, oeste da Hispânia) oposta a outra setentrional, já que pouco se sabe sobre as correntes dialetais na Itália antiga e suas províncias. Além disso, há pesquisadores, como o napolitano Bracale (2010), que explicam o uso de *tenere* (*tenê*) no lugar de *avere* (*avê*) em estruturas de posse no napolitano (ex. *tengo suonno, tengo famma e ssete, nu’ ttengo tiempo àperdere*) como um efeito do longo contato deste dialeto italiano com dialetos espanhóis (aragonês e castelhano) durante o domínio dos aragoneses (1442-1503) e dos castelhanos (1503-1707).¹⁰

Apesar das citadas controvérsias relativas ao fator que teria motivado a preferência pelos continuadores de *tenēre* em uma parte maior ou menor das funções originalmente desempenhadas pelos continuadores de *habēre* em línguas e dialetos das penínsulas Ibérica e Itálica, o estudo aqui relatado se fundamenta no pressuposto de que a motivação dessa mudança seja de natureza semântica e sócio-histórica. Entretanto, em sua primeira fase, as investigações desta pesquisa foram restringidas à questão semântica, deixando a questão sócio-histórica para outra fase.

Sendo assim, optou-se por iniciar a pesquisa com a análise dos usos de *habēre* e *tenēre* no latim clássico e compará-los com seus continuadores nas variedades contemporâneas do português (europeu e brasileiro), do italiano padrão e do napolitano. Tal análise foi feita a partir de dados extraídos de textos escritos, literários, em prosa e de tipo narrativo.

Portanto, os objetivos desta pesquisa foram: descrever, classificar, quantificar e comparar os usos de *habēre* e *tenēre* no latim clássico e os usos das formas continuadoras desses verbos no português europeu (doravante, PE), no português brasileiro (doravante, PB), no italiano padrão (doravante, italiano florentino = IF) e no napolitano (doravante, NP) contemporâneos, a partir dos dados coletados dos *corpora* selecionados.

Dispostas algumas informações acerca do fenômeno a ser pesquisado e apresentada a proposta de estudo, passa-se à exposição da metodologia

9 Expressão do próprio Meier.

10 Sobre a influência linguística advinda da presença espanhola na Itália, consultem-se também: Croce (1895) e Beccaria (1968).

empregada para o cumprimento dos objetivos estabelecidos. Serão explicitados: a caracterização dos *corpora* selecionados e os procedimentos empregados para a coleta e o tratamento dos dados.

2. Metodologia

2.1. Caracterização dos *corpora*

Para o cumprimento dos objetivos discriminados na seção anterior, elegeram-se cinco textos escritos, literários, em prosa e de tipo narrativo: um em latim clássico, um em PE, um em PB, um em IF e um em NP. O quadro a seguir apresenta uma breve caracterização dos *corpora* eleitos.

Quadro 1. Caracterização dos *corpora*

Línguas	Textos / Referências	Descrição	Datação
Latim clássico	<i>De bello Gallico</i>	Literatura latina.	ca. 50 a.C.
	Autor: Caius Julius Caesar (Roma, 110 a.C. — Roma, 44 a.C.)	Relato.	
	Edição de referência: Thomas Rice Holmes (Ed.) - Oxford: Clarendon Press, 1914.	Narrativa histórica.	
Português europeu	<i>As intermitências da morte</i>	Literatura portuguesa.	2005
	Autor: José Saramago (Azinhaga 1922 – Tias 2010).	Romance.	
	Edição de referência: São Paulo: Companhia Das Letras, 2005.	Narrativa ficcional.	
Português brasileiro	<i>Nove noites</i>	Literatura brasileira.	2006
	Autor: Bernardo Carvalho (Rio de Janeiro, 1960).	Romance.	
	Edição de referência: São Paulo: Companhia das Letras, 2006.	Narrativa híbrida (histórica e ficcional).	

Línguas	Textos / Referências	Descrição	Datação
Italiano florentino	<i>Come Dio comanda</i>	Literatura italiana.	2006
	Autor: Niccolò Ammaniti (Roma 1966). Edição de referência: Milano: Mondadori, 2006.	Romance. Narrativa ficcional.	
Napolitano	<i>Il vangelo di San Matteo, volgarizzato in dialetto napoletano, da un letterato della città di Napoli</i>	Bíblia.	1861
	Autor do texto: Matteo (São Mateus).	Novo Testamento.	
	Autor da tradução para o napolitano: um literato da cidade de Nápolis.	Relato. Narrativa histórica.	
	Edição de referência: Londra: Strangeways & Walden, 1861.		

Visto que certos usos são próprios de determinados tipos e gêneros textuais e não de outros, selecionaram-se *corpora* caracterizados pela mesma natureza linguística (narração) e enquadrados em dois gêneros afins (relato e romance), com a intenção de eliminar, na análise comparativa, divergências que estariam relacionadas a esses fatores.

A opção pela modalidade escrita em forma de prosa justifica-se pela necessidade de uniformização dos *corpora* desta pesquisa, que, nesta primeira fase, inclui o latim clássico e, em outra fase, incluirá sincronias pretéritas do português para as quais também não se podem obter *corpora* na modalidade oral. A forma prosa foi escolhida por representar melhor o vernáculo do que a forma em versos.

Conforme Mattos e Silva (1994, p. 87), dentre os tipos de documentação existentes para os estudos linguísticos empíricos do português arcaico, os documentos literários em prosa são os mais ricos para uma aproximação histórica. Assim, também a preferência por documentos literários visa a uma fase futura desta pesquisa, na qual se tratará da relação entre o fenômeno linguístico (a preferência por *ter* no português e a sua expansão semântica e funcional nessa língua) e fatores sócio-históricos.

Ainda nesta seção, cabe relatar a dificuldade de se encontrar narrativas em prosa escritas em napolitano no séc. XXI (data dos demais textos românicos escolhidos). Os poucos textos localizados não estão disponíveis *on-line*. Depois de muito procurar, elegeu-se *Il vangelo di San Matteo*, do período moderno (mesma faixa de tempo dos *corpora* românicos), porque além de se adequar às características textuais pretendidas, é um texto para o qual há versões em italiano padrão e em português, o que facilita a leitura e a identificação de determinadas formas do texto em napolitano. Considerando que o trabalho aqui apresentado contou com análise de apenas duas sincronias (latim $\times$ línguas românicas modernas), julga-se que a assimetria de datação do texto em napolitano em relação aos demais textos românicos não comprometeu os resultados da pesquisa.

2.2. Procedimentos

1. Coleta de dados. Considerando-se o fato de que os *corpora* não possuem o mesmo tamanho, foram coletadas apenas as 100 primeiras ocorrências de *habère* ou *tenère* no texto em latim e das formas continuadoras desses verbos nos textos em PE, PB, IF e NP.
2. Descrição, classificação e quantificação dos usos de *habère* e *tenère* no latim clássico, considerando-se os dados coletados da obra *De bello Gallico*, de Julius Caesar.
3. Descrição, classificação e quantificação dos usos de *haver* e *ter* no PE e no PB contemporâneos, levando-se em conta os dados retirados das obras *As intermitências da morte* (Saramago 2005) e *Nove noites* (Carvalho 2006), respectivamente.
4. Descrição, classificação e quantificação dos usos de *avere* e *tenere* no IF contemporâneo, a partir dos dados colhidos da obra *Come Dio comanda* (Ammaniti 2006).
5. Descrição, classificação e quantificação dos usos de *avé* e *tené* no NP moderno, a partir dos dados colhidos da tradução do *Evangelho de São Mateus* para essa língua (Matteo 1861).
6. Comparação dos dados do PE, do PB, do IF e do NP com os do latim clássico, com o objetivo de se definir qual das quatro variedades neolatinas seria a mais conservadora e qual a mais inovadora no que diz respeito aos usos das formas continuadoras dos verbos latinos *habère* e *tenère*.

7. Comparação dos dados do PE, do PB, do IF e do NP entre si, a fim de se identificarem convergências e divergências relacionadas aos usos contemporâneos dos continuadores de *habēre* e *tenēre* nessas quatro variedades linguísticas.

3. Usos dos verbos *habēre* e *tenēre* no latim clássico

As ocorrências de *habēre* e *tenēre* coletadas de *De bello Gallico*, texto representativo do latim clássico, foram classificadas com base nas acepções arroladas por Faria (2003, p. 438 e 989) e transcritas na seção introdutória deste trabalho. Com relação ao verbo *habēre*, foram encontrados casos que se enquadram em duas acepções: uma referente ao que Faria classifica como “sentido próprio”, especificamente, (1) *possuir* (a. abstrato, b. concreto); e uma das que o dicionarista enquadra em “sentido figurado”, qual seja: (2) *ter como, considerar como, julgar, avaliar*. Já as ocorrências de *tenēre* coletadas são todas referentes ao que Faria considerou “sentido próprio”, são elas: (1) *possuir* (a. abstrato, b. concreto), *ocupar, ser senhor de*; e (2) *estar imóvel, manter, reter, conter, fazer parar*; e (3) *guardar, conservar*. Eis alguns exemplos dos usos de *habēre* e *tenēre* extraídos da versão de *De bello Gallico* usada como *corpus*:

- (9) Hic primum ortus est a tribunis militum, praefectis, reliquisque qui ex urbe amicitiae causa Caesarem secuti non magnum in re militari usum **habebant** (...) (p. 14) — *habēre* no sentido de “possuir algo abstrato”, no caso, *in re militari usum* [‘experiência na arte da guerra’];
- (10) Item Allobroges, qui trans Rhodanum vicos possessionesque **habebant** (...) (p. 8) — *habēre* no sentido de “possuir algo concreto”, no caso, *vicos possessionesque* [‘aldeias e propriedades’];
- (11) Prima luce, cum summus mons a [Lucio] Labieno **teneretur** (...) (p. 10) — *tenēre* no sentido de “ocupar” [*summus mons* ‘o cume da montanha’]; “Galliae totius factiones esse duas; harum alterius principatum tenere Haeduos, alterius Arvernos.” (p. 12) — *tenēre* no sentido de “possuir algo abstrato”, no caso, *principatum* [‘autoridade, governo’];
- (12) Ubi eum castris se **tenere** Caesar intellexit (...) (p. 17) — *tenēre* no sentido de “manter(-se)” [*castris* ‘nos acampamentos/lugares fortificados’];
- (13) (...) quod eas res quas legati Helvetii commemorassent memoria **teneret** (...) (p. 9) — *tenēre* no sentido de “guardar, conservar” [*memoria* ‘na memória’ *eas res quas legati Helvetii commemorassent* ‘aquelas coisas/aqueles acontecimentos que os embaixadores helvéticos tinham mencionado’].

Observem-se a classificação e a quantificação dos dados na tabela a seguir:

Tabela 1. Usos de *habēre* e *tenēre* em *De bello Gallico* (Caius Julius Caesar, ca. 50 a.C.)

Função	<i>habēre</i>		<i>tenēre</i>		Total
Gramatical	0		0		0
Lexical	1a. possuir (algo abstrato)	27	1a. <i>possuir</i> (algo abstrato)	5	100
	1b. <i>possuir</i> (algo concreto)	41	1b. <i>possuir</i> (algo concreto), <i>ocupar, ser senhor de</i>	9	
	2. <i>ter como, considerar como, julgar, avaliar</i>	3	2. <i>estar imóvel, manter, reter, conter, fazer parar</i>	10	
			guardar, conservar	5	
Total		71		29	100

Os dados da Tabela 1 conduzem às seguintes conclusões acerca dos usos dos verbos em estudo no latim clássico:

1. *habēre* e *tenēre* são usados exclusivamente como verbos lexicais, conforme pressuposto já relatado neste trabalho;
2. *habēre* é mais frequente do que *tenēre*, correspondendo a 71,0% (71/100) das ocorrências de ambos os verbos coletadas;
3. *tenēre* apresentou maior abrangência semântica do que *habēre*: as ocorrências de *tenere* foram distribuídas em três grupos e as de *habēre*, em dois;
4. as acepções mais frequentes de ambos os verbos relacionam-se à ideia de posse, presente em 95,7% (68/71) das ocorrências de *habēre* e em 48,2% (14/29) das de *tenēre*;
5. a ideia de posse alienável (“possuir algo concreto, ocupar”) é mais frequente do que a de posse não alienável: trata-se de 60,2% (41/68) das ocorrências de *habēre* e de 64,2% (9/14) das de *tenēre* agrupadas na acepção “1” (“possuir”).

Além disso, é importante notar que todas as ocorrências de *tenēre* enquadradas no grupo “1a” (“possuir algo abstrato”) se relacionam à noção de poder.

4. Usos dos verbos *haver* e *ter* no PE e no PB contemporâneos

Diferentemente dos casos do latim clássico analisados, os continuadores de *habēre* e *tenēre* no PE e no PB se apresentaram mais frequentemente em função gramatical nos textos representativos dessas duas variedades neolatinas. Vejam-se exemplos de *haver* e *ter* nessa função, retirados dos *corpora* escolhidos:

- (14) PE — (...) o estado geral da real enferma **havia experimentado** visíveis melhoras (...) (Saramago, 2005, p. 13);
- (15) PE — E depois, como se o tempo **tivesse parado**, não aconteceu nada. (Saramago, 2005, p. 12);
- (16) PB — Ele posava para o fotógrafo que o representante da agência Condor **havia contratado** para registrar o acontecimento (...) (Carvalho, 2006, p. 3);
- (17) PB — Sua vinda provocou uma sensação que cinco meses depois todos já **tinham esquecido**, se é isso que você quer saber. (Carvalho, 2006, p. 3).

Como verbo lexical, encontraram-se ocorrências de *haver* em três acepções distintas e não listadas por Faria (2003), quais sejam: (1) *existir*; (2) *acontecer* (apenas no *corpus* do PE); e (3) *ter transcorrido (tempo)* (apenas no *corpus* do PB). Também as ocorrências de *ter* em função lexical foram agrupadas em três acepções diferentes, a primeira delas registrada por Faria em relação ao latim, as demais, não. São elas: (1) *dispor de, possuir* (a. algo abstrato, b. algo concreto); (2) *ter necessidade, obrigação ou dever* (sentido da locução *ter de*); (3) *apresentar, mostrar* (apenas no *corpus* do PE).

A seguir, algumas ocorrências de *haver* como verbo lexical extraídas dos textos tomados como referência neste trabalho:

- (18) PE — Realmente, talvez não **houvesse salvação** para o coitado no dia anterior (...) (Saramago, 2005, p. 12) / PB — Não **há nada mais valioso do que a confiança de um amigo**. (Carvalho, 2006, p. 4) — sentido de “existir”, acepção mais frequente, encontrada nos textos do PE e do PB;
- (19) PE — **Houve uma nova pausa**, que o primeiro-ministro interrompeu (...) (Saramago, 2005, p. 20) — sentido de “acontecer”, acepção encontrada apenas no *corpus* do PE;
- (20) PB — **Há cinco anos**, ele me escreveu de Carolina a última carta de aniversário. (Carvalho, 2006, p. 11) — sentido de “ter transcorrido (tempo)”, acepção presente apenas no *corpus* do PB.

Finalmente, eis exemplos do uso do verbo *ter* em função lexical:

- (21) PE — Mais sorte **teria** aquela jovem repórter de televisão (...) (Saramago, 2005, p. 14) / PB — E já não **tenho** dúvidas de que era sua a resposta que ele aguardava com tanta ansiedade. (Carvalho, 2006, p. 15) — sentido de “possuir algo abstrato” (nos exemplos citados, “mais sorte” e “dúvidas”, respectivamente), acepção identificada nos textos representativos do PE e do PB;
- (22) PB — O casal já **tinha** uma filha, Marion. (Carvalho, 2006, p. 12) — sentido de “possuir algo concreto” (no caso, “uma filha”), acepção encontrada apenas no *corpus* do PB;
- (23) PE — (...) **tenho de** ir à farmácia (...) (Saramago, 2005, p. 14) / PB — No início, procurou ficar longe de casa para não **ter de** conviver com o silêncio eloqüente desses objetos (...) (Carvalho, 2006, p. 12) — acompanhado da preposição *de*, apresenta o sentido de “ter necessidade, obrigação ou dever”, acepção presente nos *corpora* do PE e do PB;
- (24) PE — (...) o que virá a **ter** como desconcertante consequência, num futuro próximo, a criação de um movimento de cidadãos (...) (Saramago, 2005, p. 15) — sentido de “apresentar, mostrar”, acepção reconhecida somente no texto representativo do PE.

Os dados referentes ao PE encontram-se classificados e quantificados na tabela seguinte:

Tabela 2. Usos de *haver* e *ter* em *As intermitências da morte* (Saramago 2005)

Função	<i>haver</i>		<i>ter</i>		Total
Gramatical	19		39		58
Lexical	1. <i>existir</i>	18	1a. <i>dispor de, possuir</i> (algo abstrato)	14	42
	2. <i>acontecer</i>	1	2. <i>ter necessidade, obrigação ou dever</i> (loc. <i>ter de</i>)	8	
			3. <i>apresentar, mostrar</i>	1	
Total		38		62	100

Com relação aos usos de *haver* e *ter* no PE, a partir dos dados da Tabela 2, é possível concluir que:

1. *ter* é usado prevalentemente em função gramatical: são 62,9% (39/62) do número total de ocorrências desse verbo;

2. *haver* é usado com a mesma frequência nas duas funções: 50,0% (19 ocorrências) em função gramatical e 50,0% (19 ocorrências) em função lexical;
3. *ter* é mais frequente do que *haver* nas duas funções, correspondendo a 62,0% (62/100) das ocorrências de ambos os verbos coletadas;
4. em função lexical, *ter* apresentou maior abrangência semântica do que *haver*: as ocorrências de *ter* foram empregadas em três acepções, as de *haver*, em duas;
5. em função lexical, *haver* é empregado prioritariamente com o sentido de “existir”: trata-se de 94,7% (18/19) das ocorrências do verbo nessa função.¹¹

A classificação e quantificação dos dados relativos ao PB estão na tabela a seguir:

Tabela 3. Usos de *haver* e *ter* em *Nove noites* (Carvalho 2006)

Função	<i>haver</i>		<i>ter</i>		Total
Gramatical	14		52		66
Lexical	1. <i>existir</i>	9	1a. <i>dispor de, possuir</i> (algo abstrato)	18	34
	2. <i>fazer</i>	1	1b. <i>possuir</i> (algo concreto)	1	
			2. <i>ter necessidade, obrigação ou dever</i> (loc. <i>ter de</i>)	5	
Total		24		76	100

Os dados apresentados na Tabela 3 permitem que se depreendam as seguintes conclusões acerca dos usos de *haver* e *ter* no PB:

1. *haver* e *ter* são usados prevalentemente em função gramatical: há 68,4% (52/76) do número total de ocorrências de *ter* e 58,3% (14/24) do total de ocorrências de *haver* nessa função;
2. *ter* é mais frequente do que *haver* nas duas funções, correspondendo a 76,0% (76/100) das ocorrências de ambos os verbos coletadas;

¹¹ Segundo Callou & Avelar (2012, p. 230), há registros de *haver* como verbo existencial desde o século XIII, mas é só a partir do século XVI que esse verbo “(...) desaparece dos contextos de posse e passa a ser usado exclusivamente com sentido existencial, ocorrendo em construções impessoais (...)”.

3. em função lexical, *haver* é empregado prioritariamente com o sentido de “existir” (como no PE): trata-se de 90,0% (9/10) das ocorrências do verbo nessa função.

4. em função lexical, *ter* é usado preferencialmente com o sentido de “possuir” e pode ter como complemento “algo concreto” ou “algo abstrato”, sendo este último mais frequente, equivalendo a 94,7% (18/19) das ocorrências do verbo com o referido sentido.

É interessante comentar a ausência de ocorrências do verbo *ter* em sentido existencial no *corpus* representativo do PB. Considerando os dados do *Atlas linguístico do Brasil* (Cardoso *et al.* 2014, v. 1, p. 177; v. 2, pp. 356-357), relativos à pesquisa em 25 capitais de estados brasileiros, na modalidade oral do PB, há preferência absoluta por *ter* em detrimento de *haver* com o referido sentido em cinco capitais (Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Manaus e Natal); nas demais capitais pesquisadas, *ter* é preferido em 75% dos casos. Sendo o autor do texto que serviu de *corpus* para esta pesquisa natural da cidade do Rio de Janeiro (incluída entre as capitais em que a preferência por *ter* em sentido existencial não é absoluta), é possível notar a sua atenção em relação ao uso da norma culta do português na escrita do romance *Nove noites*.

5. Usos dos verbos *avere* e *tenere* no IF contemporâneo

Assim como nas variedades do português examinadas, em IF contemporâneo, *avere*, continuador do verbo latino *habēre*, pode ser empregado em função gramatical ou lexical; já *tenere*, continuador de *tenēre*, apenas em função lexical.

O uso de *avere* como verbo gramatical, ilustrado no exemplo (4), também pode ser observado no exemplo a seguir:

- (25) Rino era andato in camera, **aveva preso** la pistola e **aveva sparato** contro la serratura. [‘Rino fora(tinha ido) ao quarto, pegara(tinha pegado) o revólver e disparara(tinha disparado) contra a fechadura.’] (Ammaniti, 2006, p. 4).

Em IF, existe uma preferência quase absoluta por *avere* para função lexical, ao contrário do PE e do PB, variedades em que há prevalência de *ter*. Nos dados coletados do romance *Come Dio comanda* (Ammaniti 2006), foram identificadas sete acepções distintas de *avere* em função lexical, todas

elas presentes no *Dizionario italiano De Mauro* (2000). Ei-las: (1) *dispor de, possuir* (a. algo abstrato, b. algo concreto); (2) *com objeto determinado por um complemento predicativo, indica uma condição ou qualidade particular desse objeto*; (3) *sentir*; (4) *conter*; (5) *portar algo consigo*; (6) *sofrer*; e (7) *ter alguma relação* (sentido da locução *avere a che fare*). Vale notar que apenas o primeiro sentido, “possuir”, foi arrolado por Faria em relação ao latim. Vejam-se, a seguir, alguns exemplos que ilustram esses usos de *avere*:

- (26) (...) se chiudevi gli occhi **avevi l'impressione** ti entrassero nella stanza (...) [‘(...) se fechavas os olhos, tinhas a impressão de que entrassem no teu quarto (...)’] / Al posto degli occhi **aveva due buchi neri**. [‘No lugar do olhos, ele tinha dois buracos negros.’] (Ammaniti, 2006, p. 2) — sentido de “possuir algo abstrato” e “possuir algo concreto”, respectivamente, *l'impressione* ‘a impressão’ e *due buchi neri* ‘dois buracos negros’;
- (27) **Aveva la bocca secca** e il sapore dell'aglio del pollo della rosticceria. [‘Tinha a boca seca e o sabor do alho do frango da rotisseria.’] (Ammaniti, 2006, p. 3) — com objeto [*la bocca* ‘a boca’] determinado por um complemento predicativo [*secca* ‘seca’], indica uma condição ou qualidade particular desse objeto;
- (28) Come fa a non **avere freddo**? [‘Como é que ele não sente frio?’] (Ammaniti, 2006, p. 2) — sentido de “sentir”, no caso, *freddo* ‘frio’;
- (29) Nello stomaco **aveva una dozzina di birre, mezzo litro di grappa e una pera Williams**. [‘No estômago, ele tinha uma dúzia de cervejas, meio litro de grapa e uma pera Williams.’] (Ammaniti, 2006, p. 9) — sentido de “conter”, no caso, *una dozzina di birre, mezzo litro di grappa e una pera Williams* ‘uma dúzia de cervejas, meio litro de grapa e uma pera Williams’;
- (30) **Aveva i lampeggianti gialli** e stava spalando la neve. [‘Ele tinha as lanternas amarelas e estava removendo a neve com a pá.’] (Ammaniti, 2006, p. 11) — sentido de “portar algo consigo”, no caso, *i lampeggianti gialli* ‘as lanternas amarelas’;
- (31) (...) il braccio gli tremava come se **avesse il Parkinson**. [‘O seu braço tremia como se ele tivesse Parkinson.’] (Ammaniti, 2006, p. 12) — sentido de “sofrer”, no caso, de mal de Parkinson.

Encontraram-se apenas três ocorrências do verbo *tenere*, as quais foram classificadas em três acepções distintas, quais sejam: (1) *guardar, manter*; (2) *estimar, atribuir grande importância a algo ou alguém*; e (3) *dominar* (sentido da locução *tenere sotto*). Vale notar que as três acepções estão registradas no *Dizionario italiano De Mauro* (2000) e que apenas a primeira foi também identificada por Faria (2003, p. 989) em relação ao latim clássico. Eis as

referidas ocorrências de *tenere* que representam seu uso como verbo lexical no texto de Ammaniti (2006):

- (32) Suo padre si voltò e diede un calcio violento a una sedia di plastica bianca che rotolò per la stanza e finì contro il mucchio di scatoloni in cui Cristiano **teneva i suoi panni**. [‘Seu pai se virou e deu um chute violento em uma cadeira de plástico branca que rolou pelo quarto e acabou contra a pilha de caixas nas quais Cristiano guardava as suas roupas.’] (Ammaniti, 2006, p. 3) — sentido de “guardar, manter”, no caso, *i suoi panni* ‘as suas roupas’;
- (33) Ad **Arosio ci tengo**. [‘Eu me importo com o Arosio.’] (Ammaniti, 2006, p. 14) — sentido de “estimar, atribuir grande importância a algo ou alguém”, no caso, ao personagem Arosio;
- (34) “(...) Se mi fai una stronzata, con me hai chiuso per sempre e ti **terrò sempre sotto tiro**. (...)” [‘(...) Se me fazes uma merda, para mim [o relacionamento] acabou para sempre e eu te mantereí sempre na mira.’] (Ammaniti, 2006, p. 3) — acompanhado da preposição *sotto* ‘sob’, apresenta o sentido de “dominar”.

Os dados coletados encontram-se classificados e quantificados na tabela que segue:

Tabela 4. Usos de *avere* e *tenere* em *Come Dio comanda* (Ammaniti 2006)

Função	avere		tenere		Total
Gramatical	68		0		68
Lexical	1a. <i>dispor de, possuir</i> (algo abstrato)	13	1. <i>guardar, manter</i>	1	32
	1b. <i>possuir</i> (algo concreto)	4			
	2. <i>com objeto determinado por um complemento predicativo, indica uma condição ou qualidade particular desse objeto</i>	6			
	3. <i>sentir</i>	1	2. <i>estimar, atribuir grande importância a algo ou alguém</i>	1	
	4. <i>conter</i>	1			
	5. <i>portar algo consigo</i>	2			
	6. <i>sofrer</i>	1			
	7. <i>ter alguma relação</i> (loc. <i>avere a che fare</i>)	1	3. <i>dominar</i> (loc. <i>tenere sotto</i>)	1	
Total		97		3	100

A partir do exposto na Tabela 4, podem-se elencar as seguintes conclusões a respeito dos usos de *avere* e *tenere* no IF:

1. *tenere* ocorre exclusivamente em função lexical e *avere* ocorre em função gramatical e em função lexical;
2. *avere* é mais frequente do que *tenere*, correspondendo a 97,0% (97/100) das ocorrências de ambos os verbos coletadas;
3. *avere* é usado prevalentemente em função gramatical: trata-se de 70,1% (68/97) do total de ocorrências desse verbo;
4. em função lexical, *avere* apresentou maior abrangência semântica do que *tenere*: as ocorrências de *avere* foram empregadas em sete acepções distintas; as de *tenere*, em três;
5. em função lexical, *avere* é usado preferencialmente com o sentido de “possuir” e pode ter como complemento “algo concreto” ou “algo abstrato”, sendo este último mais frequente, equivalendo a 76,4% (13/17) das ocorrências do verbo com o referido sentido.

6. Usos dos verbos *avé* e *tené* no NP contemporâneo

Como no IF, em NP, *avé*, continuador do verbo latino *habēre*, pode ser empregado em função gramatical ou lexical; ao passo que *tené*, continuador de *tenēre*, ocorre apenas em função lexical. Entretanto, contrariamente ao IF, o continuador de *tenēre* é que apresenta maior abrangência semântica em relação ao continuador de *habēre*.

Observem-se a seguir exemplos de *avé* como verbo gramatical retirados do *Evangelho de São Mateus* em NP:

- (35) E ssucedette, ca quanno Giesù **aveva fenuto** cheste pparole, le ggente restavano alloccute de la dottrina soja. [‘E aconteceu que, quando Jesus terminou estas palavras, a multidão ficou impressionada com a sua doutrina.’]¹² (Matteo, 7:28);
- (36) Accossì è ve dico, ca non **aggio trovata na fede accossì ggranne** mmiezo a lo popolo de Straele. [‘Assim vos digo que não encontrei uma fé tão grande em meio ao povo de Israel.’] (Matteo, 8:10);
- (37) Da ll’Eggitto **aggio chiamato lo figlio mio**. [‘Do Egito chamei o meu filho.’] (Matteo, 2:15).

12 Para as traduções do napolitano para o português, consultaram-se Giacco (2003) e De Mauro (2000).

Os exemplos (35) a (37) mostram a oscilação do grau de gramaticalização do verbo *avé* em perífrases verbais no tempo da tradução do *Evangelho de Mateus* para o napolitano, ano 1861. Segundo Rebecca Posner (1996, p. 135), o percurso de gramaticalização das formas plenas *habère* e *tenère* parece ter sido: “HABEO LITTERAS SCRIPTAS ‘I have (got) letters written’ > italiano: *Ho le lettere scritte* [português: *Tenho as cartas escritas*] > italiano: *Ho scritto le lettere* ‘I have written the letters’ [português: *Tenho escrito as cartas*]”. A autora esclarece que, originalmente, essa sentença poderia ser assim interpretada: as cartas que eu tenho foram escritas por outro. Em outras palavras, a forma “escritas” estaria em função adjetival, ligada ao objeto-acusativo “cartas”, não ao sujeito da sentença (1ª pessoa singular). Ainda de acordo com Posner (1996, p. 135), a gramaticalização da sequência *ter/avere* + particípio passado envolveria uma reanálise pela qual o sujeito da forma finita é necessariamente assumido como sujeito do particípio, interpretado como ativo ao invés de passivo. Sendo assim, no exemplo (35), tem-se o grau máximo de gramaticalização da sequência *avé* + particípio, já este não concorda com o objeto-acusativo, que está no feminino plural (*cheste pparole*). Em contrapartida, em (36), a forma *trovata* (feminino singular) concorda com o objeto *na fede accossi grande* (também feminino singular). Em (37), não há como assegurar a presença desse tipo de concordância, uma vez que o objeto *lo mio figlio* é masculino singular.

Em função lexical, foram reconhecidas três acepções diferentes do verbo *avé*: (1) *possuir* (algo abstrato); (2) *dever* (sentido da locução *avé a/da*); e (3) *receber*. Assim como no IF, apenas a primeira acepção foi listada por Faria (2003) em relação ao étimo latino *habère*. Eis exemplos desses usos de *avé* no texto usado como *corpus* do NP:

- (38) Viate a cchille, ch'anno famma, e seta de la justizia: pecchè chiste sarranno sazziate. [‘Bem-aventurados aqueles que têm fome e sede de justiça, porque estes serão saciados.’] (Matteo, 5:6) — sentido de “possuir algo abstrato”, no caso, *famma, e seta de la justizia* ‘fome e sede de justiça’;
- (39) Ma quando tu faje la lemmosena, la mano manca toja non à dda sapè chello, che fa la deritta: [‘Mas quando deres esmola, a tua mão esquerda não deve saber o que faz a direita.’] (Matteo, 6:3) / Donca **avìt’ a** essere astute comme a li sierpe, e nnocente comme a le ppalommelle. [‘Portanto deveis ser astutos como as serpentes, e inocentes como as pombas.’] (Matteo, 10:16) — acompanhado das preposições *da* ou *a*, *avé* apresenta o sentido de “dever”;

- (40) Pecchè ogununo, ch'addimmanna, **ave**: e chi cerca, trova e ss'arape la porta a cchi tozzoleja. ['Porque todo aquele que pede, recebe; e quem procura, encontra e se abre a porta a quem bate.'] (Matteo, 7:8) — sentido de “receber”.

As ocorrências do verbo *tené* encontradas na tradução do *Evangelho de São Mateus* para o NP foram classificadas em seis acepções, a saber: (1) *possuir* (a. algo abstrato, b. algo concreto); (2) *vestir*; (3) *segurar*; (4) *manter, conter*; (5) *estimar, respeitar, observar*; e (6) *dominar* (sentido da locução *tenere sotto*). É importante observar que os sentidos (1), (3) e (4) encontram-se entre os listados por Faria (2003, p. 989) no verbete do étimo latino *tenēre*. Os exemplos a seguir ilustram os referidos usos de *tené* no *corpus*:

- (41) E nnon ce **teneva canoscenzia** pe nzi a quanno essa figliaje lo figlio sujo, ch'era lo primogeneto: e lle mettette nomme Giesù. ['E não tomou consciência disso até que ela deu à luz o seu filho, que era o primogênito, e lhe deu o nome de Jesus.'] (Matteo, 1:25) / Le vvorpe **teneno le ttane**, e ll'aucielle de lo cielo **teneno li nive** ['As raposas têm as tocas, e as aves do céu têm os ninhos'] (Matteo, 8:20) — sentido de “possuir algo abstrato” e “possuir algo concreto”, respectivamente, *canoscenzia* ‘consciência’ e *le ttanne (...) li nive* ‘as tocas (...) os ninhos’;
- (42) Ora sto Giovanne **teneva no vestito de pile de camelo** ['Naquele momento, este João vestia um traje de pelos de camelo'] (Matteo, 3:4) — sentido de “vestir”, no caso, *no vestito de pile de camelo* ‘um traje de pelos de camelo’;
- (43) Isso **tene la pala** mmano ['Ele tem na mão a pá'] (Matteo, 3:12) — sentido de “segurar”, no caso, *la pala* ‘a pá’;
- (44) Fattose po sera, le portajeno uommene assaje, che **tteneveno** ncuorpo **li diavole** ['Vinda, pois, a noite, lhe trouxeram muitos homens que tinham no corpo os diabos'] (Matteo, 8:16) — sentido de “manter, conter”;
- (45) Nisciuno pò servi a dduje patrune: pecchè o non potarrà vedè a uno, e vvorrà bbene a ll'auto: o se **tenarrà** a lo primmo, e llassarrà lo secunno. ['Ninguém pode servir a dois patrões, porque ou não poderá ver um e amará o outro: ou respeitará o primeiro e deixará o segundo.'] (Matteo, 6:24) — sentido de “estimar, respeitar, observar”;
- (46) Pecchè io pure so nn' ommo soggetto a li cape, e **ttengo sotto** a mme li sor-date ['Porque eu também sou um homem subordinado aos comandantes, e tenho os soldados às minhas ordens'] (Matteo, 8:9) — acompanhado da preposição *sotto* ‘sob’, apresenta o sentido de “dominar”.

A tabela a seguir contém a classificação e quantificação das ocorrências de *avé* e *tené* coletadas:

Tabela 5. Usos de *avé* e *tené* em *Il vangelo di San Matteo, volgarizzato in dialetto napoletano* (1861)

Função	<i>avé</i>		<i>tené</i>		Total
Gramatical	39		0		39
Lexical	1. <i>possuir</i> (algo abstrato)	18	1a. <i>possuir</i> (algo abstrato)	2	61
			1b. <i>possuir</i> (algo concreto)	6	
	2. <i>dever</i> (sentido da loc. <i>avé a/da</i>)	15	2. <i>vestir</i>	1	
			3. <i>segurar</i>	1	
			4. <i>manter, conter</i>	6	
	3. <i>receber</i>	10	5. <i>estimar, respeitar, observar</i>	1	
			6. <i>dominar</i> (loc. <i>tenere sotto</i>)	1	
Total		82		18	100

Os dados mostrados na Tabela 5 podem sustentar as seguintes conclusões sobre os usos de *avé* e *tené* no NP:

1. *tené* é usado exclusivamente em função lexical e *avé* em função gramatical e lexical, como no IF;
2. *avé* é mais frequente do que *tené*, como no IF, correspondendo a 82,0% (82/100) das ocorrências de ambos os verbos coletadas;
3. *avé* é usado prevalentemente em função lexical, diferentemente do IF: são 52,4% (43/82) do total de ocorrências desse verbo;
4. em função lexical, *tené* apresentou maior abrangência semântica do que *avé*, ao contrário do IF: as ocorrências de *tené* foram classificadas em seis acepções distintas; as de *avé*, em três;
5. em função lexical, *avé* é usado prevalentemente com o sentido de “possuir” e só pode ter como complemento “algo abstrato”, diferentemente do IF: são 41,8% (18/43) ocorrências do verbo com esse sentido;
6. *tené* também é usado mais frequentemente com o sentido de “possuir”, acepção não encontrada para esse verbo em IF, e pode ter como complemento “algo abstrato” ou “algo concreto”, sendo este último mais frequente (já que o sentido de “possuir” com complemento abstrato parece estar coberto por *avé*), equivalendo a 75,0% (6/8) das ocorrências do verbo com esse sentido.

Com relação ao uso de *avé* em função gramatical, vale notar a presença de concordância entre o particípio passado e o objeto-acusativo em 35,9% (14/39) dos casos e a ausência dessa concordância em 7,7% (3/39) dos casos. As ocorrências restantes, 56,4% (22/39), são opacas, isto é, correspondem a situações em que o objeto-acusativo é um verbo no infinitivo, uma oração substantiva ou um sintagma nominal no masculino singular.

7. Conclusões

Ao comparar os dados do PE, do PB, do IF e do NP com os do latim clássico, é possível extrair pelo menos as duas seguintes conclusões:

1. as variedades neolatinas são inovadoras em relação ao latim clássico por:
– apresentarem os continuadores de *habēre* e *tenēre* em função gramatical, uso não encontrado no texto representativo do latim nem no dicionário de Faria (2003);

– mostrarem maior frequência da expressão de posse metaforizada, isto é, relacionada a complemento abstrato.¹³ Em latim, a ideia de posse está mais frequentemente associada a objeto alienável (algo concreto) — o que Mattos e Silva (1992, p. 90) identificou como AM (*cf. supra* p. 4) —, correspondendo a 60,9% (50/82) das ocorrências do sentido de “possuir”. Contudo, essa tendência não se manteve nas variedades neolatinas analisadas: em IF, *avere* tem complemento abstrato — QI ou AI, na classificação de Mattos e Silva (1992, p. 90) — em 76,5% (13/17) das ocorrências desse sentido; em NP, *avé/tené* “possuir” apresenta “algo abstrato” como complemento em 76,9% (20/26) dos casos; em PB, *ter* “possuir” se relaciona a algo abstrato em 94,7% (18/19) das ocorrências desse sentido; em PE, *ter* “possuir” se liga a complemento abstrato em 100% (14/14) dos casos.

2. PE e PB são mais inovadoras do que IF e NP em confronto com o latim clássico por:

– apresentarem três acepções do verbo continuador de *habēre* (“existir”, “acontecer”, “fazer”) não encontradas no texto representativo do latim nem

13 Ao tratar da estrutura lexical do verbo *levantar*, José Teixeira (2011, p. 117) lembra que “[h] abitualmente, nas descrições linguísticas, há a tendência de considerar que o grau de desvio da prototipicidade corresponde ao grau de metaforização. Interfere neste fenómeno igualmente o desvio para a abstração: quanto mais abstrato é o objeto, mais metafórico se considera o valor do verbo.”

em Faria (2003), ao passo que IF e NP mantiveram uma das acepções latinas desse verbo, a que se refere a “possuir”;

– preferirem o continuador de *tenēre* para expressar posse. Em latim, o sentido de “possuir” é expresso por ambos os verbos, mas há notável preferência por *habēre* (82,9% (68/82) das ocorrências desse sentido); em NP, tal situação se mantém (*avē* é usado em 69,2% (18/26) e *tené* em 30,8% (8/26) das ocorrências do sentido de “possuir”), embora o verbo preferido para posse alienável seja *tené*, ao contrário do latim; em IF, a preferência pelo continuador de *habēre* se tornou absoluta; em PE e PB contemporâneos, ao contrário, apenas o continuador de *tenēre* é usado para expressão de posse.

O cotejo dos dados do PE, do PB, do IF e do NP entre si permitiu que se identificassem convergências e divergências relacionadas aos usos contemporâneos dos continuadores de *habēre* e *tenēre* nessas quatro variedades linguísticas. Elas convergem no que diz respeito ao desenvolvimento de um uso gramatical¹⁴ para os continuadores de *habēre* e por manterem o uso dos dois verbos (caso do NP) ou de um deles (caso do PE, do PB e do IF) com o valor de “possuir”, sendo esta a acepção mais frequente nas quatro variedades neolatinas. Divergem, entretanto, na escolha do verbo: em PE e PB, há uso absoluto do continuador de *tenēre* para o sentido de “possuir”; em IF, do continuador de *habēre*; em NP, há preferência pelo continuador de *habēre* quando o complemento é “algo abstrato” e pelo de *tenēre* quando é “algo concreto”. Outra divergência está no fato de apenas PE e PB usarem o continuador de *tenēre* em função gramatical.

Conforme já mencionado (*cf. supra* p. 6), na próxima fase desta pesquisa, pretende-se investigar possíveis motivações sócio-históricas para a preferência pelo continuador de *tenēre* em funções originalmente ocupadas pelo continuador de *habēre* no PE e no PB. Para isso, os resultados do estudo sincrônico aqui apresentado serão inseridos em uma perspectiva diacrônica, por meio da qual se buscará compreender como se deu o processo de invasão de *ter* no campo semântico de *haver* ao longo do tempo. Visto que tal investigação será fundamentada em documentos para os quais há proposta fidedigna de

14 Em estudo sobre a gramaticalização de *ter*, no PE e no PB, e de *avere*, no italiano, Vilaça (2009, p. 953) constatou que os itens *ter* e *avere* gramaticais passam por um processo de gramaticalização similar, possivelmente iniciado no latim. Contudo, esses itens encontram-se em estágios diferentes desse processo: no estágio mais avançado (+ gramatical), estaria o *ter* do PE, seguindo pelo *avere* e pelo *ter* do PB.

datação e localização, espera-se distinguir, além de fatores linguísticos, fatores sócio-históricos que teriam favorecido a substituição de *haver* (lexical e gramatical) por *ter* no português. Ao final, a partir dos resultados da análise de uma vultosa quantidade de dados empíricos, far-se-á uma avaliação do caminho para essa mudança apresentado por Mattos e Silva (1992).

Referências

- Ammaniti, N. (2006). *Come Dio comanda*. Milano: Arnoldo Mondadori.
- Beccaria, G. L. (1968). *Spagnolo e spagnoli in Italia: riflessi ispanici sulla lingua italiana del Cinque e del Seicento*. Torino: Giappichelli.
- Bracale, R. (2010). La nascita del dialetto/idioma napoletano. *Brigantino: il portale del Sud*. Napoli e Palermo. Consultado em Novembro 8, 2017, em <http://www.ilportaledelsud.org/napoletano.htm>.
- Caesar, C. J. (1914). *De bello Gallico*. Oxford: Thomas Rice Holmes (Org.), Clarendon Press. (Scriptorum Classicorum Bibliotheca Oxoniensis). Consultado em Setembro 21, 2017, em <http://data.perseus.org/texts/urn:cts:latinLit:phi0448.phi001.perseus-lat1>.
- Callou, D. & Avelar, J. (2012). Preservação e mudança na história do português: de pos-sessivo a existencial. *Matraga*, 30, 224-234.
- Cardoso, S. A. et al. (2014). *Atlas linguístico do Brasil*. 2v. Londrina: Eduel.
- Carvalho, B. (2006). *Nove noites*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Croce, B. (1895). *La lingua spagnuola in Italia*. Roma: Loescher.
- De Mauro, T. (2000). *Dizionario italiano De Mauro* [computer software]. Torino: Paravia.
- Faria, E. (2003). *Dicionário latino-português*. Belo Horizonte: Livraria Garnier.
- Giacco, G. (2003). *Schedario napoletano*. Proprietà letteraria dell'autore. Consultado em Novembro 8, 2017, em <http://www.vesuvioweb.com/it/wp-content/uploads/Giuseppe-Giacco-Vocabolario-napoletano-vesuvioweb.pdf>.
- Hopper, P. & Traugott, E. (1993). *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Matteo. (1861). *Il Vangelo Di San Matteo, volgarizzato in dialetto napoletano, da un letterato della città di Napoli*. Londra: Strangeways & Walden. Consultado em Novembro 1, 2017, Em <https://play.google.com/store/books/details?id=OEgRYjDC3doC&rdid=book-OEgRYjDC3doC&rdot=1>.
- Mattos e Silva, R. V. (1992). Caminhos de mudanças sintático-semânticas no português arcaico. *Revista de Estudos da Linguagem*, 1(1), 85-99.
- Mattos e Silva, R. V. (1994). Para uma caracterização do período arcaico do português. *Delta*, 10, n. Especial, 247-276.

- Meier, H. (1974). A formação da língua portuguesa. In H. Meier (Org.), *Ensaio de filologia românica I* (3ªed.) (pp. 5-34). Rio de Janeiro: Grifo. Publicação original dos ensaios: *Revista de Portugal* (Série A: *Língua Portuguesa*), 1947-1948.
- Posner, R. (1996). *The Romance Languages*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rohlf, G. (1969). *Grammatica Storica della Lingua Italiana e dei suoi dialetti: Sintassi e formazione delle parole*. Torino: Giulio Einaudi editore. Título original: *Historische Grammatik der Italienischen Sprache und ihrer Mundarten*. III. Syntax und Wortbildung [1954].
- Saramago, J. (2005). *As intermitências da morte*. São Paulo: Companhia Das Letras.
- Tagliavini, C. (1993). *Orígenes de las lenguas neolatinas*. (1ª ed., 2ª. reimpr). Madrid: Fondo de Cultura Económico. Título original: *Le origini delle lingue neolatine* [1949].
- Teixeira, J. (2011). Quando um verbo é antônimo de si mesmo: cognição e estrutura lexical de *levantar*. *Matraga*, 28, 102-128.
- Vilaça, C. E. L. (2009). Gramaticalização de 'ter', no português, e 'avere', no italiano: um estudo comparativo. In D. da Hora (Org.), *Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIN* (pp. 944-953). João Pessoa: Idéia.

[recebido em 11 de novembro de 2017 e aceite para publicação em 20 de junho de 2018]